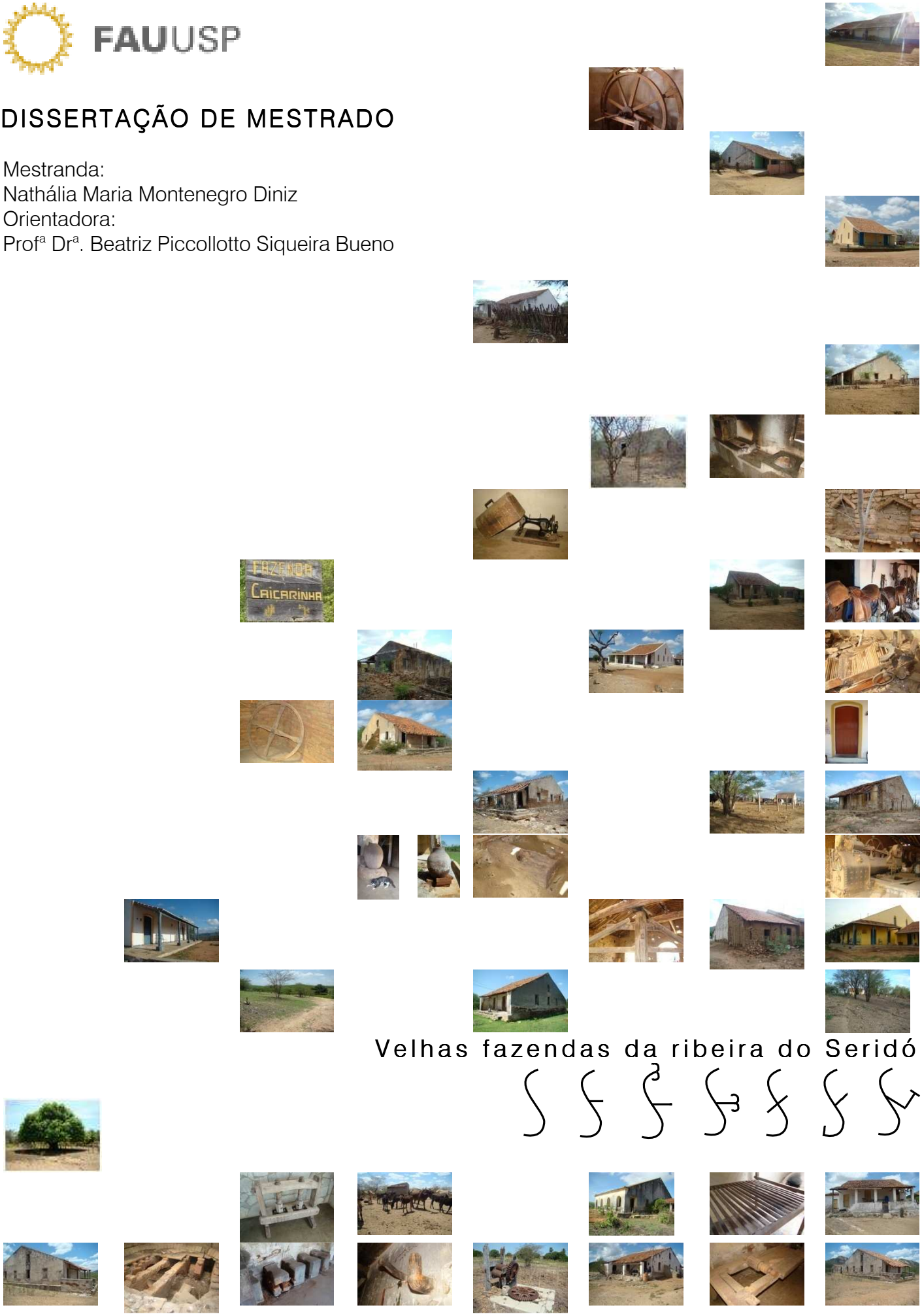
FAUUSP

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mestranda:
Nathália Maria Montenegro Diniz
Orientadora:
Profª Drª. Beatriz Piccollotto Siqueira Bueno



Velhas fazendas da ribeira do Seridó

HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E URBANISMO

VELHAS FAZENDAS DA RIBEIRA DO SERIDÓ

Nathália Maria Montenegro Diniz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profª Drª Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

São Paulo, 2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: nathaliadiniz@usp.br

Diniz, Nathália Maria Montenegro
D585v Velhas fazendas da Ribeira do Seridó / Nathália Maria Montenegro Diniz. --São Paulo, 2008.
205 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1.Fazendas – Seridó(RN) 2.Patrimônio arquitetônico 3.Arquitetura rural I.Título

CDU 728.67(813.22)

À mamãe e papai, educadores seridoenses,
responsáveis pelo melhor que há em mim

AGRADECIMENTOS

A minha família, seridoense: Papai - João Diniz Fernandes, Mamãe - Izabel Maria Nóbrega Montenegro Diniz. Minhas irmãs e irmãos: Izabel Maria Montenegro Diniz Macêdo, Hylarina Maria Montenegro Diniz Silva, Adilia Maria Montenegro Correia de Aquino, Ana Tereza Montenegro Diniz Mafra, João Diniz Fernandes Júnior, Joaquim Apolinar Nóbrega Diniz, Alexandre Augusto Nóbrega Diniz e Marcus César Nóbrega Montenegro Diniz. Aos meus sobrinhos, sobrinhas, sobrinha-neta e sobrinhos-netos. São os maiores incentivadores, torcedores, financiadores e apoiadores de todos os meus anseios.

À minha orientadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, pelo apoio, bom humor, generosidade em compartilhar seus conhecimentos e confiança na pesquisa que desenvolvemos. Aos professores da FAUUSP, em especial do departamento de história, pela enorme contribuição intelectual. E às secretarias e bibliotecárias da FAUUSP e FAU Maranhão, sempre dispostas a ajudar.

Aos proprietários, moradores e trabalhadores das fazendas visitadas, pela gentileza de agüentar meu atrevimento e intromissão em suas rotinas, para poder fazer o levantamento arquitetônico e fotográfico em suas fazendas, além de me oferecerem a melhor culinária brasileira e suas memórias pessoais tão fascinantes. Em especial a Wanderley Mariz, Zé Farias, Mariquinha, Neta e Galego da Solidão. A Maria "do Padre", de Acari; a Irmã Ananília, de Currais Novos; a Robson, Dionete e Tio Adalberto; ao Dr. Genibaldo Barros, da Pau Leite e a Novinho e Haidê do Umary.

Ao CNPQ e FAPESP pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível realizar esta pesquisa.

Aos arquivos: Arquivo do Histórico do Exército (RJ); Biblioteca Nacional (RJ); Arquivo Nacional (RJ); Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto (RN); Instituto Histórico e Geográfico do RN; Laboratório de Documentação Histórica (RN); Museu de Acari (RN); Nationaal Archief (Holanda).

À Maki, amiga que topa desde uma partida de basquete até discussões sobre nossos projetos de pesquisa. E a todos os amigos que disponibilizaram um pouquinho do seu tempo para escutar algo sobre a minha pesquisa e rir comigo sobre as aventuras de procurar essas casas de fazenda tão especiais no meio de um sertão inóspito, porém vivo.

E por fim, tenho que agradecer novamente à minha família, pois só consegui finalizar esta pesquisa por que eles sempre responderem positivamente aos meus pedidos angustiados de ler meus esboços e dizer o que acham (principalmente mamãe); de ir a algumas casas de fazenda conferir meu levantamento arquitetônico, pois as medidas não se encaixavam no *autocad* (Alexandre); de me assessorar em assuntos zootécnicos sobre as raças de gado, criatório etc. (César); de procurar os nomes dos tataravôs (Izabel); fotografar os pertences antigos e me enviarem urgente (Izabel, Adilia); de fazer cópias, comprar livros e enviar para São Paulo (mamãe, Nina, Hylarina e Izabel)... E o mais importante, sem dúvida, de dispensarem tanto carinho a mim.

RESUMO

O Seridó é uma microrregião do semi-árido do Rio Grande do Norte, caracterizada por uma vegetação de caatinga e terra muito erodida, devido ao regime de escassez e desigual distribuição de chuvas. O povoamento iniciou-se no século XVII. A pecuária foi a atividade que levou ao assentamento das famílias no sertão potiguar e o cultivo do algodão, que se apresentou posteriormente como atividade econômica bastante rentável, foi o ampliador e fortalecedor da fixação da população no Seridó. As fazendas de gado existentes na região constituem-se em exemplares de grande relevância para o patrimônio arquitetônico do Brasil, embora construídas com formas modestas e sem assinatura de arquitetos.Infelizmente, esse acervo, fundamental para a identidade da região e para o Rio Grande do Norte, vem sendo dilapidado, por isso essa pesquisa visa contribuir para a preservação e divulgação da cultura, da tradição e do patrimônio edificado rural do Seridó-RN.

ABSTRACT

Seridó is a Rio Grande do Norte semiarid microregion, characterized by a caatinga vegetation and eroded land due to the scarcity and unequal rainfall distribution. The population process began in the 17th century. The families settlement in the potiguar hinterland was led by Cattle breeding activity followed by cotton cultivation, which appeared as a very profitable economic activity enlarging and consolidating the Seridó`s population. The cattle breeding farms existing in the region constitutes a relevant Brazilian heritage architecture example, although constructed with simple shapes and unsigned by architects. Unfortunately this heritage, fundamental for the region and Rio Grande do Norte identity, has been dilapidated, therefore this research aims at contributing for the preservation and dissemination of culture, tradition and heritage buildings and structures of rural Seridó-RN.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIA DO DISCURSO SOBRE A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA RURAL 13
1.1 Contexto internacional 14
1.2 Contexto nacional 17
1.2.1 Tombamentos 20
1.2.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema no Brasil 31

CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO NORTE 35
2.1 Início da colonização e fundação da fortaleza dos Reis Magos 36
2.2 Ocupação flamenga 39
2.3 Interiorização do RN 43
2.4 Rotas de gado do Seridó 51
2.5 Breve panorama econômico da província do Rio Grande do Norte no século XIX 53

CAPÍTULO 3 FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA DO GADO 67
3.1 Introdução do gado bovino e desenvolvimento da pecuária extensiva no Brasil 68
3.2 Manejo do gado no Nordeste brasileiro 72
3.3 Implantação de fazendas no sertão nordestino 73
3.4 Sociedade pastoreia 76
3.4.1 Fazendeiros 78
3.4.2 Vaqueiros 79
3.4.3 Moradores 85
3.4.4 Escravos 85
3.5 Algodão 86
3.5.1 Cultivo e beneficiamento do algodão 87

CAPÍTULO 4 ARQUITETURA DO GADO DO SERIDÓ 91
4.1 Considerações iniciais 92
4.2 Fazendas 93
4.3 Casas-sede 96
4.4 Estabelecimentos de produção 112
4.5 Levantamentos 121

CAPÍTULO 5 CASO PARTICULAR - APONTAMENTOS GENEALÓGICOS DA FAMÍLIA GORGÔNIO PAES DE BULHÕES 170

CONSIDERAÇÕES FINAIS 190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 193
ANEXOS 199

"*Como todos os primitivos, o sertanejo não tem o senso decorativo nem ama sensorialmente a natureza. Seu encanto é pelo trabalho realizado por suas mãos. Nisto reside seu manso orgulho de vencedor da terra. Só deparamos um sertanejo extasiado ante a natureza quando esta significa para ele a roçaria virente, a vazante florida, o milharal pendoando, o algodoal cheio de capulhos. A noção da beleza para ele á a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função*." (CASCUDO, 1984, p.29).

INTRODUÇÃO

O semi-árido nordestino, por ter sido responsável durante muito tempo pelo abastecimento de carne para alimentação e de bois para tração nos engenhos do Nordeste açucareiro, possui edificações rurais, envolvendo casas de fazenda, casas de farinha e engenhos de rapadura, datadas dos séculos XIX e XX. Posteriormente, muitas dessas fazendas foram também utilizadas, concomitantemente à pecuária, para produção e beneficiamento do algodão. Essas fazendas constituem-se em exemplares de grande relevância para o patrimônio arquitetônico do Brasil. Desenvolveu-se, por força da pecuária, uma arquitetura austera e muito simplificada, mas que não diminui sua relevância para o patrimônio edificado brasileiro. Com exceção da Casa da Torre, não há vestígios de instalações construídas no século XVI com a finalidade de sediar uma fazenda de criar. No século XVII, a pecuária estava em franca expansão, porém esse entusiasmo não se expressou da mesma maneira na arquitetura. Os vestígios de construções dessa época são raros; esse fato deve-se à fragilidade dos materiais e rusticidade das técnicas com que eram erguidas as edificações. Conforme documentação de inventários da época, as casas eram de taipa de mão e extremamente simples.

Já o século XIX nos legou um número significativo de casas de fazendas de criar. Tijolos de barro cozido foram freqüentemente utilizados, o que garantiu maior durabilidade às edificações. Essas casas eram implantadas geralmente em sítios altos, voltadas para o leste, o que propiciou um melhor conforto térmico. Fato interessante que pôde ser notado através dessa pesquisa é que, na medida em que se vai adentrando o sertão, as casas tendem a sofrer uma maior simplificação: "a *arte do ciclo do gado é mais humilde, toda sua arquitetura se faz, pela falta da pedra de obragem apropriada, em simples alvenaria, na qual se executam uma ornamentação própria. Nem escultura, nem cinzeladuras, nem obra de talha, nem ouro, nem liós, nem mármore, nem azulejos. Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornamentos retilíneos, os efeitos decorativos*" (BARROSO[1] 1948 apud BOAVENTURA, 1959, p. 69).

> "*Como todos os primitivos, o sertanejo não tem o senso decorativo nem ama sensorialmente a natureza. Seu encanto é pelo trabalho realizado por suas mãos. Nisto reside seu manso orgulho de vencedor da terra. Só deparamos um sertanejo extasiado ante a natureza quando esta significa para ele a roçaria virente, a vazante florida, o milharal pendoando, o algodoal cheio de capulhos. A noção da beleza para ele á a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função*." (CASCUDO, 1984, p.29).

Seridó

No século XVII, iniciou-se o povoamento do sertão do Rio Grande do Norte. Lentamente os sesmeiros fixaram-se no Seridó, trouxeram sua família, obtiveram licença episcopal para ereção de capela e conquistaram um capelão. Na segunda metade do século XVII, o sertão norte-rio-grandense estava pontilhado de currais de gado, que tomaram o que antes era lugar dos índios. Inúmeros pátios de fazenda onde o vaqueiro aboiava são hoje praças centrais de cidades sertanejas; quase todas as sedes municipais no interior do território potiguar foram antigas fazendas de gado. Até meados do século XIX o Estado era o

[1] BARROSO, Gustavo. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 16 out. 1948.

principal fornecedor de gado de tração e corte para a Paraíba e Pernambuco. Por ter sido uma região bastante desenvolvida do estado do Rio Grande do Norte, por volta dos séculos XVIII e XIX, foi produzido no Seridó um acervo significativo de edificações. As regiões do semi-árido nordestino têm particularidades muito especiais no que diz respeito à sua história, cultura e população.

O acervo arquitetônico rural do Seridó, fundamental para a identidade da região, vem sendo dilapidado e, apesar de existirem algumas edificações de reconhecido valor histórico, aos olhos dos órgãos relacionados à preservação do patrimônio cultural, poucas são as iniciativas concretas por parte do poder público e da população para viabilizar a sua proteção e conservação. Esse fato se deve, talvez, por se tratar de conjuntos arquitetônicos mais modestos, que não gozam dos mesmos apelos estéticos dos exemplares do litoral nordestino, do Vale do Paraíba e Oeste Paulista. No entanto, são exemplares representativos de um tipo de economia - a de pastoreio e algodoeira - responsável pela interiorização das fronteiras do Nordeste do Brasil. A existência desse importante patrimônio arquitetônico e a falta de ações institucionais, visando a sua conservação, constitui a problemática central deste trabalho. Nesse sentido, temos por objetivo principal documentar e diagnosticar uma série arquitetônica relevante do acervo do Seridó-RN.

Materiais e métodos

Para desenvolvimento desta dissertação de mestrado, aprofundamos os estudos sobre as teorias de conservação e restauro do patrimônio histórico, com intuito de dar fundamentação teórica ao trabalho, em especial àquelas relativas ao patrimônio rural. Em termos gerais, revisamos as iniciativas do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nesse sentido, bem como as de pesquisadores regionais, de Pernambuco, Bahia, e Rio Grande do Sul, envolvidos com o estudo da arquitetura rural brasileira.

Realizamos pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre o Seridó e seu patrimônio edificado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na Fundação José Augusto (RN), nos inventários dos proprietários das fazendas da antiga Freguesia Gloriosa de Sant'Ana, arquivados nos cartórios da região e no Laboratório de Documentação Histórica (RN). Além disso, realizamos pesquisa cartográfica no Arquivo do Histórico do Exército (RJ), na Biblioteca Nacional (RJ), no Arquivo Nacional (RJ), na Biblioteca Nacional de Lisboa (Portugal); e no Nationaal Archief (Holanda). Infelizmente não encontramos cartas topográficas e corográficas com maiores detalhes sobre a Capitania e Província do Rio Grande do Norte. Desconfiamos sobre sua inexistência, pois nos causa estranhamento o fato das capitanias e províncias vizinhas terem mapas com muitas informações, apontando todas as fazendas, engenhos, núcleos populacionais e redes de caminhos. Ao contrário, os mapas que encontramos do Rio Grande do Norte trazem pouquíssimas informações a respeito de suas condições sociais e econômicas. Por isso, foi de fundamental importância o uso de documentação textual primária para complementar as informações cartográficas.

Para estudo da arquitetura rural do Seridó realizamos, inicialmente, um exaustivo inventário das edificações rurais seridoenses, seguindo os critérios técnicos e metodológicos de inventário e análise do patrimônio arquitetônico, destacando: posição geográfica; localização dos edifícios (situação topográfica, ambiência ecaracterísticas da implantação de cada edifício no terreno), época da construção; área construída; materiais, técnicas e sistemas construtivos empregados; programa e partido arquitetônico (dos vários edifícios que formam o complexo da fazenda - casa sede da fazenda, curral, engenho e casa de farinha (estes dois últimos caso existam); uso original e atual; estado de conservação e preservação. Todos esses dados estão contidos em fichas de registro, aplicadas para cada exemplar inventariado (vide anexo 1 e anexo 2 - CD). Por ser bastante áspera a região, no que diz respeito à vegetação e ao clima, e também pelas propriedades serem grandes e as casas de fazenda muito distantes umas das outras, houve muita dificuldade para a realização do levantamento arquitetônico. Muitas dessas casas estavam fechadas, abandonadas ou em ruínas.

Após sistematização de todo esse material, identificamos o partido arquitetônico recorrente das fazendas de gado e algodão da região, suas características tipológicas e sua relação com a economia pastoreia e algodoeira. Em paralelo, procuramos caracterizar a "paisagem cultural" 'típica do Seridó', hoje bastante ameaçada e em processo de descaracterização.

A dissertação encontra-se estruturada em 5 capítulos:

O capítulo 1, "**Trajetória do discurso sobre a preservação da arquitetura rural**", trata das teorias, conceitos, resoluções e cartas patrimoniais que contemplaram a preservação, conservação e restauro do patrimônio histórico arquitetônico rural e tradicional, em âmbito internacional e nacional. Aborda a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e dos órgãos estaduais no que diz respeito à preservação dos exemplares civis rurais. Expõe também uma breve compilação de pesquisas acadêmicas, relacionadas à arquitetura rural brasileira, além de apresentar um balanço da historiografia sobre a arquitetura rural na região Nordeste (com foco na arquitetura do gado e algodão).

O capítulo 2, "**Formação do território do Rio Grande do Norte**", trata da formação territorial do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente da formação do território do Seridó, com fim de compreender a dinâmica de implantação das fazendas de gado e algodão naquela região. Analisamos a formação do território do Rio Grande do Norte, desde a primeira tentativa de colonização (fundação de uma fortaleza, primeiras capelas, freguesias, vilas e cidades, sua dinâmica social, econômica, política e cultural) até a delimitação atual de seus limites, com especial foco na região do Seridó. Fruto do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, a criação de gado tornou-se uma atividade bastante rentável. Com ela, o Seridó, que antes era uma região nada atraente para fixação humana, tornou-se viável para a ocupação com a criação extensiva do gado. Observamos que nos três primeiros séculos (XVI, XVII e XVIII) a ocupação da região foi bastante lenta. Somente no século XIX é que ocorreu desenvolvimento de povoados, apesar de resultar em frágil rede urbana. Cabe ressaltar que, embora o oitocentos tenha vivido um desenvolvimento lento, foi bastante significativo em relação aos séculos anteriores. No século XX, os

núcleos urbanos do Seridó permaneceram os mesmos, restritos àqueles ocupados inicialmente. Somente na segunda metade do referido século é que houve um crescimento demográfico significativo que justificou a implantação de equipamentos urbanos, melhoria de infra-estrutura, etc. A predominância de fazendas auto-suficientes foi um dos principais condicionantes de uma frágil rede urbana na região, fato constatado em todo semi-árido do Nordeste brasileiro.

No capítulo 3, "**Fundamentos da arquitetura do gado**", tratamos dos fundamentos que nortearam a implantação da atividade pecuarista no Nordeste brasileiro, destacando o processo de introdução do gado bovino no Brasil, criado de maneira extensiva no Nordeste, onde foram implantados centenas de currais e fazendas. Neste capítulo, falamos do comportamento do fazendeiro, de sua família e do vaqueiro. Finalizamos com o estudo da implantação da cultura do algodão na região.

Esses três primeiros capítulos são introdutórios e visam contextualizar os exemplares arquitetônicos pesquisados, que consiste no objeto de estudo desta dissertação.

Capítulo 4, "**Arquitetura do gado do Seridó**", busca inventariar e estudar as particularidades morfológicas e culturais do patrimônio edificado rural do Seridó, tarefa difícil, mas muito instigante. Embora tivéssemos um conhecimento prévio desse patrimônio, não sabíamos detalhes sobre o número de edificações, tipo nem grau de modificações e deterioração que iríamos encontrar. Fato que não nos intimidou. Pelo contrário, nos motivou a investigar.

Em busca das fazendas do Seridó

Das muitas fazendas inventariadas, apresentamos neste trabalho somente as que, através de análise, supomos ser do século XIX. Apesar de encontrarmos muitas fazendas do século XX que foram construídas à maneira do XIX, optamos por deixá-las de fora. Sabemos ser igualmente interessante pesquisar a perpetuação no século XX do modo de construir tradicional do século XIX, mas optamos por manter clara nossa delimitação temporal, embora sabendo que as manifestações arquitetônicas não obedecem rigorosamente a uma delimitação no tempo. Foram inventariadas 62 fazendas, o que demonstra a relevância do patrimônio em questão para a região e para o Brasil.

Finalmente, o capítulo 5 - **Caso particular - apontamentos genealógicos da família Gorgônio Paes de Bulhões** - busca investigar um número considerável de fazendas associado a uma mesma família. Com base em documentação primária pertencente aos seus descendentes, reconstruímos o que seria a vida social numa fazenda do século XIX no Seridó. O desenvolvimento desse capítulo buscou suprir as lacunas de informações referentes às fazendas percorridas. Algumas não conseguimos nem mesmo identificar o nome, por estarem completamente isoladas em vastíssimos sítios desabitados. Com base no oatrimônio legado pela família Gorgônio Paes de Bulhões aprofundamos questões tratadas de forma mais geral nos capítulos precedentes.

1. Trajetória do discurso sobre a preservação da arquitetura rural

1.1 Contexto internacional • 1.2 Contexto nacional • 1.2.1 Tombamentos •1.2.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema no Brasil

1.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

É recente o tema da preservação do patrimônio histórico rural. O continente europeu foi quem primeiro tratou de forma mais detalhada o assunto. Em 2 de novembro de 1977, o Conselho da Europa[1] elaborou o "Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e o ordenamento do território", alertando sobre a ameaça de desaparecimento da arquitetura rural e sua paisagem no continente europeu, devido ao desenvolvimento industrial da agricultura, que impôs parcelamentos rígidos, não mais utilizando as construções antigas. O Conselho diz que é necessário buscar todas as formas de conservação e de utilização do patrimônio arquitetônico rural europeu, tornando-se indispensável uma reorientação de políticas, visando ao desenvolvimento de comunidades, permitindo uma integração dos valores culturais rurais na cultura atual. Essa política de desenvolvimento deve ser baseada no respeito pelas relações harmoniosas entre o homem e a natureza. Os participantes desse encontro ressaltaram a importância de reconhecer no patrimônio arquitetônico rural não só os valores estéticos, mas também o testemunho de uma sabedoria secular. Fazem parte desse patrimônio todas as construções, isoladas ou agrupadas, que estejam ligadas às atividades agrícolas, pastoris, florestais e pesqueiras que apresentem algum interesse histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico, social ou caráter típico e pitoresco. O Conselho da Europa concluiu que o desaparecimento desse patrimônio seria uma perda irreparável. O desenvolvimento industrial da agricultura provoca, segundo os participantes do Conselho, profundas alterações estruturais dos elementos marcantes da paisagem e a descaracterização do patrimônio construído pela introdução de elementos mal adaptados às construções antigas. Somado a isso, ainda estão as mazelas decorrentes do êxodo rural:

> *envelhecimento das populações agrícolas; obsolescência, seguida de desaparecimento do patrimônio construído; apropriação das construções abandonadas pela população citadina que as descaracteriza com transformações estranhas ao seu caráter; proliferação de construções novas, usadas como segunda residência concebidas na ignorância das tradições* (Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e o ordenamento do território - 1977 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 190).

Esses fenômenos, ainda segundo o Conselho da Europa, contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura dominante da nossa sociedade industrial, empobrecendo, assim, seu patrimônio cultural. A partir dessas constatações, os participantes do Conselho fizeram uma série de recomendações aos governos, tanto para economias rurais competitivas como para as não-competitivas. Para a primeira, recomenda-se a adaptação dos edifícios existentes à evolução das suas funções (preservando seu caráter), integração dos novos edifícios (que sejam indispensáveis) com os antigos e dotação de meios técnicos para apoio e controle arquitetônico e estético. Já para a segunda, indica-se reforço das atividades tradicionais através da concessão de apoios públicos à modernização de explorações agrícolas dificilmente rentáveis, promoção de novas atividades para criação e melhor distribuição territorial de empregos, melhoria da vida econômica e rural, além do estabelecimento de apoios para os equipamentos coletivos, reabilitação dos edifícios habitacionais existentes e conservação da paisagem. Os participantes recomendaram ainda a realização de um inventário de bens.

O Comitê de Ministros do Conselho da Europa, em 13 de abril de 1989, reunido em Estrasburgo, fez quatro recomendações aos governos dos Estados membros, para serem empregadas na elaboração das suas políticas de proteção e valorização do patrimônio rural, tendo em vista que:

> *a evolução dos modos de produção agrícola e as consequentes mutações sociais dos últimos decénios ameaçam a própria existência da arquitetura rural tradicional e da sua paisagem; [...] este patrimônio constitui hoje, não só uma das componentes mais autênticas da cultura europeia, mas também um factor privilegiado de desenvolvimento local; [...] o reconhecimento, quer do património construído, quer do património natural impõe-se de forma imperativa aos Estados membros e às instituições europeias na definição das suas políticas agrícolas e ambientais* (Recomendação n° R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural - 1989 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 219).

Desse modo, apresentam-se as quatro recomendações: I - *Salvaguardar a memória coletiva da Europa rural através do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de identificação do seu patrimônio arquitetônico*; II - *Integrar a salvaguarda do patrimônio construído no processo de planejamento econômico, de ordenamento do território e de proteção do ambiente*; III - *Dinamizar a valorização do patrimônio como fator privilegiado de desenvolvimento local*; IV - *Promover o respeito e o conhecimento do patrimônio rural por toda Europa*. No que diz a primeira recomendação, o Conselho ressalta que ela deverá se organizar sobre uma base multidisciplinar, aproximando as características arquitetônicas e artísticas aos fatores geográficos, históricos, econômicos, sociais e etnológicos. Em complemento à segunda Recomendação, sugere-se que os planos diretores (por alguns serem insuficientes ou muitas vezes inapropriados), busquem:

> *i. encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial; ii. Chamar a atenção do público e dos agentes económicos para os valores da arquitectura local, expressos no uso secular de materiais, proporções, técnicas e pormenores construtivos; iii. Aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adoptada em Veneza, em 1964, pelo II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa de materiais de substituição, na impossibilidade de utilização de materiais tradicionais; iv. Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional* (Recomendação n° R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural - 1989 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 220-221).

Como complementação à terceira Recomendação, orienta-se que, entre as ações necessárias colocadas em prática, haja cursos de formação sobre as técnicas e ofícios ligados à construção tradicional por meio de:

> *i. criação de cursos especializados destinados a arquitectos, urbanistas, técnicos encarregues da conservação do património e técnicos da construção, abordando: materiais e técnicas tradicionais de construção, duração dos materiais tradicionais e possíveis combinações com materiais contemporâneos, custo das técnicas tradicionais de construção e condições da sua utilização actual ou da substituição por técnicas e materiais contemporâneos; ii. Criação de centros de formação em ofícios artesanais intimamente*

> *ligados à economia local e aos programas de reabilitação; iii. Organização de sessões de formação sobre a manutenção das construções, destinadas aos proprietários e aos agricultores* (Recomendação n° R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural - 1989 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 221-222).

E por fim, para atender à quarta Recomendação, devem ser desenvolvidas iniciativas com a finalidade de sensibilizar os políticos, o público em geral, proprietários rurais, agricultores e a juventude para as riquezas do patrimônio rural e as razões da necessidade da sua preservação.

Em encontro do ICOMOS[2], de 17 a 23 de outubro de 1999, foi produzida a "Carta sobre patrimônio construído vernáculo". Definiu-se patrimônio construído vernáculo como sendo a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. É o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat, sendo resultado de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais. O ICOMOS alerta que a sobrevivência dessa tradição está ameaçada, em todo o mundo, pela uniformização econômica e arquitetônica.

> *Devido a uniformização da cultura e aos fenómenos da globalização sócio-económica, as estruturas vernáculas são, em todo mundo, extremamente vulneráveis, porque se confrontam com graves problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração* (Carta sobre patrimônio construído vernáculo - 1999 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 285).

Naquele momento, o ICOMOS estabeleceu os princípios de conservação e proteção das construções vernáculas, complementando a Carta de Veneza (1964). Em termos gerais, o ICOMOS caracterizou as construções vernáculas como aquelas que apresentam:

> *a) um modo de construir emanado na própria comunidade; b) um carácter marcadamente local e regional em resposta ao meio ambiente; c) uma coerência de estilo, de forma e de aspecto, bem como o uso de tipos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos; d) um conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de modo informal; e) uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais; f) uma aplicação eficaz das técnicas tradicionais da construção* (Carta sobre patrimônio construído vernáculo - 1999 in: LOPES; CORREA, 2004, p. 286).

Com base nisso, as comunidades locais, governos e autoridades deveriam estar envolvidos na proteção do patrimônio vernáculo, assegurando a utilização e manutenção das construções, reconhecendo o direito que as comunidades têm de preservar os seus modos de vida tradicionais, protegendo-os através de meios legais, administrativos e financeiros, possibilitando assim a transmissão desses costumes às gerações futuras. A conservação desse patrimônio, conforme indica o ICOMOS, deve ser realizada por especialistas de diversas disciplinas, respeitando a identidade cultural das comunidades. Toda intervenção contemporânea realizada num conjunto vernáculo deve respeitar seus valores culturais e seu caráter tradicional.

De 1995 é a Recomendação N° R(95)9 sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes de políticas paisagísticas, que definem o conceito de Paisagem Cultural:

> "*Áreas de paisagem cultural - partes específicas, topograficamente delimitadas de paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra e no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorridos fatos históricos*" (Anexo à Recomendação N° R(95)9 sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. CURY, 2004, p. 332)

Esse conceito amplia a noção anterior de patrimônio cultural, até pouco tempo restrita aos vestígios materiais, e agora relacionado à ambiência social na qual estão inseridos. Foi com base nessa definição que conduzimos o desenvolvimento dessa pesquisa, não buscando somente a descrição das edificações arquitetônicas rurais do Seridó, mas compreendendo-as dentro do contexto cultural em que foram fundadas e pela vida social que as permeavam.

1.2 CONTEXTO NACIONAL

É notória a prioridade dada pelo SPHAN, durante os primeiros anos de sua atuação, à preservação de bens relativos ao período colonial, principalmente bens religiosos, especialmente àqueles ligados ao barroco. Os processos de tombamento e os artigos publicados em sua revista atestam esta preferência, fato desencadeado pelos Modernistas que dirigiam a repartição e que consideravam a arte colonial como genuinamente brasileira, e portanto merecedora de proteção.

Nesse início do SPHAN, Rodrigo nos fala sobre o conceito que norteava essa opção pelos monumentos representativos do nacionalismo brasileiro:

> *o que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país. São documentos de identidade da nação brasileira. A subsistência deles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.* [...] *Da decisão e da capacidade de nosso povo assegurar a defesa da integridade nacional, as provas mais convincentes e emocionantes são as* ***fortificações*** *que, no decorrer dos séculos da formação e do desenvolvimento do Estado brasileiro, foram edificadas e se conservam nos limites mediterrâneos e marítimos de nosso território. Do ideal e do fervor religioso, que inspiraram nossas antigas populações, contribuindo notavelmente para firmar o sentimento de solidariedade entre os habitantes deste imenso país, as* ***igrejas*** *levantadas nos sítios mais diversos e distantes, em número prodigioso, perduravam como testemunhos sublimados. As formas de governo e as instituições políticas e administrativas estabelecidas no Brasil através dos tempos, ficaram bem definidas e assinaladas para a posteridade nos* ***palácios reais e imperiais****, bem como nas* ***residências de vice-reis e governadores ou***

> ***capitães-generais*** *e, ainda, nos* ***prédios de intendências*** *e* ***alfândegas*** *e nas* ***casas de câmara e cadeia*** *das cidades e vilas brasileiras. As modalidades da produção econômica que condicionaram os ciclos sucessivos do desenvolvimento nacional, – o ciclo do açúcar, o da mineração e o do café –, com as intercorrências da produção pastoril e siderúrgica, ressurgem dramaticamente assim nas* ***velhas sedes de engenhos e fazendas****, como nos remanescentes das lavras e das fábricas primitivas, nas regiões em que ocorrem. O regime patriarcal, latifundiário e escravocrata que caracterizou a formação da sociedade em nosso país e as transformações que nesta se operaram, em conseqüência das vicissitudes econômicas e outras circunstâncias peculiares, estão simbolizadas expressivamente nas antigas* ***casas-grandes e senzalas rurais****, nos* ***velhos sobrados e cortiços urbanos****, além de certos* ***espécimes de construções destinadas a lojas, oficinas e armazéns****. O sistema de abastecimento de água adotado em nossos centros populosos e o de assistência à saúde pública deparam-se-nos, com a feição que os distinguia, nos* ***aquedutos*** *vetustos, nas* ***fontes*** *e nos* ***chafarizes*** *coloniais e imperiais, assim como em tantos nobres edifícios das Misericórdias multicentenárias* [...] *Foi em obediência a essa determinação que se procedeu à inscrição ou tombamento dos bens cuja preservação se julgou do interesse público. Mas, por motivo da enorme extensão do território brasileiro* [...] *o acervo inscrito no livro de Tombo está ainda muito longe de se tornar satisfatório para o efeito determinado* (Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 29/11/1961 in: ANDRADE, 1987. p. 57. grifo nosso).

Em 1946, o SPHAN passa a chamar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Rodrigo de Melo Franco foi taxativo ao se referir à prioridade dada pela DPHAN no tombamento de bens de caráter excepcional, e no Decreto nº 25, somente os bens inscritos nos livros de tombo eram considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Porém alertou para a responsabilidade do Estado para com os bens que não tinham tal caráter, por isso não tombados, conseqüentemente fora da responsabilidade da DPHAN.

> *Nos referidos livros de tombo não se inscrevem, em rigor, senão coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta conveniência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor*. [...] *exemplares numerosos de edificações que, conquanto não assumam a importância de monumentos nacionais, são contudo produções genuínas de arquitetura brasileira, popular ou o seu tanto eruditas, merecendo estudo e conservação*. [...] *Tudo isso e muita coisa, omitida para não alongar indefinidamente e enumeração, entra na esfera das atribuições do Conselho Federal de Cultura, por intermédio de sua Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, enquanto fica excluído da área da atividade da Diretoria da mesma denominação, pela impossibilidade de ser tombado tamanho acervo de bens. A Câmara, pois, como órgão competente do Conselho, tem de exercer em relação a esses valores uma vigilância e uma ação supletivas da Diretoria em causa. Missão de maior alcance para a coletividade brasileira, tanto do ponto de vista cívico, quanto do cultural. Entretanto, é claro que a parte capital do patrimônio histórico e artístico do país consiste no elenco de bens sobre os quais recaiu o tombamento. Pela defesa e preservação destes, a repartição que os inventariou e classificou vem pelejando demoradamente, constituída de um pugilo escasso de indivíduos, com mesquinhos recursos financeiros e sem apoio bastante das autoridades superiores, nem da própria opinião popular, até hoje desesclarecida. A proteção de nosso patrimônio, só organizada quando o mesmo já se achava muito desfalcado, se tem ressentido constantemente da falta de elementos indispensáveis para tornar-se efetiva*. (Matéria publicada em Cultura, MEC, em janeiro de 1968, ano 2, nº 7 in: ANDRADE, 1987. p.71-72)

Um dos instrumentos para divulgação dos trabalhos realizados pela repartição foi a Revista do SPHAN. Nela foram publicados artigos a respeito do patrimônio artístico e histórico brasileiro, alguns deles encomendados diretamente por Rodrigo de Melo Franco aos técnicos que trabalhavam na instituição. A primeira publicação ocorreu já no seu primeiro ano de funcionamento, 1937, totalizando 18 volumes publicados até o ano de 1978, quando ocorreu uma interrupção, voltando a ser publicada em 1984, resultando em mais 12 edições até nossos dias. Os temas desenvolvidos nos artigos compreendem predominantemente questões referentes à arquitetura produzida no período colonial, principalmente, a religiosa. Há também alguns poucos artigos relacionados exclusivamente à nossa arquitetura rural:

ARTIGOS REFERENTES À ARQUITETURA RURAL NA REVISTA DO SPHAN		
Ano da publicação	Autor do artigo	Título do artigo
1937	Paulo Thedim Barreto	Uma casa de fazenda em Jurujuba
1939	Godofredo Filho	A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila
1943	Joaquim Cardoso	Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio
1943	Dom Clemente Maria da Silva Nigra	A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu
1944	Lourenço Luiz Lacombe	A fazenda de Santo Antônio em Petrópolis
1944	Luiz Saia	Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século
1956	Joaquim de Souza-Leão	Dois engenhos pernambucanos

Tabela dos artigos referentes à arquitetura rural na Revista do SPHAN
Fonte: Revistas do SPHAN

Com a aposentadoria de Rodrigo de Melo F. de Andrade, em 1967, a gestão da DPHAN foi assumida pelo arquiteto Renato Soeiro, por indicação do próprio Rodrigo. Nesse período, a DPHAN passou por uma reformulação, já que o modelo implantado na década de 1930 não era mais compatível ao momento político de então. Esse fato desencadeou os encontros de governadores em 1970 e 1971. Em 1970, a DPHAN passou a ser denominada de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em abril de 1970, realizou-se o "I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de estudar um meio de complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, até o momento realizada apenas pela então DPHAN. Nesse evento, foi assinado o *Compromisso de Brasília*, que reconheceu como necessária a ação dos estados e dos municípios paralela à atuação federal. Deveria ser competência dos estados e municípios, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional. A fim de se obter esses resultados, o *Compromisso de Brasília* recomendou a criação, onde ainda não houvesse, de órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, de acordo com o que dispõe o art. 23, do Decreto-Lei 25, de 1937. Entre as recomendações do *Compromisso de Brasília* estão: inclusão nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, de matérias que versem sobre o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular;

incentivo, por parte das universidades, de pesquisas em arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, eclesiásticos e de instituições de alta cultura, com o fim de melhor elucidar o passado e acompanhar os inventários dos bens regionais; defesa do acervo arquivístico; conservação do acervo bibliográfico; criação de cursos para formação de profissionais ligados às questões do patrimônio; utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público; colaboração dos poderes públicos estaduais e municipais com a DPHAN, no sentido de efetivar-se o controle do comércio de obras de arte antigas.

Em outubro de 1971, realizou-se o "II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil", onde as proposições assinadas denominaram-se "Compromisso de Salvador". Ratificados todos os itens do "Compromisso de Brasília", foram feitas mais recomendações, entre elas: criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual; criação de legislação complementar, no sentido de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência; criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências; que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares , que afetam áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural , especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN, do IBDF e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área, a partir de estudos iniciais de qualquer natureza; adoção de convênios entre o IPHAN e as universidades, com o objetivo de proceder ao inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural, inclusive dos arquivos notariais. Em nenhum desses encontros tratou-se diretamente da preservação da arquitetura rural, o que se fez realmente foi dar a responsabilidade para cada estado realizar as ações conforme sua realidade regional, porém os mesmos problemas enfrentados pelo IPHAN, como falta de técnicos e de recursos financeiros, assolaram também as instituições do patrimônio estadual.

Em 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN, que logo depois, fundido com o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e com o Centro Nacional de Referência Nacional (CNRC), transformou-se na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse momento, foi criada a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). Em 1990, essas duas instituições foram extintas e criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), e já em 1994 o IBPC volta a chamar-se IPHAN[3]. Como se pode perceber, os anos compreendidos entre 1970 e 1990 foram marcados por muitas modificações na estrutura burocrática do atual IPHAN, em prol de sua reestruturação.

1.2.1 Tombamentos

De acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", "*constitui o patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico*" (Art. 1º), e "*os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte*

integrante do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro, depois de inscritos separados ou agrupados num dos quatro livros do Tombo" (§ 1º do Art. 1º). Esses quatro livros do Tombo dividem-se em:

> *1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; 2) Livro de Tombo Histórico e as cousas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) Livro do Tombo das Belas Artes, as cousas de arte erudita nacional ou estrangeira; 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas nacionais ou estrangeiras.* (BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. A legislação ordinária de tombamento).

As primeiras iniciativas de proteção do patrimônio civil rural brasileiro, por meio de tombamentos, aconteceram ainda na década de 1930, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tombou a Torre de Garcia d'Ávila, a Casa da Fazenda do Engenho D'água, a Casa da Fazenda do Viegas e a Casa da Fazenda Taquara, todas no Rio de Janeiro, com exceção da Casa da Torre que se localiza na Bahia. O mesmo órgão, na década de 1940, tombou dezenove edificações civis rurais, número bem superior às demais décadas de atuação dessa instituição. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 o número de tombamentos manteve-se estável, oito tombamentos em cada década citada. Após esse período, esse processo estagnou-se, tendo sido tombada apenas uma edificação civil rural em 1998 e outra em 2002, totalizando cinqüenta e cinco tombamentos de edificações civis rurais realizados entre 1938 e 2006.

NÚMERO DE TOMBAMENTOS PELO IPHAN		
Período	Bens civis rurais	Demais bens/conjuntos
1937 - 1939	4	278
1940 - 1949	19	170
1950 - 1959	8	151
1960 - 1969	8	146
1970 - 1979	8	78
1980 - 1989	6	91
1990 - 1999	1	33
2000 - 2007	1	19

Número de tombamentos de edificações rurais civis realizados no período de 1937 a 2007 em relação aos tombamentos dos demais bens e conjuntos de bens.
Fonte: IPHAN, 1994; Arquivo Noronha Santos disponível em: <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

BENS ARQUITETÔNICOS CIVIS RURAIS TOMBADOS PELO IPHAN					
Imagem	N° do processo	Data de tombamento	Denominação do bem	UF	Localidade
	128-T-38	30/04/1938	Torre de Garcia d'Ávila	BA	Mata de São João
	054-T-38	14/06/1938	Casa da Fazenda Viegas	RJ	Rio de Janeiro

	347-T-45	30/07/1938	Casa da Fazenda Engenho D'água	RJ	Rio de Janeiro
	062-T-38	30/07/1938	Casa e capela da Fazenda Taquara	RJ	Rio de Janeiro
	177-T-38	19/02/1940	Solar dos Airizes	RJ	Campos dos Goytacazes
	212-T-39	23/03/1940	Fazenda do Columbandê	RJ	São Gonçalo
	228-T-40	25/10/1940	Casa e Chácara do Barão de Monjardim	ES	Vitória
	214-T-39	22/01/1941	Sítio Santo Antônio	SP	São Roque
	313-T-42	06/07/1942	Sobrado do Engenho Lagoa	BA	São S do Passe
	317-T-42	23/07/1942	Casa da Fazenda Morcego	RJ	Angra dos Reis
	316-T-42	16/02/1943	Casa da Fazenda São Roque	BA	Maragogipe
	269-T-41	23/03/1943	Casa do Engenho Embiara	BA	Cachoeira
	284-T-41	23/03/1943	Engenho Vitória	BA	Cachoeira
	289-T-41	21/05/1943	Fazenda Iolanda	SE	Itaporanga d'Ajuda
	323-T-43	06/09/1943	Engenho Matoim	BA	Candeias
	174-T-39	21/09/1943	Solar do Visconde	RJ	Campos dos Goytacazes
	334-T	28/06/1944	Engenho São Miguel e Almas	BA	São Francisco do Conde
	322-T-43	14/09/1944	Engenho Freguesia	BA	Candeias
	297-T-41	14/01/1944	Casa do Engenho Retiro	SE	Laranjeiras
	175-T-38	24/07/1946	Solar e Capela do Engenho do Colégio	RJ	Campos dos Goytacazes
	176-T-38	24/07/1946	Engenho de Santo Antônio	RJ	Campos dos Goytacazes
	367-T-47	30/08/1947	Casa da Fazenda do Capão do Bispo	RJ	Rio de Janeiro
	370-T-47	07/02/1948	Casa do Sítio dos Morrinhos	SP	São Paulo
	432-T-50	26/02/1951	Casa da Fazenda São Bernardino	RJ	Nova Iguaçu
	429-T-50	29/03/1951	Casa da Fazenda do Leitão	MG	Belo Horizonte
	424-T-50	29/03/1951	Casa da Fazenda Samambaia	RJ	Petrópolis
	445-T-51	12/04/1951	Casa da Fazenda Santo Antônio	RJ	Petrópolis
	355-T-45	08/10/1951	Casa do Sítio Padre Inácio	SP	Cotia
	085-T-38	22/10/1951	Casa da Fazenda Engenho D'água	SP	Ilhabela
	564-T-57	10/07/1957	Casa da Fazenda São Bento	RJ	Duque de Caxias

	569-T-	27/08/1959	Casa da Fazenda Boa Esperança	MG	Belo Vale
	433-T-50	12/01/1961	Casa do Sítio do Mandú	SP	Cotia
	358-T-46	21/05/1962	Engenho Poço Comprido	PE	Vicência
	678-T-62	02/07/1963	Engenhos dos Erasmus	SP	Santos
	747-T-64	26/04/1965	Casa da Fazenda Babilônia	GO	Pirenópolis
	391-T-39	27/04/1967	Casa, Capela e Sobrado da Faz. Acauã	PB	Souza
	783-T-66	20/10/1967	Casa da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição	RJ	Parati
	577-T-58	19/02/1968	Casa da Fazenda Pau D'alho	SP	São José do Barreiro
	529-T-65	28/05/1969	Casa da Fazenda Resgate	SP	Bananal
	789-T-67	23/01/1970	Fazenda Santa Eufrásia	RJ	Vassouras
	832-T-70	21/09/1971	Fazenda do Pombal (onde nasceu Tiradentes)	MG	Ritapolis
	755-T-65	06/03/1973	Casa do Sítio Mirim	SP	São Paulo
	846-T-71	18/09/1973	Casa da Fazenda do Rio São João	MG	Bom Jesus do Amparo
	881-T-73	17/12/1973	Casa da Fazenda Santa Mônica	RJ	Valença
	890-T-73	19/07/1974	Solar da Baronesa de Muriaé	RJ	Campos dos Goytacazes
	910-T-74	22/11/1974	Fazenda da Conceição	SP	Paraibuna
	909-T-74	06/02/1976	Fazenda Ponte Alta	SP	Redenção da Serra
	1038-T-80	27/02/1981	Casa da Fazenda Cachoeira do Taepe	PE	Surubim
	439-T-50	08/10/1981	Engenho Murutucu	PA	Belém
	1119-T-84	24/04/1985	Engenho do Mate	PR	Campo Largo
	1124-T-84	30/09/1985	Casarão do Chá	SP	Moji das Cruzes
	1183-T-85	14/10/1987	Fazenda Pinhal	SP	São Carlos
	476-T-53	13/06/1988	Fazenda da Borda do Campo	MG	Antônio Carlos
	1202-T-86	03/12/1998	Engenho Central São Pedro	MA	Pindaré-Mirim
	1358-T-95	10/07/2002	Fazenda do Registro Velho	MG	Barbacena

Bens arquitetônicos civis rurais tombados pelo IPHAN
Fonte: IPHAN, 1994; Arquivo Noronha Santos disponível em: <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

Dentre os tombamentos apresentados na tabela acima, a Região Sudeste possui o maior número de bens arquitetônicos rurais civis tombados, distribuídos da seguinte maneira: Rio de Janeiro - 18 tombamentos; São Paulo - 13; Minas Gerais - 6 e Espírito Santo - 1. As Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul apresentam número pouco representativo, sendo: um tombamento no Pará, um em Goiás e um no Paraná, totalizando três tombamentos apenas. Em relação ao Nordeste, oito tombamentos de monumentos arquitetônicos civis rurais foram na Bahia (Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Sobrado do Engenho Lagoa, Casa da Fazenda São Roque, Casa do Engenho Embiara, Engenho Vitória, Engenho Matoim, Engenho São Miguel e Almas e Engenho Freguesia), um em Sergipe (Fazenda Iolanda e Casa do Engenho Retiro), um no Maranhão (Engenho Central São Pedro), dois em Pernambuco (Engenho Poço Comprido e Casa da Fazenda

Cachoeira do Taepe) e um na Paraíba (Casa, Capela e Sobrado da Fazenda Acauã). Porém, esse conjunto pouco representa o vasto acervo arquitetônico civil rural brasileiro, principalmente no que se refere ao patrimônio do semi-árido nordestino, pois apenas esses dois últimos exemplares tombados localizam-se na região.

A apreciação dos processos de tombamento dos primeiros anos do SPHAN permitiu-nos observar que a iniciativa de se requerer o tombamento de um determinado bem vinha, na maioria das vezes, de funcionários e delegados das superintendências da repartição, e era muito valorizado, pode-se dizer privilegiado, o caráter excepcional do bem. Assim foi o caso do tombamento da casa do Engenho Lagoa e do Engenho Matoim, ambos da Bahia.

> *Tratando-se de uma Casa-Grande, das mais notáveis, que restam no recôncavo baiano, quer sob o ponto de vista artístico, que sob o sentimental e histórico, solicito, respeitosamente, vossas providências afim de que não se faça demorar o tombamento* [...] (Godofredo Filho, delegado da 5ª região, 22 de abril de 1942)

> [...] *O engenho Matoim, com seu sobrado de residência e a casa do açúcar, se apresenta com um dos melhores padrões arquitetônicos do velho recôncavo* (Godofredo Filho, delegado da 5ª região, maio de 1943)

Em 22 de janeiro de 1946, Dr. Ayrton Carvalho, o então chefe do 1º Distrito da DPHAN, enviou a Lúcio Costa documentação tratando da Casa-Grande do Engenho Pôço Comprido.

> [...] *remetemos pela Panair do Brasil, como encomenda aérea, a primeira contribuição do ano destinada à ampliação do inventário de fotografias de obras de arquitetura civil deste Departamento. Trata-se da documentação da Casa-Grande do engenho Pôço Comprido* [...] *é um magnífico exemplar de arquitetura civil da época colonial, o qual está, felizmente, inalterado. A construção é mista, isto é, composta de estrutura de madeira que repousa sobre colunatas de alvenaria. Os vazios da estrutura são preenchidos com alvenaria.*

Em resposta, Dr. Lúcio manda-lhe a seguinte mensagem:

> *Até que enfim Pernambuco contribui com alguma documentação apreciável para o estudo da nossa arquitetura doméstica rural mais característica. É, com efeito inacreditável, que enquanto nas redondezas da própria capital de S. Paulo já foi descoberta cerca de uma dezena de esplendidos exemplares da arquitetura residencial brasileira rural dos séculos XVII e XVIII, no Estado de Pernambuco, onde o surto modernizador está longe de atingir nível tão avassalador quanto o de lá, já não subsistem (apenas porque Megahipe foi dinamitado) exemplares dignos do seu passado rural, quando é precisamente o único Estado que possui documentação iconográfica relativa ao assunto, graças as telas e desenhos de Post, Wagner etc. É indispensável que o Dr. Ayrton Carvalho mobilize turmas de pesquisa para baterem sistematicamente aquelas zonas da velha capitania onde a exploração colonial foi mais intensa afim de desencavar de uma vez por todos os exemplares autênticos que seguramente ainda ali se escondem* [...] (Lúcio Costa, 11/02/1946)

Em 21 de maio de 1962 a Casa-grande do Engenho Poço Comprido foi tombada.

Luís Saia visitou a Fazenda Acauã (composta de casa-sede, capela e sobrado do capelão) em Souza - PB, em abril de 1938, fazendo croquis e anotações de alguns detalhes de sua construção, datada de aproximadamente 1760. Em seguida, em correspondência a Rodrigo M. Franco de Andrade, datada de 16 de março de 1939, Luís Saia propõe o tombamento da sede dessa fazenda. Solicita também que a direção do SPHAN faça um levantamento mais preciso da edificação. Parece que, nos anos precedentes, nada foi feito nesse sentido, até que em fevereiro de 1949, A. R. Miranda, em mensagem enviada à DET, propõe "*o tombamento da Fazenda Acauam* [...] *no caso de ainda conservar as características primitivas*". Em resposta ao pedido de tombamento, o relatório de inspeção do Dr. Fernando Saturnino de Brito, conferido pelo perito em Belas Artes, Renato Morato, considera que a fazenda "*apresenta um conjunto de pouco interesse arquitetônico não se encontrando atualmente, em bom estado de conservação* [...] *apesar da descaracterização sofrida, no decorrer das diversas reformas, e do conjunto atualmente* **não oferecer** *como já dissemos a princípio* **grande valor arquitetônico***, somos de opinião que deverá ser tombado levando-se em conta um pouco da sua história e da capela que ainda apresenta elementos de interesse*" (grifo nosso). Carlos Drummond dá seqüência a esse parecer da seguinte maneira: "*considero justificada a proposta de tombamento sob o ponto de vista histórico. Quanto ao aspecto artístico, solicito ao sr. chefe do S. A. o obséquio de opinar*" (26/06/1953). Que responde: "*de acôrdo, em princípio com a indicação do dr. Fernando Saturnino de Brito, justificando-a mais pela razão de não se conter na lista de monumentos tombados na região outro exemplar de arquitetura rural*" (30/06/1953). Carlos Drummond encaminha para Dr. Lúcio o pedido de "pairar os olhos nesse caso" (30/06/1953), e um mês após, o mesmo Drummond recebe "*recomendação verbal do sr. diretor: aguardar melhor oportunidade para o tombamento*". Somente 1967 que o tombamento é finalmente concretizado. Não sabemos ao certo qual o motivo da protelação desses processos de tombamento apresentados acima, mas, aparentemente, havia uma espécie de dúvida no julgamento da realização ou não de tombamento de imóveis desprovidos de apelo estético, apesar de existir o livro de tombo histórico. Na prática, a atenção voltava-se com maior intensidade para o livro de Belas Artes.

É sabida a política por parte da repartição, nas suas décadas iniciais, de priorização da proteção dos bens do período colonial. Como já dissemos, era privilegiado, naquele momento, o caráter excepcional do bem imóvel. Conseqüentemente aqueles exemplares tidos como "comuns" foram descartados. Eram incentivadas expedições, como se pôde perceber, em busca desses bens excepcionais e ainda desconhecidos em âmbito federal. Essa atenção em buscá-los reflete-se no número de tombamentos realizados. Entre 1938 e 1969, foram realizados 39 tombamentos de imóveis domésticos rurais.

> *A determinação de constituir o patrimônio histórico e artístico nacional do país obrigou o SPHAN a propor critérios que permitissem selecionar entre o espólio do passado aqueles bens que reuniam os méritos e qualidades suficientes para fazer figurar entre os símbolos da nacionalidade brasileira* [...] *O critério para a seleção dos monumentos a serem protegidos procurou contemplar, segundo Rodrigo M. F. de Andrade, os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituiriam a população brasileira* (ANDRADE, 1993. p. 113).

Segundo Antônio Andrade (1993), a autonomia da arte nacional – identificada com os processos de adaptação dos modelos originários às condições locais, atribuindo-lhes o peculiar caráter – serviu como referência principal para a seleção dos bens a serem protegidos como patrimônio nacional. É importante ressaltar, conforme indica Antônio Luís Dias de Andrade, que o SPHAN tinha uma aversão à produção artística e arquitetônica do final do século XIX, negando-lhe mérito e qualidade.

A partir da década de 1970, seguindo as resoluções do *Compromisso de Brasília* (1970) e do *Compromisso de Salvador* (1971), os estados brasileiros passaram a dispor de órgãos próprios, com intuito de suplementar às atividades do IPHAN. Esses órgãos, além de outras atividades, realizaram tombamentos de bens arquitetônicos em âmbito estadual. Apresenta-se a seguir uma lista dos bens arquitetônicos civis rurais tombados pelos estados nordestinos.

BENS ARQUITETÔNICOS CIVIS RURAIS TOMBADOS POR ÓRGÃOS ESTADUAIS					
Imagem	N° do decreto	Data do decreto	Denominação do bem	UF	Localidade
	9.658	10/08/1984	Engenho Central de Pindaré	MA	Pindaré-Mirim
	7.663	23/06/1980	Sítio Santo Antonio das Alegrias - Sítio do Físico	MA	São Luís
	11.682	29/11/1990	Fazenda Santa Cruz	MA	Buriti
	8.686	06/07/1992	Casa de Fazenda da Dona Alemã	PI	Capitão de Campos
	8.686	06/07/1992	Sede da Fazenda Boa Esperança ou Casa do Padre Marcos	PI	Padre Marcos
	9.311	23/03/1995	Fazenda Olho D´água dos Pires	PI	Esperantina
	12.135	15/03/2006	Fazenda Serra Negra	PI	Aroazes
		1987	Casa grande da Fazenda Timbaúba	RN	Ouro Branco
		1988	Casa grande Guaporé	RN	Ceará-Mirim
		1988	Solar Ferreiro Torto	RN	Macaíba
		1990	Casarão dos Guarapes	RN	Macaíba
		1990	Casa de pedra em Pirangi	RN	Nísia Floresta

		1992	Casa grande do Engenho Verde Nasce	RN	Ceará-Mirim
		1998	Casa velha - casa da Fazenda	RN	Lagoa de Velhos
	16.219	29/07/2002	Casa da Fazenda Sabe Muito	RN	Caraúbas
	17.535	28/05/2004	Casa de Chico Antônio	RN	Pedro Velho
		2005	Casa de farinha no Sítio Encruzilhada	RN	Portalegre
	7.936	13/02/1979	Engenho e Casa Grande da Várzea	PB	Areia
	8.656	26/08/1980	Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e capela anexa	PB	João Pessoa
	8.657	26/08/1980	Conjunto arquitetônico do Engenho Baixa Verde	PB	Serraria
	20.137	02/12/1998	Engenho Corredor: casa de purgar, casa grande, engenho, casa de Morador e Ddpósito.	PB	Pilar
	25.689	17/02/2005	Antigo Engenho Paul que abriga um complexo arquitetônico de casa grande e bangüê	PB	João Pessoa
	9.904	22/11/1984	Engenho Massangana	PE	Cabo de Santo Agostinho
	12. 550	07/08/1987	Casa grande do engenho Camaragibe	PE	Camaragibe
	11.239	11/03/1986	Engenho Amparo	PE	Itamaracá
	11 435	19/05/1980	Casa grande do engenho Barbalho	PE	Recife
	*	*	Antiga residência rural do ex-governador José Rufino	PE	Cabo de Santo Agostinho
	*	*	Engenho Monjope	PE	Igarassu
	*	*	Casa Grande do Engenho Gaipió	PE	Ipojuca
	*	*	Casa grande do Engenho Morenos	PE	Moreno
	*	*	Casa grande do engenho Estrela do Norte (engenho Machados)	PE	Rio Formoso
	6.126	06/01/1984	Ex-Usina São Félix	SE	Santa Luzia do Itanhy
	28.398	10/11/1981	Casa da Fazenda Brejo dos Padres, atual Fazenda Bom Jesus	BA	Caetité
	28.398	10/11/1981	Casa da Fazenda Santa Bárbara	BA	Caetité
	3.731	24/09/1994	Sobrado do Engenho de Santo Antônio de Camuciatá	BA	Itapicurú
	8.357	05/11/2002	Engenho de Baixo	BA	Aratuípe
	8.357	05/11/2002	Antiga Casa dos Hansen, na Fazenda Santa Bárbara	BA	São Félix
	9.213	05/11/2004	Antiga Sede da Fazenda Curralinho	BA	Castro Alves
	*	*	Casa da Fazenda Paratigí	BA	Piemonte do Paraguaçu
	*	*	Fazenda Campo Limpo	BA	Cruz das Almas

Bens arquitetônicos civis rurais tombados por órgãos estaduais
Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), 2007; Departamento de Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão, 2007; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 2007; Setor de Documentação e Memória da Secretaria da Cultura de Sergipe.

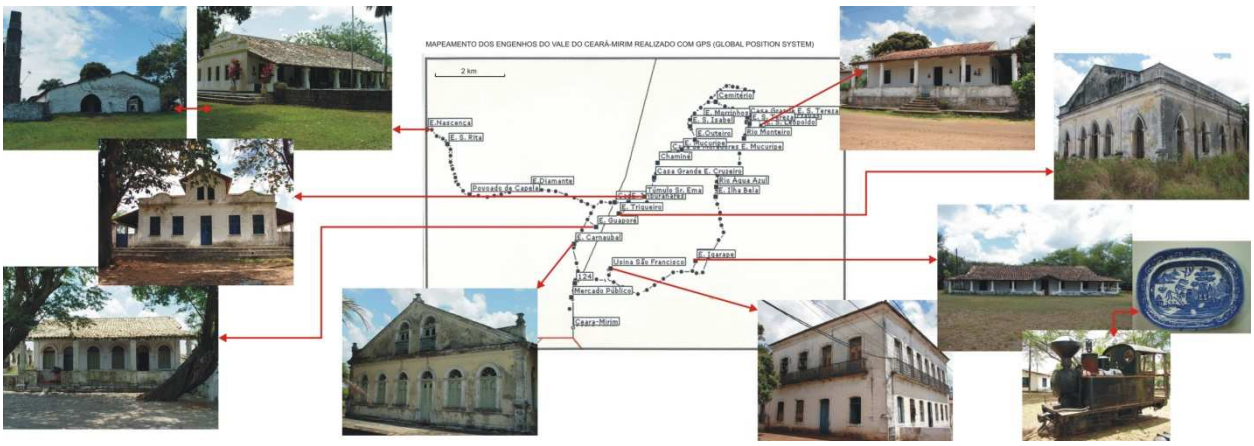
* Bens em processo de tombamento (tombamento provisório)
*** Em alguns estados, os bens tombados em nível federal são automaticamente tombados em nível estadual, porém, aqui apresentamos somente os bens tombados exclusivamente em nível estadual, já que em tabela anterior apresentamos os bens tombados em nível federal.

TOMBAMENTO DE BENS CIVIS RURAIS X NÚMERO TOTAL DE TOMBAMENTO		
Estados	N° de bens arq. civis rurais tombados	N° de tombamentos totais
Maranhão	2	60
Piauí	4	41
Ceará	0	35
Rio Grande do Norte	10	98
Paraíba	5	154
Pernambuco	9	131*
Alagoas	0	38
Sergipe	1	54
Bahia	8	142**

Número de tombamento de bens arquitetônicos civis rurais em relação ao número total de tombamento por órgãos estaduais dos estados do Nordeste até o ano de 2006.
Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), 2007; Departamento de Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão, 2007; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 2007; Setor de Documentação e Memória da Secretaria da Cultura de Sergipe; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), 2007.
* Dentre esses bens, 55 estão em processo de tombamento (tombamento provisório)
** Dentre esses bens, 53 estão em processo de tombamento (tombamento provisório)

A atuação dos órgãos estaduais na realização de tombamentos iniciou-se na década de 1980. O Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Fundação José Augusto (FJA)[4], apresenta o incrível número de dez bens rurais tombados (Casa-Grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, Casa-Grande Guaporé, Solar Ferreiro Torto, Casarão dos Guarapes, Casa de pedra em Pirangi, Casa-Grande do Engenho Verde Nasce, Casa velha - casa da Fazenda, Casa da Fazenda Sabe Muito, Casa de Chico Antônio e Casa de Farinha no Sítio Encruzilhada). Esse número representa um pouco mais que 10% do número total de imóveis tombados no estado. Na década de 1980, foi realizado um vasto inventário de edificações urbanas e rurais em todo estado potiguar. Infelizmente esse levantamento exaustivo não resultou em nenhuma publicação e hoje se constitui somente em fragmentos depositados nos arquivos da fundação.

Em 2006, a Sub-regional do IPHAN do Rio Grande do Norte iniciou ações visando à conservação e preservação do patrimônio rural do estado. Estão sendo realizados pela instituição: o *Inventário dos antigos engenhos do Vale do Ceará-Mirim* e o *Inventário de referências culturais da região do Seridó Potiguar*. Os estudos propostos visam mapear as edificações remanescentes das antigas propriedades rurais das regiões com objetivo de identificar as edificações de maior relevância para as futuras ações do IPHAN.



Roteiro dos engenhos de Ceará-Mirim-RN
Fonte: Acervo da Sub-regional do IPHAN/RN

Os estados da Bahia e Pernambuco também se destacam nesse sentido. O estado baiano, por meio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA)[5], realizou 142 tombamentos, dentre esses, oito são referentes a edificações civis rurais (Casa da Fazenda Brejo dos Padres, atual Fazenda Bom Jesus, Casa da Fazenda Santa Bárbara, Sobrado do Engenho de Santo Antônio de Camuciatá, Engenho de Baixo, Antiga Casa dos Hansen, na Fazenda Santa Bárbara, Antiga Sede da Fazenda Curralinho, Casa da Fazenda Paratigí e Fazenda Campo Limpo). Duas dessas construções são ligadas ao ciclo da cana-de-açúcar e o restante ao do gado. O estado pernambucano, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)[6], fez 131 tombamentos, sendo nove referentes a bens arquitetônicos civis rurais (Engenho Massangana, Casa-Grande do engenho Camaragibe, Engenho Amparo, Casa-Grande do engenho Barbalho, Antiga residência rural do ex-governador José Rufino, Engenho Monjope, Casa-Grande do Engenho Gaipió, Casa-Grande do Engenho Morenos e Casa-Grande do engenho Estrela do Norte - engenho Machados). Dentre esses bens citados, oito são construções ligadas à produção de açúcar. Esses dois estados despontaram, desde a época colonial, como os mais expoentes economicamente, em relação aos demais nordestinos, o que justifica seus vastos acervos históricos e arquitetônicos, e conseqüentemente o número de tombamentos elevado. Outro fator que também contribuiu para essa ocorrência foi que a Bahia e Pernambuco desenvolveram, desde a década de 1970, inventários e estudos sistemáticos sobre o seu patrimônio arquitetônico, além de em 1927 e 1928, respectivamente ambos os estados terem instituído Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos. No "*II Encontro dos governadores sobre a defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil*", ocorrido em 1971, em Salvador-BA, o então secretário de Educação e Cultura do estado baiano, Rômulo Galvão, relatou sobre os esforços de seu estado em incrementar ações no sentido de proteger seu acervo patrimonial. Segundo ele, foi criado em 1967, o Conselho Estadual de Cultura e em 1968, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, ambos anteriores às determinações da *Carta de Brasília* de 1970, e após essas criações instituiu a Fundação dos Museus do Estado (em 20 de janeiro de 1971), além do Sistema de Bibliotecas, de que faz parte a Biblioteca Central, onde se encontram as coleções de obras raras do estado. Em 1970, foi criado o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também se ministrava um curso anual sobre arquivo. Naquele momento, estavam sendo realizadas ações visando instalar casas de cultura em Cachoeira e Santo Amaro.

O estado pernambucano, que se pronunciou no mesmo encontro por meio de Mauro Mota, então diretor do Departamento de Cultura de Pernambuco, informou sobre os esforços do estado em fazer cumprir as recomendações do *Compromisso de Brasília*. Conforme ele, o estado de Pernambuco estava elaborando um anteprojeto do convênio a ser firmado com o MEC, para defesa dos bens culturais do estado. Também em fase de elaboração estava o plano de ação de âmbito estadual para a defesa e preservação dos bens de valor artístico e cultural, que iria compreender o levantamento das edificações de valor histórico e artístico em todo o território pernambucano, e já se encontrava redigido o projeto de estruturação de um órgão estadual com a função de vigilância e ação permanente junto ao patrimônio pernambucano.

A Paraíba tomou diversas providências para cumprir o Compromisso de Brasília e no "*II Encontro de Salvador*", os representantes do governo paraibano as apresentaram, entre elas: criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado; restauração da Casa da Pólvora; início dos estudos e projetos para a restauração da Fortaleza de Santa Catarina; reforma da Biblioteca Pública, entre outras. Criado pelo Decreto Estadual n° 5.255, de 31 de Março de 1971, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP)[7] tombou 154 bens e conjuntos arquitetônicos no estado paraibano, dentre esses, quatro ligados à arquitetura civil rural (Engenho e Casa-Grande da Várzea; Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e capela anexa; conjunto arquitetônico do Engenho Baixa Verde; Engenho Corredor: casa de purgar, Casa-Grande, engenho, casa de morador e depósito; e antigo Engenho Paul, que abriga um complexo arquitetônico de Casa-Grande e bangüê).

O Piauí, por meio do então Diretor do Departamento de Cultura, Noé Mendes de Oliveira, relatou no Encontro de Salvador (1971) os projetos idealizados após o Compromisso de Brasília: criação do Serviço Estadual de Teatro; Centro de Folclore e Artesanato; projeto de restauração de monumentos artísticos e a construção de um Centro Integrado de Cultura em Teresina, capital do estado. A partir da década de 1980, o estado piauiense, através da Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC-PI)[8], tombou 41 edificações, dentre as quais quatro são casas de fazendas de gado (Casa de Fazenda da Dona Alemã, Sede da Fazenda Boa Esperança ou Casa do Padre Marcos, Fazenda Olho D´Água dos Pires e Fazenda Serra Negra), sendo as três primeiras tombadas na década de 1990 e a última em 2006.

O Maranhão, por meio do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão (DPHAMA)[9], realizou 60 tombamentos, dois desses referentes ao patrimônio civil rural (Engenho Central de Pindaré e Fazenda Santa Cruz).

O I Encontro de Brasília trouxe, para o estado de Sergipe, resultados positivos em relação ao seu patrimônio cultural. Após esse encontro, foram criados o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe e o Conselho Estadual de Cultura. Através desses órgãos foi realizado, naquela década, um levantamento de todo acervo patrimonial de Sergipe por meio de viagens regulares no estado. Essas informações foram apresentadas por Núbia do Nascimento Marques, representante do Governo de Sergipe no II Encontro de Salvador. O estado sergipano tombou 54 bens arquitetônicos, entre eles a ex-usina São

Félix (o sobrado, casas de trabalhadores e antiga unidade industrial) compreendendo construções ligadas ao ciclo da cana-de-açúcar, datadas do século XVIII. Esse é o único bem rural tombado no Estado.

O Ceará e Alagoas não tombaram, até o ano de 2006, nenhuma edificação situada nas áreas rurais de seus territórios.

O Brasil, por sua extensão e diversidade, possui um grande número de edificações rurais. Desde o período colonial desenvolveram-se aqui variadas culturas agropastoris, que condicionaram variados partidos arquitetônicos. A partir dos anos 1980, iniciou-se uma série de estudos sistemáticos dessas arquiteturas e suas relações com o processo produtivo.

1.2.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema no Brasil

Raros são os estudos sobre a arquitetura do gado no Brasil. Em 1989, com foco na região sul, foi publicado o estudo Lourdes Noronha Pinto[10] intitulado "*Antigas fazendas no Rio Grande do Sul*", sobre trinta fazendas de gado. Seu objetivo era destacar a importância arquitetônica das antigas estâncias, que desempenharam papel relevante na formação cultural, histórica e geográfica do estado. Farto em fotografias e plantas arquitetônicas, esse trabalho documentou as propriedades rurais típicas do Rio Grande do Sul, caracterizadas por uma unidade de hábitos, costumes e trabalho comuns, mas que também exibiam diferenças flagrantes, decorrentes de condições geográficas, origens e distintas posições sociais de seus proprietários e ocupantes.

Atento à mesma região, Andrey Rosenthal Schlee[11] defendeu a tese "*Arquitetura das charqueadas desaparecidas*", em 1998, orientada pelo professor Carlos Lemos. Seu trabalho trata da história da formação da Região Platina, especialmente do município Pelotas, com base em relatos de cronistas e viajantes. Destaca as condicionantes econômicas que geraram tal arquitetura no século XVIII e XIX, bem como os principais requisitos que definiam aquela arquitetura: sistema de produção; equipamentos utilizados na feitura do charque; caracterização geral das charqueadas pelotenses do século XIX; localização e tipologia fundiária; partido arquitetônico adotado; formas de implantação dos complexos saladeiros; análise das componentes espaciais e programáticas das charqueadas de Pelotas dos séculos XVIII e XIX.

No Nordeste, privilegiou-se o estudo da arquitetura do ciclo do açúcar em detrimento da mais modesta arquitetura do ciclo pastoreio. Mas, mesmo os estudos sobre a arquitetura do açúcar, datam apenas da década de 1980.

Os engenhos de produção de açúcar, situados na faixa litorânea, mereceram pela primeira vez atenção na dissertação de mestrado de Esterzilda Berenstein de Azevedo[12], em 1985, intitulada "*Arquitetura do açúcar*". Sua tese de doutorado, orientada por Júlio Roberto Katinsky, defendida em 1995, "*Açúcar amargo: a construção de engenhos na Bahia oitocentista*", completou o estudo anterior, focalizando os engenhos do

Recôncavo no século XIX. A autora focalizou as relações existentes entre as oscilações da economia açucareira e os ciclos de construção ou ampliação dos engenhos do Recôncavo Baiano, em paralelo ao estudo das condicionantes que estruturaram o espaço produtivo, analisando as formas de produção nos engenhos de açúcar e seus desdobramentos na organização espacial dos vários edifícios que formavam esses imensos conjuntos arquitetônicos rurais. Tais análises tipológicas, vinculadas ao estudo do processo produtivo, foram ancoradas em fartas fontes primárias, tais como inventários *post-mortem* de senhores de engenhos, relatos de cronistas e viajantes, bem como registros iconográficos, somados à minuciosa análise dos vestígios arqueológicos. Seus trabalhos acadêmicos derivaram em grande parte dos levantamentos realizados pela pesquisadora, para o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA). Esterzilda de Azevedo conduziu suas pesquisas a fim de responder a uma questão fundamental: "*quais são os fatores que determinam a forma dos engenhos?*". Para responder tal questão, a pesquisadora partiu inicialmente da constatação feita por Amos Rapoport[13] (1972), que diz que a forma da casa é definida primordialmente por fatores socioculturais, tendo os fatores mesológicos – clima, materiais disponíveis etc. – um papel predominante, condicionante e limitador, a ponto das casas produzidas por diferentes culturas em condições mesológicas semelhantes, serem inteiramente diversas. Ainda, segundo o autor, alguns aspectos importantes do *genre de vié* afetam a forma da casa, tais como: as necessidades básicas; estrutura da família; condição da mulher; privacidade; e comunicação social. A pesquisadora concluiu que as edificações principais das fazendas de açúcar (casa-grande, capela, fábrica e senzala) retratavam as relações de produção do açúcar, em que pese às condicionantes do meio ambiente. O arranjo dessas edificações sobre a topografia e a utilização de determinados materiais refletiam a hierarquia social e o sistema de valores dessa sociedade

Com foco ainda no litoral nordestino, Geraldo Gomes Silva[14] deu seqüência aos pioneiros trabalhos de Esterzilda Berenstein de Azevedo, elaborando a tese "*Engenho e arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos*", orientada por Carlos Lemos e defendida em 1990, focalizando as tipologias predominantes condicionadas por aspectos econômicos, tecnológicos e sociais, inerentes à produção do açúcar na região. Em síntese, seu trabalho contempla: estudo das questões econômicas, sociais e tecnológicas típicas da produção do açúcar em Pernambuco; a análise do meio físico, que determinou a opção por certos materiais, técnicas e sistemas construtivos; a reconstituição da arquitetura de vários edifícios dos engenhos pernambucanos que não mais existem, com base em fontes iconográficas; estudos dos conjuntos remanescentes, destacando sua localização, características de implantação do edifício no terreno, sistemas construtivos mais freqüentes, bem como partido arquitetônico mais recorrente das “fábricas”, senzalas, casas grandes e capelas; e elaboração de teses sobre as origens desses partidos arquitetônicos. Para o estudo dos engenhos do século XVIII, na maioria já desaparecidos ou modificados em demasia, o autor recorreu à pesquisa em documentos, como os quadros pintados por Frans Post e os relatórios dos holandeses. A documentação elaborada pelos portugueses é paupérrima a esse respeito. O autor visitou e analisou aproximadamente 150 engenhos, dos quais raríssimos foram os casos que apresentavam as quatro edificações principais do engenho: casa-grande, capela, fábrica e senzala.

Segundo Silva (1994), a arquitetura civil rural não tem recebido a atenção merecida por parte daqueles que se dedicaram ao estudo da história do Brasil colonial e imperial. Tal esquecimento deve-se aos equívocos usuais e generalizados quanto à própria conceituação da arquitetura, pois, conforme o autor, costuma-se confundir, por exemplo, valores arquiteturais com valores decorativos, o que significa dizer que a Arquitetura somente se realiza em edifícios requintados e de formas muito elaboradas. O autor afirma que embora nossas casas rurais tenham sido construídas com formas muito modestas e que não sejam assinadas por arquitetos, suas construções basearam-se no saber vernacular, contendo lógica intrínseca atrelada à sua função e aos materiais, técnicas e sistemas construtivos próprios do local, constituindo-se assim num exemplar arquitetônico de relevância para a preservação do patrimônio cultural de uma região pouco conhecida do Brasil.

Os trabalhos apresentados acima tratam apenas da arquitetura relacionada aos engenhos de açúcar do litoral nordestino. Porém, o Nordeste além de grande produtor de açúcar no período colonial, também despontou com a atividade pastoreia e posteriormente algodoeira, o que, conseqüentemente, gerou uma arquitetura para abrigar tais atividades. Infelizmente, não há nenhum estudo sistemático publicado a respeito (como se tem dos engenhos de açúcar). Porém, há trabalhos que elucidam algumas questões. Como o artigo de Paulo Thedim Barreto, intitulado "*O Piauí e sua arquitetura*", publicado na revista do IPHAN, no qual apresenta breves considerações a respeito da ocupação inicial, das primeiras fundações de vilas e cidades e das condições climáticas do Piauí, detendo-se na explanação sobre a arquitetura tradicional rural e urbana produzida no estado nos séculos XVIII e XIX. O livro "*Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*", de Olavo Pereira da Silva Filho, apresenta um breve capítulo sobre as casas de sítio do estado, porém restrito às casas situadas nas proximidades da capital. Do mesmo autor, é o livro "*Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José de Piauhy*", com um volume destinado aos estabelecimentos rurais.

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), realizado pelo governo baiano nas décadas de 1970 e 1990, apresenta fichas das edificações consideradas pelo órgão relevantes para o acervo arquitetônico da Bahia; dentre elas algumas tratam das fazendas de gado e algodão. Esse inventário está organizado em seis volumes, sendo o primeiro sobre os monumentos do município de Salvador, o segundo e o terceiro, sobre os monumentos e sítios do Recôncavo, o quarto, sobre os monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina, o quinto, sobre os do Litoral Sul e, o sexto, sobre as mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano. Com esse inventário, pode-se ter acesso a dados relativos à localização, situação, época de construção, descrição, estado de conservação, aspectos tipológicos, histórico arquitetônico, matérias, técnicas e sistemas construtivos relativos a cada edificação inventariada.

---

[1] O Conselho da Europa foi fundado em 1949 com o objetivo de realizar uma união mais estreita entre os seus Membros, a fim de salvaguardar e de promover os ideais e os princípios que são o seu patrimônio comum e de favorecer o seu progresso econômico e social.

[2] O ICOMOS é uma associação civil, não-governamental ligada à questão da preservação patrimonial, com sede em Paris. Vincula-se à UNESCO. Foi criado em 1964 durante o II Congresso Internacional de Arquitetos em Veneza, ocasião em que foi escrita a "Carta de Veneza".

[3] Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-IPHAN, 2005.

[4] A Fundação José Augusto, criada em 1963, é uma entidade mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como uma de suas atribuições promover ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico, histórico e artístico do Estado (restauração, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis).

[5] Compete ao IPAC, entre outras, promover, por todos os meios legais, a preservação dos bens de cultura do Estado da Bahia; pesquisar, documentar, restaurar e promover a produção técnica e científica necessária à preservação dos bens da cultura; colaborar na formulação da política de educação patrimonial, juntamente com órgãos afins da área educacional; exercer, de modo sistemático, a fiscalização dos bens protegidos, orientando as intervenções no acervo patrimonial, nos limites da lei. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DA BAHIA. **Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural**. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/ipac.asp>. Acesso em 7 nov. 2007.

[6] A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE foi instituída em 17 de julho de 1973, na forma jurídica de direito privado, para incentivo à cultura e preservação dos monumentos históricos e artísticos. FUNDARPE. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/index.html> Acesso em 7 nov. 2007.

[7] O IPHAEP tem por objetivo planejar, coordenar e supervisionar a execução e o controle das atividades relacionadas com a preservação e restauração dos bens culturais e naturais, moveis e imóveis de interesse histórico, artístico, arqueológico, ecológico e paisagístico, desempenhadas através da classificação, inventario, cadastramento, estabelecimento de normas, tombamento, restauração, preservação e conservação dos referidos bens existentes no Estado da Paraíba. GOVERNO DA PARAÏBA. IPHAEP. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/iphaep/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=>4 Acesso em 8 jan. 2008.

[8] A FUNDAC objetiva promover, desenvolver e divulgar a cultura do Estado do Piauí.

[9] O Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão - DPHAMA foi criado em 15 de agosto de 1973, objetivando a preservação, recuperação e revitalização de bens móveis e imóveis, assegurando a defesa, conservação e valorização do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico do estado do Maranhão.

[10] Maria de Lourdes Jacques Noronha Pinto era empresária agropecuarista e herdeira da Fazenda Socorro de Vacaria, falecida em 1991.

[11] Arquiteto e professor da Universidade de Brasília.

[12] Arquiteta e professora da Universidade Federal da Bahia. Entre 1976 e 1982, trabalhou no projeto do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia (IPAC-SIC), onde percorreu todos o Recôncavo baiano para realizar inventários arquitetônicos dos monumentos e ruínas de edificações açucareiras.

[13] RAPAPORT, Amos. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1972. apud AZEVEDO, 1990.

[14] Arquiteto e professor adjunto do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1976 elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife e em 1980, a convite da Fundação de Desenvolvimento do Interior de Pernambuco (Fiam), trabalhou na elaboração do Plano de Preservação de Sítios Históricos, localizados essencialmente na Zona da Mata, região açucareira..

2. Formação do território do gado potiguar

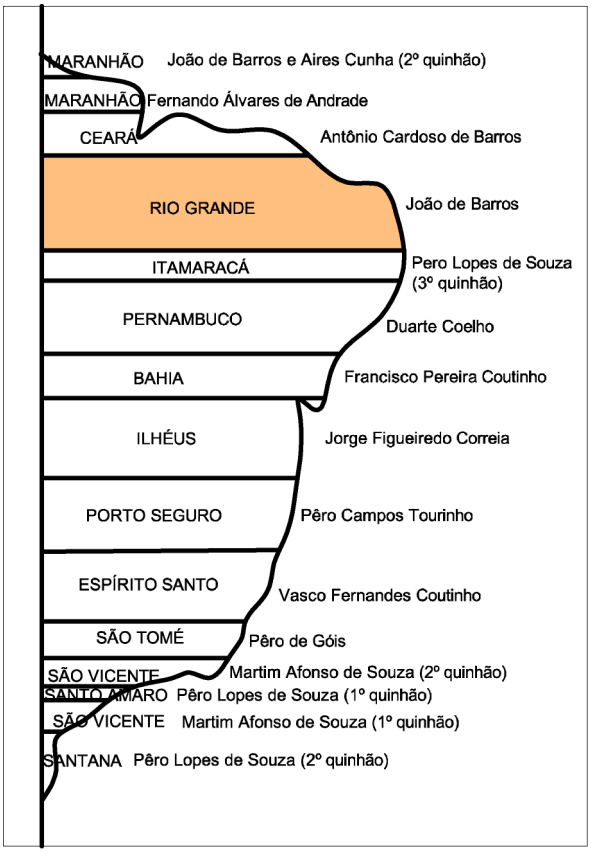
2.1 Início da colonização e fundação da fortaleza dos Reis Magos • 2.2 Ocupação flamenga • 2.3 Interiorização do RN • 2.4 Rotas de gado do Seridó • 2.5 Breve panorama econômico da província do Rio Grande do Norte no século XIX

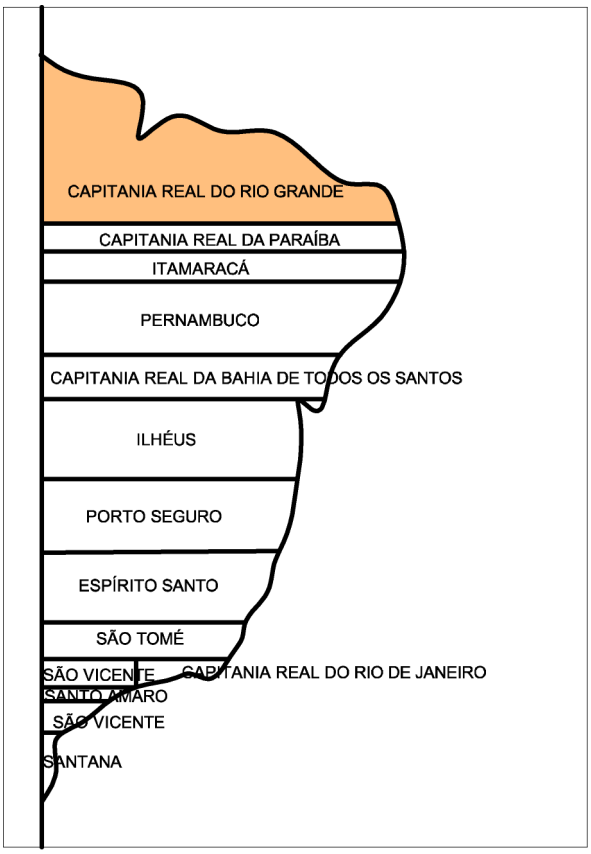
2.1 INICIO DA COLONIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS

Passados trinta anos do descobrimento do Brasil, Portugal iniciou, em 1534, a sua ocupação, com base no sistema de capitanias hereditárias. A Coroa delegou poderes aos donatários e os estimulou a iniciar o povoamento de suas terras. O sistema das cartas de doação de terras estabelecia os limites geográficos da capitania através da costa e relacionava os direitos e deveres dos donatários, cabendo-lhes fundar de vilas, colonizar, administrar e defender o seu território e desenvolver nela uma economia rentável.

A capitania do Rio Grande foi doada a João de Barros, que juntamente com Fernão Álvares de Andrade e Aires Cunha, recebeu terras com 225 léguas de extensão[1]. Para colonização desta capitania foram necessárias várias tentativas. A primeira, em 1535, contou com recursos dos três detentores de terras, que seguiram para o Brasil com cinco naus, cinco caravelas, novecentos homens e cem cavalos. Faziam parte da esquadra João e Jerônimo de Barros (filhos de João de Barros), um representante de Fernão Álvares, e Aires Cunha, que era o superintendente. Esta expedição objetivava a posse das terras dos referidos donatários, não obtendo êxito, implicou uma segunda tentativa, em 1555, tão ineficaz quanto a primeira.

Malgrado as dificuldades de colonização da capitania do Rio Grande, João de Barros continuou administrando-a em 1564, por intermédio de um procurador, residente em Igaraçu-PE. Neste primeiro momento, a atividade econômica predominante constituía-se no arrendamento de terras para extração do pau-brasil e colheita de búzios (espécie de moeda para troca comercial, principalmente na África). Em 1570 o donatário morreu e seus filhos requereram pagas a Felipe II da Espanha, alegando serviços feitos na capitania[2]. Com isso a capitania do Rio Grande passou a Coroa, assim como algumas outras, devido à falta de recursos dos donatários, aos constantes ataques dos índios, à distância da Metrópole, à difícil comunicação entre as capitanias e à má administração. O sistema de capitanias hereditárias fracassou, apenas as de São Vicente e Pernambuco prosperaram. Pouco a pouco, a Coroa comprou dos herdeiros as capitanias ou as confiscou por abandono. Entretanto, a última capitania só desapareceu em 1759, por determinação do Marquês de Pombal.





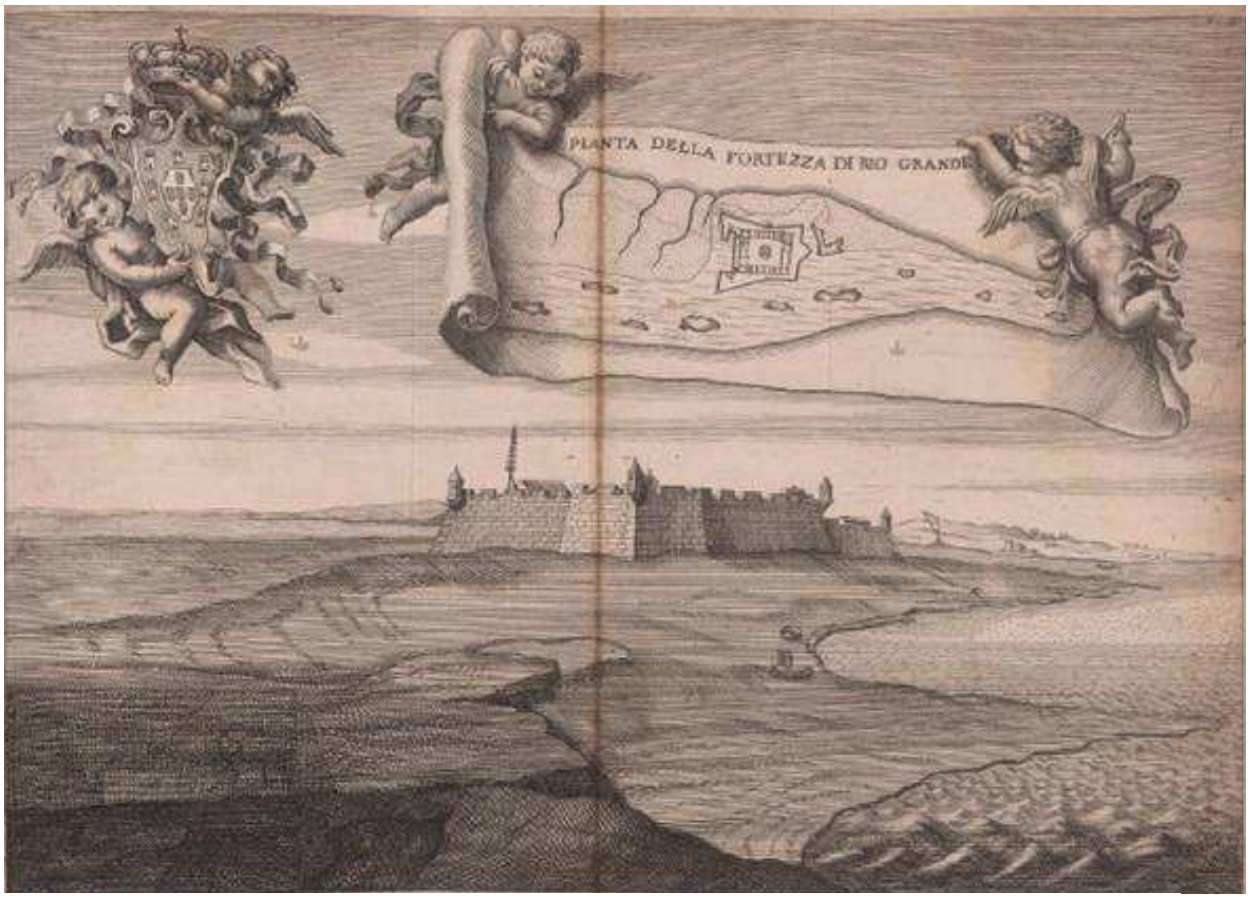
Divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias (1534-6); Nova divisão das Capitanias (157?)
Fonte: Desenho da autora sobre original de Luís Teixeira - 1574 atualmente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, Portugal. Disponível em: <www.novomilenio.inf.br/santos/mapa11bg.htm>. Acesso em: 10 jun. 2006; Desenho da autora sobre estudo da UFPE sobre a ocupação holandesa no Brasil disponível em: <www.biblio.ufpe.br/libvirt/fpost/mapa.htm> Acesso em 25 jun. 2006

Nos anos de 1580 a aparição de navios franceses na costa potiguar passou a ser freqüente: "*A presença francesa retardava a colonização sistemática. O francês não tinha exigência moral para o indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina* [...] *O português vinha para ficar, criando ambiente à sua imagem e semelhança, construindo fortes, plantando cidade, falando em leis, dogmas, ordenações e alvarás* [...] *Urgia um domínio oficial, visível, demonstração militar e ordem administrativa do Rei de Espanha e Portugal, mandando erguer um forte e fazer nascer uma cidade no setentrião do Brasil, na linde do nordeste, o obscuro e misterioso nordeste*" (CASCUDO, 1984, p. 21-22). "*Durante o século XVI, a capitania não passou, em verdade, de campo aberto a assaltos de piratas franceses acossados nas capitanias vizinhas*" (LYRA, 1950, p. 9).

Fortaleza dos Reis Magos
Fonte: Fundação José Augusto

D. Francisco de Souza, sétimo Governador Geral do Brasil (1591-1602), cumprindo as determinações de duas Cartas Régias (9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597), determinou a expulsão do inimigo e a construção de uma fortaleza e, ainda, a fundação de uma cidade. Fundou-se assim a Fortaleza dos Reis Magos no ano, de 1597. A construção foi iniciada em 6 de janeiro de 1598, em taipa, estacada e areia. Posteriormente, Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro-mor o Brasil (1603-1634), substituiu a taipa por pedra, concluindo as obras em 1628. O desenho da planta, de autoria de Gaspar de Samperes, possui a

forma de um polígono estrelado, no qual o ângulo reentrante fica na direção norte[3]. Em 1599, João Rodrigues Colaço[4], foi nomeado por Dom Francisco de Souza capitão da Fortaleza. Mais tarde, fundou a Cidade do Natal[5], no dia 25 de dezembro de 1599, sem nunca ter sido vila.



Prospetto della fortezza di Rio Grande. autor: Andreas Antonius Horaty
Fonte: Biblioteca Nacional disponível em: <http://www.bn.br> Acesso em 11 fev. 2007.

Mesmo com ações tentando firmar a ocupação no território potiguar, a dificuldade de colonização continuou, sendo indispensável à pacificação da população indígena, "*insubmissa, re-atacando sempre, transformando a vida dos brancos num estado permanente de inquietação brava e áspera*" (CASCUDO, 1984, p. 26). Daí a importância dos jesuítas para os colonizadores, que com suas missões conseguiram persuadir, pelo menos os indígenas litorâneos, "*com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da fé*" (CASCUDO, 1984, p. 26), possibilitando a conquista e o início da expansão territorial do Rio Grande do Norte.

> "*João Rodrigues Colaço, que, tranqüilo quanto à amizade dos índios, volveu suas vistas para o povoamento e cultura do solo, mediante largas concessões de sesmarias. Do exame dessas concessões, hoje todas conhecidas, graças às pacientes investigações do barão de Studart, verifica-se que as por êle outorgadas, atingindo, pelo sul, ao rio Curumataú, não iam, pelo norte, além de duas ou três léguas do Forte dos Reis Magos. Pelo interior, se estendiam ao longo das margens dos rios; mas, a não serem as dos rios Potengi e Jundiaí, alcançando maiores distâncias, as demais pouco de afastavam do litoral. O fato de encaminhar-se de preferência na direção do sul a corrente colonizadora era perfeitamente explicável. Do sul tinha vindo ela, batendo e expulsando bárbaros e invasores; do sul tinham vindo igualmente as colunas expedicionárias de Feliciano Coelho; e pelo sul tinham voltado essas mesmas colunas expedicionárias, com Mascarenhas, para a Paraíba e Pernambuco, após a conquista da capitania. Tratava-se, portanto, de estradas*

> *por vêzes transitadas. Como o norte o caso era diferente. A criação, a agricultura e as necessidades de defesa é que teriam de traçar seu curso, rumo ao Ceará. Natal pouco progredira. A fortaleza contava duzentas praças de guarnição e as obras da matriz se arrastavam muito lentamente, apesar dos esforços de seu primeiro vigário, padre Gaspar Gonçalves Rocha*." (LYRA, 1950, p. 11-12)

No início do século XVI,

> "*a capitania contava três ou quatro centenas e brancos e alguns milhares de índios combatentes, aldeados ou nômades, continuando a constituir, como desde a conquista, uma freguesia única e já possuindo, em embrião, um aparêlho de govêrno, com juiz ordinário, câmara, escrivão e procurador do Conselho, provedor, escrivão e procurados da Fazenda e almoxarife, procurador dos índios e escrivão das datas e demarcações... A receita ainda não subia a dez mil cruzados. O Forte dos Reis Magos era uma das melhores fortificações do norte. A cidade do natal tinha umas quarentas casas de taipa, em sua maioria cobertas de palhas e distribuídas, sem arruamentos regulares, em tôrno da matriz, terminada em 1619. Pouquíssimas as mulheres brancas. Crescente o cruzamento do português com a índia e, em conseqüência, o aumento do novo fator étnico que surgira na formação da sociedade colonial, - o mameluco. Quase inexistente a vida social. Tal o estado da capitania no momento em que os holandeses a invadiram e dominaram, arrastados pela ambição e pela cobiça*." (LYRA, 1950, p. 15).

O poder exercido na capitania do Rio Grande no século XVI e utilizado para expansão do território é descrito por Lyra (1950):

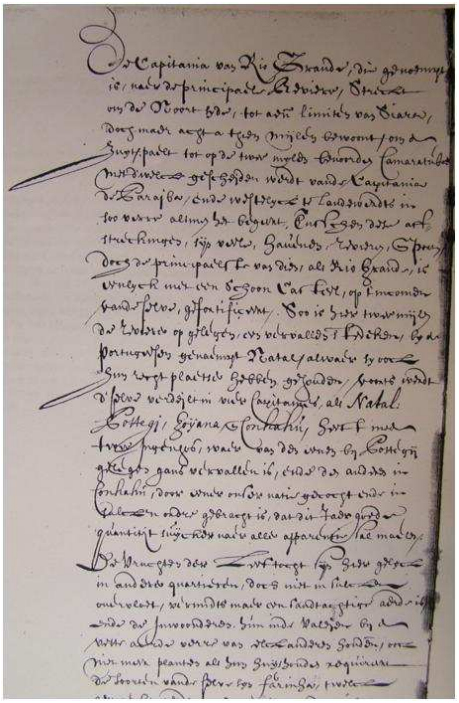
> "*dos capitães-mores, a começar por Manuel Mascarenhas. - o primeiro, por ser o comandante das fôrças da conquista -. Nenhum teve regimento a que devesse subordinar seus atos. Exceto em casos especiais, quando observavam instruções precisas do governador geral, todos agiram livres discricionàriamente, de acôrdo com seu critério pessoal, em face de circunstâncias emergentes ou inspirados pelo desejo de melhor servir ao rei. De ordinário, voluntariosos, violentos, arbitrários. Não admitiam restrições ao seu poder, que distenderam para o sul em toda a faixa litorânea e em profundas penetrações ao interior pelas margens dos rios Pitimbu, Pirangi, Trairi, Jacu, Curimataú, Grajú, outros. para o norte, o povoamento não ultrapassava ainda o Maxaranguape, a dez ou doze léguas da capital; mas nas férteis várzeas banhadas pelo baixo Ceará-mirim e seus afluentes, bem como na lagoa e rio Guajiru, os surtos de colonização já se acentuavam promissoramente. O mesmo nas terras marginais do Potengi e Jundiaí. A pesca florescia nas praias e nos rios. A indústria pecuária se desenvolvia por toda parte e, em breve seria no S. Francisco [...] e nas campinas norte-riograndenses que portugueses e flamengos iriam buscar recursos para alimentação de seus guerrilheiros. O açúcar era fabricado apenas em dois engenhos o Ferreiro Torto e o Cunhaú*." (LYRA, 1950, p. 14-15).

2.2 OCUPAÇÃO FLAMENGA

Em 1633 os holandeses ocuparam o Rio Grande, ali permanecendo até 1654. No entanto essa ocupação, segundo Cascudo (1984), não modificou a expansão geográfica, pelo contrário, a restringiu, pois os holandeses ignoraram completamente o sertão. Por parte deles, ainda segundo Cascudo (1984), o Rio Grande do Norte só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem. O interesse flamengo era a abundância do gado, até então criado na faixa litorânea. Em meados do século XVII, segundo Joan Nieuhof[6], o Rio Grande era a única região de onde se recebiam quantidades ponderáveis de farinha e gado, que minimizava a escassez de gêneros reinante no Recife. Esse fornecimento para o Pernambuco

holandês "*era feito à força da espada e de violência e não há registro de compra pacífica*" (CASCUDO, 1984, p. 79).

No *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses* (1639), Adrian van der Dusser observou o aspecto da Capitania do Rio Grande naquele momento:



"*está dividida em 4 freguesias, a saber: Cunhaú, Goiana, Mopebu e Potengí. Já teve uma cidadezinha chamada Cidade do Natal, situada a uma légua-e-meia do Castelo de Ceulen, rio acima, mas está totalmente arruinada, pelo que foi consetido aos escabinos e moradores levantar uma nova cidade em Potígi [...] São poucos os habitantes do Rio Grande, os quais vivem na maioria de criação de gado para o que possuem belas pastagens. Atualmente o gado ali diminuiu muito, não só pela guerra passada, que despovoou a Capitania, desde que o forte Ceulen foi tomado, como também, desde então, tem fornecido o gado necessário à subsistência das demais Capitanias, nas quais o gado havia sido na maior parte destruído. Nessa Capitania existem há muito tempo dois engenhos, a saber: Engenho Potigi [...] Engenho Cunhaú.*" (DUSSEN, 1947, p. 78-79).

Parte do rapport over Brazilië van Adriaen van der Dussen,
1640 april 1.
Fonte: Nationaal Archief

Os holandeses, após a União das Coroas Ibéricas, em 1580, tendo fundado a Companhia das Índias Ocidentais (1621), voltaram-se para a conquista das colônias luso-espanholas. A primeira tentativa de invasão ocorreu na Bahia, ali permanecendo entre 1624 e 1625, mas não obtiveram sucesso, sendo logo expulsos. Mais tarde, concentraram esforços nas capitanias privadas mais ao norte. Em 1630 ocuparam Olinda e depois Recife. Continuaram até o ano seguinte tentando dominar mais capitanias, em decorrência disso ocorreram algumas batalhas, tanto em mar como em terra, nas quais saíram derrotados, mas ainda

> "*insistem numa nova investida ao norte. Agora contra o Rio Grande de que procuram apoderar-se, confiantes no valor de um dos seus mais reputados generais - Teodoro Waserdenburch. Não são mais felizes. Desanimam, afrouxam-se-lhes as energias e teriam por certo desistido de seus sonhos de conquista, se não fôssem a ineficiência das iniciativas dos govêrno ultramarino e a deserção de Calabar. Esta, sobretudo, porque com ela ganharam um guia experimentado e capaz, afeito aos segredos da guerra de recursos usada pelos defensores da terra em suas audaciosas emboscadas. A partir da traição dêsse aventureiro destemido, muda a face dos acontecimentos e os invasores renovam, com resultados apreciáveis, numerosas sortidas, ora nos arredores do Recife, ora em lugares mais afastados, como Iguaraçu, Itamaracá, Rio Formoso, outros mais. É nessa ocasião que a Companhia das Índias, atendendo aos seus repetidos pedidos e diante das perspectivas mais risonhas da luta, se resolvem a enviar-lhes valiosos reforços de combatentes e material, que são acompanhados por dois comissários, escolhidos dentre seus próprios diretores, – Mateus van Ceulen e João Gysselingh. [...] A êsse tempo, o Rio Grande, que vinham visitando e depredando desde 1625 em excussões periódicas, já estava ocupado. [...] Tomado o forte, a que deram o nome de van Ceulen, e empossado seu primeiro comandante, o Capitão Gartsmann, os vencedores procuraram ampliar seu*

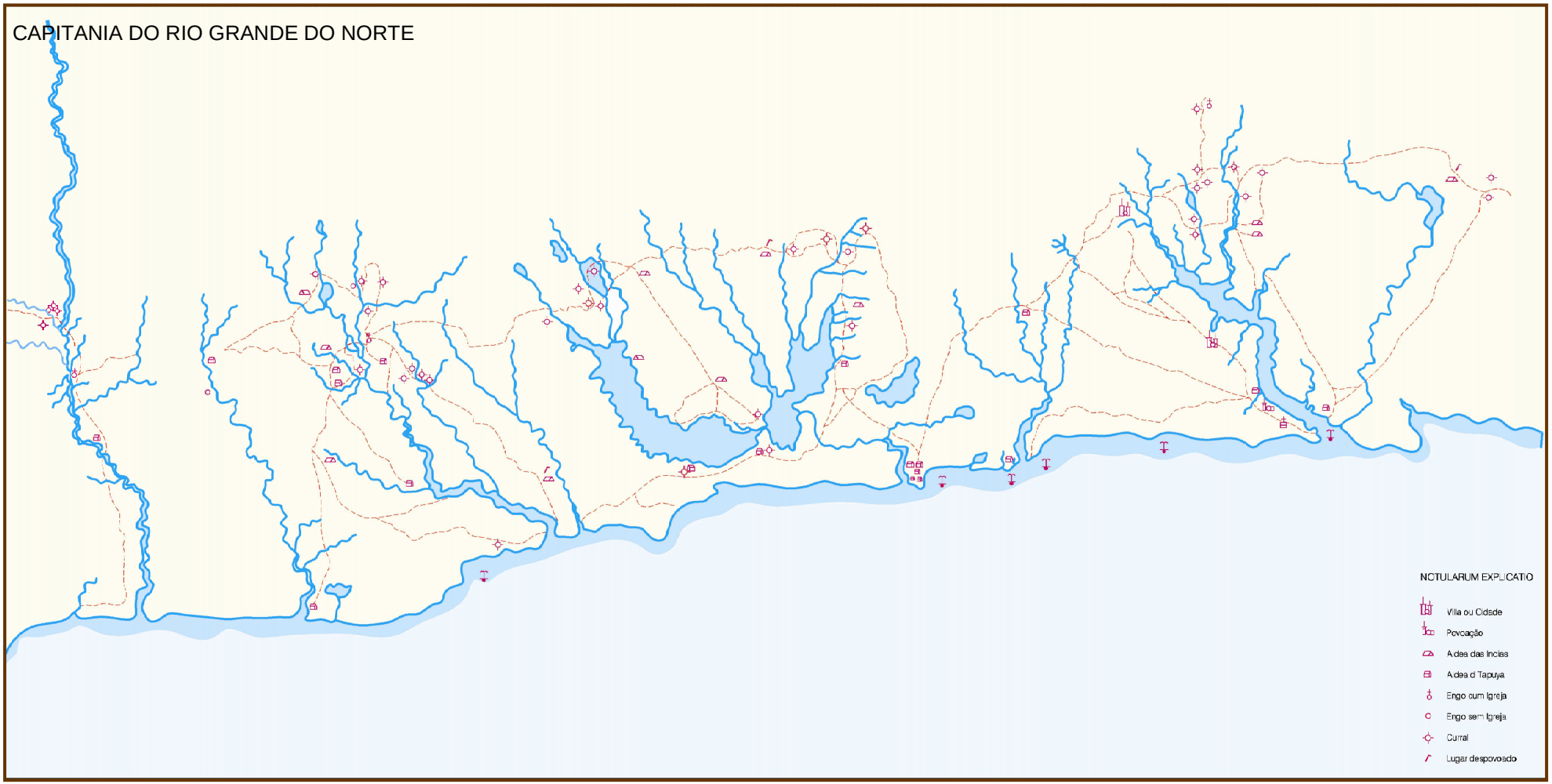
> *campo de ação, explorando os lugares próximos à cidade do Natal, posteriormente denominada Nova Amsterdam*." (LYRA, 1950, p. 16-19)

Nos relatórios de pesquisa de José Hygino Duarte Pereira, realizados entre 1885-1886, há menções a expedições empreendidas pelos holandeses para descobrir minas no interior do Brasil, essas expedições concentraram-se em Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Também nas cartas do missionário calvinista Jodocus Asteten há alusões a excursões ao centro da Paraíba e Rio Grande do Norte em 1646 em busca de minas. A companhia, com a escassez de suas rendas, tentou reparar as suas finanças, por meio do ouro ou da prata, que acreditavam existir em minas nos sertões das capitanias conquistadas

"*Expulsos os holandeses, terminada a guerra, a Capitania ficara devastada. A população quase desapareceu. Plantios, gado, destruídos. Os flamengos tinham incendiado as casas principais, queimando os livros de registro*" (CASCUDO, 1984, p. 93).

Foi elaborado um mapa de grande escala nos tempos do governo de Maurício de Nassau. Este resulta de levantamentos feitos *in loco* pelo geógrafo, astrônomo e botânico Georg Marcgraf (c.1610–1643) que fez parte da comitiva que acompanhou Nassau ao Brasil, sob patrocínio da Cia das Índias Ocidentais. De escala mural e com vinhetas atribuídas a Frans Post, o mapa é um relatório espacializado do potencial econômico e militar da região Nordeste[7]. Nele aparecem representados os numerosos currais que pontuavam a faixa litorânea da capitania do Rio Grande. Além disso, representa a rede de caminhos terrestres e fluvial que articulava as áreas mais afastadas à costa.

A presença maciça de currais não indica a existência de fazendas, mas de simples estabelecimentos de apoio à criação do gado. Seu número elevado é representativo do papel da região como economia de suporte às atividades de produção do açúcar do litoral pernambucano e paraibano, desde o século XVII.


CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE
NOTULARUM EXPLICATIO
Villa ou Cidade
Povoação
Aldea das Inciias
Aldea d Tapuya
Engo cum Igreja
Engo sem Igreja
Curral
Lugar despovoado

Detalhe do original Praefecture de Paraiba, et Rio Grande. Clemendt de Jongho, excudebat. 1664.

No último quartel do século XVII, cresce

> "*o número de colonos que, sem se descuidarem da lavoura nos vales frescos do agreste, vão penetrando no interior, em busca das vantagens compensadoras proporcionadas pela criação. E é do acentuado surto da indústria pastoril, por um lado, e, por outro, a necessidade de conter o gentil, em rebeliões freqüentes, que há de vir, em breve, o povoamento dos sertões*." (LYRA, 1950, p. 27)

2.3 INTERIORIZAÇÃO DO RN

No século XVII, iniciou-se o povoamento do interior do Rio Grande do Norte. Com a multiplicação de currais de gado e desaparição dos indígenas. Pernambucanos e baianos vieram requerer sesmarias no sertão, mas poucos povoaram a região no princípio[8]. Lentamente, os sesmeiros pernambucanos fixaram-se no Seridó[9] e voltaram, anos depois, trazendo família. Nessa fase, obtiveram licença episcopal para ereção das capelas. Na segunda metade do século XVII, o sertão norte-rio-grandense estava pontilhado de currais de gado, que tomaram o que antes era espaço dos índios[10]. Em muitos dos pátios de fazenda, onde o vaqueiro aboiava, formaram-se praças centrais de cidades sertanejas. Quase todas as sedes municipais, no interior do território potiguar, foram antigas fazendas de gado[11]. Até meados do século XIX, o estado era o principal fornecedor de gado de tração e corte para a Paraíba e Pernambuco.

A primeira sesmaria concedida no Rio Grande data de 9 de janeiro de 1600[12] e, em 1676, data a primeira concessão no território seridoense, em Acauã, atual município de Acari[13]. Com o Capitão-Mor Geraldo Suni (1679-1681), as sesmarias no Seridó continuaram avançando. Terras foram doadas a Luís de Souza Furna, Antônio Lopo e Pedro de Alburquerque nas serras do Trapiá e Acauã e, em 1736, ao Capitão Inácio Gomes da Câmara (sítio chamado Caicó no riacho do Seridó)[14].

No Seridó, as primeiras famílias ali instaladas com perpetuação genealógica regular datam apenas do período pós 1720. Certamente, antes dessa data, as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiam a fixação de homens desacompanhados de família – vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos[15].

No alvorecer do século XVIII, o Rio Grande do Norte era uma capitania subalterna que, pela carta régia de 11 de janeiro de 1701, deixou de estar subordinada ao governo geral da Bahia, tornando-se dependente de Pernambuco. Em termos eclesiásticos, a capitania do Rio Grande pertencia ao Bispado de Pernambuco, sediado em Olinda, estabelecida em 1676. Com a criação da Diocese da Paraíba, em 1882, o Rio Grande do Norte passou a subordinar-se a esse Bispado. Somente em 29 de dezembro de 1909, com a criação da Diocese de Natal, é que as capelas e freguesias tornaram-se independentes da jurisdição paraibana. O Estado permaneceu, nos séculos XVI e XVII, com apenas um município, Natal, que também era sede da única freguesia do Estado. Segundo Cascudo (1984), o retardamento na vida municipalista no Rio Grande do Norte, nos dois primeiros séculos, deveu-se a dispersão das atividades pastoris.

O poder dos capitães-mores continuava absoluto:

> "*o capitão-mor governador era a suprema autoridade local, exercendo, de fato, um poder quase incontrastável. De nada valiam as restrições de seus regimentos. A lei era sua vontade, prestigiada pelas fôrças que dispunham: a guarnição da fortaleza dos Reis Magos, o Terço dos Paulistas, os regimentos de ordenanças ou milícias, que, com os capitães-mores das vilas, e freguesias, mantinham a polícia do interior (antes da criação de novas vilas e freguesias no correr do século XVIII, havia cinco capitães-mores na capitania: os do distrito do norte e sul da capital, o do Açu, o do Caicó e o do Pôrto Alegre)*." (LYRA, 1950, p. 27).

GOVERNANTES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE ENTRE OS ANOS DE 1700 E 1800	
Ano de governo	Governante
1705-1708	Bernardo Vieira de Melo
1701-1705	Antônio de Carvalho e Almeida
1705-1708	Sebastião Nunes Colares
1708-1711	André Nogueira da Costa
1711-1715	Salvador Álvares da Silva
1715-1718	Domingos Amado
1722-1728	José Pereira Fonseca
1728-1731	Domingos de Moraes Navarro
1731-1734	João de Barros Braga
1734-1739	João de Teive Barreto de Menezes
1739-1751	Francisco Xavier de Miranda Henriques
1751-1757	Pedro de Albuquerque Mello
1757-1760	João Coutinho de Bragança
1760-1774	Joaquim Feliz de Lima
1774	José Batista Freire e Joaquim Luiz Pereira (1)
1775	José Batista Freire e o vereador Domingos João Campos
1776	José Batista Freire e o vereador Salvador Rebouças de Oliveira
1777	José Batista Freire e o vereador Manuel de Souza Nunes
1778	José Batista Freire e o vereador José Duarte da Silve
1779	José Batista Freire e o vereador José Pedro de Vasconcelos
1780	José Batista Freire e o vereador Prudente de Sá Bezerra
1781	José Batista Freire e o vereador José Pedro de Vasconcelos
1782	José Batista Freire e o vereador Manuel Gonçalves Branco
1783	José Barbosa de Gouveia e o vereador Manuel Gonçalves Branco
1784	José Barbosa de Gouveia e o vereador Antônio de Barros Passos
1785	José Barbosa de Gouveia e o vereador Antônio Rocha Bezerra
1786	José Barbosa de Gouveia e o vereador Francisco Machado de Oliveira Barbosa
1787	José Barbosa de Gouveia e o vereador Antônio Luís Pereira
1788	José Barbosa de Gouveia e o vereador José Pedro de Vasconcelos
1789	José Barbosa de Gouveia e o vereador Joaquim Moraes Navarro
1790	José Barbosa de Gouveia e o vereador Albino Duarte de Oliveira
1791	José Barbosa de Gouveia e o vereador Manuel Antônio de Moraes
1791	Caetano da Silva Sanches
1791	Antônio de Barros Passos e o vereador Luís Antônio Ferreira

Governantes da capitania do Rio Grande entre os anos de 1700 e 1800
Fonte: LYRA, 1950.
(1) Com a morte de Joaquim Feliz de Lima em 28 de setembro de 1774, ele foi substituído, pelos próximos anos, por uma junta composta do ouvidor, do comandante das tropas e do vereador mais velho do Senado da Câmara. Porém, o ouvidor, que morava na Paraíba, raramente aparece nos papéis oficiais.
(2) Após extinção das juntas provisórias
(3) Com o falecimento de Caetano da Silva Sanches voltam as juntas provisórias.

No governo de Pedro Albuquerque Mello (1751-1757), as fronteiras da capitania estavam definidas da seguinte maneira:

> "*com a Paraíba, pelo rio Marcos e ribeira do Seridó; com o Ceará, pela Picada do Moxoró e cordilheira do Apodi. Conquanto ainda constituísse um só município cinco eram já suas freguesias: Natal, Goianinha, Açu, Pau dos Ferros e Caicó, com várias capelas filiais em diferentes povoações: Ceará-mirim, S. Gonçalo, Papari, Acari, outros. Havia também muitas capelas particulares e a dos aldeiamentos dos índios. As fôrças militares se compunham de duas companhias de infantaria e uma de auxiliares, as primeiras com 120 praças cada uma e a última com 100. Em cada freguesia existia um regimento de ordenanças com o seu coronel e em cada aldeamento de índios os contingentes necessários de homens armados. Natal tinha uma população inferior a mil almas; mas no interior a corrente imigratória se avolumava promissoriamente*." (LYRA, 1950, p. 41).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a metrópole ordenou que as aldeias indígenas da capitania do Rio Grande fossem elevadas a vilas.

ALDEIAS ELEVADAS A VILAS NO SÉCULO XVIII	
Aldeia	**Vila**
Guagiru	Vila de Arez
Apodi	Vila do Regente
Mipibu	Vila de São José do Mipibu
Gramació	Vila Flor

Elevação de aldeias a vilas
Fonte: LYRA, 1950.

> "*Encerrou-se o século XVIII, que em seus últimos 40 anos proporcionara à capitania inalterável tranqüilidade e remansosa paz. Trabalhara e progredira sensivelmente, dentro das limitadas possibilidades de seus recursos, não obstante duas grandes sêcas que a flagelaram e a dependência asfixiante em que vivia do Pernambuco, que não escolhia meios para oprimi-la política, administrativa e economicamente. Sua população, calculada em 50.000 mil almas, se condensava nas vilas fundadas no decênio de 1760 a 1770 e em duas outras criadas em 1778 nos arraiais e freguesia do Açu e do Caicó: a Vila Nova do Princeza e a Vila do Príncipe*." (LYRA, 1950, p. 43).

> "*Rezumo: A Ribeira do Norte tem: uma Cidade; uma Villa; vinte e oito Fazendas; seis Capelas; mil tresento cincoenta e oito Fogos; quatro mil seis centos e quatorze pessoas de desobriga; A Ribeira do Assú tem: uma Freguesia; noventa e seis Fazendas; tres Capelas; quinhentos setenta e hum Fogos; e duas mil oito centas sessenta e quatro pessoas de desobriga. A Ribeira do Apodi tem: uma Villa; duas Fazendas, aliás Freguesias; cincoenta e quatro Fazendas; cinco Capelas; quatro centos vinte e hum Fogos; e quatro mil e noventa e quatro pessoas de desobriga. A* **Ribeira do Siridó** *tem: uma Freguesia,* **setenta Faze***ndas; sete Capelas; duzentos Fogos, e tres mil cento setenta e quatro pessoas de desobriga. A Ribeira do Sul tem: tres villas, huma Freguesia; trinta e cinco Fazendas; quatro Capelas, mil oito centos e noventa Fogos; e seis mil e seis centas sessenta e uma pessoas de desobriga.* ***Total: uma cidade; cinco Villas, cinco Freguesias; duzentos e oitenta e tres Fazendas; vinte e cinco capelas; quatro mil quatro centos e quarenta Fogos; e vinte hum mil quatro centas e sete pessoas de desobriga.***
> *Dizimos pelos annos de 1776 té 1778:*
> *A Ribeira do Norte - 1:094$000 / A Ribeira do Assú - 5:255$000 / A Ribeira do Apodi - 4:312$000 / A Ribeira do Siridó - 2:716$520 / A Ribeira do Sul - 1:747$000*" (Idéa da população da capitania de Pernambuco e suas anexas [...]1774. Governador e Capitam General José Cezar de Menezes. FARIA, 1984, p. 61-62. grifo nosso)

Em meados do século XVIII, foram criadas dez freguesias e, somente a partir de 1760, é que os aldeamentos norte-rio-grandenses passaram a ser elevados à condição de vila. "*As aldeias foram solenemente elevadas ao predicamento de vilas, com presença de magistrados, cerimonial de chantação dos pelourinhos, os três vivas a El-Rei Nosso Senhor, demarcação e cordeamento da área urbana e termo escrito pelo escrivão*" (CASCUDO, 1984, p. 325). Foram sete as vilas fundadas no século XVIII: Estremoz (1755), Arez (1758), Portalegre (1761), São José (1762), Vila Flor (17?), Assu (1788) e Caicó (1787).

NOME ATUAL DO NÚCLEO URBANO	FREGUESIA (ANO)	VILA (ANO)
Açu	(17?)	Vila Nova da Princesa (1788)*
Vila Flor	(17?)	Vila Flor (1762)* (1769)**
Goianinha	(17?)	-
Caicó	Freguesia Gloriosa de Sant'Ana (1748)*	Vila Nova do Príncipe (1787)*
Pau dos Ferros	(1756)*	-
Arez	(1758)*	Vila Nova de Arez (1760)* (1761)**
Estremoz	(1755)*	Vila Nova de Extremoz do Norte (1760)
Portalegre	(1761)*	Vila de Portalegre (1761)
São José do Mipibu	(1762)*	Vila de São José do Rio Grande (1746)* (1762)**
Apodi	Freguesia das Várzeas do Apodi (1766)	Vila do Regente (1761)**

Fundação de núcleos urbanos no Rio Grande do Norte no século XVIII
Fonte: (*)Cascudo, 1984; (**) Lyra, 1950; ( ) ambos concordam.

A economia reinante no sertão era a pecuária, porém nem só de bois viviam os sertanejos. Sua vida religiosa, resumida às devoções domésticas, ao terço rezado à noite, às novenas recitadas nas datas santas, exigia uma melhor acomodação sob o teto dos templos católicos e sob autoridade dos padres. À medida que a população crescia, aumentava também a demanda por logradouros mais apropriados ao culto. "*Os proprietário rurais, movidos pelo seu zelo religioso, intentavam levantar capelas em seus sítios, doando meia légua de terra, para constituição do patrimônio das mesmas, condição indispensável para o atendimento das suas pretensões*" (MEDEIROS FILHO, 1983). Com isso, foram erigidas três capelas no Seridó: no Arraial do Queiquó (atual Caicó), em 1700; na Fazenda Serra Negra, em 1735; e no Acauã (atual Acari), em 1735.

Como já foi dito, o século XVIII foi responsável pela criação de dez freguesias no Estado, que se somaram a Natal, única até então. Dessas, somente uma foi fundada no Seridó: a Freguesia Gloriosa de Sant'Ana, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual Pombal-PB). De 1748 (ano de sua criação) até 1788, o território da Freguesia Gloriosa de Sant'Ana continuou com a mesma delimitação. Os limites eram:

> "*A Ribeira*[16] *dos Espinharas, começando das suas nascenças, ou nascenças do seu rio com todas as suas vertentes e desaguadôres nelle até a Barra que faz no Rio das Piranhas, e por este abaixo até os limites da Freguezia do Assú, ficando a Ribeira, ficando a Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que d'esta parte correm para o dito Rio Piranhas (que será a diviza entre a antiga e nova Freguesia), e para Freguezia de Santa Anna; e o que fica para outra banda do Rio de Piranhas pela parte de Patú, e o que não fôr da Ribeira das Espinharas e suas vertentes ficam continuando a pertencer a antiga*

Freguezia de Nossa Senhora do Bom Sucesso." (limites da nova Freguesia pelo Visitador Manoel Machado Freire em 15/04/1748 em cumprimento ao Decreto de 20 de fevereiro de 1747 de Dom Luís, Bispo de Pernambuco[17])

"*Freguesia de Santa Anna do Caicó: Esta freguesia comprehende toda a extensão da Ribeira do Siridó, e ainda alguma parte da jurisdição da Villa do Pombal da Ribeira do Piancó da Capitania da Parahiba, por se desmembrar para esta freguesia: tem sete Capelas filiaes; setenta fazendas; duzentos Fogos; e três mil cento e setenta e quatro pessoas de desobriga. os dízimos desta Ribeira, forão arrematados por triennio este anno de mil sete centos setenta e cinco, que terá princípio no primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e seis por preço de 2:635$000; e o gado do Invento 81$520 = Rs. 2:716$520.*" (Idéa da população da capitania de Pernambuco e suas anexas [...]1774. Governador e Capitam General José Cezar de Menezes. FARIA, 1984, p. 69)

A construção da matriz da Freguesia de Sant'Ana foi iniciada em 26 de julho de 1748 com a colocação simbólica de uma cruz no terreno doado para o templo. O português Manoel de Souza Forte foi o fundador e benfeitor da igreja[18], que atualmente apresenta muitas modificações em relação à sua feição original.

Matriz de Sant'Ana em Caicó – RN
Foto: Nathália Diniz

Também no mesmo século, fazendo cumprir as ordens do Marquês de Pombal aos Capitães-Mores de se elevar aldeias e povoações a vilas, a povoação do Seridó foi elevada, em 1788, à Vila Nova do Príncipe - atual Caicó (que era a sede da Freguesia Gloriosa de Sant'Ana), única vila no oitocentos na região. No campo jurídico, a capitania do Rio Grande pertencia à Ouvidoria da Paraíba, de quem foi desmembrada em 1818. Já o século XIX é responsável pela criação de vinte freguesias (sendo que duas do século passado foram extintas), e trinta vilas. Além disso, quinze vilas (do século XVIII e também do XIX) foram elevadas à categoria de cidade. Já as comarcas, foram instaladas no Rio Grande do Norte somente nos séculos XIX e XX.

NOME ATUAL DO NÚCLEO URBANO	FREGUESIA (ANO)	VILA (ANO)
Santana do Matos	(1821)	(1836)
Goianinha	-	(1832)
Touros	(1832)	(1833)
Nísia Floresta	Papari (1833)	(1890)
Apodi	-	(1833)
Acari	(1835)	(1835)
Santa Cruz	(1835)	(1876)
São Gonçalo	(18?)	
Angicos	(1836)	(1850)
Campo Grande	(1837)	
Martins	(1840)	(1841)
Mossoró	(1842)	(1852)
Macau	-	(1847)
Patu	(1852)	(1890)
Jardim do Seridó	(1856)	(1859)
Augusto Severo	(1857)	
Serra Negra do Norte	(1858)	(1874)
Caraúbas	(1858)	(1868)
Canguaretama	Penha (1860)	(1858)

Nova Cruz	(1868)	(1868)
Ceará Mirim	(1874)	(1882)
Jucurutu	São Miguel de Jucurutu (1874)	
São Miguel	-	(1876)
Pau dos Ferros	São Miguel de Pau dos Ferros (1875)	(1856)
Macaíba	-	(1877)
Currais Novos	(1884)	(1890)
Pedro Velho	-	(1890)
Luís Gomes	-	(1890)
Santo Antônio	-	(1890)
Florânea	-	(1890)
Taipu	-	(1891)
Areia Branca	-	(1892)

Fundação de núcleos urbanos no Rio Grande do Norte no século XIX (em negrito refere-se aos núcleos urbanos do Seridó)
* Tornou-se depois Augusto Severo
Fonte: Cascudo, 1984

Em relação às comarcas, Natal era a única até 1833. Somente após essa data é que foram instaladas as demais comarcas no Rio Grande do Norte. Na carta topográfica abaixo, sem data, o território apresentado estava dividido em três comarcas: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, o que nos leva a supor que a carta seja anterior ao ano de 1833. Ela apresenta poucos detalhes em relação aos núcleos urbanos do Rio Grande do Norte. Destaca uma cidade na entrada do Rio Potengi, que é Natal; duas vilas (Vila Nova da Princeza e Vila Salinas); e um povoado denominado Amargozo. Em relação às duas últimas localidades, não há menção em nenhum outro documento estudado.

Destaca-se em vermelho a divisão das comarcas. No mapa não há evidências de caminhos terrestres.

Comarcas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. s/d.
Fonte: AHEx - RJ

Já na carta seguinte, os caminhos terrestres aparecem claramente evidenciados, articulando toda a região do sertão do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Os caminhos estendem-se à Comarca do Ceará, relacionando toda essa zona ao Piauí, de onde provinham os garrotes. Os estados do Ceará e Piauí produziram cartas demarcando seu território com suas fazendas e rotas, e com base nestas cartas, percebemos que apesar da grande vastidão do sertão nordestino e das dificuldades da implementação de vias de comunicação entre as localidades, a dinâmica pastoreia e a necessidade do movimento para compra e venda do gado criou uma rede de caminhos para o fluxo de sua mercadorias, composta somente de estradas e uma frágil malha urbana, já que esta economia não necessitava de implantação de linhas férreas.

Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba. 1848. Feito por Vicente J. Vilares de L'Ille Adam.
Fonte: AHEx - RJ.

DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE 4 cidades - 11 vilas - 22 freguesias	
COMARCA DA CAPITAL 2 cidades - 5 vilas - 11 freguesias	
1° distrito:	
Cidade do Natal	sua Freguesia Freguesia de Santa Rita da Cruz do Ribeirão
Vila de São Gonçalo	sua Freguesia
Vila de Extremoz	sua Freguesia
Vila de Touros	sua Freguesia
2° distrito:	
Cidades de Mipibu	sua Freguesia Freguesia de Papari Freguesia de Arez
Vila de Goianinha	sua Freguesia
Vila Flor	sua Freguesia Freguesia Santa Rita da Cachoeira
COMARCA DE ASSU 1 cidade - 4 vilas - 7 freguesias	
Cidade de Assu	sua Freguesia Freguesia Santa Anna do Campo Grande Freguesia Santa Luzia de Mossoró
Vila dos Mattos	sua Freguesia
Vila de Angicos	sua Freguesia
Vila do Príncipe	sua Freguesia Freguesia Santa Anna do Seridó
Vila de Acari	sua Freguesia
COMARCA DA MAIORIDADE 1 cidade - 2 vilas - 4 freguesias	
Cidade da maioridade	sua Freguesia (antiga Conceição da Serra de Martins)
Vila de Porto Alegre	sua Freguesia
Vila de Apodi	sua Freguesia

Divisões administrativas da província do rio grande do norte segundo a carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba, 1848.
obs: "*nenhum documento official geral nos esta conhecido a este respeito, o que segue resulto do estudo comparado de varias peças officiais ou particulares*" nota da carta topográfica.
Fonte: AHEX

Ainda sobre a província do Rio Grande do Norte:

> *existe nesta Provincia mais de 20 Capellas importantes as quaes são em immense augmento. A cidade da Maioridade é de muito nova criação, tendo sido simples Capella curada até 1840 ou 1841 a cidade e a comarca da Maioridade forão creadas por lei provincial do 10 de Dezb^RO 1841_N° 71 no lugar chamado Serra do Martins. A população da Provincia anda para 200.000 habitantes dando 7.000 homens a Guarda nacional e 800 alumnos nas diversas escolas. Seu commercio estrangeiro e muito limitado mas as ricas salinas de Mossoro, da Ilha do M^el Gonçalvez e das Officinas dão grande rendimento e poderião bastar p^ra toda consumação do sal no império.* ***O gado é também pª esta Provincia um ramo lucroso de commercio, como o algodão*** *o assucar e o carnaúba* (nota explicatória da carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba, 1848, grifo nosso).

Por causa do desenvolvimento crescente, do ponto de vista demográfico, político e econômico, no século XIX o Seridó foi dotado de mais quatro freguesias: Acari (1835), Jardim do Seridó (1856), Serra Negra (1858) e Currais Novos (1884), todas desmembradas da Freguesia Gloriosa de Sant'Ana. Quanto às vilas do referido século, surgiram quatro, desmembradas de Vila Nova do Príncipe: Acari (1835), Jardim do Seridó (1859), Serra Negra do Norte (1874) e Currais Novos (1890).

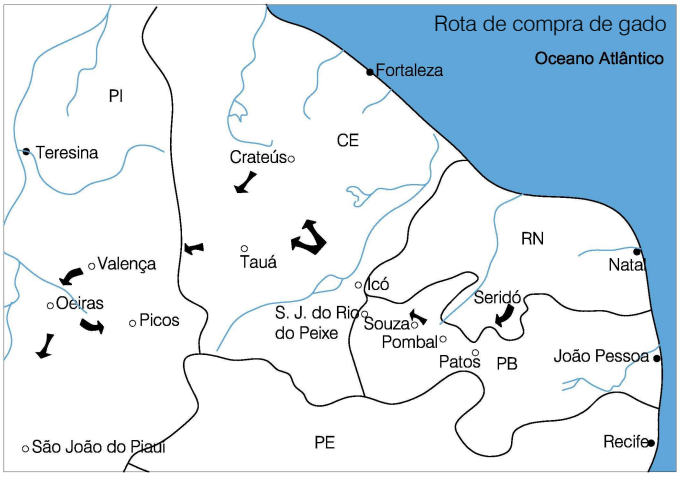
2.4 ROTAS DE GADO DO SERIDÓ

> "*O sertão escapou secularmente à capital que vegetava, humilde e minúscula, junto ao Potengi. As ligações orientavam-se para Pernambuco e Paraíba, para as grandes feiras de gado, Igaraçu, Goiana, També (Pedra de Fogo), Itabaiana e depois Campina Grande. Daí a rede de estradas e variantes que sempre aglutinaram esses lugares e os articulavam às regiões do Seridó e sertão de Piranhas, ribeira da Panema*" (CASCUDO, 1984, p. 309).

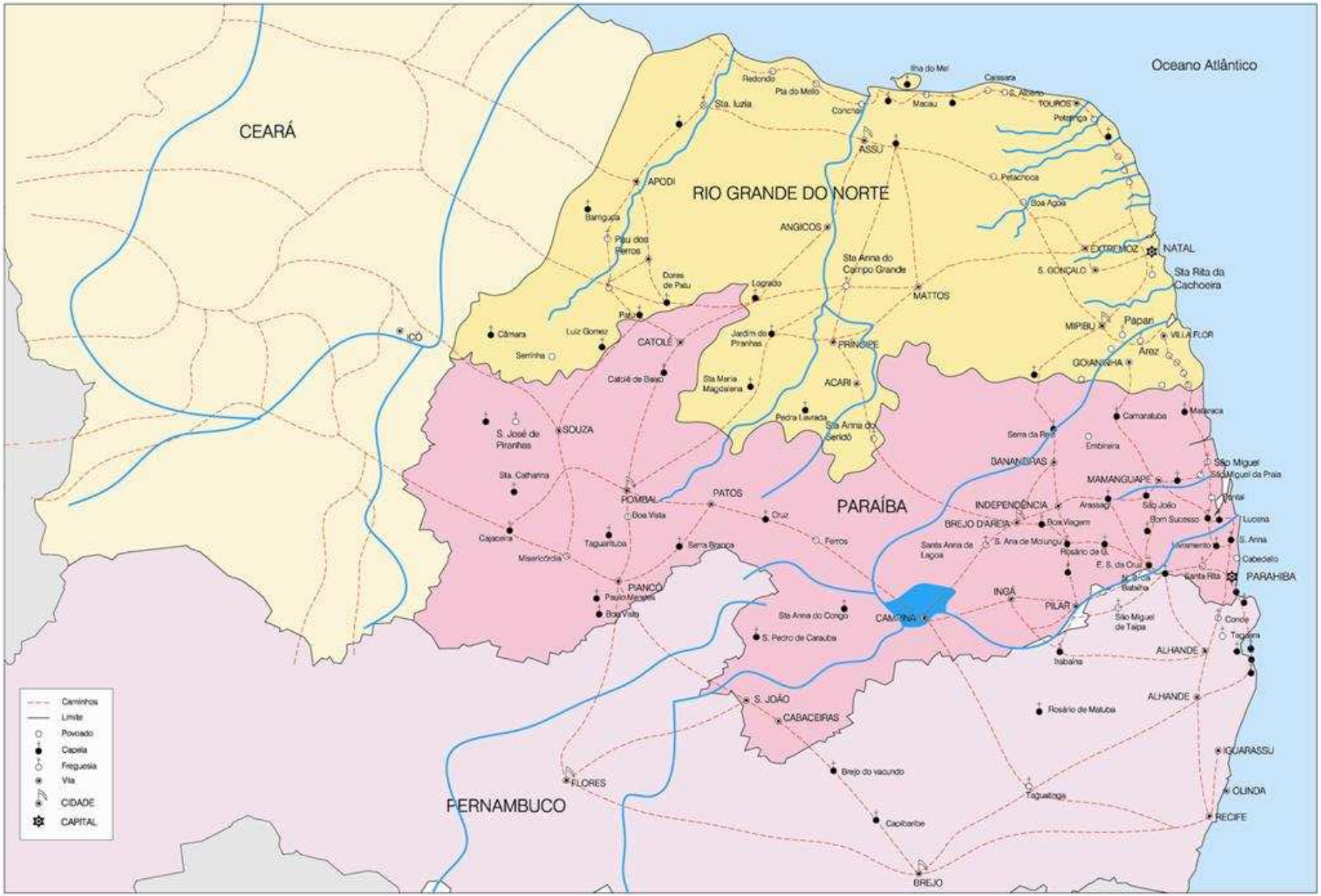
Segundo Cascudo (1984), a estrada das boiadas da Paraíba era muito mais utilizada pelos vaqueiros norte-rio-grandenses que as suas próprias, pois através dela se ía para o Piauí, região de proveniência da totalidade dos garrotes que abasteciam a vida pastoril potiguar, de fins do século XVIII ao início do século XX. De acordo com Medeiros Filho (1983), o processo da criação de gado dava-se da seguinte forma: o seridoense abastecia-se de garrotes no Piauí, engordava-os no Seridó, revendendo-os quando bois erados nas feiras de gado da Paraíba e Pernambuco. O autor observa que se tratava de um gado muito resistente a caminhadas. Cascudo (1984) reconstitui a rota do gado seridoense:

> *Do oeste do espinharas, ribeira de Santa Rosa, Milagres, tocando depois na lagoa do Batalhão (Taperoá), seguia-se o rio, descendo a Borborema até Pinheiras e daí Patos, Piranhas (Pombal), Souza, S. João do Rio do Peixe ia-se ao Ceará pelos Cariris Novos, Ico, Tauá, atingido-se Crateús, inesquecível pelo encontro de centenas de vaqueiros que demandavam o Piauí.* [...] *de Crateús comprava-se a gadaria em S. Antônio do Surubim de Campo Maior, núcleo influenciador de caatingas sobre o ciclo de gado, Valença, Oeiras, que fôra capital até 1852, Jatobá (S. João do Piauí) e Picus* [...] *As maiores feiras eram nas localidades citadas* (CASCUDO, 1984, p. 310).

Essas estradas em pleno sertão, segundo Cascudo (1984), determinaram a necessidade de vendas, feiras rápidas de suprimento ligeiro e pousos para descanso ao longo da rota. Assim fizeram-se casas, as fazendas aproximaram-se, capelas foram erguidas, muitas delas depois elevadas à condição de freguesia e vila, tornando-se sedes municipais.



Rota de compra de gado para o Seridó no Piauí
Fonte: Construção da autora sobre base cartográfica do Ministério dos Transportes de acordo com as informações de CASCUDO (1984)



Rede de caminhos estabelecidos pela rota de gado. Construção da autora a partir das cartas: Carta chorographica da Província do Ceará (1861), Carta da Capitania do Ceará (1818) e carta geográfica da Capitania do Piauhi (1761) e Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba. (1848)

2.5 BREVE PANORAMA ECONÔMICO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XIX

Fontes interessantes para o estudo das economias predominantes na região são os relatórios dos presidentes da província do século XIX.

Sempre dependente da renda incidida sobre o gado, a Província do Rio Grande do Norte mostra-se bastante frágil por causa das intempéries.

> "*Das fontes dos rendimentos da Provincia o dizimo do gado he a mais importante: infelizmente este imposto, mais do que nenhum outro, está sujeito a grandes alternativas com a irregularidade das estações. Em 1844 o producto do dizimo do gado era de 26:106$073 réis, veio porém o calamitôso anno de 45, e no de 46 baixou a 302$532. Além disso nos outros ramos de agricultura un anno esteril causa prejuizos, mas os primeiros seguintes resarcem; a criação do gado porém não offerece esta vantagem; em uma sêca o fazendeiro perde com seu gado capitaes e sementes, e para voltar ao antigo estado dispende grande trabalho e longos annos, durante os quaes a renda provincial tambem soffre*" (Dr. Antonio Bernardo de Passos, 4 de julho de 1854).

DÉCADA DE 1830

No relatório de 1836, João Joze Ferreira D'Aguiar, presidente da província do Rio Grande do Norte, entre outras coisas, trata do Dízimo de Algodão:

> "*He incalculavel, Snrs. o desfalque que soffre a Renda Provincial n'este art., porque os nossos lavradores de algodão, sem dar olvidos as necessidades de sua Patria, e até buscando sempre illudir as Ordens à respeito, não só vão pagar nas Províncias limítrofes o dízimo d'aquelle que levam em pluma, porem ainda o conduzem em rama em prodigiosa quantidade para ser ali beneficiado, e vendido como producção do lugar*"

Como solução provisória, o presidente estabelece quatro agências (duas na província do Ceará, em Aracati e na capital; uma em Pernambuco; e outra na Paraíba), onde coloca homens de sua confiança, ganhando Rs400$000 anualmente, para instruir os agricultores para, entre outras medidas, colocar no topo da saca a marca de 'Rio Grande do Norte', para que dessa forma se procedesse à arrecadação do dízimo para essa província.

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte, em 7 de setembro de 1839, o então presidente da província D. Manuel de Assis Mascarenhas apresenta o quadro estatístico das duas comarcas existentes na província. Nele podemos perceber que o Seridó estava administrativamente dividido em duas vilas: Vila do Príncipe, englobando também as capelas de Jardim de Piranhas e Serra Negra; e a vila do Acari, que englobava Conceição e Currais Novos.

QUADRO ESTATÍSTICO DAS DUAS COMARCAS, QUATORZE MUNICÍPIOS E QUARENTA DISTRITOS DE PAZ, QUE FORMAM A DIVISÃO JUDICIÁRIA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE			
COMARCA DO NATAL		COMARCA DO ASSÚ	
Termos	Distritos de paz	Termos	Distritos de paz
Cidade do Natal	Cidade do natal	Villa da Princeza	Villa da Princeza
	Jundiahi		Ilha de manoel Gonsalves
Villa de S. Gonçalo	Villa de S. Gonçalo		Officinas
	Utinga		Povoação de campo Grande
Villa de Extremos	Villa de Extremos	Villa de S. Anna do Mattos	Villa de S. Anna do Mattos
	Picada do Ceará-meirim	Villa de Angicos	Villa de Angicos
	Muricí		Povoação de Guamaré
Villa dos Touros	Villa dos Touros	Villa do Príncipe	Villa do Príncipe
	Caissára		Capella do Jardim de Piranhas
Villa de S. José	Villa de S. José		Capella de Serra Negra
	Santa Cruz	Villa do Acari	Villa do Acari
	Papari		Conceição
Villa de Goianinha	Villa de Goianinha		Curraes Novos
	Arês	Villa do Apudi	Villa do Apudi
	Serra de S. Bento		Patu
Villa Flor	Villa Flor		Mossoró
	Tamatanduba	Villa de Portálegre	Villa de Portálegre
			Barriguda
			Páo dos Ferros
			S. Miguel
	Anta esfolada		Serra dos Martins
			Serra de Luiz Gomes

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte, em 7 de setembro de 1839. Presidente da província D. Manuel de Assis Mascarenhas

No quadro demonstrativo dos impostos arrematados no ano de 1840, a Freguesia do Seridó foi a maior contribuinte com o dízimo de gado *vacum* e *cavallar* (com pouco mais de 4:900$000), sendo então responsável por praticamente ¼ da arrecadação de toda província com o dízimo de gado, que totalizou 20:559$156.

DÉCADA DE 1840

Coronel Estevão José Barbosa de Moura (presidente da província do Rio Grande do Norte), em 7 de setembro de 1841, relatou sobre os dízimos arrecadados com o gado das Freguesias do Seridó, Acary e Santa Rita. As três freguesias com maior produção no gênero, contabilizaram respectivamente 5:517$450 reis, 2:633$750 reis e 750$360 reis.

Na década de 1840, uma grande seca resultou na diminuição da arrecadação da província: "*attento o incalculavel prejuizo que se antolha aos criadores pela escacez do inverno, pelo prolongamento da secca, e por outras muitas causas, que tornão inteiramente precario o Dizimo de Gado Vacum e Cavallar, que, entre outros ramos, constitue a principal renda da Província*" (Venceslao de Oliveira Bello, 7 de setembro de 1844).

Já o relatório do então presidente da província de 1845 diz que:

> "*sendo a maior fonte da Renda Provincial, o dizimo do gado vacum e cavallar, sabeis que as fazendas estão quasi inteiramente despovoadas, e os seus proprietarios, de ricos que erão, reduzidos à pobreza; o que os impede, ainda suppondo que d'ora em diante hajão os mais felizes invernos, de poderem tão cedo prover-se de gados, que novamente se principiem a criar*" (Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, 7 de setembro de 1845)

Em 1846, o Dr. Casimiro Sarmento, que presidiu na província de 1845 a 1847, falou das péssimas condições das estradas locais:

> "*Veredas intransitaveis em muitos pontos, pelos temerosos atoleiros no inverno, muito mais longas do que podião ser, pelas turtuosidades, voltas e continuadas ladeiras, aflanosas, pela sua exiguidade, escabrosidade, e pelas areias, ou pedras de que são accumuladas, eis o que são as estradas da Província!*"

A importância econômica do Seridó para a província do Rio Grande do Norte é sempre destacada nos relatórios administrativos:

> "*A Freguezia do Principe que costumava dar ao dizimo annualmente passante de mil cabeças de gado, apenas forneceu vinte e nove do anno de 1844, não dando huma só no anno passado, e por igual as demais Freguezias. Daqui, pois, fica claro que a maior fonte de receita desta Provincia que sem duvida era o dizimo de gado, acha-se quasi secca*" (Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, 7 de setembro de 1846).

Em 1847, Dr. Casimiro Sarmento, por ordem do Governo Imperial, indicou algumas meninas para minimizar os efeitos da seca na província do Rio Grande do Norte, entre elas: "*construir açudes, cysternas, poços batidos, ou abrir artesianos nos lugares que carecem de correntes, como o Príncipe, Acary, Maioridade, &c, &c*"

A província, além dos problemas relativos ao clima, também sofreu com os relativos à administração interna, como relata o presidente em exercício em 1848: "*direi que a experiência n'esta Província ha constantemente mostrado, que as administrações por conta da Fazenda Provincial, só tem servido para beneficio de um ou outro particular*".

Em meados do século XIX, a província do Rio Grande do Norte ainda era pouco desenvolvida em termos econômicos, o que afeta seu desenvolvimento social, resultando assim em uma província com poucos núcleos urbanos:

> "*A industria da Provincia acha-se ainda no berço; em grande parte reduz-se à apropiação dos productos espontaneos da natureza, e à criação do gado [...] A producção de algodão que muito soffreo com o mofo, vai melhorando; no anno financeiro de 1847 a 1848 foi a sua exportação effectuada pela Alfandega da Capital de 3:275 arrobas e 11 libras, e a que passou pela Agencia da Parahyba de 109 saccas, que se podem avaliar em 500 arrobas [...] A creação do gado está abatida pela ultima secca que assolou as fazendas do sertão. Algumas fazendas vão-se povoando de novo, e attenta a facil propagação do gado, se não houve nova calamidade, em breve devem estar, não só reparados os prejuisos da secca*

> *anterior, mas regeneradas as Fazendas que ella assolou. Na ocasião da arrematação dos dízimos do gado vacum e cavallar, a que concorrerão muitas pessoas do sertão, avaliou-se o dizimo em 1:700 cabeças de um outro genero, e portanto a producção da Provincia em 17:000 cabeças*" (Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 3 de maio de 1849)

DÉCADA DE 1850

A situação administrativa da província em 1850 é a seguinte: encontrava-se dividida em três comarcas, dezesseis municípios, cinco termos de juízes municipais formados, oito termos separados, vinte e uma paróquias, quatro cidades, vinte e cinco povoações e oito circuitos eleitorais. Os produtos mais importantes para a província eram: pau-brasil, sal, algodão, açúcar e gado vacum. A renda provincial provinha do dízimo de gado vacum, apesar das dificuldades advindas dessa atividade econômica.

> "*A indústria da Provincia se acha ainda em grande atrazo; a da criação de gados definha consideravelmente, e é isto devido às repetidas sêccas, que assolam os sertões; esta calamidade, que de certos tempos para cá flagella a Provincia, parece não querer dar tregoas para que possa ella resarcir-se dos prejuizos* [...] *Si a Providencia Divina se não amercear d'esta Provincia, bem triste será por certo a sorte dos seus habitantes, principalmente os dos sertões, que só vivem da criação*" (Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853).

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA DOS ANOS DE 1851, 1852, 1853 e 1854				
DENOMINAÇÃO DAS RENDAS	1851	1852	1853	1854
Dízimo do gado vacum de cavallar	24:991$250	23:478$146	24:028$350	27:395$000
Idem de miunças e lavouras	7:085$631	8:117$667	6:179$605	8:481$510
Idem do pescado	3:513$154	3:352$753	4:041$700	4:211$926
Idem do sal	1:181$726	1:460$000	-	-
Décima dos prédios urbanos	688$114	403$698	526$998	-
Idem de heranças e legados	2:285$254	1:091$171	998$404	-
Idem de ditas transversais	93$462	80$040	-	-
Novos e velhos direitos	113$500	76$680	90$123	6$480
Dívida ativa	263$550	4:482$288	480$542	24$746
Desconto dos ordenados dos empregados provinciais	2$369	-	-	-
Imposto de 5% de exportação dos gêneros da província	8:179$604	9:946$621	9:515$822	4:891$319
Idem das olarias	-	12$000	17$000	-
20% das bebidas espirituosas	309$160	558$280	84$000	-
Imposto sobre engenhos	260$000	-	30$000	-
Idem sobre engenhocas	165$054	-	-	-
Idem de 10$000 rs. por cada compromisso	-	10$000	-	-
Idem de cinco por cento sobre as rapaduras	178$719	126$800	125$500	136$300
Idem das embarcações de barra de fora	779$000	777$000	263$000	180$000
Meia siza dos escravos ladicos	1:809$003	1:508$369	962$430	285$000
Taxa sobre a carne	1:555$836	1:830$898	2:690$997	2:710$800
_____ dos contratos celebrados perante a Tesouraria Provincial	52$000	-	-	-
Juros das letras vencidas e não pagas	42$777	97$762	191$198	-
Imposto dos escravos estabelecidos com ofícios	-	-	4$000	-
Cinco por cento sobre as fianças criminais	-	-	113$500	44$000
Imposto de 10$000 rs. sobre os fornos de cozer cal para negócio	10$000	7$000	19$000	-
5% sobre os ordenados dos empregados provinciais, pagos por ocasião das nomeações	115$000	336$000	179$000	15$000
Imposto de 1$000 rs. sobre os balcões das vendas, e de 2$000 rs. sobre as que não têm	-	-	87$000	-
Idem sobre a saída dos escravos para fora da Província	-	-	540$000	650$000
Idem sobre os alambiques	-	184$000	194$000	-
Idem sobre as boticas	22$730	25$050	-	-
Bens de evento	-	-	116$709	-
Reposições e outras receitas eventuais	82$280	391$515	141$320	-
SOMA	53:779$173	58:652$738	51:590$198	49:032$081

Contadoria da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Norte, na Cidade do Natal, 28 de junho de 1854 - o chefe da secção - Francisco José Pereira Cavalcante de Albuquerque

QUADRO DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DOS GÊNEROS DE PRODUÇÃO BRASILEIRA EXPORTADA PARA FORA DA PROVÍNCIA NOS ANOS DE 1851, 1852, 1853, 1854

DENOMINAÇÃO DOS GÊNEROS	1851				1852				1853				1854			
Tatajuba	@	$	quant	cana-das	@	$	quant	cana-das	@	$	quant	cana-das	@	$	quant	cana-das
Açúcar branco	12:249	26			8:220	8			9:769	26			8:632	27		
Idem sumeno	1:890				28:103	5			15:443	18			19:039	4		
Idem mascavado	21:372	17			950				78	19						
Algodão em pluma	13:528				33:571	4			23:040	2			61:710	11		
Couros salgados	1:616	10			16:473	14			11:392	30			3:240	31		
Cera de carnaúba	1:483	23			2:201	10			2:608	5			1:781	18		
Idem amarella	162				1:899	4			2:914	26						
Fumo	2	16			7				6				33	6		
Couros cortidos			15:781				16:802				23:008				140	
Queijos			200				24									
Molhos de palha de carnaúba			14:629				16:952				19:110					
Alqueires de sal			38:732				40:140				45:683½				140	
Idem de feijão			26				14									
Idem de arroz			19				4				25					
Aguardente				27				295								
Azeite de mamona				154				6								

Contadoria da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Norte, na Cidade do Natal, 28 de junho de 1854 - o chefe da secção - Francisco José Pereira Cavalcante

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RENDIMENTO DO DÍZIMO DO GADO, E DA QUANTIDADE DO DE SAL PRODUZIDOS NA PROVÍNCIA, ASSIM COMO DO AÇÚCAR E ALGODÃO EXPORTADOS, RESPECTIVAMENTE NOS ANOS DE 1856 A 1858						
ANOS	RENDIMENTO	QUALIDADES				
	GADO	SAL	ALGODÃO		AÇÚCAR	
	Importâncias	Alqueires	@	lbr[as]	@	lbr[as]
1856	41:293,200	33,148	21,045	28	168,529	
1857	57:618,700	46,548	17,988	20	230,112	6
1858	69:756,200	50,129	33,572	7	232,076	28

OBSERVAÇÕES:
O açúcar e algodão produzido no ano de 1858 deveriam montar a maior quantidade, se tivesse sido despachado dentro do mesmo ano todo o que se acha recolhido nos armazéns. Não há probabilidade que o sal, que se mostra no presente quadro, seja todo o que foi produzido no ano de 1858, em conseqüência de não ter esta tesouraria conhecimento algum, se houve ou não rendimento nas salinas de Mossoró, por não haver sido remetido ainda o Livro respectivo.
Segunda secção da Contadoria da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Norte, 10 de fevereiro de 1859 - o chefe - Enéas Leocracio de Moura Soares

DÉCADA DE 1860

> "*A agricultura nesta provincia tem tomado um maior desenvolvimento depois do ano de 1845, pois que essa época quasi que a unica industria dos seus habitantes era a criação do gado. As sêccas tem demonstrado que não é prudente confiar o bem estar dos povos, principalmente nesta zona, a esta industria, que uma calamidade, por demais frequente, pode fazer inteiramente parecer. Demais é reconhecido geralmente que a agricultura gosa maiores riquezas e capitaes, do que a criação. Os povos pastores são os mais pobres, que a história aponta. Esta provincia produz perfeitamente a cana de assucar em alguns pontos, principalmente nos ferteis valles do Ceará-mirim, e Capió. Já existem 166 engenhos de ferro, e 12 de madeira, além de cerca de 20 engenhos para o fabrico da rapadura. Possue esta provincia 1,194 fazendas de criar nas comarcas de Natal, S. José, Assú, Seridó e Maioridade. [...] A producção annual das conhecidas é de 40,333 crias, devendo calcular-se, que a producção total deve subir à 60,000 com as fazendas, cuja prodcção se ignora.*" (Dr. João José de Oliveira Junqueira, 1860)

Apesar da província do Rio Grande do Norte ter, historicamente, sua base econômica vinculada à pecuária, é freqüente o desejo por parte dos que a administraram essa província do desenvolvimento da economia açucareira, que conforme eles, teria uma maior estabilidade e produziria uma maior riqueza. O argumento é sempre o mesmo, as intempéries não permitem assegurar a estabilidade das criações nas regiões sertanejas. Porém, sempre com uma pequena receita, a província do Rio Grande do Norte não conseguiu incrementar a cultura do açúcar e nem mesmo houve uma modernização do sistema de criação de gado. Vejamos as causas apontadas por um dos que presidiu a província para o mal caminhar da pecuária:

> "*são causas intorpecedoras do seu progresso: 1° a inconstancia e inclemencia das estações; 2° as sêccas repetidas; 3° o mao trato que recebem os gados; 4° a degeneração das raças; 5° as epizootias. Os nossos criadores, avesados a esperar tudo da acção do tempo, ou da intervenção do poder, nada fazem para neutralisar os effeitos d'aquellas causas; entregues a um fatalismo arabe dormem o somno da indifferença sobre as ruinas de sua fortuna. Está por demais reconhecido que, alem de outros melhoramentos, são propios para attenuar os effeitos nocivos d'aquellas causas: 1° a construcção de açude; 2° o plantio de arvores; 3° a formação de prados artificiaes; 4° a introducção de raças novas; 5° os conhecimentos veterinarios.*" (Presidente da Província Comendador Pedro Leão Velloso, 1862)

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS FAZENDAS DE GADO EXISTENTES NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, COM DECLARAÇÃO DAS COMARCAS A QUE PERTENCEM, E DO NÚMERO APROXIMADO DAS CRIAS QUE PRODUZEM ANUALMENTE			
COMARCAS	Nº de Fazendas	Produção anual	Obs.
Natal	167	2.219	Não está contemplado nesta comarca o número de fazendas existentes na freguesia de São Gonçalo.
São José	255	8.461	Idem de Goianinha e Canguaretama
Assú	61	1.974	Idem de Assú, Angicos, Santa'Ana e campo Grande
Seridó	328	13.072	Idem da Conceição do Azevedo e Serra Negra
Maioridade	383	14.607	
SOMA	1.194	40.333	

Secretaria da tesouraria provincial, em 7 de fevereiro de 1860. Oficial - Joaquim José Pinto

Em seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 1862, o Comendador Pedro Leão Velloso também falou da possibilidade de expansão dos negócios de curtume, por ser o Rio Grande do Norte uma província criadora.

QUADRO COM OS NÚMERO RELATIVOS A EXPORTAÇÃO DO GÊNERO PELO PORTO DE MACAU NA DÉCADA DE 1850		
ANOS	PELES CURTIDAS	MEIOS DE SOLA
1851	15.020	16
1852	16.074	521
1853	18.596	96
1854	9.330	151
1855	11.309	319
1856	8.926	184
1857	10.726	194
1858	25.799	125
1859	13.209	317
1860	.....	.....
SOMA	128.989	1923

Nessa conjuntura, o algodão apresentou-se como um gênero de grande potencial para o enriquecimento do Rio Grande do Norte.

> "*O alto preço que tem este producto gozado no mercado em rasão dos aconteceimentos dos Estados Unidos da América, primeiro fornecedor das fabricas de Inglaterra, e o cuidado que teve o governo imperial de mandar propalar as vantagens d'aquella plantação, veio despertar em nossos agricultores a tendencia para ella, e muitas lavouras se tem preparado. É, porém, para noter o atrazo de seu fabrico; tudo se faz na grosseiria e empiricamente de modo que seria de grades vantagens a introducção de machinas de descaroçar, como se empregam n'outras partes*." (Presidente da Província Comendador Pedro Leão Velloso, 1862)

O Rio Grande do Norte despontou como um importante produtor do algodão (principalmente uma variedade típica do Seridó[19]), que ocupou lugar de destaque na economia, sobretudo na região do Seridó. A criação de gado extensiva levou ao assentamento das famílias no sertão, mas segundo Augusto (1980), foi o cultivo do algodão que ampliou e fortaleceu a fixação da população na região.

O poder exercido por Pernambuco sobre o Rio Grande do Norte em termos administrativos e até eclesiásticos forçou a província potiguar a, por muitos anos, exercer um papel de dependência de Pernambuco. Fato sempre contestado pelos administradores norte-rio-grandense, mas que por muito tempo não convenceu o governo imperial. Parte dos produtos agrícolas potiguares, principalmente o algodão, era enviada primeiro para Pernambuco (também Ceará e Paraíba) e, somente depois, para os mercados europeus. Isso fazia com que Pernambuco recebesse mais parte nos lucros, sendo responsável pelo embarque das safras para o exterior. Também o gado, que se destinado ao consumo interno da província do Rio Grande do Norte pagava 1$000 (dízimo) por cabeça, levado à província vizinha tinha isenção desse imposto. Ou seja, o dízimo condenava os interesses dos fazendeiros a destinar o gado para Pernambuco

Como medida administrativa para melhoria do mercado externo do Rio Grande do Norte, o presidente da província em exercício em 1868 propôs:

> "*Reduzir-se a trez porcento os direitos que pagam os generos da provincia directamente exportados para a Europa, e elevar a seis os que se cobram pelos que sahem por cabotagem para as provincias visinhas, são medidas que devem ser adoptadas. Farão com que infallivelmente convirjam para o mercado desta capital os generos de exportação que taes como o algodão, o assucar e outros muitos, são directa ou indirectamente mandados para Parnambuco, Ceará e Parahyba. Atrahirão para aqui os capitaes estrangeiros. Farão crescer a importação directa e progredir com esta a indústria local.* ***Só assim a provincia poderá se ir libertando da pesada tutela que sobre ella exerce a praça de Pernambuco***." (Dr. Gustavo Adolfo de Sá, 1868, grifo nosso)

DÉCADA DE 1870

Um dos problemas apontados por parte dos que governaram a província do Rio Grande do Norte era o isolamento da capital em relação aos centros produtores, o que acarretava prejuízos às receitas provenientes dos gêneros produzidos e ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

> "*Vias de communicação - infelizmente é grande o atraso da provincia a respeito deste importante ramo de obras publicas que tanta influencia exerce na prosperidade, riqueza e civilisação dos povos. Posto que grossas somas tenham sido gastas desde longa data com este serviço, a provincia não conta uma só estrada regular que ponha em communicação a capital com os diversos centros de producção, nem este entre si. [...] A provincia vê afflicta que, por falta de estradas e com detrimento de suas rendas, a maior parte da sua producção se escôa para as provincia limitrophes, cujos mercados procura, abandonando o desta capital. É o que sccede nos municípios de Nova-Cruz e Canguaretama ao sul e em todo o alto sertão ao norte. Os primeiros preferem o porto de Mamanguape na Parahyba e o segundo o do Aracaty no Ceará*." (Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 1874)

DÉCADA DE 1880

QUADRO DA RECEITA ARRECADADA PELA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE DE 1882 A 1885 COM O GADO			
DENOMINAÇÃO DA RECEITA	Arrecadada em		
	1882 - 1883	1883 - 1884	1884 - 1885
Imposto sobre a produção de gado vacum, cavallar, muar e jumentos	91:516$859	61:663$000	45:663$100

FREGUESIAS	1884 - 1885					1885 - 1886					1887 - 1888					1888				
	BEZERROS	POLDRINHOS	MULOS	JUMENTOS	IMPOSTO RESPECTIVO	BEZERROS	POLDRINHOS	MULOS	JUMENTOS	IMPOSTO RESPECTIVO	BEZERROS	POLDRINHOS	MULOS	JUMENTOS	IMPOSTO RESPECTIVO	BEZERROS	POLDRINHOS	MULOS	JUMENTOS	IMPOSTO RESPECTIVO
Capital	782	111	6	-	905:000	78657	58	4	-	823$000	905	122	7	-	1:041$000	757	58	4	-	520$200
Macaíba	3166	316	9	1	3:502$000	2986	240	11	-	3:248$000	3911	500	15	-	4:441$000	4467	412	14	1	3:120$800
São José	983	113	-	2	1:100$000	954	80	1	-	1:036$000	1107	137	2	-	1:248$000	1293	111	3	-	925$800
Ceará-Mirim	1613	146	-	-	1:789$000	1482	181	-	-	1:663$000	1691	140	-	-	1:823$000	1864	200	1	5	1:323$400
Papary	147	23	-	-	170$000	161	36	-	-	197$000	162	38	-	-	200$000	-	-	-	-	-
Arêz	34	1	-	-	35$000	146	71	4	-	225$000	67	14	1	-	83$000	211	45	1	-	173$600
Goianinha	2319	273	3	3	2:604$000	2099	206	5	-	2:315$000	2374	218	6	-	2:601$000	2016	144	5	1	1:364$200
Touros	667	48	-	-	715$000	723	121	-	-	811$000	793	117	2	-	914$000	751	83	2	-	527$600
Cangaretama	544	78	-	4	630$000	533	94	9	-	645$000	602	74	-	3	682$000	677	82	10	5	511$200
Nova Cruz	1781	147	2	-	1:935$000	2428	209	8	-	2:653$000	2925	211	11	-	3:158$000	2957	228	6	2	2:015$400
Santa Rita	5572	567	26	-	6:191$000	4181	400	34	6	4:661$000	6168	612	31	3	6:848$000	5332	391	20	7	3:634$400
Angicos	4125	569	27	5	4:758$000	4100	558	35	9	4:746$000	5070	647	37	11	5:813$000	3479	468	32	7	2:623$600
Santana dos Matos	3633	675	54	5	4:426$000	3362	552	47	-	4:008$000	3910	530	25	20	4:530$000	2756	376	30	12	2:096$800
Assú	1853	325	36	4	2:28$000	1387	163	19	3	1:594$000	1591	133	17	5	1:768$000	1286	138	13	4	938$000
Macau	592	55	1	-	649$000	456	33	-	-	489$000	942	75	1	-	1:019$000	513	14	-	-	321$800
Príncipe	5610	956	120	28	6:762$000	4397	761	99	24	5:404$000	5695	884	143	40	6:945$000	5870	964	147	60	4:816$000
Jardim	3839	652	85	38	4:737$000	2892	509	62	24	3:573$000	4299	658	75	30	5:167$000	4577	790	98	24	3:746$600
Acari	4672	896	87	25	5:792$000	4723	678	89	24	5:627$000	6103	695	96	21	7:032$000	4430	587	81	12	3:414$200
Serra Negra	2251	332	49	4	2:689$000	2102	371	52	-	2:577$000	2237	274	68	2	2:651$000	2679	359	56	6	2:082$000
Mossoró	1039	105	17	1	1:180$000	1072	85	13	2	1:187$000	1536	79	19	-	1:653$000	506	22	10	10	351$600
Triunfo	2497	312	64	20	2:977$000	2301	287	38	18	2:700$000	2825	313	39	10	3:236$000	2301	237	38	18	1:754$400
Apodi	1804	355	50	15	2:289$000	2226	434	55	11	2:792$000	2781	514	56	13	3:433$000	2478	459	67	17	2:090$000
Caraúbas	2062	332	20	16	2:466$000	1872	274	34	11	2:236$000	2300	290	31	9	2:670$000	2344	310	26	-	1:768$400
Imperatriz	1896	290	38	-	2:262$000	2038	278	52	1	2:422$000	2068	239	44	-	2:395$000	2170	277	49	2	1:678$200
Patú	1203	260	32	-	1:527$000	1274	272	35	-	1:616$000	1522	249	59	-	1:889$000	1623	286	49	1	1:358$400
Porta Alegre	629	67	2	1	702$000	230	102	18	10	1:088$000	1080	146	12	1	1:252$000	1075	127	13	2	799$200
Pau dos Ferros	2479	396	39	4	2:961$000	2454	326	41	6	2:874$000	2489	268	31	4	2:827$000	3021	351	52	10	2:273$600
São Miguel	64	17	2	1	87$000	135	45	5	3	196$000	93	12	2	-	109$000	148	43	3	3	139$600
SOMA	57889	8417	769	177	68:198$000	54171	7424	770	152	63:439$000	67247	8189	830	172	77:439$000	61581	7645	830	209	46:379$000

Contadoria do Thesouro Provincial do Rio Grande do Norte, 18 de outubro de 1888. Contador - Genezio Xavier Pereira de Brito

Retomando a discussão que apresentamos a pouco sobre o papel desempenhado pelo Rio Grande do Norte nos períodos colonial e imperial de abastecer de gado principalmente a zona canavieira de Pernambuco, verificamos que isso não se restringia à província potiguar. Também os sertões baianos eram fortemente obrigados pela Coroa portuguesa a fornecer gado para a zona açucareira. "*Os criadores são obrigados, compelidos ao fornecimento de bois, sob pena de prisão*" (BOAVENTURA, 1989, p. 342). Apesar da notória importância da economia pastoreia, a Coroa portuguesa, no princípio, e até no decorrer da colonização agiu com descaso no desenvolvimento dessa economia.

> "*Por ser a pecuária fonte de reduzidos lucros imediatos, de ser logo garantidor de parcos proventos para a sua ganância e a sua cobiça, num Reino decadente. Na época, a decadência de Portugal fazia com que só se interessasse o Rei pelo que ensejasse muito lucro rápido, acentuada matriz de riquezas imediatas*" (BOAVENTURA, 1989, p. 339)

"*E somente quando a crise açucareira se pronuncia, sacudindo os alicerces dos engenhos e silhares dos sobrados, foi lembrado o pastoreio, que já se firmava em bases sólidas, fortes e seguras. Já no começo do século XVIII, em meio à crise açucareira, a pecuária se entremostra poderosa*" (VIANA[20], 1955 apud BOAVENTURA, 1989, p. 341). Segundo Boaventura (1989), a maior solidez residia no pastoreio, que não estava sujeito às flutuações do mercado, nem sofria perdas como o açúcar que por causa do mau acondicionamento estava sujeito à depreciação. Mesmo assim, era o comércio açucareiro que mais recebia incentivos dos governantes, chegando seus produtores a receber até atestado de honradez: "*são pessoas que mais honram a pátria, que a fazem mais rica, mais brilhante, e mais poderosa pelo sólido dos seus estabelecimentos e naturais possessões*" (Discurso preliminar, histórico e introdutivo, com natureza de descrição econômica da Comarca e Cidade de Salvador. BOAVENTURA, 1989, p. 341). É reconhecida a importância da cultura canavieira para a história brasileira, porém verificamos que houve um forte descaso à necessidade de maiores incentivos à pecuária em detrimento desta.

O algodão apareceu como o produto de exportação dos sertões, e gerou grandes expectativas para a economia local, já que desde a colonização o foco principal era o mercado externo frente ao interno.

NÚMERO DE BENEFICIADORES DE ALGODÃO EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO SERIDÓ EM 1910		
Municípios	Beneficiadores	
	Bolandeiras	Locomóveis
Acari	27	9
Caicó	22	9
Currais Novos	25	6
Flores	10	8
Jardim	28	9
Serra Negra	12	6
TOTAL	124	47

Fonte: Inspecção e Defesa Agrícola. SANTOS, 2002, p. 151.

No fim do século XIX, a província do Rio Grande do Norte continuou dependendo da mesma economia - a pecuária, mesmo ela tendo se mostrado no período uma economia frágil e de difícil desenvolvimento nos sertões, não recebendo os devidos recursos para conviver com as constantes intempéries. Tentou-se também a cultura do algodão na região, que por algumas décadas gerou lucro satisfatório. Porém, a falta de estradas e ferrovias, e o não melhoramento do porto de Natal, bem como o vínculo de "dependência" com Pernambuco, entre outros fatores, não possibilitou o progresso almejado pelos potiguares. Trabalhou essa população, em sua maioria, nos sertões da província, em terras secas, desprovidas de qualquer facilidade. E foi nessas condições que se criaram os seridoenses sustentaram com muito trabalho sua família, à base do gado e do algodão.

O século XX consolidou a formação territorial do Rio Grande do Norte tal como o conhecemos hoje, com seus 167 municípios. Atualmente, o Estado possui cerca de 2.776.000 habitantes, dos quais 73,35% se concentram na área urbana. A população rural do Estado, que até a década de 70 era superior à urbana, atualmente equivale somente a 26,65% do número total de habitantes; já a população urbana quase triplicou nos últimos 30 anos. O processo histórico revela uma migração crescente campo-cidade a partir de 1970. No fim do século XX, o território do Seridó foi definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma microrregião do Estado do Rio Grande do Norte formada por 17 municípios: Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó. Quanto às comarcas, o Seridó, até o século XX, possuía cinco: Caicó (1859), Jardim do Seridó (1873), Acari (1890), Currais Novos (1920) e Parelhas (1944). Porém, do ponto de vista histórico, além desses 17 municípios, o Seridó é composto também por mais cinco: Jucurutu, Cerro Corá, Lagoa Nova, Florânea e São Vicente.

---

[1] Não se sabe muitos detalhes, pois a carta e foral perderam-se. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 15.

[2] CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 19.

[3] Informações retiradas do Livro de tombo do IPHAN - Inscrição: 256, data: 13-5-1949.

[4] Devido à destruição de documentos pelos holandeses, a história da fundação de Natal era mera hipótese. Durante anos os historiadores norte-rio-grandenses empenharam-se na tentativa de elucidar essa questão. A historiografia mais antiga traz Jerônimo de Albuquerque como fundador, porém documentos encontrados pelo padre Serafim Leite, e o Alvará de Nomeação de João Rodrigues Colaço como capitão da fortaleza levou os historiadores potiguares a concluir que o verdadeiro fundador de Natal foi João Rodrigues Colaço. Cf. MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973; MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

[5] Hipóteses para a escolha de Natal como nome da cidade fundada Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 27-28.

[6] Em 1646 numa sessão do Grande Conselho apud CASCUDO, 1984.

[7] imagens e história do brasil: coleção brasiliana na BM&F. Disponível em: http://www.bmf.com.br/portal/pages/Cultural/exposicao/colecaoBrasiliana/about.asp. Acesso em 6 abr. 2008.

[8] CASCUDO, Luís da Câmara. Op cit. p. 49.
[9] O Seridó é um vasto trecho do Rio Grande do Norte, cortado pelo rio de mesmo nome e seus afluentes. Esta área é uma importante região do semi-árido nordestino, com particularidades muito especiais no que diz respeito à sua história, cultura e população. O Governo do Estado do Rio Grande do Norte (2000) caracteriza a região seridoense como sendo de vegetação baixa, de cactos espinhentos e agressivos, agarrados ao solo, de arbustos espaçados, em terra muito erodida e áspera, onde os seixos rolados existem por toda parte.

[10] LOPES, F. M. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró, Natal: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

[11] CASCUDO, Luís da Câmara. Op cit. p. 52-53.

[12] Ibid. p. 44.

[13] MEDEIROS FILHO, O. de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília, 1981. p. 3.

[14] CASCUDO, Luís da Câmara. Op cit. p. 94 e 108.

[15] MEDEIROS FILHO, O. de. Op cit. p. 3-4.

[16] Ribeira = Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha, e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário. ROHAN, Henrique B. Diccionário de vocábulos brasileiros. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1889 apud LAMARTINE, 1984, p. 43.

[17] MEDEIROS FILHO, O. de. Op cit. p. 6.

[18] Ibid. p. 7.

[19] Algodão arbóreo, de fibra longa, mais conhecido por algodão mocó ou Seridó. Durante algum tempo foi esta variedade que tinha cotação mais alta no mercado. AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília, 1980.

[20] VIANA, Hélio. Formação brasileira. Rio de janeiro: José Olympio, 1955, p. 14. apud BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: UFBA, 1989.

3. Fundamentos da arquitetura do gado

3.1 Introdução do gado bovino e desenvolvimento da pecuária extensiva no Brasil • 3.2 Manejo do gado no Nordeste brasileiro • 3.3 Implantação de fazendas no sertão nordestino • 3.4 Sociedade pastoreia - 3.4.1 Fazendeiros - 3.4.2 Vaqueiros - 3.4.3 Moradores - 3.4.4 Escravos • 3.5 Algodão - 3.5.1 Cultivo e beneficiamento do algodão

> "*É o Nordeste de clima em grande parte árido, com secas terríveis e rios quase sempre temporários e que no entanto, nas cheias, avassalam tudo [...]. O Nordeste das caatingas ásperas, do gado enxuto, dos vaqueiros vestidos de couro, dos aboios e das vaquejadas, dos cegos cantando nas feiras. O Nordeste quase bíblico, do sertão, do boi e da seca*."
> (Ernani Silva Bruno in: RIEDEL, 1959, p. 33).

> *"Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios."*
> (João Guimarães Rosa)

3.1 INTRODUÇÃO DO GADO BOVINO E DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA EXTENSIVA NO BRASIL

Segundo Abreu (1988, p. 52, a), a criação do gado no Brasil iniciou-se no governo de Tomé de Souza. "A*s primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo-Verde e depois de Pernambuco*[1]". Fato ratificado por Santos Filho (1956, p. 207): "na *Bahia a criação iniciou-se no governo de Tomé de Souza, vindo os primeiros animais das ilhas do arquipélago de Cabo Verde e posteriormente da capitania de Pernambuco, para onde tinham sido trazidos de além-mar pelo donatário*". Em carta de 18 de julho endereçada ao Rei de Portugal, Tomé de Souza relata a chegada da caravela Galga "*com gado vacum que é a maior nobreza e fartura que pode aver nestas partes*".

Goulart (1966) afirma que a sementeira da criação de gado, que iria depois invadir e alastrar-se pelos sertões nordestinos, formou-se ainda na décima-quinta centúria, nas proximidades de Salvador.

> "*Vaccas - Ainda que esta terra tem os pastos fracos; e em Porto-Seguro ha uma erva que mata as vaccas em a comendo, todavia ha já grande quantidade dellas e todo o Brasil está cheio de grandes curraes, e ha homem que tem quinhentas ou mil cabeças; e principalmente nos campos de Piratininga, por ter bons pastos, e que se parecem com os de Portugal, he huma formosura ver a grande criação que ha.*" (CARDIM, 1980, p. 57).

Conforme Cascudo (1956), as doações de terras aos colonos portugueses no século XVI destinavam-se ao plantio de cana e à criação de gado. Ainda, segundo o autor, os portugueses trouxeram boi[2], vaca, novilho, bezerro, cavalo, jumento, carneiro, bode, porco e aves domésticas, tornando-se natural concluir que grande parte da tradição na pecuária brasileira é remanescente de Portugal, fato que Câmara Cascudo (1956) não observa na cultura do açúcar, já que era uma prática ainda nova para o português peninsular.

Segundo Ruffier (1924), o tipo de gado de uma determinada região é o resultado das circunstâncias locais: clima, altitude, hidrografia, orografia, composição do solo, natureza dos pastos e processos zootécnicos empregados pelos criadores. Conforme o autor, todas as áreas do Brasil (exceto as de mata tropical, de clima quente e úmido) prestam-se, mais ou menos, à criação bovina. Porém, ressalta Ruffier (1924), não se deve esquecer que o *Bos domesticus* é animal de regiões temperadas, que não se adapta bem aos climas tropicais ou quentes, ou pelo menos não se desenvolvem da mesma maneira[3].

Segundo Santos Filho (1956), foi produzido no nordeste um tipo de gado denominado 'crioulo' (ou curraleiro[4] ou sertanejo), fruto da mestiçagem e aclimatação de várias raças oriundas de Portugal e Espanha, como a Mirandesa, a Galega, e a Barrosã ou Maronesa. Eram características deste tipo

> "*peito estreito, pescoço comprido e fino, barbella desenvolvida, chifre enorme, cernelha estreita (em 'folha de navalha', como dizem os Americanos), costellas chatas, lombo magro, ancas cahidas e estreitas, quarto chatos, garupa em declive... nosso boi crioulo parece estabelecido às avessas: desenvolvido nas partes inúteis ou de pouca estimação (barbella, chifre, pescoço, ossatura) e paupérrimo de carne nas partes onde esta tem mais valor (quarto e lombo)*." (RUFFIER, 1924. p. 37)

Segundo Macedo (1952), os atributos étnicos desse gado[5], no que se refere às suas características morfológicas e fisiológicas, são oriundos de uma longa e penosa aclimatação, cujos efeitos se refletiram no porte, na pelagem, textura do pêlo, espessura da pele, criando-se um tipo de animal de constituição, senão robusta, pelo menos forte, viva e ligeira. O autor ressalta que, naquele momento, o que realmente interessava era a existência desses animais e não se eram de má ou de boa qualidade física. Lembra que eram desses pequeninos bois que se alimentavam as populações do Vale São Francisco. Podemos aí incluir também as demais populações das outras capitanias do Nordeste.

No sertão do Nordeste, compreendendo as zonas interioranas das capitanias da Bahia até o Maranhão, formou-se a primeira zona pecuária do Brasil. "*O açúcar no litoral, o gado no interior, foram os motivos econômicos da expansão demográfica e das concentrações humanas que se constituíram no Nordeste*" (DIÉGUES JÚNIOR[6], 1955 *apud* GOULART, 1966, p. 14).

> "*tangendo o gado para o sertão, o vaqueiro não só ocupou toda uma área adusta, como dela afugentou, para os confins da hinterlândia, as tribos indígenas rebeladas, que fustigavam com seus intermitentes assaltos os civilizadores da terra inculta. Do gado, obtinha o vaqueiro o alimento, o transporte, e pode-se dizer que o vestuário e moradia*." (GOULART, 1966, p. 14).

A princípio, os currais de gado localizavam-se na faixa costeira do Brasil, junto das lavouras de cana-de-açúcar. Devido aos conflitos provocados pela penetração dos animais nos canaviais, a criação de gado na costa foi proibida pelo governo português[7]. Antes disso, Dom Pedro, em 30 de janeiro de 1698[8], ordenou que os pecuaristas, estabelecidos nas áreas entre Itapuã e Rio Vermelho na Bahia, deslocassem suas cabeças de gado para o interior num prazo de um mês, sob alegação dos rebanhos estarem destruindo as roças de mandioca da região. Em 30 de janeiro de 1705[9], D. Rodrigo da Costa (governador do Brasil), indeferiu o requerimento da Câmara da Vila de Boipeba que solicitava autorização para sua população criar, dentro do termo da vila, seus gados; e em outra carta[10], o mesmo D. Rodrigo notificou o Padre Vigário, o Coadjutor e demais moradores de Boipeba por continuarem a criar gado nas proximidades das plantações, acrescentando que, se sua determinação não fosse atendida ele iria tomar as resoluções cabíveis para se fazer cumprir as ordens de Sua Majestade. Uma das providências tomadas pelo Governo Provisório da Revolução Pernambucana, pelo decreto de 24 de março de 1817, foi a de afastar o gado da lavoura: "*todos os nossos patriotas do prefixo termo dum mês da data do presente decreto retirem seus*

gados para os sertões [...] *todo lavrador tem autoridade de matar o gado de qualquer qualidade que se achar devastando a lavoura*" (GOULART, 1966, p. 17).

> "*Assentaram uniformemente que todo lavrador, que quiser ter as suas lavouras quaisquer que sejam em campos e terrenos dilatados serão obrigados a cercarem à sua custa, e nos Engenhos, e mais fazendas terão os gados debaixo de cercas, pena de seis mil réis de condenação, e trinta dias de Cadeia, e pagarão os donos dos gados aos lavradores os prejuízos que lhe causarem, e quando estes o sentirem por se não cercarem na forma dita o não poderão repelir*." (uma das posturas do Livro IV de Posturas do Senado da Câmara da Bahia de 1785 apud GOULART, 1966, p. 17)

Em função da incompatibilidade do desenvolvimento dessa atividade no litoral e da necessidade de prover a zona açucareira de animais como força motriz dos engenhos e como alimento, o gado teve que ser deslocado para as áreas interiorizadas do país.

A economia criatória foi fundamental para a ocupação do interior da América Portuguesa; em apenas um século grandes fazendas foram formadas e praticamente todo o sertão nordestino foi apropriado[11]. Atividade dependente da economia açucareira, em princípio, a expansão desta comandou o desenvolvimento daquela.

Como vimos no ensaio anterior, segundo Prado Jr (2004), a interiorização no Nordeste começou a partir de dois focos principais: Bahia e Pernambuco. Foram essas duas localidades que, como centros açucareiros, comandaram a arremetida para os sertões em busca de terras onde se pudesse criar gado, indispensável como força motriz dos engenhos e fundamental para o consumo da população dos centros urbanos em desenvolvimento. A expansão, que delas respectivamente se originou, acabou confluindo e se confundindo.

> "*A criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias de Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-se à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado o movimento idêntico partido de Pernambuco. Ao romper a guerra holandesa estavam içadas de gado as duas bandas do rio em seu curso inferior. Nem por outro motivo as incorporou Maurício de Nassau ao território da companhia das Índias Ocidentais, e os patriotas da liberdade divina com tanto afinco defenderam*." (ABREU. 1988, p. 167, b).

Em meados do século XVI, expedições saídas de Salvador e Porto Seguro penetraram o território baiano, em direção ao Oeste, em busca de metais preciosos e apresamento de índios, atingindo o São Francisco. Concluído o reconhecimento da região e não tendo sido encontrada nenhuma grande jazida de metal precioso, deflagrou-se o processo de apropriação de imensas glebas de terra para implantação da pecuária extensiva. Enquanto no sul da colônia as sesmarias concedidas pela Coroa não ultrapassavam três léguas de extensão, no Nordeste, e em especial na Bahia, chegavam a vinte e até cinqüenta léguas[12].

Segundo Godofredo Filho (1975), aos sertanistas baianos deveu-se a exploração e colonização do semi-árido do Nordeste, e nessa empreitada, os Ávila percorreram pessoalmente esse sertão, comandando seus

subordinados e ordenando a direção a seguir, resultando em excelentes descobertas. Essas expedições baianas ocuparam os sertões pernambucanos e piauienses até o sul do Maranhão.

> "*Dentro do Recôncavo e em certas ilhas deles havia alguns currais; a força da criação começava da ponta de Santo Antônio para o Norte; no tempo em que Gabriel escrevia já alcançava o rio Itapicuru, e avultavam como criadores os jesuítas e Garcia de Ávila, e fundador dessa casa da Torre que mais tarde devia tornar-se tão opulenta*." (ABREU, 1988, p. 53, a).

Já de Olinda, rota de penetração mais modesta, partiu em duas direções, Norte e Sul. Essa ocupação interiorana, segundo Prado Jr (2004), foi muito irregular, escassa e rala, pois o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos do sertão no século XVIII, não era numeroso. À pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da Colônia que, calculado em área efetivamente povoada, ultrapassou as zonas de mineração. Segundo Holanda (1989), a pecuária deu ao homem colonial a noção de valor econômico das zonas que não apresentavam riquezas minerais e que não se prestavam a lavoura comercial.

Rota de penetração do gado no sertão nordestino
Fonte: construção sobre original de ANDRADE(1995)

> "*A experiência ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos se foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, exceto em algumas da capitania de Pernambuco igualmente pastoris.*" (ABREU, 1988, p. 65).

Para José Alípio Goulart (1966), em princípios do século XVIII, o número de cabeças de gado já chegava a mais de um milhão. Ainda conforme o autor, os homens mais resolutos trouxeram suas famílias para as fazendas e as condições de vida começaram a melhorar naquelas longínquas paragens, dando origem ao ciclo econômico pastoril, classificado como civilização do couro[13], "*por haver sido esta matéria-prima a responsável pela origem de um dos mais singulares e predominantes aspectos da cultura material sertaneja que ainda hoje se verifica na integridade de suas características*" (COSTA PEREIRA, 1957 apud GOULART, 1966, p. 20).

> "*Civilização do couro porque na rude existência dos povoadores do sertão era tudo tirado do boi que lhe encheu de chácaras, abecês e autos, o rico folclore: couro de arrasto para mover a terra e carregar a pedra; couro de pisar para reduzir o tabaco a rapé; couro de curtir para apurar o sal; couro de bainha para os facões, facas e quicés; couro de tranças para cordas, cabrestos, chicotes e arreios; couro cru para atilhos, atacás e peias; couro surrado para bruacas, mochilas, borrachas de água, alforjes e surrões; couro pregueado nas malas e baús, cadeiras e tamboretes; couro espichado nas portas e janelas das moradias, nos catres usados para as doenças e partos; enfim, o couro curtido para a roupa do vaqueiro que lhe permitia varar os carrascais espinhentos na veloz carreira dos seus árdegos cavalos de campo*" (BARROSO[14], 1956 apud GOULART, 1966, p. 21).

3.2 MANEJO DO GADO NO NORDESTE BRASILEIRO

A criação de gado era, a princípio, segundo Santos Filho (1956), feita de acordo com as leis da natureza, ou seja, os animais ficavam soltos nos pastos[15]. A existência desse regime criatório se deveu, conforme Macedo (1952), a dois fatores principais: a rarefação da pastagem e ao latifúndio, ambos dificultando a evolução do sistema criatório, pois se por um lado a pobreza vegetal requeria de 3 a 6 hectares para manutenção de um grande animal, por outro essa extensão de terras dificultava o delineamento por cercas, indispensável para controle dos rebanhos em criação extensiva. "*Solto, o animal deriva para onde bem lhe apraz, afastando-se e perdendo-se na imensidão das caatingas, tabuleiros e 'gerais' numa vida inteiramente livre e selvagem, entregue à própria sorte*" (MACEDO, 1952, p. 29).

Também, conforme Santos Filho (1956), não havia obediência a qualquer técnica susceptível de apuramento ou melhoria. Imperavam no sertão a mestiçagem e a consangüinidade. Além disso, ainda conforme o autor, os criadores sertanejos não tinham o hábito de castrar os animais, permanecendo "inteiro" o gado de corte. "*Compreende-se assim o elevado teor de mestiçagem e consangüinidade adquirido pelo gado sertanejo criado à solta, misturado, cada animal macho funcionando como reprodutor*" (SANTOS FILHO, 1956, p. 210). O autor acrescenta que somente eram castrados os garrotes escolhidos para os trabalhos da fazenda, quer fossem bois de engenhos ou bois de carro.

Segundo Riedel (1959, p. 19), "*a pecuária na região, como é sabido, exigia braços poucos. Uma fazenda no Piauí, com mil e quinhentas a duas mil cabeças de gado, se sustenta com três ou quatro homens: o vaqueiro, que é seu encarregado, e dois ou três ajudantes*".

No "*Manual do agricultor brasileiro*", de 1839, Carlos Augusto Taunay afirma que a criação desses "bois de vento" no Brasil é de primitiva simplicidade e que não há nem motivo nem possibilidade de melhorar, já que a vasta extensão de terras destinada à criação bovina, a benignidade do clima, pouco número de braços de que se pode dispor para o tratamento, baixo preço dos animais e imensas distâncias entre os mercados concorriam para determinar os deveres e ocupações da vida pastoril. Ou seja, sem o interesse de melhoria das técnicas pecuárias, os criadores continuavam seguindo as tradições dos antigos povos pastores. Para o autor, nesse momento, os fazendeiros e vaqueiros não precisam de teoria para "*ferrar uma fazenda, estabelecer currais, laçar gado, esfolá-lo, moquear carne, sarar bicheira, caçar as onças e tigres, conduzir uma tropa, empregar os couros para seus utensílios e vestimenta, e preparar laticínios*" (TAUNAY, 2001, p.

256-257), pois, durante anos, esses conhecimentos práticos lhe bastaram. Segundo Taunay (2001), somente quando a população e a agricultura invadiram as terras abandonadas pela criação de gado, é que foram necessárias modificações para aprimoramento do manejo do gado. Ruffier (1924), também se refere à falta de conhecimentos técnicos dos criadores brasileiros daquela época

> "*não resta dúvida que não se devem condenar a priori e em absoluto, todas as praticas dos nossos criadores* [...] *Porém, feita esta reserva, há de se admitir que o criador sertanejo - salvo raras exceções - é geralmente mui ignorante e persiste n'uma rotina que não tem outra desculpa senão a lei do menor esforço*" (RUFFIER, 1924, p. 43-44).

O boi do sertão nordestino (boi de vento, curraleiro, crioulo, ou sertanejo) apresentava-se, já em princípios do século XIX, como animal de pequeno talhe, estatura pequena e grandes chifres, de carne magra e pouco leite. Animal de pouco peso, pernas finas e casco resistente, próprio para palmilhar o solo endurecido. Nessa época, já se aclimatara bem à caatinga. Era resistente às doenças e apto para suportar os rigores do clima seco. Sucumbia apenas quando sobrevinha uma daquelas secas periódicas, excessivas e prolongadas[16].

3.3 SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE CURRAIS NO SERTÃO NORDESTINO

> "*Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se* [...] *não foi a rigor uma civilizazão agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de origens rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas*" (HOLANDA, 1995, p. 73).

> "*Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.*"(João Guimarães Rosa)

Seguiram para o sertão, conforme Andrade (1986), os excedentes de população dos períodos de estagnação da indústria açucareira. O clima semi-árido e a vegetação de caatinga favoreceram o desenvolvimento da pecuária, pois não permitiam o desenvolvimento de doenças, fornecendo alimentos em abundância (na estação chuvosa) e dispondo de água suficiente nos cursos dos rios.

> "*Formou-se, assim, no sertão – Nordeste semi-árido – uma sociedade pecuarista, dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador, delegando a administradores da propriedade a empregados, e nas quais havia sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais. Era uma economia inteiramente voltada para um mercado distante, situado no litoral, para onde a mercadoria se autotransportava, em boiadas conduzidas por vaqueiros e tangerinos, por centenas de léguas*." (ANDRADE, 1995, p. 47).

"*Nos países próprios a criação, abertos e cheios de campinas* [...] *pouco se muda à superfície da terra; levanta-se uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados estão povoadas três léguas de terra* [...]" (ABREU, 1988, p. 64, a).

Segundo Koster (1942, p. 212), "*a divisão das propriedades do sertão é extremamente vaga, e pode ser bem imaginada quando se disser que o modo usual de descrever uma fazenda é computar sua distancia em léguas, ou em muitos casos, informar quantos mil bezerros anuais, sem a menor referência à quantidade das terras possuídas*"

Segundo Cascudo (1956), "*com os Ávilas a 'bandeira do gado' inicia o ciclo, tão decisivo, tão poderoso, tão ilustre quanto as bandeiras paulistas, preando indiada e buscando esmeraldas e prata*". Ainda segundo o autor, a grande empreitada de conquista pelo gado se dá após 1654, mesmo ano da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, quando Francisco Dias d'Ávila recebeu uma enorme sesmaria. Com isso, a família Ávila, nos fins do século XVII, possuía terra duas vezes maior que o território da Itália: "a *idéia da mina justificava a pesquisa mas o curral de gado era a fixação. A gadaria ainda não dominava o médio São Francisco. Dez anos depois da expulsão do holandês é que o baiano transborda para a rede potamológica do Piauí, com boiadões e vaqueiros que eram soldados nas horas de refrega*" (CASCUDO, 1956, p. 4).

A existência do gado e fazendas nas regiões do vale São Francisco remonta ao século XVII, como observa Macedo (1952), quando Fernão Dias Paes Leme penetrou o sertão em direção ao rio das Velhas, encontrando muitos outros paulistas, baianos e pernambucanos, que já o haviam antecedido, instalando-se às margens do São Francisco e seus afluentes e ali fundando os primeiros currais:

> "*Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e só na borda aquém do rio São Francisco, cento e seis*" (ANTONIL, 1982, p. 199)

Segundo Cascudo (1956), durante o domínio holandês, Sergipe foi terra de currais, sendo fornecedora de carne e bois para os engenhos de açúcar pernambucanos no século XVII. Já Alagoas e Pernambuco, no mesmo século, foram territórios açucareiros, havia uma criação de gado, porém insuficiente para a demanda. Somente no último quartel do século XVII que se conquista o sertão pernambucano com currais. Em *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, publicado em Lisboa em 1711, o jesuíta Antonil diz que o número de currais de Pernambuco ultrapassa os da Bahia, "*os currais desta parte* (Pernambuco) *hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos* […]".

Na Paraíba, o aparecimento de fazendas deveu-se aos exploradores que adentraram o planalto da Borborema e aos paulistas que penetraram o Piancó.

O mapa de Georg Marcgraff, cartógrafo holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, datado dos anos 40 do século XVII, atesta a presença de numerosos currais no litoral nordestino, inclusive na região da capitania do Rio Grande. No mesmo século, iniciou-se o povoamento em direção ao interior do Rio Grande do Norte. Segundo Riedel (1959), no início do século XVII, foram povoadas, por meio de

sesmarias, algumas áreas em torno de Natal: nas margens do Curimatau, várzeas do Potengi e do Jundiaí. "*Criava-se aí – escreveu Frei Vicente do Salvador em 1627 – 'muito gado vacum e de tôdas as sortes por serem para isso as terras melhores que para engenhos de açuçar'*" (RIEDEL, 1959, p. 23).

As primeiras fazendas de gado do Ceará desenvolveram-se na ribeira do Jaguaribe[17]. No início do XVIII, os criadores da zona jaguaribana dispunham de mais de quatro mil rezes cada um[18]. No Maranhão, em meados do século XVIII, havia cerca de duzentas fazendas de criação[19].

No Piauí, "*o gado multiplicou-se de modo maravilhoso. Domingos Afonso fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas; e com outros acréscimos tanto proliferaram as célebres fazendas nacionais, confiscadas pela vesância pombalina* [...]" (ABREU, 1988, p. 54). Segundo Porto (s/d), sob a administração dos padres, as fazendas de Domingos Afonso Mafrense conheceram grande prosperidade. Na segunda metade do século XVIII, o número de fazendas chegava a quinhentas[20]. A mais importante fazenda fundada por Domingos Afonso "*foi a da Aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome Mocha*" (MOTT, 1985, p. 45), depois Cidade de Oeiras.

> "*Foi no fim do século 17 que Domingos Affonso Mafrense veio povoar o Piauí, ocupando sesmarias no vale do Canindé afluente do rio Parnaíba, e Mafrense era companheiro e sócio de Francisco Dias de Ávila, primeiro senhor da casa da Torre de Garcia d"Avila, no Estado da Baía. Mafrense ao morrer, em 1711, deixou para os Jesuítas trinta e nove fazendas de gado, que foram confiscadas pelo Governo Português em 1760, e em 1811 possuíam 50760 cabeças de gado vacum e 2780 de gado cavallar, tal é o poder criador das terras do Piauí, favorecidas por pastagens de 1ª ordem*" (MIRANDA, 1938. p. 142).

No sertão do Piauí "*já em 1697, apenas um ano após a criação de sua primeira freguesia, contavam-se em 129 o número de fazendas de gados, situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limítrofes com as terras dos gentios*"[21]. Ao contrário do crescimento no número de fazendas, os núcleos urbanos se desenvolviam de forma bem mais modesta:

> "*Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila de Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são oficiais de justiça. Têm circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos arrozes, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo de inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalar e não podem morar junto da vila se acham dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados*" (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12, Ms. do Conselho Ultramarino. Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila de Mocha, do Sertão do Piauí, do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl. 502/510) apud MOTT, 1985, p. 46).

A implantação das fazendas de gado no sertão do Piauí foi descrita por Pereira d'Alencastre:

> "*As fazendas de gado vacum estão situadas sobretudo nas fraldas de vários olhos d'água que delas nascem. Para que no sertão uma fazenda mereça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água, por que sendo o Piauí sujeito a secas, como todos os altos sertões do Brasil, as fazendas faltas d água são as primeiras que ficam despovoadas de seus gados*" (PEREIRA D'ALENCASTE, José Martins. Memória Chronológica, Histórica e Corográphica da Província do Piauhy In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. tomo XX, 1º trimestre de 1857 apud MOTT, 1985, p. 60-61).

Segundo Riedel (1959), as condições geográficas favoreceram o povoamento por meio de currais de gado, na região formada pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

> "*O relevo unido se desdobrando em chapadas imensas; a vegetação esparsa da caatinga, permitindo a ocupação de terras sem muito esforço de desbastamento; até a presença de lambedouros, afloramentos salinos. Por outro lado, com pouca gente e com edificações rústicas se montava uma fazenda de criar: o vaqueiro e algumas fábricas, pequenas casas de habitação e currais toscos. O índio se ajeitava bem com a liberdade pastoril*" (RIEDEL, 1959, p. 25).

As fazendas de gado do semi-árido nordestino localizavam-se, sobretudo: nas zonas de Carolina e Riachão, no Maranhão; Oeiras, Campo Maior e Valença, no Piauí; Poti, Iguatés, Tauá e Milagres, no Ceará; e Seridó, Santa Cruz e Caicó, no Rio Grande do Norte[22].

"*A criação de gado e a cultura do algodão estimularam a ocupação de novas terras, a fundação e o crescimento de algumas povoações, e às vezes a sua elevação a freguesias ou a vilas – nesse tempo*" (RIEDEL, 1959, p. 28).

No início do século XIX, no interior da Bahia, durante viagem de pesquisa, os pesquisadores Spix e Matius (1817-1820) atestaram que "*os habitantes destas regiões tétricas cuidam, sobretudo, de criação de bois e cavalos. Só raras vezes encontramos plantações de algodão, o qual, no entanto, se dá muito bem aqui*" (p. 105).

E, ainda conforme os viajantes, naquela época "*as três estradas principais, pelas quais se faz o comércio do sertão, são as que passam por Conquista e Rio Pardo, para Minas Gerais; pelo Rio das Contas, para Goiás e Mato Grosso; e por Juazeiro, para as províncias do norte, Pernambuco e Piauí etc*" (SPIX; MARTIUS, 1972, p. 115).

3.4 SOCIEDADE PASTOREIA

> *"Desvanecidos os terrores da viagem do sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram, casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança."* (ABREU, 1988)

"*Sertanejos, mire veja: o sertão é uma espera enorme.*" (João Guimarães Rosa)

A organização social de uma fazenda de criar constituía-se basicamente do proprietário das terras e de suas benfeitorias, de sua família, dos vaqueiros, dos moradores e agregados, e dos escravos.

Estribos, provavelmente do fazendeiro, da mulher e do vaqueiro, respectivamente
Fonte: Acervo particular da autora

Câmara Cascudo (1956) observa a enorme diferença existente entre a cultura açucareira e a cultura pastoreia, envolvendo desde a vida do proprietário e de seus empregados até às questões referentes à alimentação, indumentária, divertimentos e riscos profissionais. Para Cascudo (1956), o ciclo do açúcar, caracterizado pela casa-grande, utiliza em massa a força humana e teve enorme dependência escrava até o fim do século XIX. Enquanto o ciclo do gado é marcado pelo individualismo de quem participa, dando-lhes noção imediata de independência, improvisação, autonomia, livre arbítrio e arrojo pessoal. "*Fundada a fazenda, o vaqueiro, antigamente um escravo, ficava senhor do gado, da casa, dos cavalos, responsável pelas iniciativas imediatas para defender os animais entregues à sua energia*" (CASCUDO, 1956, p. 9).

O vaqueiro era a figura de maior importância para a fazenda de criar, pois a ele pertenciam as obrigações essenciais da fazenda. Seu pagamento não era feito em dinheiro, mas sim em crias, ele teria a quarta parte das crias nascidas no ano. "*Exemplo único de colaboração estreita sem o auxílio do pelourinho e do chicote*" (PORTO, s/d, p. 152). No mundo da economia pastoreia a mobilidade social era algo muito acessível. Como o pagamento era feito em gado, muitos vaqueiros formaram seu próprio rebanho, apesar de modesto, permitindo assim tornar-se senhor de gado.

Também na dinâmica da pecuária, o trabalho braçal não era atribuição exclusiva da casta trabalhadora. Os senhores de terras, que possuíam *status* social mais elevado que os demais, dedicavam-se também à lida com o gado.

Além dos que faziam parte desse arranjo social da pecuária, havia pequenos ofícios que davam suporte à essa organização, como: ferreiro; carapina; oficial do couro; oleiro. Nos inventários há menção a inúmeros objetos de ferro, que eram fabricados rusticamente nas cercanias das fazendas em pequenas oficinas, bem como de mobiliário de madeira da região, utensílios de couro e materiais de construção, como tijolos e telhas.

Fôrma de tijolos fa fazenda cabaceira; medidas (1 cuia; ½ cuia;1 litro; ½ litro) da Fazenda Juazeiro; Cravos e fôrma de telha do acervo do Museu de Acari

3.4.1 Fazendeiro

> "*Não sentia repúdio pelo trabalho, sobretudo áspero e belo trabalho do vaqueiro. [...] No pastoreio, o sinhô, o sinhozinho atuavam no trabalho em companhia do vaqueiro e em meio aos escravos. [...] No pastoreio não era a ociosidade norma de vida fidalga*" (BOAVENTURA, 1989, p. 9, 232)

> "*O velho Zuza e D. Nanu, formavam um casal típico daquele sertão do Seridó. Cultivavam um estilo de vida herdado dos seus ancestrais e que eles preservavam com muito cuidado. Dirigiam aquele mundo como os seus antecessores já haviam dirigido, com pouquíssimas inovações [...] O tratamento dispensado aos seus auxiliares situava-se entre o patrão e o pai [...] Havia uma solidariedade humana presente em todos os atos e o modo como eles viviam e trajavam, quase não os diferenciavam dos seus serviçais*." (Lembranças de Pery Lamartine sobre o tratamento dos proprietários da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios dispensado aos trabalhadores. LAMARTINE, 1984, p. 57)

O mundo do pastoreio era patriarcal; ao senhor da família cabia as decisões tanto de ordem econômica quanto social da fazenda: "*O fazendeiro regulava os destinos de toda a família, escolhendo noivos para as filhas e profissões para os filhos. Suas ordens não podiam ser discutidas*" (PORTO, s/d, p. 153). O prestígio do fazendeiro era calculado pelo número de fazendas e de cabeças de gado que ele possuía. Esse número o aristocratizava, transformando-o em coronel.

Eram os proprietários das fazendas que iam ao Piauí comprar os garrotes e, posteriormente, às feiras e ao Recife vendê-los.

> "*Era muito comum haver sociedade entre boiadeiros, especialmente quando se tratava de parentes. Uma maneira de baixar os custos da viagem. De uma dessas sociedades, foram colhidas as informações que seguem: a sociedade foi constituída entre Zuza Gorgônio, seu irmão, Capitão Janúncio da Fazenda Pedreira e o genro deste, de nome Abdon Odilon da Nóbrega. Foram trazidos 858 cabeças, com um custo médio de compra de 21$700 réis, 3 burros mulos, comprados em média de 87$000 réis, 5 cavalos, comprados em média de 44$350 réis. O adiantamento para viagem foi de 1:130$000. Foram gastos com alimentos e impostos (Piauí e Ceará), aluguéis e arrendamento de currais e cercados, 3:056$878; com prestação de serviços a cavaleiros e tangerinos, 24:324$830 réis em moeda do Império, incluindo uma rede de dormir. Empregaram 28 tangerinos, a $300 réis por dia aboiado, 4*

cavaleiros, a 1$000 réis de diária, todos do Piauí, além do pessoal do Seridó, composto por 3 cavaleiros, por parte de Zuza Gorgônio e 6 da parte do Capitão Janúncio. A viagem de volta, tangendo a boiada, durou cerca de 43 dias de caminhada. esse mesmo gado, já no caminho de volta, vinha sendo vendido à base de 32$000 a 34$000 por cabeça. As anotações desse balanço foram feitas no dia 18 de maio de 1888" (LAMARTINE, 1984, p. 27)

Novinho, filho do proprietário da Fazenda Umary.
Fotos: Adilia M M Diniz Correia de Aquino, mar/2008

3.4.2 Vaqueiro

"*A fazenda de gado fixou a população no interior de todo o Nordeste brasileiro. A criação nos campos indivisos, sôlta a gadaria nos plainos e tabuleiros sem fim, deu ao homem um sentimento de liberdade de ação, e a ausência de todo um sistema fiscalizador diretivo: feitôres, mestres apontadores do ciclo da cana-de-açúcar, o que era para o vaqueiro um convite à iniciativa e às forças vivas da imaginação e da inventiva pessoal*"
(CASCUDO, 1956. p. XI)

Câmara Cascudo (1956) observa a enorme diferença existente entre a cultura açucareira e a cultura pastoreia, envolvendo desde a vida do proprietário e de seus empregados até questões referentes à alimentação, indumentária, divertimentos e ofícios. Para Cascudo (1956), o ciclo do açúcar, caracterizado pela casa-grande, utiliza em massa a força humana e teve enorme dependência escrava até o fim do século XIX. Por outro lado, o ciclo do gado é marcado pelo individualismo, dando noção imediata de independência, improvisação, autonomia, livre arbítrio e arrojo pessoal. "*Fundada a fazenda, o vaqueiro, antigamente um escravo, ficava senhor do gado, da casa, dos cavalos, responsável pelas iniciativas imediatas para defender os animais entregues à sua energia*" (CASCUDO, 1956, p. 9).

"*As pessoas que tomam conta do gado e vivem nesses domínios são chamadas de "**vaqueiros**". Têm uma parte dos bezerros e galinhas que criam no campo, e quanto aos carneiros, porcos, cabras, etc., não prestam contas ao proprietário. O grosso da manada de gado é contada descuidadamente, sendo evidentemente, lugares aceitáveis e lucrativos, mas os deveres são pesados, exigindo coragem considerável, grande força física e atividade. Alguns donos vivem em suas terras mas a maioria das fazendas que visitei, é propriedade de homens de ampla prosperidade e que residem nas cidades litorâneas onde são igualmente plantadores de cana de açúcar.*" (KOSTER, 1942, p. 208. grifo do autor)

O vaqueiro era a figura de maior importância para a fazenda de criar, pois a ele cabiam as obrigações essenciais da fazenda. Seu pagamento não era feito em dinheiro, mas em crias; ele recebia a quarta parte

das crias nascidas no ano: "*Exemplo único de colaboração estreita sem o auxílio do pelourinho e do chicote*" (PORTO, s/d, p. 152). Macedo (1952), define a partilha como sendo

> "*um contrato verbal entre o fazendeiro e o vaqueiro e pelo qual este recebe um animal em cada 4 ou 5 que nascem. Assim divididos, são respectivamente marcados: 4 com a marca do dono e 1 com a do vaqueiro. Ferrados, continuam vivendo e crescendo em comum nos mesmos campos, até que o vaqueiro se disponha a vendê-los, dando, nessa ocasião, preferência de compra, preço por preço, ao fazendeiro.*" (MACEDO, 1952, p. 33)

Obrigações do Vaqueiro:

Pagará o dízimo com igualdade sem prejuízo da Fazenda nem do Contratador devendo d, (ilegível) parte ao Procurador para fazer ..... (ilegível*). Deve estar pronto para qualquer junta*..... (ilegível*) de gados, ou qualquer serviço desta natureza nesta ou em qualquer Ribeira, sem que possa alegar não ser da sua obrigação semelhante serviço.*

Não emprestará cavalos da Fazenda, e se por justo motivo se servir de algum para carregar farinha ou outro gênero de sua sustentação, e êste morrer o pagará por seu justo preço, permito-lhe porém conduzir 2 cargas de sal em animais da fazenda.

Não matará rês alheia, nem consentirá que outra qualquer pessoa pratique um tão indigno procedimento nos pastos ..... (ilegível) *da fazenda, ficando responsável* ..... (ilegível) *artigo tão digno de correção como agressor de furto.*

Não se utilizará de gado da Fazenda nem ainda com o pretexto de serem suas crias, nem fará ferra alguma na Fazenda sem que esteja presente suas crias, nem fará ferra alguma na Fazenda sem que esteja presente o Procurador, e o livro da Fazenda.

A boa harmonia com o vizinho, o zelo dos seus gados é muito da minha aprovação não lhes negará o refrigério no tempo de babugens passado êste tempo cada um deve se retirar.

não consentirá nas terras da Fazenda morador ou agregado, que não seja da obrigação do serviço da mesma Fazenda.

Será obrigado a dar-me em cada um ano em que a Fazenda der 50 bezerros para cima 1 carga de queijo, e passado de cem, duas.

Não poderá dar vacas a outra qualquer pessoa para tirar leite por ser êste artigo muito prejudicial a Fazenda.

Deverá ter a gente precisa para o serviço da Fazenda e trato do gado.

Tem esta Fazenda os ferros seguintes

Machados I I Enxadas I I I Serrote I Marca de ferra I ..... (ilegível)

Transcrição de Juvenal Lamartine de parte de um caderno, costurado a linha, dilacerado e ilegível em muitas de suas páginas. As anotações, na maioria das folhas soltas, são escritas com caligrafias e datas diversas que vão de 1805 a 1856. Parece tratar-se da prestação de contas da vaqueirice da Fazenda Cacimba das Cabras, Acari.
Fonte: LAMARTINE, 1996, p. 101.

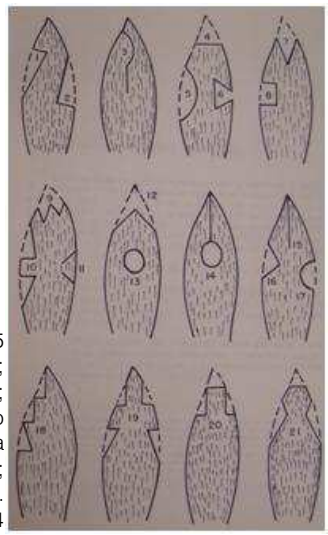
> "*As sesmarias de ontem foram, em nossos sertões, requeridas para 'povoar com seus gados' e os criadores tinham naqueles tempos, como única obrigação, o pagamento do dízimo à Igreja. [...]. A parição cresce a cada ferra e o manejo do rebanho semi-bravio*

reclamava pouca gente - mas gente forte, resistente e destemida. [...] A cerca quase se resumia na estacada de pau-a-pique dos currais onde o gado era recolhido para a ferra e os benefícios. Além dos currais, quando muito, umas poucas braças de cercado - o peiador - onde se fazia prender um cavalo mais velhaco ou de necessidade mais pronta. O mais era o campo aberto com fazendas em léguas distanciadas... No fim do inverno - São João ou Sant'Ana - quando a pastagem madura principiava a secar, se dava começo à apartação. Numa fazenda previamente escolhida, que oferecesse mais acomodação nos currais ou por ser mais eqüidistante das outras, reuniram-se os fazendeiros com pessoas de suas famílias e seus melhores vaqueiros. A pega do gado começava sempre na segunda para ser levado à apartação na sexta-feira. Ainda com escuro, quebrado o jejum, tomavam das véstias e ganhavam os matos sob a guia de um vaqueiro mais conhecedor daqueles campos. E daquela hora, até a bôca-da-noite, as barcadas de gado se sucediam... Ceados, já de noite, ao redor da fogueira que ardia no pátio, ou desenfadando-se em rede nos alpendres, eram contados os feitos do homem, do cavalo e do boi. Ali nasciam o ABC dos cavalos famosos e dos barbatões que desfeiteavam afamados vaqueiros. Daqueles pátios saíram os primeiros vaqueiros. Alguns pela afoiteza, destreza e coragem criaram fama e, de boca-em-boca, suas vidas e as carreiras que os celebrizaram foram contadas e recontadas pelos mais velhos. [...] Na sexta-feira se fazia a apartação. O dízimo - um em cada dez - se pagava, no princípio à Igreja e, por derradeiro, quando esta foi separada do Estado, ao próprio Erário. Este último o arrecadava, por intermédio de pessoas que os arrematavam em hasta pública, constituindo, na época, um negócio bastante lucrativo. Apartados os bezerros e poltros para o pagamento do dízimo, é que se principiava a ferra. O fazendeiro marcava os três primeiros bezerros ou poldros com o seu ferro, sendo o quarto reservado a seu vaqueiro. A operação se repetia enquanto existia garrote orelhudo. Cabia ao vaqueiro, além da sorte acima descrita, a exploração do leite de algumas vacas e o direito de abater uma rês gorda, no fim do ano, para lhe ajudar nas despesas do tratamento das aguadas. Muitos usavam o próprio ferro do patrão de cabeça para baixo e nas terras da fazenda criavam e faziam multiplicar o gado havido da sorte, economizando, até poderem situar seus próprios currais. Lembro, de momento, o preto Feliciano da Rocha, proprietário da fazenda Cacimba das cabras (Acari, RN) que chegou a acumular fortuna, tendo sido escravo e depois vaqueiro de Antônio Paes de Bulhões que o alforriou. José Donato, em Serra Negra, principiou como vaqueiro de meu bisavô, Joaquim Álvares de faria e, quando o conheci, era senhor de terras e de gado." (LAMARTINE, 1996, p. 98-99)

Apetrechos dos vaqueiros

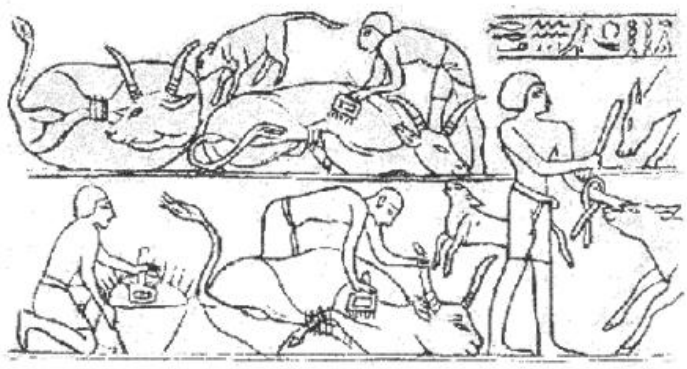
II Pega de Boi no Mato" na Fazenda Pitombeira, Acari-RN
Fotos: Alexandro Gurgel, nov/2007

Oswaldo Lamartine de Faria (1984), suspeita que o primeiro assinalamento feito dos animais era através de cortes nas orelhas. Cada criador tem seu sinal, ou combinação de mais de um. Os desenhos não diferem muito de uma região para outra.



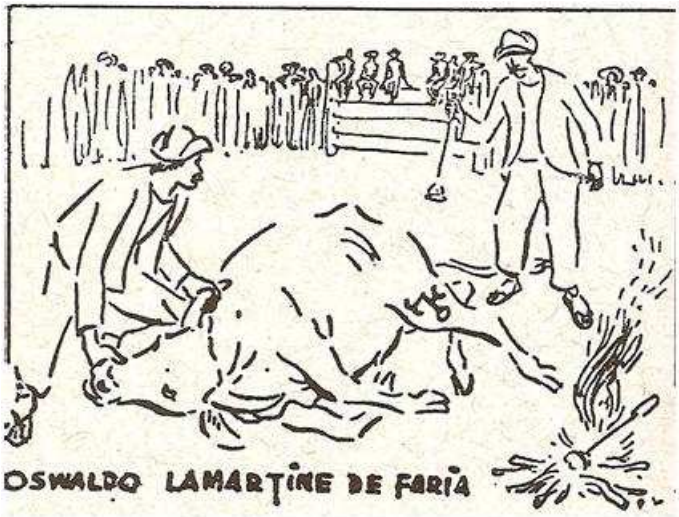
1 - Cazil; 2 - entalhada; 3 - brinco encoberto; 4 - ponta troncha; 5 - levada; 6 - barbilho; 7 - forquilha; 8 - boca de lagarta; 9 - garfo; 10 - dente; 11 - rodo; 12 - ponta de lança; 13 - buraco de bala; 14 - buraco de bala lascado; 15 - brinco, quando até ½ (meio brinco, 1/3 da orelha); 16 - arpão; 17 - mossa; 18 - meia escadinha (a escadinha completa recorta 2 bordos); 19 - muleta; 20 - bico de candeeiro; 21 - palmatória.
Fonte: FARIA, 1984

Ferra-se gado há muito tempo, no Egito antigo já se usava tal técnica.



Ferra de gado. 2.000 a.C., Egito

O ferro, além de atestado de posse, era a assinatura sertaneja. Inclusive Oswaldo Lamartine utilizava o seu ferro em sua assinatura.



Ex-Libris de Oswaldo Lamartine de Faria, desenho de Percy Lau

Assinatura de Oswaldo Lamartine de Faria

No início, Faria (1984) pressupõe que a maior parte dos criadores potiguares marcava seus gados gizados e com figuras simples, até pela dificuldade local de existir ferreiros para forjar marcas de ferro-batido.

> "*No quarto direito era queimada a marca do proprietário, que podia ter ainda um número e carimbo. Um número, seguido da marca, se a rês pertencia a uma de suas filhas mulheres. E um carimbo de diferença referente àquela fazenda, se o fazendeiro possuía mais de uma propriedade naquela mesma ribeira. Do lado esquerdo a marca da ribeira (bacia hidrográfica principal) que minguou com os tempos, para designar freguesia e se apagar depois nos limites do município*." (LAMARTINE, 1984, p. 29)

Ferros da Ribeira do Seridó
Fonte: Acervo do Museu de Acari; Acervo particular da autora

Sem dúvida, cabia ao vaqueiro as principais obrigações nas fazendas de criar. Era atribuição dele tudo que se referia à rotina e ao trato com o gado na propriedade. Além disso, era o trabalhador mais próximo do fazendeiro, apesar de no sertão não ser marcante o lugar social ocupado pelos indivíduos, dada à baixa densidade dos sertões, que não permitia tamanha demonstração de soberba, já que não havia nem a quem mostrar.

Foi pelo trabalho e esforço do vaqueiro que se desenvolveu a cultura sertaneja no Nordeste. Através desse ofício o sertão criou um *modus vivendi* particular e extremamente rico, envolvendo vocabulário, indumentária, alimentação, costumes, etc. Desenvolveu habilidades das mais peculiares, como nos relata Oswaldo Lamartine:

> "*É a mania de sertanejo de espiar o rastro, viu? Eu tinha um vaqueiro velho, Olímpio Inácio, foi o maior rastejador que eu conheci. E um dia, ele me disse:*
> *— eu vi seu rastro lá na serra.*
> *Eu andava muito a pé. Eu digo:*
> *— que mentira é essa, nego véi, como é que você sabe que era meu?*
> *— Vamo pra beira do caminho. Ói, o rastro de fulano, beltrano, sicrano, essa daqui vai com um menino. Ele dizia, do povo dessa terra, tanto faz eu espiar a cara como o rastro.*"
> (Oswaldo Lamartine em entrevista concedida ao jornal O Povo, Ceará)

3.4.3 Moradores

Os chamados "moradores" eram trabalhadores livres que prestavam serviço à fazenda. Receberam essa denominação por viverem em moradia de propriedade do fazendeiro, próxima da casa sede.

Morador Jeremias Herculano trabalhando no engenho da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios
Fonte: LAMARTINE, 1984

3.4.4 Escravos

Nas investigações feitas por Olavo Medeiros nos inventários antigos do Seridó, ele constatou que a quantidade de escravos na região variava de um a trinta e dois negros, e o grupo mais numeroso desses escravos eram composto pelos chamados crioulos, que se distinguiam dos demais por serem nascidos no Brasil.

> "*Nas fazendas de gado o número de escravos era pequeno. A maioria dos fazendeiros não os possuía mais de seis, acrescidos de alguns filhos de escravas que, nascidos após a Lei do Ventre Livre, prestavam serviços aos senhores de seus pais até a idade da emancipação. O braço escravo era distribuído do seguinte modo: um, carreiro, outro, vaqueiro e dois ou três para os trabalhos da pequena lavoura. As escravas, por sua vez, tinham as seguintes ocupações: uma cozinheira, uma copeira, em regra já liberta pela Lei do Ventre Livre e as demais, fiandeiras*." (LAMARTINE, 1996, p. 15)

> "*Ignora-se no sertão o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos amos ferozes. Via-se o escravo com sua véstia de couro, montando cavalo de fábrica, campeando livremente, prestando contas com o filho do senhor. centenas ficavam como feitores nas fazendas, sem fiscais, tendo direito de alta e baixa justiça, com respeito ao que dissessem. Na missão de 'dar campo' aos bois fugitivos, indumentária e alimentação eram as mesmas para amos e escravos. Os riscos e perigos os mesmos. Desenvolviam-se as virtudes idênticas de coragem, afoiteza, rapidez na decisão, força física, astúcia. Os divertimentos eram os mesmos.[...] O ciclo do gado com a paixão pelo cavalo, armas individuais, sentimento pessoal de defesa e desafronta, criou o negro solto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhando dinheiro, alforriando-se com a viola, obtendo terras para criar junto ao amo, seu futuro compadre, vínculo sagrado de auxílio mútuo*." (CASCUDO, 1956, p. 45)

POPULAÇÃO ESCRAVA NO ANO DE 1882	
Capital	321
Macahyba	288
Ceará-Mirim	844
Touros	173
S. José do Mipibú	792

Papary e Arêz	473
Goyaninha	507
Cangaretama	806
Nova Cruz	190
Santa Anna dos Mattos	353
Macao	176
Angicos	184
Assú	370
Mossoró	145
Triumpho	134
Jardim	452
Acary	436
Principe	1.298
Serra Negra	374
Apody	146
Caraubas	140
Imperatris	606
Porta Alegre	80
Páo dos Ferros	519
TOTAL	9.807

Relatório do presidente da província em 1883.

Embora nas fazendas do Seridó o número de escravo ser pequeno, ele ainda era elevado em relação às demais localidades da província.

3.5 ALGODÃO

> "*Planta têxtil, nativa no Brasil como no resto do continente americano, o algodão já era aproveitado pelos indígenas antes da descoberta, e passou a ser cultivado no país desde os primórdios da colonização. Foi a necessidade de um pano barato que substituísse o tecido de lã importado, o fator determinante da lavoura algodoeira, já desde o primeiro século. De ceroula a camisa de algodão andou vestida a maior parte da população masculina, na era colonial.*" (SANTOS FILHO, 1956, p. 267)

Segundo Santos Filho (1956), até meados do século XVIII, o algodão era cultivado apenas para abastecer as necessidades do mercado interno. Somente em 1755, com a "Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão", criada pelo marquês de Pombal, fomentou-se a cultura intensiva do algodão para fins de exportação. E em 1760, a primeira grande remessa do produto é enviada do Brasil para o exterior. A partir dessa data, conforme Santos Filho (1956), o plantio em grande proporção estendeu-se a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, de forma tal, que em fins do século XVIII, o Brasil era um dos maiores exportadores de algodão do mundo. A pluma, após chegada em Portugal, era transformada em pano e retornava ao Brasil, o grande mercado da metrópole. Porém, ainda segundo o autor, a maior parte do algodão brasileiro não permanecia em Portugal, sendo depois enviado para Inglaterra, "*onde o tear mecânico, introduzido em fins do século XVIII, elevara e alargara extraordinariamente a capacidade da indústria têxtil britânica*" (SANTOS FILHO, 1956, p. 268).

Segundo Riedel (1959), na segunda metade do século XVIII, a cultura algodoeira, intensificou-se de forma notável no Maranhão, expandindo-se algumas décadas depois para o Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. O cultivo do algodão, conforme indica Andrade (1986), tornou-se, no século XVIII, uma das principais

culturas agrícolas do Nordeste até os dias de hoje. Segundo o autor, foram fatores que favoreceram o desenvolvimento dessa cultura:

- aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários como o chamado "algodãozinho";
- a descoberta da máquina a vapor e seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente revolução industrial;
- a abertura dos portos às nações amigas por Dom João VI em 1808;
- e os eventos políticos internacionais como a Guerra de Secessão, eliminando do mercado internacional, por período relativamente longo, concorrentes que dispunham de técnicas mais aperfeiçoadas e de produto de melhor qualidade que do Nordeste brasileiro.

A partir de 1750, ainda conforme Andrade (1986), o algodão começou a ter importância e visibilidade na economia nordestina. Nesse período, o Governo criou a Inspecção do Algodão, que mais tarde transformou-se em Alfândega do Algodão, órgão destinado a realizar exame e classificação do produto destinado à exportação. Com vista no mercado externo, a cultura de algodão, nas áreas de clima semi-árido e sub-úmido, trouxe, segundo Andrade (1975), modificações às estruturas instaladas com a expansão da pecuária, fazendo com que os grandes proprietários baseassem sua economia nas atividades da pecuária e cotonicultura.

Segundo Koster (1942)[23], novas fundações para o plantio do algodão foram criadas, anualmente, não obstante as dificuldades que surgiram para a realização desse objetivo. Conforme o autor, os distritos escolhidos com esse propósito foram geralmente no interior, localidades melhores indicadas para o crescimento do vegetal.

Segundo Andrade (1975), a lavoura de algodão ocupou lugar das pastagens para o gado. No entanto, antes de trazer prejuízos à pecuária, trouxe benefícios, pois o algodoeiro proporcionava alimentação suplementar. O gado alimentava-se das sementes, já que no início só a pluma era comercializada, e feita a colheita, o gado era solto no algodoal, onde comia as folhas do algodoeiro.

O desenvolvimento da cotonicultura favoreceu o desenvolvimento de antigos "*núcleos surgidos nos entroncamentos de estradas e caminhos em povoados, vilas e cidades em função do comércio e da instalação de unidades industriais, bolandeiras, a princípio, e motores, posteriormente – que descaroçavam e prensavam o algodão a ser exportado*" (ANDRADE, 1975, p. 28).

3.5.1 Cultivo e beneficiamento do algodão

Taunay (2001) ressalta a facilidade de cultivo do algodão. Conforme o autor, todos os terrenos e todas as exposições lhe convêm, sendo as terras de areia untuosas e mediocremente úmidas as mais favoráveis.

> "*De forma que ele se dá excelentemente nos sertões aonde a regularidade das estações é um novo auxílio da sua próspera vegetação, pois que, semeando na época das chuvas,*

> *estas coadjuvam a germinação do jovem vegetal, e o acompanham até que já possa suportar a força do sol e da seca, e esta vem oportunamente no momento da florescência e madurez dos caroços, que as chuvas poderiam apodrecer ou contaminar*." (TAUNAY, 2001, p. 132).

> "*A opinião geral é que o algodão não nasce nas terras próximas ao litoral e que as freqüentes mudanças atmosféricas lhe são prejudiciais.* [...] *O algodoeiro requer que o tempo esteja seco durante uma boa parte do ano. Se as chuvas caem quando o capulho está aberto, a lã está perdida, tornada amarelada, diminuindo e ficando completamente inútil para o uso. O solo preferido para sua semente é o de barro vermelho escuro, ocasionalmente veiado de amarelo, vezes extremamente duro nos longos intervalos sem chuvas*". (KOSTER, 1942, p. 451-452)

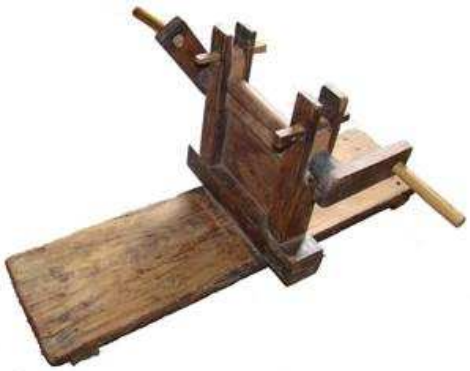
Segundo as observações de Henry Koster (1942), a respeito do cultivo de algodão em Pernambuco, as terras são limpas para cultivo do vegetal de modo ordinário: cortam-se as árvores, que em seguida são queimadas, os buracos para semear são cavados em forma quadrangular, numa distância de seis pés uns dos outros, e são postos, comumente, seis sementes em cada buraco. O autor observa que nas colônias britânicas é necessário semear de oito a dez caroços. O plantio é feito em janeiro, depois das primeiras águas, ou início do ano, logo após as chuvas caírem. É, comumente, plantado milho entre os algodoeiros. O algodão é colhido em nove ou dez meses. São obtidas três, algumas vezes quatro, safras com as mesmas plantas, sendo a segunda colheita a que dá, geralmente, os melhores tipos.

> "*O algodão é somente vendido* ***em caroço*** *pelo plantador, isto é, antes de ser separado da semente, e muitas pessoas encontram meios de subsistência preparando-o para os mercados de exportação, mas com o labor e a conveniência aumentam nessa situação, os negociantes se instalam perto dos algodoais*." (KOSTER, 1942, p. 452, grifo do autor)

Segundo Taunay (2001), o algodão, para que seja comercializado, precisa, após a colheita, ser descaroçado e ensacado. O descaroçamento, a princípio, fazia-se à mão. Era um trabalho fastidioso e demorado. Depois passou a ser feito por uma máquina

> "*de dois cilindros estriados que giram em sentido oposto, com necessária distância para que a lã que as estrias agarram passe enquanto os caroços estão na parte inferior até ficarem inteiramente limpos, em cuja ocasião caem em um receptáculo particular. Os cilindros são postos em movimento por uma roda tocada à mão, ou mais vantajosamente com o pé, pois que nesse caso uma só pessoa basta para dar movimento e fornecer alimento aos cilindros*" (TAUNAY, 2001, p. 138).

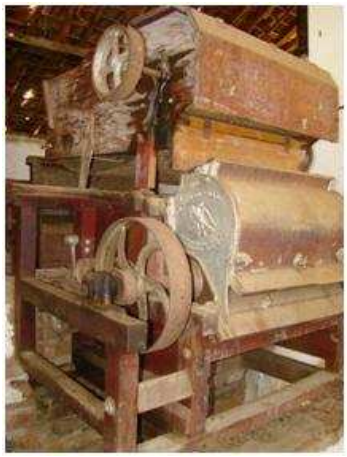
> "*Dois pequenos cilindros canelados são postos horizontalmente, um tocando o outro. Cada extremidade desses cilindros, numa ranhura, ha uma corda enrolada, ligada a uma grande roda que está distante poucas jardas, onde fixam duas manivelas que são movidas por dois homens. Os cilindros são dispostos a movimentarem-se em sentido contrario, de forma que o algodão é posto em um deles e levado para o outro lado mas as sementes ficam porque a abertura entre os cilindros não é bastante larga para facilitar-lhe a passagem [...] Depois dessa operação restam ainda algumas partículas das sementes quebradas, assim como outras substancias, que devem ser retiradas. Para esse fim, amontoa-se o algodão e o batem com paus grossos, processo que muito danifica a fibra, rebentando-a, e como o valor da procura para o fabricante depende sobretudo do comprimento da fibra, tudo devia ser feito para que esse processo fosse substituído*" (KOSTER, 1942, p. 453-454)



Bolandeira de mão; roda da bolandeira da Fazenda Juazeiro

Evoluiu-se do descaroçador de algodão movido à força humana para a bolandeira à tração bovina e, desta, para o vapor:

> "*caldeira horizontal, acionada à lenha, com um mecanismo transformador de força, montado em cima dela, com eixos volantes e polia. A força gerada pela pressão da caldeira, fazia funcionar o sistema, o qual transmitia o movimento de rotação, através de uma correia, à máquina de descaroçar. Essas máquinas eram bem simples: um eixo que recebia o movimento de rotação, através da polia; montado nele, várias serras circulares de aço; entre elas descia uma espécie de costelas montadas numa tampa e as serras, o algodão em caroço era jogado lentamente, formando ali um rolo, que girava continuamente, separando sementes da pluma. Enquanto as sementes caíam embaixo, a lã era empurrada para trás, por rolos de madeira e ventiladores, caindo em forma de pasta, já pronta para enfardar. Na prensa de madeira, muito rústica, composta de caixa desmontável, fuso de madeira e almanjarras, a lã era prensada em fardos de 45 quilos, num trabalho árduo, realizado por dois homens robustos.*" (LAMARTINE, 1984, p. 37-38).



Descaroçadores de algodão da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios e da Fazenda Carnaúba

---

[1] SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: EDUSP, 1971. p. 163.

[2] O gado bovino foi sendo domesticado pelo homem numa área relativamente limitada da Europa e da Ásia menor, além das planícies da Mesopotâmia, extendendo-se pelo Cáucaso, pela Anatólia, pelas 'steppes' da Rússia Meridional, pelas planícies da Romênia e da Hungria, pelos vales do Danúbio e do Rheno, até a Europa Ocidental. Com exceção da Mesopotâmia, todas as demais áreas são de climas temperado e frio. Destarte, o gado doméstico acostumou-se durante séculos a um regime de baixas temperaturas e atmosfera relativamente seca, e quando transportado para o Brasil, não pôde se dar muito bem ao clima tropical do seu novo habitat. Além da questão do clima, acrescenta-se às dificuldades do início da exploração da pecuária no Brasil a escassez da população, as enormes distâncias dos

centros consumidores e a falta de meios de transportes. Fatores que obrigavam os criadores a levarem suas boiadas em longas caminhadas pelas sertões, onde sofriam com os ataques de pestes, doenças, pragas, animais selvagens etc. O boi de origem européia, não acostumado a tais adversidades, dificilmente resistia a tanto. Cf. RUFFIER, Fernand. **Manual prático de criação de gado bovino no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Chácaras e Quintaes, 1924. p. 64.

[3] A afirmação que o gado europeu não se adapta a todas regiões é muito antiga e ultrapassada para a zootecnia atual. E atualmente o gado europeu não é mais tratado como *Bos domesticus* e sim como *Bos taurus*.

[4] "*O gado curraleiro ou de sangue curraleiro, que povoa as fazendas do Vale, constitui um riquíssimo repositório genético para ser trabalhado e selecionado no sentido de fazer dele boa raça leiteira. Como se sabe, este animal descende da raça MIrandesa, variedade Beiroa, e veio para o Brasil com os primeiros colonizadores portugueses. Pràticamente há 400 anos que ele sofre uma verdadeira seleção natural, sobrevivendo como características da raça apenas aquelas qualidades que a impuseram como capaz de resistir ao clima*" (MACEDO, 1952. p. 39-40).

[5] "*Querer, porém, que a seleção ou o cruzamento transformem o gado crioulo, 'pé duro', no tipo clássico do animal de corte, maciço, de membros curtos e grossos, é desconhecer as leis da ecologia e o próprio Vale, onde grandes áreas são ocupadas pelas vegetações xerófila e espinhenta das caatingas ou pelos 'gerais' e cerrados do tipo savana. Neste meio, o boi tem que fazer longas caminhadas em busca da água ou do alimento; ginástica funcional dá-lhe, então pernas longas, finas e enervadas; o solo silicoso e seco das caatingas ou empedrado do sertão confere-lhe cascos bem resistentes; a maciez das gordas carcaças também não se coadunaria com o clima quente e o organismo reage, reduzindo as superfícies de evaporação, criando-se assim os indivíduos pequenos e de pouco peso*" (MACEDO, 1952, p. 4).

[6] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Formação das populações nordestinas**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

[7] Através da Carta Régia de 1701 foi proibida a criação de gado numa faixa de no mínimo 10 léguas da costa.

[8] GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966. p. 17.

[9] Ibid.

[10] Ibid.

[11] ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Editora HUCITEC. 1995.

[12] BAHIA, Secretaria da indústria e comércio. Coordenação de fomento ao turismo. IPAC-BA - **Inventário de proteção do acervo cultural**: Nordeste Baiano, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano. Salvador: v. 6. p. 16-17.

[13] Denominação dada por Capistrano de Abreu.

[14] BARROSO, Gustavo. **Os criadores da civilização do couro**. Rio de Janeiro, 1956.

[15] "*Criava-se o gado à solta, nas terras indivisas, nos pastos comuns ou 'compáscuos', como se dizia em Portugal, onde também vigorava o mesmo costume, nos séculos passados*" (SANTOS FILHO, 1956, p. 208).

[16] SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956. p. 208.

[17] CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de janeiro: Ministério da agricultura, 1956. p. 5.

[18] RIEDEL, Diaulas (org). **O sertão, o boi e a sêca**. São Paulo: Editôra Cultrix, 1959. p. 26.

[19] Ibid.

[20] Ibid.

[21] Ennes (Ernesto). As Guerras nos Palmares. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1938. v. 127. p. 370. In: MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Pretônio Portella, 1985. p. 46.

[22] RIEDEL, Diaulas (org). Op cit. p. 18-19.

[23] Seu escrito original data de meados de 1815 a meados de 1816. Em nota do tradutor da publicação de 1942, diz Câmara Cascudo a respeito de Henry Koster: "*denominou seu livro "TRAVELS IN BRAZIL" mas a tradução fiel será "VIAGENS AO NORDESTE DO BRASIL" porque o Brasil de Koster é Pernambuco e as províncias setentrionais [...] Morou e viu Pernambuco, Paraíba, Natal, Aracati, Fortaleza, S. Luís do Maranhão, Alcântara. E Sertão. Sertão legitimo, com seca, léguas sem fim, gado morrendo, solidão, resistência, heroísmo, primitividade*" (KOSTER, 1942, p. 10)

4. Arquitetura do gado do Seridó

4.1 Considerações iniciais • 4.2 Fazendas - Ambiência e implantação do conjunto dos edifícios - Data do patrimônio inventariado - Autoria do projeto • 4.3 Casas-sede - Partido arquitetônico - Materiais, técnicas e sistemas construtivos - Alicerce - Pisos - Forros - Vãos - Cobertura - Escadas - Fornos - Programa funcional - Mobiliário e utensílios - Armários - Mobiliário religioso • 4.4 Estabelecimentos de produção - Engenhos - Etapas da produção de rapadura - Casas de farinha - Etapas da produção de farinha - Beneficiamento do algodão • 4.5 Levantamentos

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No século XVIII, surgiram as primeiras casas no Seridó, que eram de taipa de mão e o madeiramento amarrado com couro cru, térreas, chão de barro batido, de planta retangular e cobertura em duas águas, com telhado de beira-e-bica.

Podemos verificar algumas dessas especificações nos inventários: de Antônio Garcia de Sá (inventário de 1754, da fazenda do Quimporó) - "*Huma morada de caza teria de taypua cobrida de telha com coatro portas e duas janella citias na mesma fazenda*"; do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (inventário de 1759, do sítio Belém, em Acari) - "*Huma morada de cazas de vivenda terreas e de taipa cobertas de telhas, com hum Oratório e Altar de madeira lisa pintado xamamente, onde se selebra Missa, com cazas de Senzalla coberta de telhas já derrotadas*"; da dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (inventário de 1793) - "*Huma morada de cazaz terias de taipa no sitio de criar gados denominado Totoró de Sima*" (MEDEIROS, 1983). Dessas edificações não restaram remanescentes. Porém, no decorrer de nossas andanças, para realização do "Inventário das edificações tradicionais rurais do Seridó", verificamos que essa técnica ainda persiste.

Casas de taipa de mão em Acari e Carnaúba dos Dantas, respectivamente.
Foto: fev/2008

A evolução da casa de taipa para alvenaria foi lenta. Inicialmente passaram a construir de tijolos apenas, as frentes das moradas, permanecendo de taipa o restante da construção. Mas, por fim, prevaleceu a casa de alvenaria, que permitia edificações mais amplas, com cumeeiras mais altas, que favoreceu o aparecimento dos sótãos, etc (MEDEIROS, 1983).

O Seridó, no século XIX, foi marcado pela construção de grandes casas de fazendas, habitadas pela família do proprietário e seus agregados, assistentes e escravos negros. Ali eram desenvolvidas, além da criação bovina, atividades agrícolas de subsistência, como plantação de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar (nas margens dos açudes ou rios/riachos) etc. Algumas fazendas possuíam também casas de farinha e engenhos de rapadura, produtos destinados ao consumo local e, somente em alguns casos, ao mercado interno do Seridó.

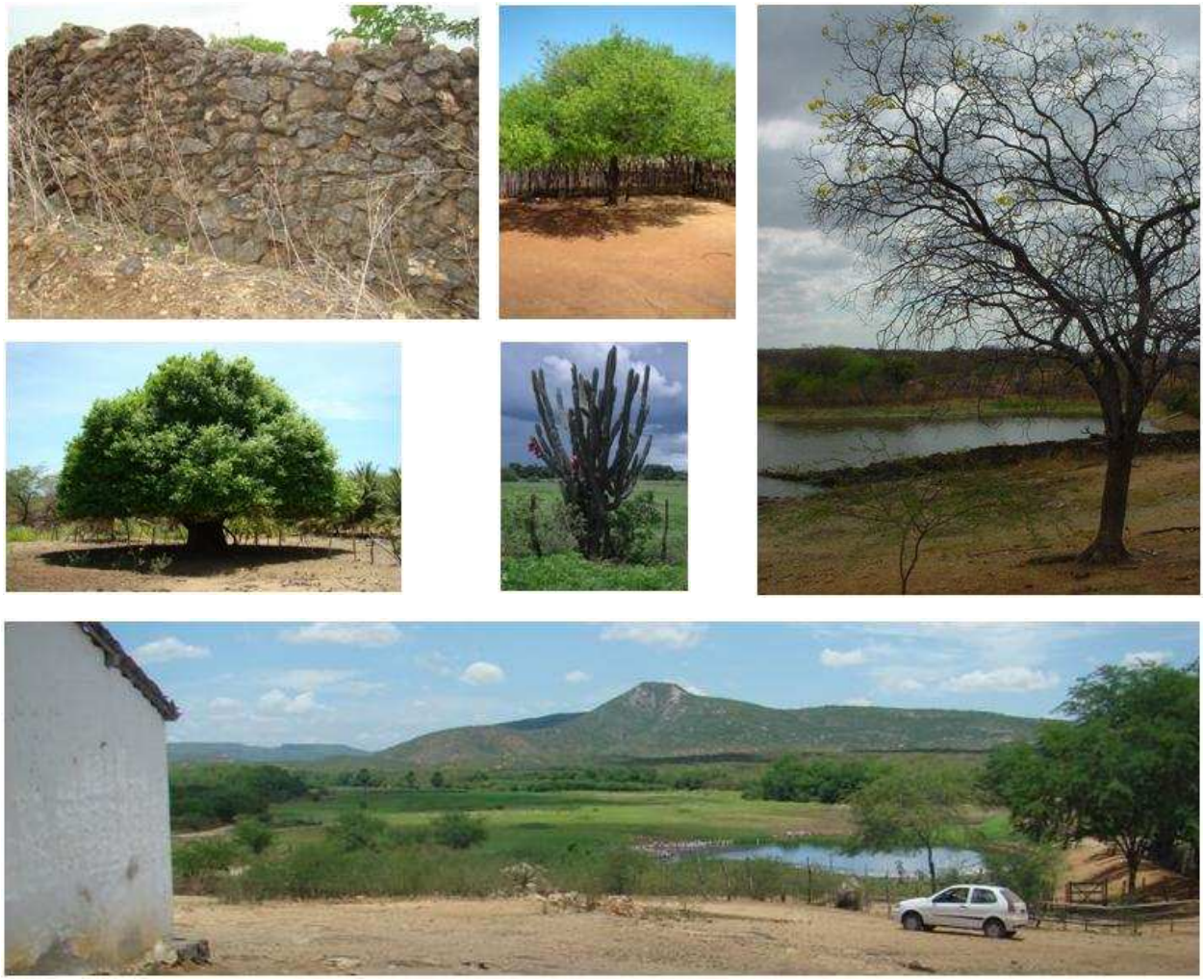
Devido ao clima semi-árido, que resulta num sistema de escassez de chuvas, os fazendeiros construíram açudes para retenção de água, tanto para consumo próprio, quanto para o gado. Os açudes localizam-se sempre numa baixa do terreno entre o caminho de riachos perenes e datam, sobretudo, do século XX.

4.2 FAZENDAS

4.2.1 Ambiência e implantação do conjunto dos edifícios

As casas sede das fazendas seridoenses foram implantadas em suaves plataformas, que em relação ao sítio localiza-se na parte mais elevada. Sempre nas proximidades de riachos e arroios perenes, onde foram construídos açudes. A fachada principal da edificação é voltada para o nascente. E na maioria dos casos, da porta principal da casa dá para se ver os currais e edificações de produção (fábrica de rapadura, casa de farinha e armazém de descaroçar algodão). Essa locação privilegiada permite ao fazendeiro controlar de sua propriedade e afirmar o seu domínio.

Os currais apresentam-se de diversas formas, eles podem ser cercados de pedra, alvenaria, madeira, arame, ferro, como também mistos. São, geralmente, construídos de forma muito frágil, sem compromisso de se perpetuar no tempo; são refeitos periodicamente.



Cerca de pedra; pereiro; juazeiro; mandacaru; ipê amarelo (Fazenda Cabaceira); vista da casa da fazenda Pau Leite.
Fotos: Nathália Diniz e Adilia M M Diniz Correia de Aquino.

Curral

4.2.2 Data do patrimônio inventariado

A maioria das edificações inventariadas data da segunda metade do século XIX, poucas têm a data da construção marcada na fachada.

4.2.3 Autoria do projeto

Trata-se de uma arquitetura simples, típica da maioria das fazendas de gado da região do semi-árido nordestino, realizada por construtores locais anônimos.

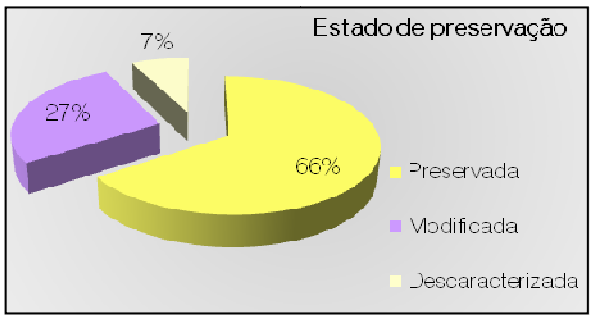
IMPLANTAÇÃO		
TIPOS	SUBTIPOS	FAZENDAS
Edifícios isolados	Casa-sede	Maravilha Dois Riachos Sabugi Dominga Malhada vermelha Caiçarinha Pitombeira Caiçarinha de baixo Sobradinho Carnaubinha Acauã Cacimba do Meio Ingá Carnaúba de Baixo Ramada Riacho Fundo Pau Leite Pau Ferro Bom Sucesso Quebra Perna Almas de Cima Cobra de Baixo Barra da Carnaúba Vapor Aroeira

		Carnaubinha Jerusalém Santa Teresinha Ipueira Cachoeira Carneiro
	Engenho	(atribuído ao Pe Guerra)
	Casa-sede + engenho	Pedreira Três Riachos Tapuia Encampinado Arroz Cipó Logradouro dos Enéias
	Casa-sede + casa de farinha	Maxinaré Gurupá Boa Vista
	Casa-sede + engenho + casa de farinha	Cabaceira
	Casa-sede + armazém de algodão	Timbaúba dos Gorgônios
Casa-sede isolada e edificações de produção contíguas 	Casa-sede + engenho e casa de farinha	Toco Umari
Edificações contíguas	Casa-sede e armazém de algodão	Carnaúba
	Casa-sede e casa de farinha	Apaga Fogo

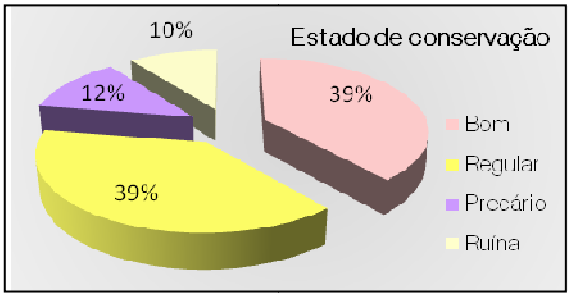
Obs: Estes foram os edifícios encontrados no momento do levantamento arquitetônico, porém é de se supor que algumas dessas fazendas possuíram outras edificações em seu sítio, que com o tempo desapareceram sem deixar vestígios.

4.3 CASAS-SEDE

Para esta pesquisa, visitamos 62 fazendas, que resultaram em 55 fichas de inventário. Esse número diminuído é conseqüência da demolição de antigas casas de fazenda ou de acentuada descaracterização da casa original. Porém, ainda nesse universo de 53 fazendas inventariadas, temos oscilações quanto ao estado de preservação.



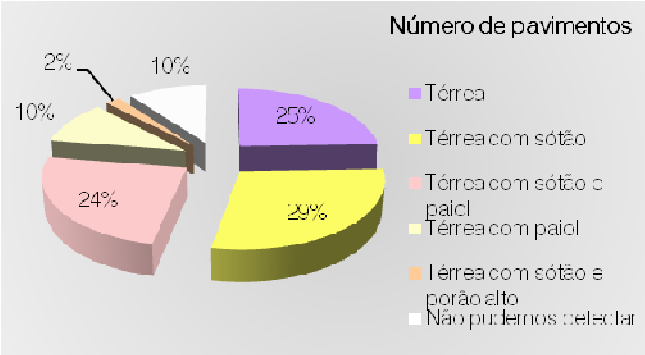
Consideramos "preservadas" as edificações que não apresentam modificações substanciais no seu aspecto original. Algumas das casas-sede sofreram adaptações e adições na sua construção, como inclusão de banheiro, troca de madeiramento e telhas, acréscimos de cômodos, etc. Porém não feriram a feição da antiga casa. Julgamos como "modificadas" e "descaracterizadas" as edificações que passaram por reformas desacertadas ao longo do tempo. As edificações que pesquisamos são muito modestas e por isso frágeis frente a qualquer modificação. Mudança de empena, diminuição da inclinação do telhado, substituição dos pilares e escadas de madeira por alvenaria, adição de alpendre não compatível com a aparência original da casa, construção de anexos descontextualizados e desrespeitosos à casa, até mesmo o "alisado" do reboco de cimento e o revestimento das vergas de madeira, interferem na autenticidade das antigas casas rurais seridoenses. Para a análise tipológica e morfológica, algumas edificações tiveram que ser descartadas por estarem demasiado alteradas.



No que diz respeito ao estado de conservação das edificações oitocentista rurais do Seridó, observamos que esse acervo, fundamental para a identidade da região e para o Rio Grande do Norte, está em crescente processo de dilapidação.

Segundo Gomes (1994), a arquitetura civil rural não tem recebido a atenção merecida por parte daqueles que se dedicam ao estudo da história do Brasil colonial e imperial. Anos se passaram após a afirmação do autor, porém pouco se avançou nesse sentido. Tal fato deve-se aos equívocos usuais e generalizados quanto à própria conceituação da arquitetura, pois segundo Gomes (1994), costuma-se confundir, por exemplo, valores arquiteturais com valores decorativos, o que significaria dizer que a arquitetura somente se realiza em edifícios requintados e de formas muito elaboradas. O autor afirma que, embora nossas casas rurais tenham sido construídas com formas muito modestas e que não sejam assinadas por arquitetos, suas construções basearam-se no saber vernacular (tanto no fazer quanto no apreciar), contendo lógica intrínseca atrelada à sua função, constituindo-se assim em exemplares arquitetônicos relevantes e carentes de preservação - um Patrimônio Cultural pouco conhecido no Brasil.

4.3.1 Partido arquitetônico



Todas as edificações inventariadas são térreas, variando somente quanto à existência de sótão, paiol e porão alto. As casas têm pé direito muito elevado, chegando a 8,26m, na casa da Fazenda Pedreira e 8,35m na Fazenda Timbaúba dos Gorgônios. Devido à essa solução, todas elas gozam de um bom conforto térmico, apesar de estarem locadas numa região de clima quente e seco. Por ser alta a cumeeira, muitas casas possuem sótão e paiol, que cumpriam função fundamental na estocagem de farinha e cereais. Já o porão não é uma solução utilizada freqüentemente. Somente constatamos a existência de um caso de edificação com tal elemento, a Fazenda Pau Leite.

A caixa mural é inteiriça, resultando assim num volume simples, com predominância de cheios sobre os vazios e simetria. A disposição dos vãos é semelhante e arranjada em intervalos regulares. As superfícies da fachada entre os vãos são predominantemente rebocadas com argamassa de barro e caiadas. São visivelmente despojadas de elementos decorativos; em raríssimos casos há cimalha, cimalha de boca de telha e platibanda. A grande maioria das edificações faz uso apenas de beiral. Esta solução assemelha-se aos padrões da arquitetura do período colonial, o que mostra a resistência desse modelo em pleno século XIX. Sabemos que as casas que pesquisamos são de meados do século XIX, quando estavam em grande processo de difusão novas linguagens estéticas arquitetônicas. A aparência da casa da fazenda seridoense é bastante rústica, se compararmos às casas-grandes do litoral açucareiro. No entanto, aos olhos dos potiguares, eram grandes e imponentes, rivalizando entre si em pé direito e na altura das suas cumeeiras e empenas laterais.

Pedreira

Casa do Pe Gil

Maravilha

Dois Riachos

Sabugi

Dominga

Três Riachos

Toco

Tapuia

Encampinado

Logradouro dos Enéias

Malhada Vermelha

Caiçarinha

Pitombeiras

Caiçarinha de Baixo

Sobradinho

Carnaubinha

Acauã

Cacimba do Meio

Ingá

Carnaúba de Baixo

Ramada

Riacho Fundo

Cachoeira

Maxinaré

Pau Leite

Pau Ferro

Cabaceira

Bom Sucesso

Gurupá

Quebra Perna

Timbaúba dos Gorgônios

Umary

Alma de Cima

Carnaúba

Cobra de Baixo

Barra da Carnaúba

Arroz

Vapor

Aroeira

Apaga Fogo

Carnaubinha

Jerusalém

Boa Vista

Santa Teresinha

Carneiro

Cipó

Ipueira

Vista Alegre

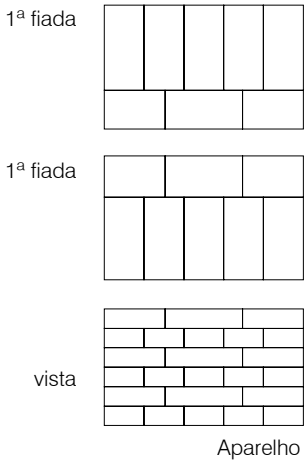
4.3.2 Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Com exceção da casa da Fazenda Carnaúba de Baixo, que é de taipa de mão, todas as outras casas de fazenda inventariadas foram construídas inteiramente de tijolos. Embora o tijolo possibilite maior versatilidade plástica às construções, as edificações seridoenses são bastante austeras.

Casa da Fazenda Carnaúba de Baixo

Alicerce

O alicerce de todas as construções em questão é de pedra. As paredes são estruturais, autoportantes. Essas paredes possuem espessura que variam de 30 a 60 cm. A amarração mais comumente encontrada apresenta um aparelho que alterna a disposição de duas fiadas, uma com os tijolos assentados ao comprido e a outra com eles assentados peripiano. As paredes de vedação são também de tijolos e sua espessura média é de 20 cm. A argamassa utilizada nas construções é de barro/cal/areia, porém, devido à dificuldade de obtenção de cal na região, a argamassa pode ter sido fabricada somente com barro. Os pilares originais dos alpendres das edificações são em madeira, mas é comum haver a sua substituição por pilares de alvenaria.



Aparelho

Alicerce e amarração dos tijolos da Fazenda Arroz

Pisos

O piso das casas-sede era originalmente de ladrilhos de barro. O do alpendre predominantemente de pedra, mas reformas recentes os substituíram por cimento queimado ou cerâmica. Nas casas onde há sótão, seu piso é de tabuado corrido, assentado sobre barrotes de madeira, fixado por cravos e pregos. O assoalho dos sótãos é sustentado por barrotes.

Forros

Com exceção dos cômodos que ficam sob o sótão e paiol, que recebem como forro seus assoalhos, os demais ambientes da casa não possuem forro, ficando o telhado aparente (telha vã).

Vãos

As vergas dos vãos das portas e janelas são retas ou em arco abatido, raramente em arco pleno. A vedação dos vãos das portas e janelas é feita com folhas cegas de tábuas de madeira, unidas com encaixe macho e fêmea. É mais freqüente o uso de Cumaru. As dimensões e modelos das portas variam bastante. Elas se apresentam em folha única ou em folha dupla (dividida verticalmente ou horizontalmente). Nessas tábuas estão fixadas as dobradiças de ferro, de modelos variados. O caixilho de portas e janelas é de Aroeira.

Vãos das entradas principais das casas-sede das fazendas e tramela

Vergas

Há casos em que as janelas são fechadas com trancas de madeira (as tramelas e traves). Nos sótãos, as ferragens utilizadas nas esquadrias são basicamente as dobradiças, fechaduras e ferrolhos, além das chaves, que medem cerca de 15 cm de comprimento. As portas têm comumente de três a quatro dobradiças e as janelas de duas a três. Algumas janelas dos sótãos têm parapeito entalado. Outras janelas têm balaustre de seção quadrada.

Janelas das casas-sede das fazendas
Fotos: Nathália Diniz / FEIJÓ(2002, foto 7)

Tramela

Cobertura

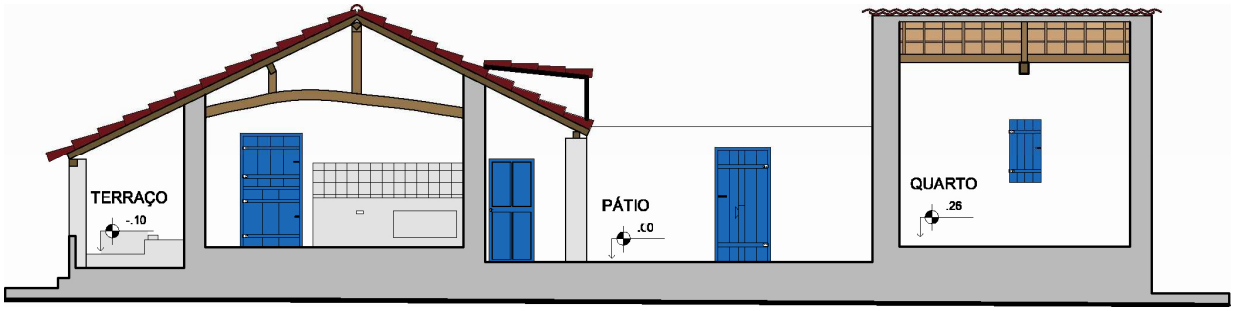
As casas-sede são, geralmente, em duas águas, com empena lateral elevada. Essa cobertura é chamada de "telhado de arrasto", pelo fato dos dois planos se prolongarem da cumeeira até à frente da casa e atrás da casa. Esse "arrasto" é tão acentuado que o pé direito pode diminuir dos 8m na cumeeira para 2m no alpendre.

As telhas utilizadas são do tipo "capa e canal". Em outros casos, somente o corpo principal é coberto em duas águas, enquanto os setores de serviços e eventuais anexos são cobertos por águas diversas, o que nos leva a crer que possivelmente as cozinhas de hoje não existiam originalmente. Provavelmente eram um anexo construído de taipa de mão que não participava do corpo principal da casa. Somente as casas das fazendas Timbaúba dos Gorgônios, a atribuída ao Pe Gil e a Apaga Fogo têm cimalha, porém na última a cimalha é de boca de telha. Apenas o beiral do alpendre da casa da fazenda Vapor é sustentado por cachorros. Nas cumeeiras, as telhas estão dispostas longitudinalmente e argamassadas, cobrindo o encontro das duas águas. As telhas são de barro, tipo capa e canal, medem cerca 50 centímetros.

Beirais: cimalha da casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios; ccasa em caicó-RN (atribuída ao Pe. Gil); cimalha boca de telha da casa da Fazenda Apaga Fogo; cachorros da Fazenda Vapor.

As madeiras mais freqüentemente utilizadas na cobertura são: para terças e brabos, a Aroeira, o Angico e a Oiticica; para os caibros, o Pau-Pereiro. Essas madeiras são oriundas da região.

Brabos são comumente usados para sustentação da cobertura, são peças envergadas, postas na construção com a curvatura para cima, de modo a aumentar sua resistência. Essa peça é utilizada quando há um grande vão a ser vencido pela cobertura.



Corte - Casa da Fazenda Cabaceira. Detalhe do brabo que vence o vão da cozinha.
Levantamento arquitetônico - out/2004

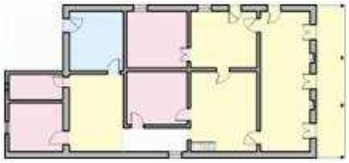
Escadas

Para acesso ao sótão, as escadas são originalmente de madeira, em alguns casos foram retiradas e substituídas por alvenaria.

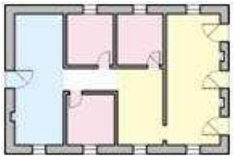
4.3.3 Programa funcional

Em geral, as plantas das casas-sede são diversificadas, a maioria tende ao retângulo. Algumas casas possuem pátio interno e quintal de serviço murado. O corpo principal é, predominantemente, coberto por telhado em duas águas, enquanto o anexo de serviços (no qual se situa a cozinha na parte posterior) é coberto por águas diversas. Poucas dessas casas mantiveram-se originais. A passagem de um século trouxe necessidades de modificações em sua configuração interna; a mais comum é a construção de banheiros no interior da edificação, já que anteriormente as latrinas e cumoas localizavam-se no exterior do edifício.

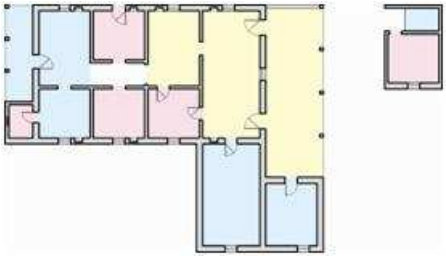
Obs: Em amarelo - receber/estar; rosa - estar íntimo/repouso; azul - serviço; branco - circulação e não identificado.



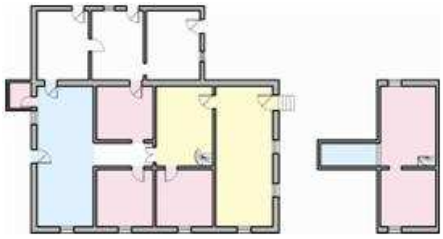
Pedreira



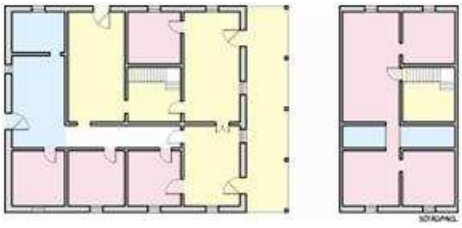
Maravilha



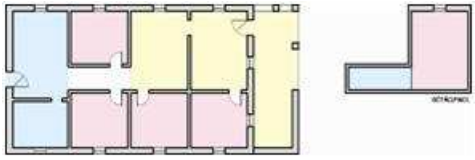
Três Riachos



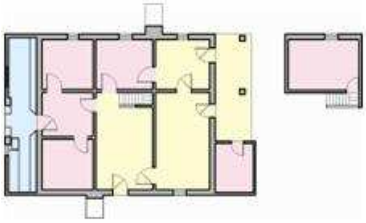
Toco



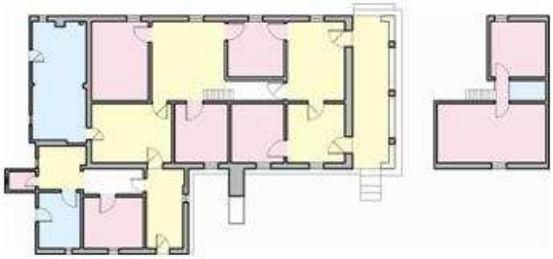
Tapuia



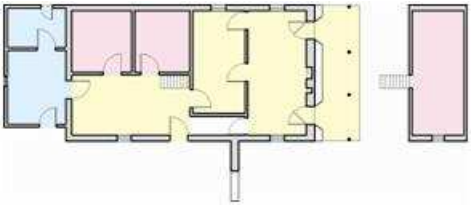
Encampinado



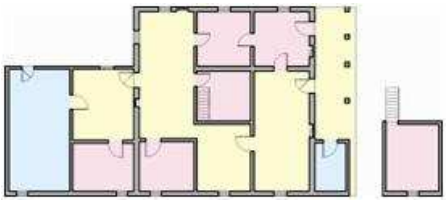
Malhada Vermelha



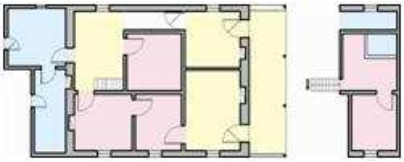
Caiçarinha



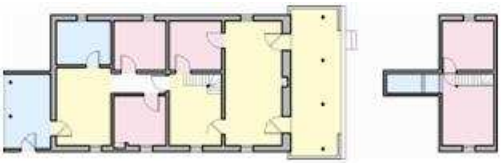
Pitombeira



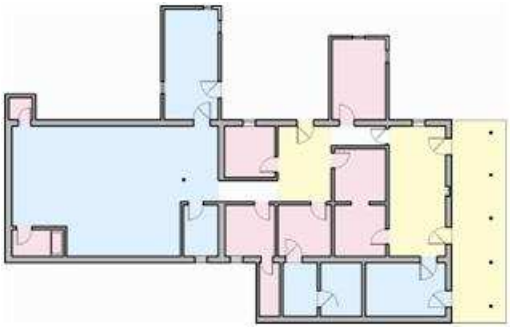
Caiçarinha de Baixo



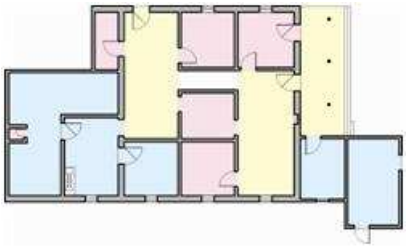
Sobradinho



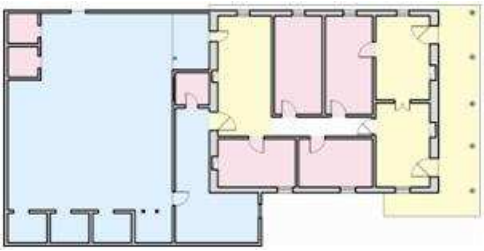
Carnaubinha (Acari)



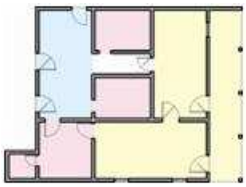
Acauã



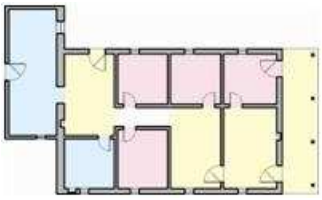
Cacimba do Meio



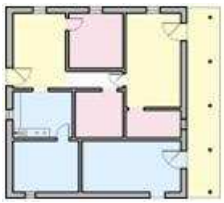
Ingá



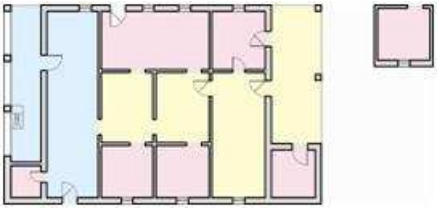
Carnaúba de Baixo



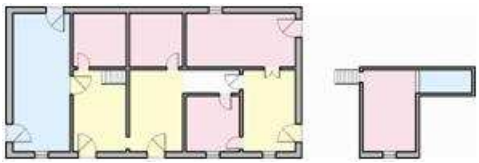
Riacho Fundo



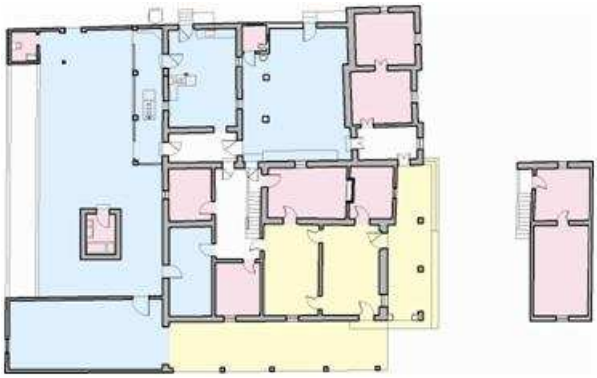
Maxinaré



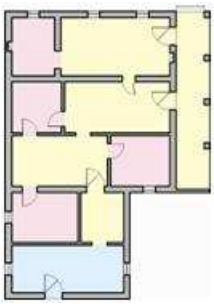
Vista Alegre



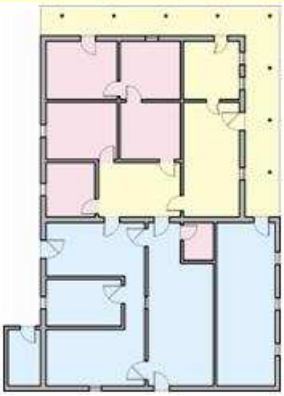
Pau Ferro



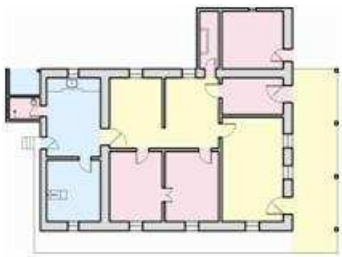
Cabaceira



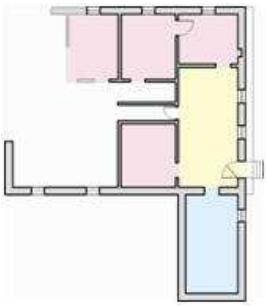
Gurupá



Quebra Perna

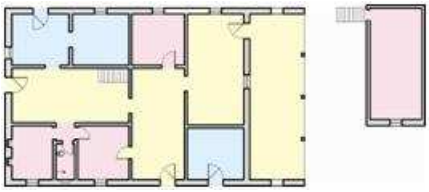


Barra da Carnaúba

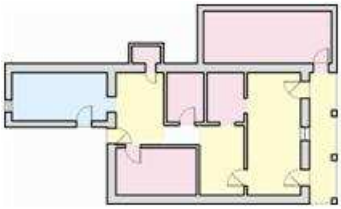


Arroz

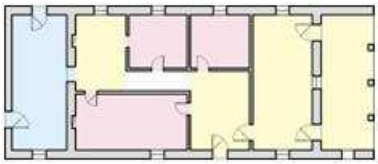
Apaga Fogo



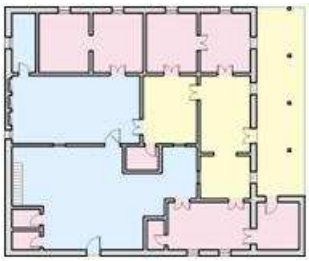
Carnaubinha



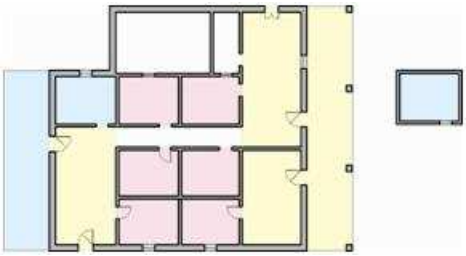
Boa Vista



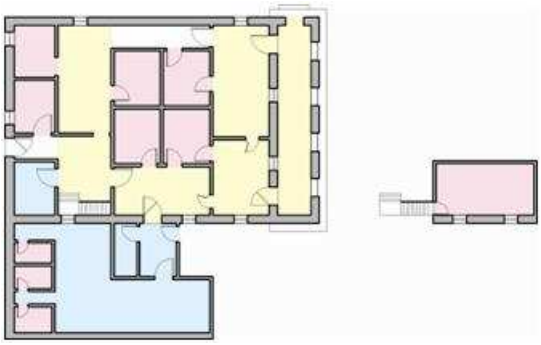
Santa Teresinha



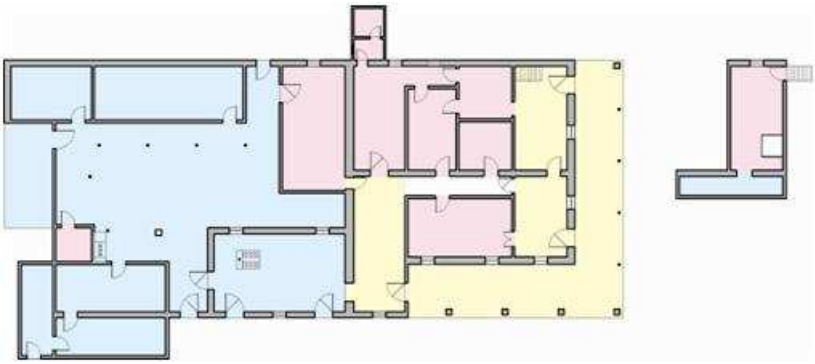
Cipó



Logradouro dos Enéias



Timbaúba dos Gorgônios



Umary

Receber/estar

O alpendre é o acesso principal à casa, além de ter a função de recepção, ele é um cômodo de estar. Por ele se avista boa parte da fazenda e, nele também, proprietário e trabalhadores se reuniam. Naquela época não era um espaço permitido às mulheres. Na maioria dos casos aparece na parte frontal da casa, e somente em alguns casos corre pelas laterais. Porém, esses últimos foram acréscimos, não faziam parte da configuração original.

Há, em média, duas ou três salas nas casas rurais seridoenses. A primeira sala, chamada de "sala da frente" é a que se segue ao alpendre (quando existente), ela pode ocupar toda a largura da edificação. Há também uma segunda sala que pode estar disposta ao lado da sala da frente ou contígua a ela. É comum, essas duas salas estarem abertas ao exterior, e interligadas a diversos cômodos da edificação. E a terceira sala é a de refeição, chamada no Seridó de "sala de trás" ou "sala de janta". Ela se localiza seguinte a sala da frente ou à segunda sala, ou então ao final do corredor. Nessa sala o mobiliário é somente composto por bancos de madeira, tamboretes com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola. À exemplo do alpendre, as mulheres também não utilizavam esse cômodo; elas faziam suas refeições na cozinha. O uso da sala cabia somente aos homens, sem distinção social, reunindo-se ali proprietários e trabalhadores.

Quando o elo de ligação entre a parte frontal da casa com a parte posterior é feito por um corredor, é comum esse ter uma porta dividindo essas duas áreas, resguardando assim a área íntima da família.

Em todos esses ambientes há inúmeros armadores de rede.

Estar íntimo/ repouso

Havia uma segregação em relação aos quartos de dormir. Dependendo de sua disposição espacial eram destinados ao casal, aos homens, às mulheres ou aos empregados. O casal e as mulheres solteiras dormiam nas camarinhas ou alcovas, cômodos sem aberturas para o exterior. Também destinavam às mulheres quartos com janelas, porém essas tinham balaustres de madeira, formando uma espécie de grade. Os sótãos também eram utilizados como dormitório das mulheres, mas raramente usados. Isso nos leva a crer que surgiu mais como um aproveitamento do espaço gerado pela alta cumeeira do que como necessidade do programa arquitetônico. Nesses cômodos, somente camas de armação (raras, pois se usava mais redes), malas cobertas de sola, arcas de madeira e baús

Na parte da frente da casa, há recorrentemente um quarto ao lado do alpendre. Em algumas situações ele é chamado "quarto dos vaqueiros", com muitos tôrnos onde se penduravam os apetrechos de trabalho do vaqueiro. Também era o local de repouso desse trabalhador. Em outros casos ele funcionava como armazém/depósito de gêneros alimentícios e demais instrumentos da lida com o gado.

Pouquíssimas fazendas tinham senzalas. Geralmente os escravos dormiam em cômodos no interior das casas. Quando não, havia quartos na parte posterior da edificação, junto à cozinha, que serviam de repouso para eles.

Os banheiros da época, após o uso do mato para fazer suas necessidades, eram chamados “cumoas” ou “latrinas”, localizadas fora do corpo principal da casa, na parte posterior. E as “salas de banho” onde era feita a higiene pessoal, consistia num pequeno espaço onde a água era armazenada em um ou dois tanques e com uma cuia ministrava-se o banho. Com o século XX, foram instalados banheiros convencionais, tal qual conhecemos hoje.

Serviço

A cozinha das edificações oitocentistas seridoenses localizava-se, no princípio daquele século, na parte posterior da casa e eventualmente consistia somente num anexo construído de taipa de mão, não fazendo parte do corpo principal do edifício. Com o passar dos anos a cozinha passou a estar inserida na edificação, mas ainda se localizando nos fundos da casa. Seu mobiliário consistia de bancos, mesa e fogão e forno. Era nesse espaço que as mulheres e crianças faziam suas refeições.

Nas casas das fazendas o fogão é a lenha, construídos de tijolos de barro, em alguns fogões há forno também. Em algumas casas-sede, além do fogão à lenha na cozinha, há também outro no alpendre de trás. Nesse mesmo local também há fornos que eram utilizados para o fabrico de bolos ou assados.

Era freqüente haver mais de uma cozinha e também uma espécie de terraço posterior, todos esses ambientes destinados à preparação de alimentos. Chamava-se “cozinha de queijo” essa que se localizava ainda mais atrás da cozinha principal. Nelas havia jiraus para armazenar os alimentos, podiam estar incrustados na alvenaria ou independentes. De mobiliário: tachos de cobre, tinas, bacias e gamelas, pilões, potes de barro conservados sobre cantareiras de madeira, mesa da cozinha e bancos.

Para armazenar os gêneros alimentícios havia a despensa nela estavam dispostos vários caixões utilizados para armazenamento. Também para armazenar alguns gêneros, como farinha, havia sobre os corredores ou quarto e salas, os paióis, alguns deles com orifícios para a saída da farinha.

Paiol

4.3.4 Mobiliário e utensílios

O mobiliário das casas das fazendas resume-se ao trivial: mesas, cadeiras, bancos, baús, malas, arcas, bilheiras, potes e utensílios de cozinha.

Jiraus

Prensas de queijo

Localizam-se nas paredes, tanto internas quanto externas, centenas de tôrnos e cabides, usados para armar redes e pendurar coisas. São de diversos modelos e materiais.

Tôrnos e armadores

Armários

Nas casas, há uma grande quantidade de caritós, espécie de nichos ou armários de alvenaria, embutidos na parede, usados para colocar lamparinas, pequenos objetos e imagens sacras. Nas salas da frente há armários maiores, com portas de madeira.

Mobiliário religioso

Em nenhuma das fazendas visitadas há capelas, existem somente oratórios. Na Fazenda Apaga Fogo há um oratório de madeira embutido na parede; na fazenda Timbaúba dos Gorgônios há um oratório de alvenaria; em algumas outras há oratórios de madeira, dos quais não podemos constatar a procedência.

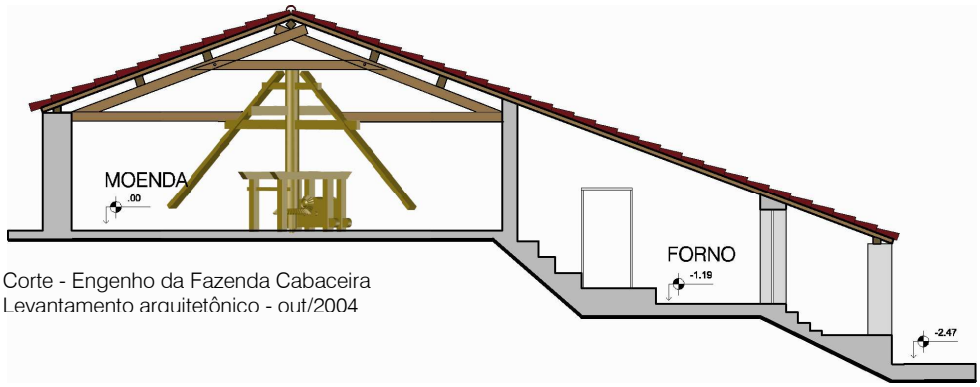
4.4 ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO

Nas fazendas de gado do Seridó eram desenvolvidas, além da criação bovina, atividades agrícolas de subsistência, como plantação de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar (nas margens dos açudes ou rios/riachos) etc. É comum a existência de uma unidade de beneficiamento de mandioca, as chamadas “casas

de farinha". Para produção da rapadura, sempre presente à mesa seridoense, em algumas fazendas existiam engenhos. A farinha e rapadura produzidas eram destinadas ao consumo local e, somente em alguns casos, ao mercado interno do Seridó.

4.4.1 Engenhos

As fábricas de rapadura do Seridó, que compõem o conjunto das fazendas inventariadas, são edificações térreas, assentadas em terreno em declive, com pisos em níveis diferentes, o que favorece a produção da rapadura, pois a garapa escorre da moenda através do rego e por gravidade cai no tanque, de onde é levada para os tachos de cozimento. O telhado de duas águas, tem empena lateral.



Corte - Engenho da Fazenda Cabaceira
Levantamento arquitetônico - out/2004

Pedreira

atribuído ao Pe Guerra

Três Riachos

Toco

Tapuia

Encampinado

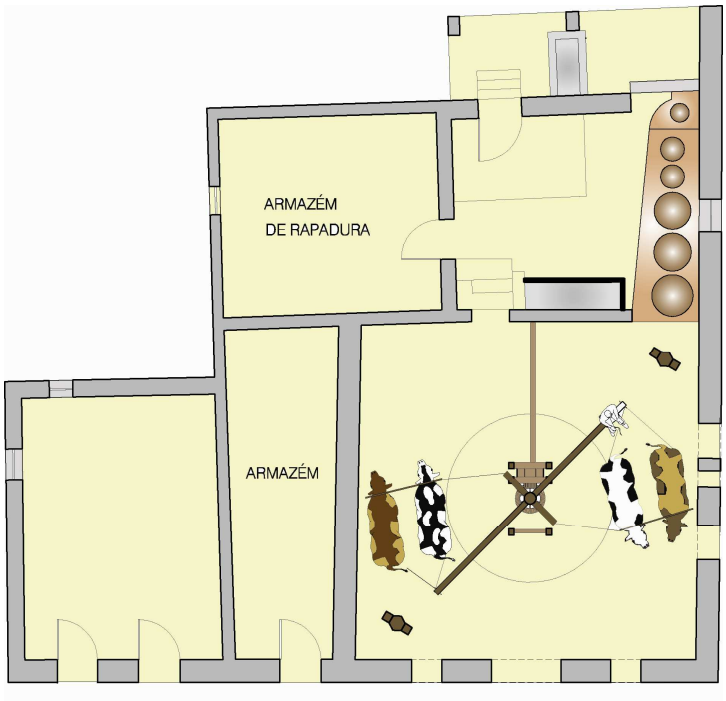
Arroz

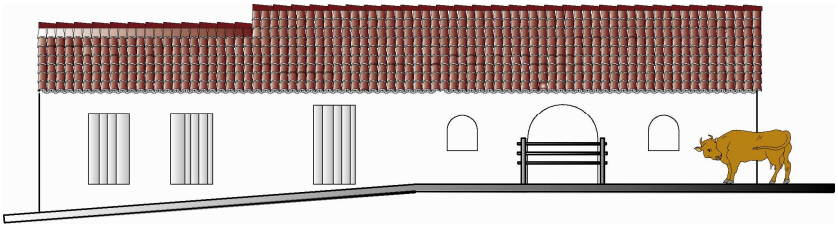
Cipó

Cabaceira

Logradouro dos Enéias

Umary





Planta baixa e fachada do Engenho da Fazenda Cabaceira
Levantamento arquitetônico - out/2004

Etapas da produção de rapadura

1. A primeira etapa da produção da rapadura era a colheita e preparo da cana-de-açúcar para a moagem.

2. A cana-de-açúcar era colocada entre as moendas.

Em todos os engenhos à tração animal das fazendas do Seridó a cana-de-açúcar é processada em moenda com três rolos de ferro horizontal, acionada por almanjarras. A estrutura dessa moenda, chamada castelo, é de madeira, como também todas as peças que transmitem à moenda a força motriz vinda dos bois. Em alguns engenhos, os bois eram colocados aos pares, em cangas para dois, ou sozinho.

Três Riachos

Encampinado

Arroz

Cabaceira

Cipó

Pedreira

"Quem chamou as officinas em que se fabrica o assucar, engenho, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, he obrigado a confessar, que são huns dos principais partos, e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar maravilhoso" (André João Antonil, 1710)

Cangas

Nas fábricas de rapadura foram incorporados, nos anos seguintes à fundação das fazendas, engenhos de motor a vapor. Porém o restante da produção continuou à maneira do XIX. Os engenhos mais recentes são de motor movido à combustão.

Umari Cabaceira Rolinha

As máquinas a vapor otimizaram a produção da rapadura nos engenhos. Somente encontramos uma caldeira entre as fazendas que visitamos.

Caldeira da Fazenda Umary

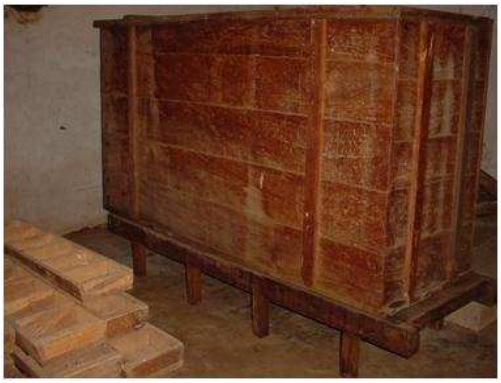
2. Acionada a moenda, a garapa caia no rego e escorria para o parol.

Rego e parol

3. Desse tanque, a garapa vai para o primeiro dos cinco tachos de cobre, instalados sobre alvenaria e aquecidos por um forno a lenha, onde começava a fervura. Com uso de cuias, a garapa, que estava sendo apurada, passava pelos quatro tachos restantes. No último tacho a garapa era transformada em melaço, então é colocada num tacho (móvel) sobre um forno até dar o ponto da rapadura.

Tachas

4. Atingido o ponto da rapadura, o melaço era colocado nas formas, onde ficava até esfriar. Pronta, a rapadura era armazenada em um caixão de madeira. Já para fabricação de açúcar, o melaço era colocado no pão de açúcar, onde ficava alguns dias em purga; havia um orifício no fundo das fôrmas por onde o melaço não cristalizado escorria, ficando somente o açúcar que era retirado das fôrmas e quebrado, separando as camadas que diferenciavam a qualidade do mesmo. Ele era levado para secar e depois era encaixotado.



Fôrmas de rapadura, caixão, pães de açúcar e local da purga

4.4.2 Casas de farinha

As casas de farinha são implantadas em terreno plano. São construções bastante simples e de área menor que as demais edificações (casa-sede e fábricas de rapadura). Foram encontrados exemplares tanto contíguos ao engenho quanto independentes. Somente na Fazenda Apaga Fogo, a casa de farinha é contígua à casa, porém desconfiamos que a casa de farinha foi assim disposta numa provável reforma.

Maxinaré

Gurupá

Cabaceira

Boa Vista

Etapas da produção de farinha

1. A mandioca, após ser descascada, era levada para ralar no caititu. Esse é acionado pela roda de ralar, chamada caitituá, movido através de dois braços, por dois homens. A massa da mandioca ralada caía na gamela, feita de madeira escavada.

Maxinaré

Gurupá

Toco

Cabaceira

Cabaceira

Gurupá

Maxinaré

2. Essa massa era colocada na prensa, movida a braço, depois era peneirada.

Umary

Cabaceira

Gurupá

Maxinaré

3. A massa era colocada no forno de torrar até se tornar farinha.

Gurupá

Cabaceira

4.4.3 Beneficiamento do algodão

O beneficiamento do algodão consistia somente em descaroçá-lo e ensacá-lo. Por causa desse simples sistema de beneficiamento, essa produção não requereu espaços mais elaborados. A edificação para essa atividade consistia num armazém para locar a bolandeira que, dependendo do seu modelo, era movida a tração humana, animal ou a vapor. A bolandeira se localizava sobre um piso elevado e vazado, por onde os caroços caíam, ficando separados da pluma.

Timbaúba dos Gorgônios

Planta baixa da Casa de farinha da Fazenda Cabaceira
Levantamento arquitetônico - out/2004

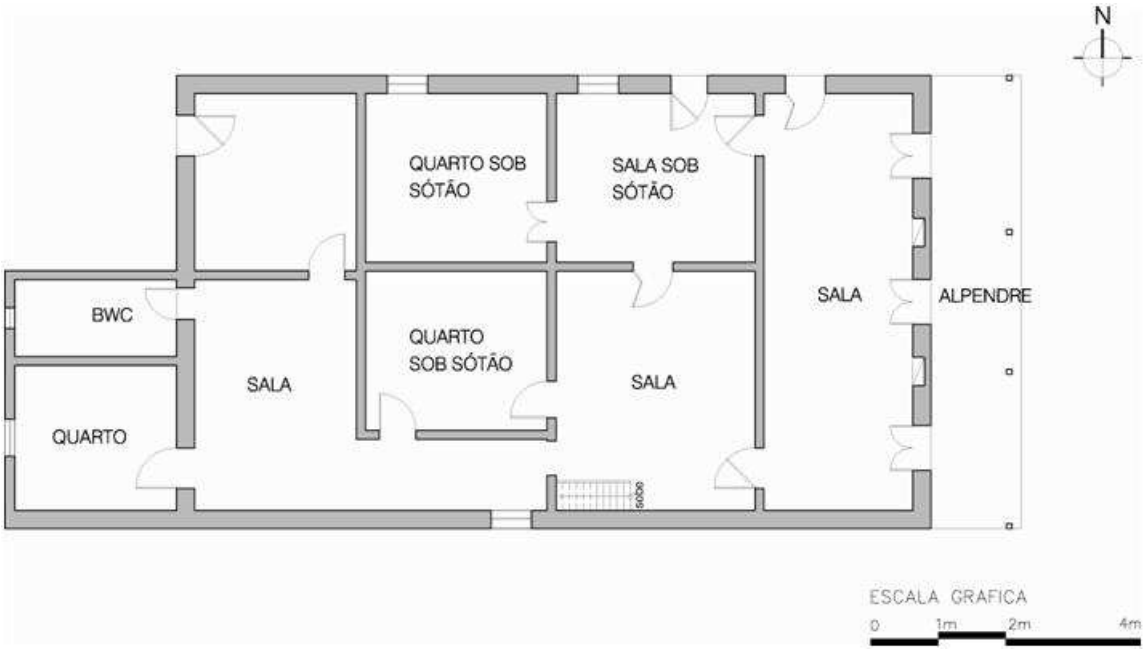
4.5 LEVANTAMENTOS

Apresentamos a seguir a série arquitetônica inventariada. Elegemos apontá-la na delimitação territorial dos ferros de gado do Seridó

"A primeira coisa que fazem é aprender o ABC e afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os ferros das suas fazendas e os das circunvizinhas. Chama-se assim os sinais de todos os feitios, ou letras, ou desenhos caprichosos como siglas, impressos por tatuagens a fogo, nas ancas do animal, completados pelos cortes, em pequenos ângulos nas orelhas. Ferrado o boi, está garantido. Pode romper tranqueiras e tresmalhar-se. Leva, indelével, a indicação que o reportará na solta primitiva. Porque o vaqueiro, não se contentando com ter de cór os ferros de sua fazenda, aprende os das demais. Chega, às vezes, por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuida, como as do vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos, e os nomes, e as idades, etc. Deste modo, quando surge no seu logrador um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conserva o intruso, tratando-o como aos demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence"(Os sertões)

"Ribeira do Seridó -... depois da criação do município, em 31/jul/1788, com o nome de Vila do Príncipe e posse do Sargento-mor Cipriano Lopes Galvão, seu primeiro administrador, foi por resolução deste, adotada a antiga marca "S", of. 39/59 do Sr. Prefeito do Caicó, Ignácio Bezerra de Araújo, ao Executor do Acordo do Fomento Animal do Ministério da Agricultura.
O "S" da ribeira seria decorrência da bacia hidrográfica do Rio Seridó ou, quem sabe, da padroeira local, Sant'Ana, que vem dos idos de 1748? Acertado aonde principiava e se findava a ribeira do criatório, a mais das vezes ainda quando as coisas do Estado se misturavam com as da Igreja, cada comuna cuidou em adotar a sua marca. E com ela o gado passou a ser ferrado ao lado esquerdo. Assim, o animal só era contraferrado (na banda esquerda) se fosse vendido para outra ribeira". (FARIA, 1984)

A casa da Fazenda Pedreira está implantada num alto, voltada para o nascente, com açude na frente e engenho de rapadura à esquerda. A casa é térrea com sótão, construída sobre alicerce de pedra, com paredes em tijolos. A cobertura é em estrutura de madeira, com corpo principal coberto em duas águas, com empena lateral. Como pertences há um oratório de madeira e uma imagem do Menino Jesus com vestimentas de tecido.



Casa é atribuída ao Padre Gil.

CASA DA FAZENDA MARAVILHA

Segundo informações de Pe. Antenor, de Caicó, essa casa chamava-se Casa Grande do Sabugi, mas ficou conhecida como Casa dos Padres do Sabugi.

A fazenda pertenceu ao Capitão-mor Manoel Gonçalves de Melo. Dentre seus filhos, dois se dedicaram a vida clerical: Pe Inácio Gonçalves Melo e Pe José Gonçalves Melo. Escreveu sobre os dois Dom José Adelino Dantas:

"O padre Inácio foi sempre coadjutor da Freguesia de Sant'Ána por quase cinquenta anos. Aqui faleceu diabético, aos 15 de dezembro de 1842, com 75 anos de idade"

"Nas eras de 1790, as anotações dos livros de Caicó consignam o nome do padre José Gonçalves Melo, capelão do oratório do Sabugi. Tinha também um irmão sacerdote, cadjutor da freguesia mater, e ambos filhos do sargento-mor Manoel Gonçalves Melo, rico senhor do Sabugi, homem branco, potentado e de são consciência" (apud MEDEIROS, 1981).

Local de colocar potes

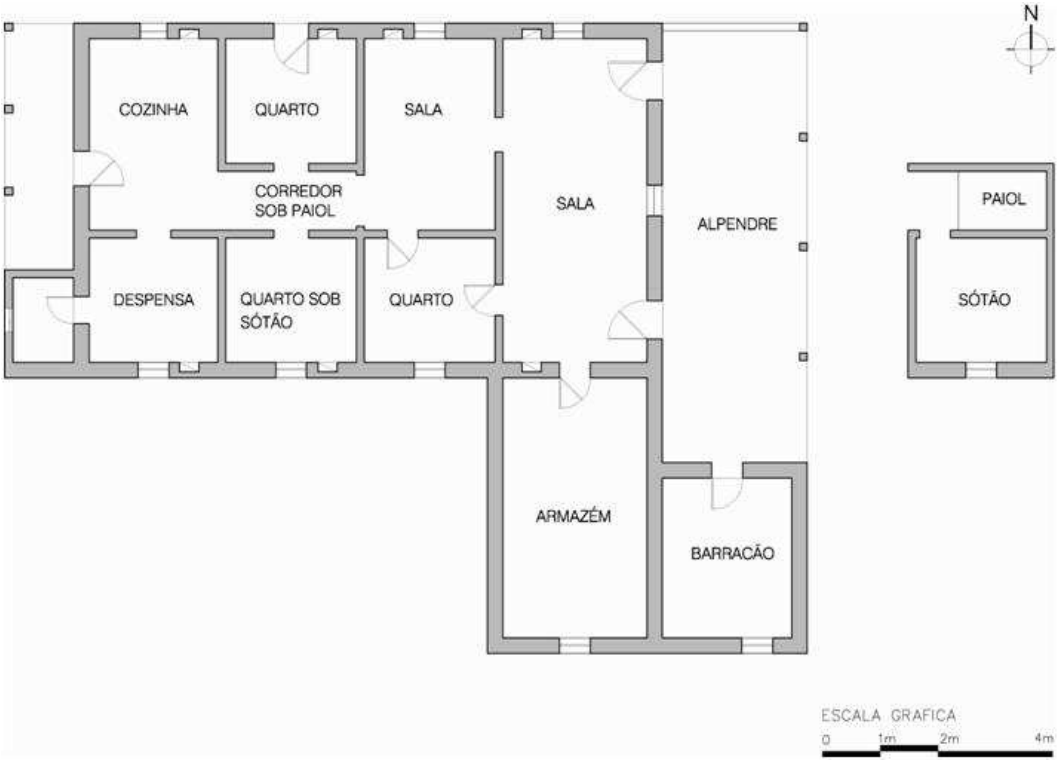
Fogão de alvenaria

Manoel Gonçalves de Melo nasceu na Freguesia de Água Santa da Cidade do Porto e era casado com Joana Maria dos Santos, filha do português Domingos Alves dos Santos. Manoel faleceu em 1816, o que nos faz concluir que a fazenda é do século XVIII, porém, a casa hoje existente, aparentemente não é a casa matriz da Fazenda. Trata-se de um exemplar, possivelmente, da primeira metade do século XIX, com sucessivas alterações. Ela mostra-se claramente dividida em três partes. O trecho mais antigo é o da direita da casa, que apresenta paredes medindo 60 cm. Na parte do meio as paredes medem 40 cm. Na última parte, estão os anexos, localizados na lateral esquerda e nos fundos. Como a casa sofreu muitas modificações, há dificuldade de precisar dados relativos à sua feição original. O madeiramento da cobertura foi trocado.

Este engenho, localizado no município de Caicó, não funciona mais, e sobre ele nenhuma informação conseguimos coletar. Atribuem este engenho ao Pe. Guerra.

Tachas

CASA DA FAZENDA TRÊS RIACHOS



Do engenho da Fazenda Três Riacho só sobraram alguns tijolos e as partes de ferro da moenda.

CASA DA FAZENDA TOCO

Casa erguida sobre alicerce de pedra, com paredes autoportantes de tijolos. A cobertura é em duas águas, com empena lateral. Uma escada de pedra e tijolos dá acesso ao sótão e paiol. Aparentemente essa escada não faz parte do conjunto original, já que a mesma deveria ser de madeira. Possui engenho e casa de farinha contíguos, com a mesma técnica construtiva.

O engenho à tração animal foi substituído por um a motor, mas o restante dos equipamentos continuou o mesmo. Hoje, porém, parte desse equipamento foi perdido, sobrando apenas vestígios dos tachos e das fôrmas de rapadura.

Na casa de farinha, contígua ao engenho, há somente a prensa, parte do caititu e o forno, muito deteriorados e com peças faltando.

CASA DA FAZENDA TAPUIA

Casa erguida sobre alicerce de pedra, com paredes autoportantes de tijolos medindo 40 cm. As paredes internas têm 20 cm. A cobertura é em duas águas com empena lateral. Tem paiol com dois compartimentos. O assoalho do sótão cobre quatro cômodos. A fazenda possuía engenho de rapadura, mas hoje só resta a edificação, um tanto deteriorada, sem nenhum equipamento da antiga engenhoca.

Foi seu proprietário Manoel Batista dos Santos que se casou com Coleta Cristina de Araújo.
A casa deve pertencer a ultima metade do século XIX.

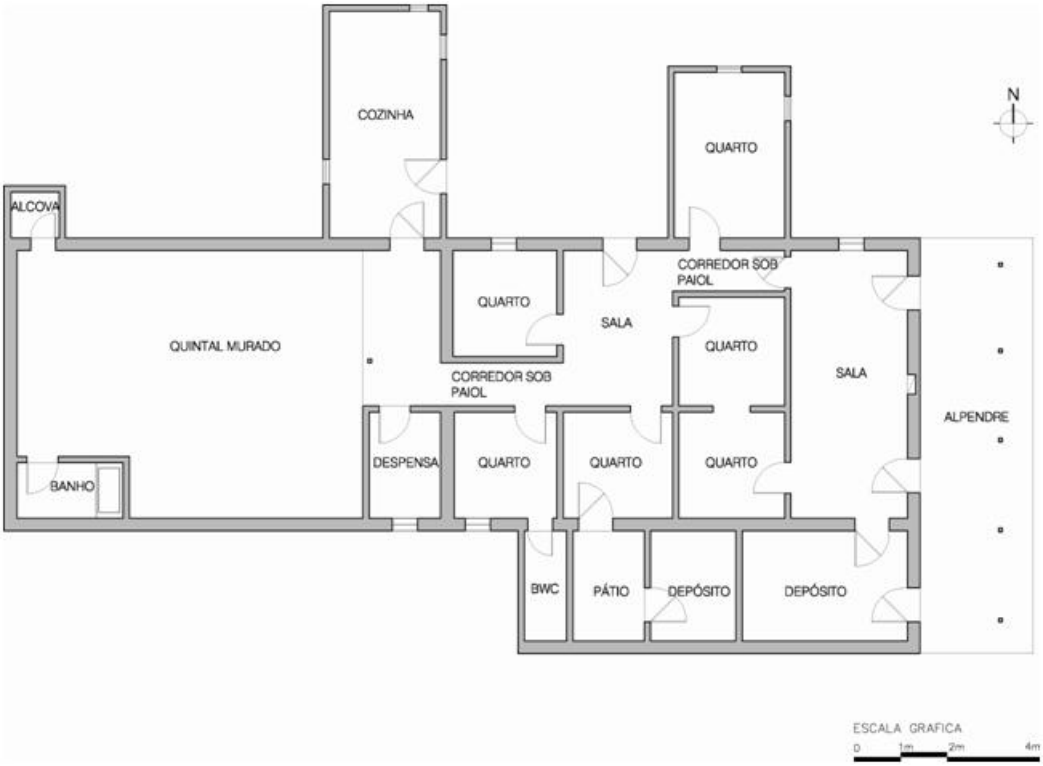
Tinha engenho à tração bovina, mas desse restam apenas algumas peças. No interior da edificação há um a motor que funciona nos meses de setembro.

CASA DA FAZENDA LOGRADOURO DOS ENÉIAS

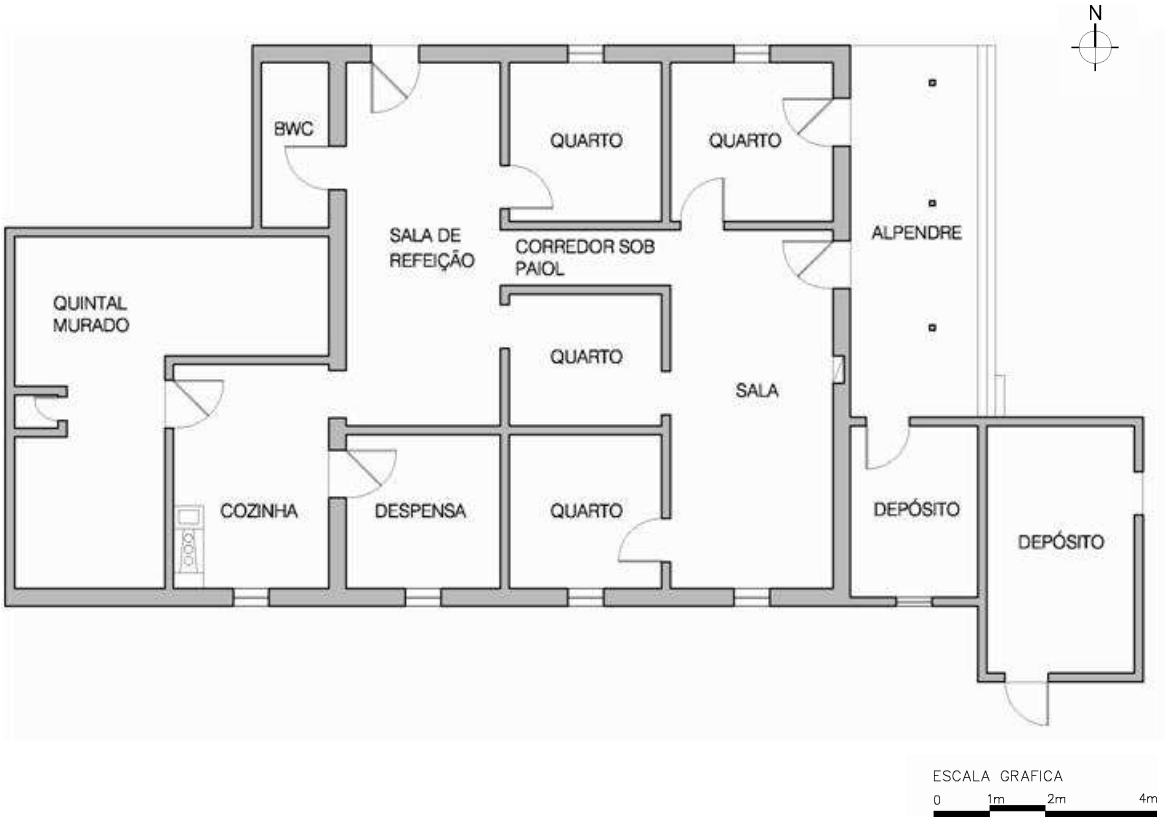
Engenho

Casa implantada num plano, voltada para o nascente. O engenho de rapadura localiza-se numa parte à direita, mais baixa, em relação à casa. A casa-sede começou a ser construída em 1872 e ficou pronta em 1876.

CASA DA FAZENDA ACAUÃ



CASA DA FAZENDA CACIMBA DO MEIO



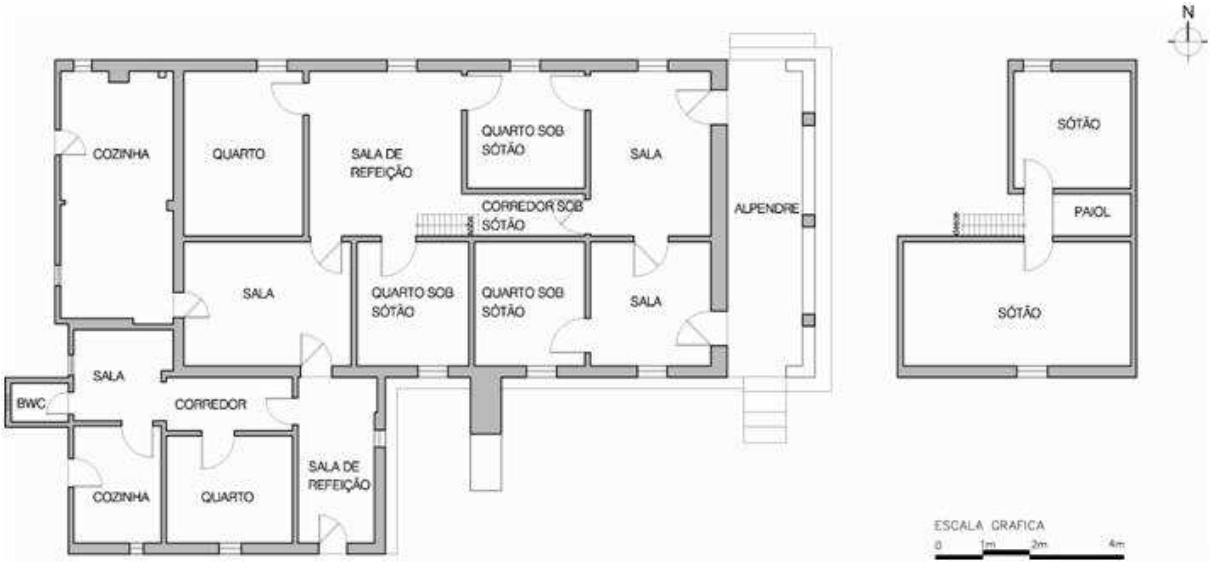
Manoel Dias teria sido seu proprietário mais antigo. Antônio Batista Neto a comprou e depois a vendeu para Antônio Macena.

O sitio pertencia à Fazenda Palma, propriedade de João Crisóstemo e Francisca Xavier Datas. Depois passou por herança a Manoel de Medeiros Dantas e Maria do Sacramento. Em meados de 1870 foi comprado por Antônio Galdino de Medeiros. Na época, o sítio chamava-se Cacimba Velha e depois passou a denominar-se Caiçarinha.

A casa da Caiçarinha data da segunda metade do século XIX.

Feijó, 2002

CASA DA FAZENDA CAIÇARINHA



Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

A exemplo do que comumente acontecia na região, esta fazenda deve ter sido um desmembramento da Fazenda Caiçarinha. Após a divisão das terras, a nova gleba recebeu o nome da fazenda original e denominou-se Caiçarinha de Baixo.

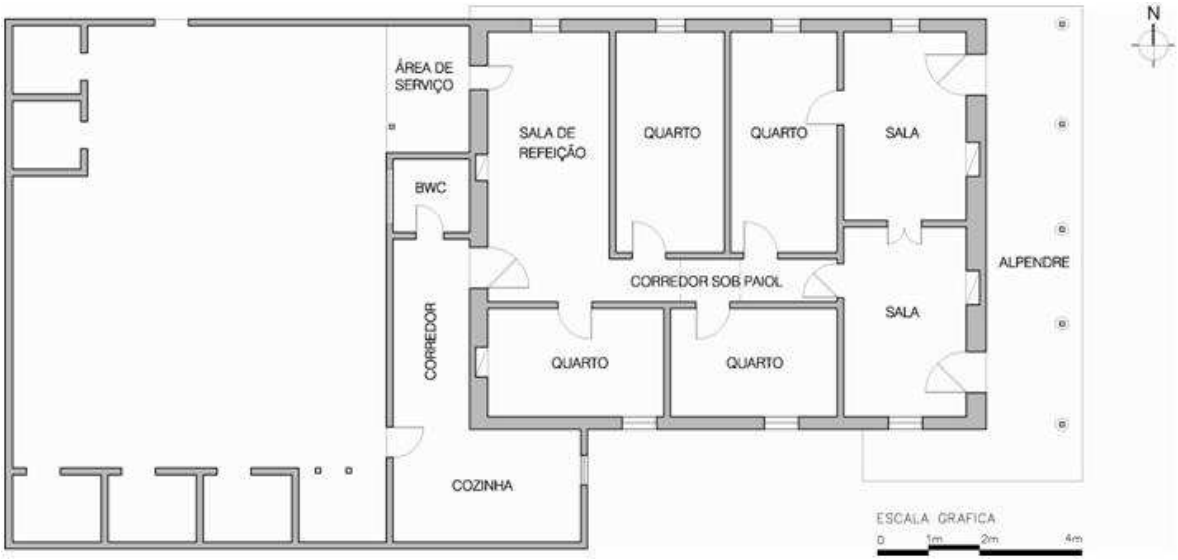
Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

CASA DA FAZENDA CARNAUBINHA

Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

Foi proprietário desta fazenda Cipriano Bezerra Galvão, casado com Isabel Cândida de Jesus. Ele faleceu com 90 anos em 1899. Era conhecido como Cipriano Bezerra do Ingá.

Esta casa depois pertenceu a Juvenal Lamartine, ex-governado do Rio Grande do Norte, que nasceu na Fazenda Rolinha. Seu filho, Octávio Lamartine foi morto por policiais militares em 1935, na casa onde nasceu em 1903, que ainda guarda as marcas dos tiros.



CASA DA FAZENDA MALHADA VERMELHA

O proprietário atual herdou a casa de seu pai, Manoel Estevão de Medeiros (faleceu em 1945 com 77 anos), que por sua vez a comprou de Pedro Carlos.

Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

Imagens antigas: Acervo do atual proprietário Marcus Nepomuceno

A Fazenda Pitombeiras pertenceu a Manoelzinho da Pitombeira, depois passou para Joaquim Servita. E em 1920, João Silvério de Araújo (1878-1966) comprou a propriedade da viúva Teresinha Servita.

A casa data de meados de 1870.

Conta-se que botijas foram arrancadas no casarão.

Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

CASA DA FAZENDA SOBRADINHO

Levantamento arquitetônico: Feijó, 2002

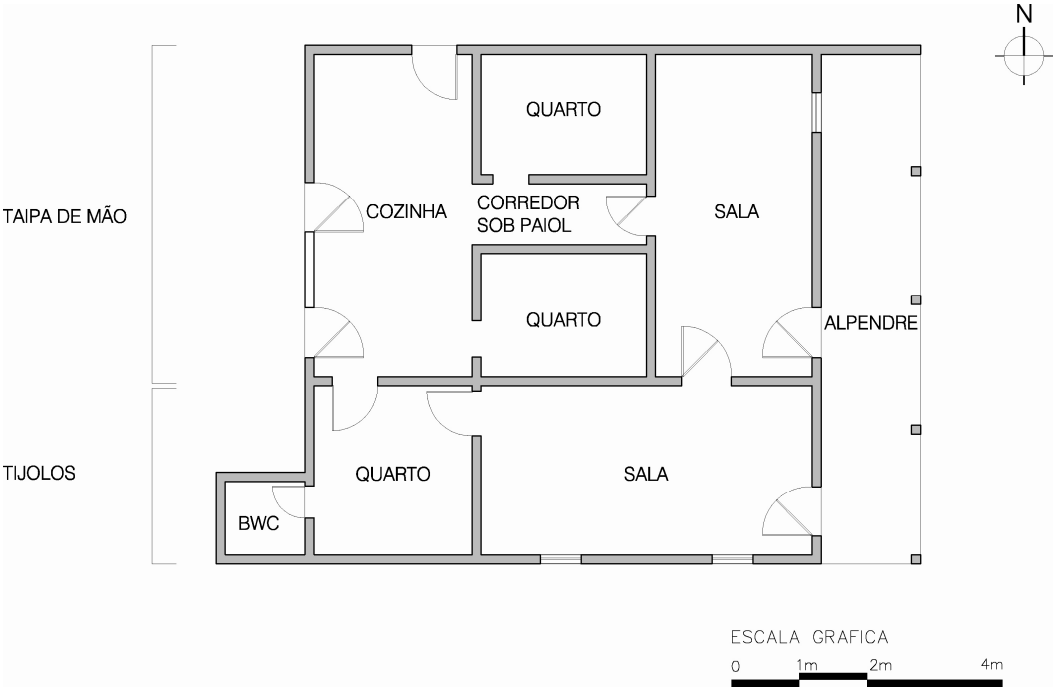
CASA DA FAZENDA CARNAÚBA DE BAIXO

Fachada posterior

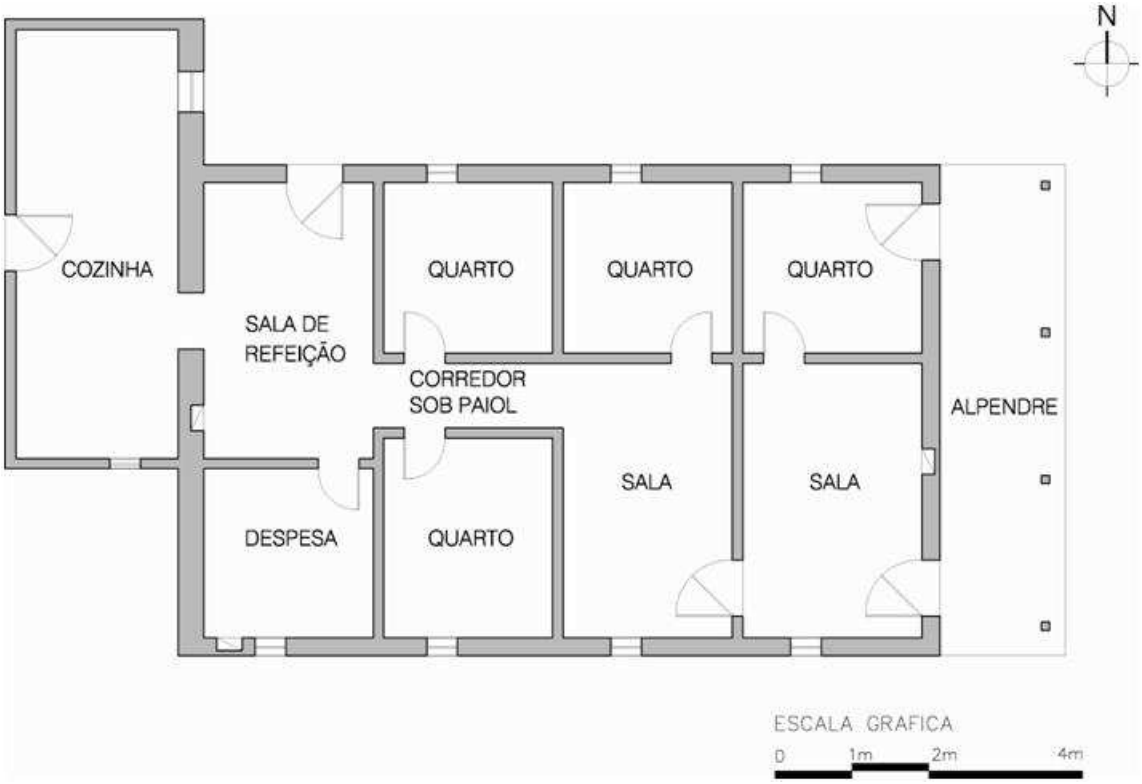
Esta é a única casa inventariada construída em taipa de mão. Foi construída em 1825 e, em 1878 foi construída uma casa de alvenaria contígua a ela.

Pertencia a José Estevão de Azevedo Cunha no início do século XIX. Sua filha Maria Senhorinha de azevedo casou com Antônio Francisco de Azevedo em 1877, e foram morar na casa de alvenaria, contígua a original, esta mais recente deve ter sido construída para o casal. A casa, pelos seus componentes, é a que foi construída de forma mais rústica. Interessante é o fato de mesmo sendo de taipa de mão, sistema construtivo mais frágil, ela tem o mesmo partido arquitetônico das de alvenaria, com paiol.

Escada de acesso ao paiol, detalhe de cravos, tranca da janela



CASA DA FAZENDA RIACHO FUNDO



N
QUARTO
SALA DE
REFEIÇÃO
SALA
ALPENDRE
COZINHA
QUARTO
QUARTO
DESPENSA
ARMAZÉM
ESCALA GRAFICA
0
1m
2m
4m

CASA DA FAZENDA PAU LEITE

A casa da Fazenda Pau Leite é a única casa que tem porão alto. Há também sótão, e a escada que dava acesso a esse cômodo localizava-se na alcova, mas anos atrás foi colocada na sala de refeições.

A fazenda tinha casa de farinha e uma caldeira a vapor, que era usada, junto com outro maquinário, para descaroçar algodão. Havia três currais, um grande na frente, e os outros dois, que eram de pedra e interligados, mais próximos à casa.

A casa pertenceu a Antônio Florêncio de Araújo Galvão, descendente de Cipriano Lopes Galvão Júnior (falecido em 1890), filho do Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (o segundo).

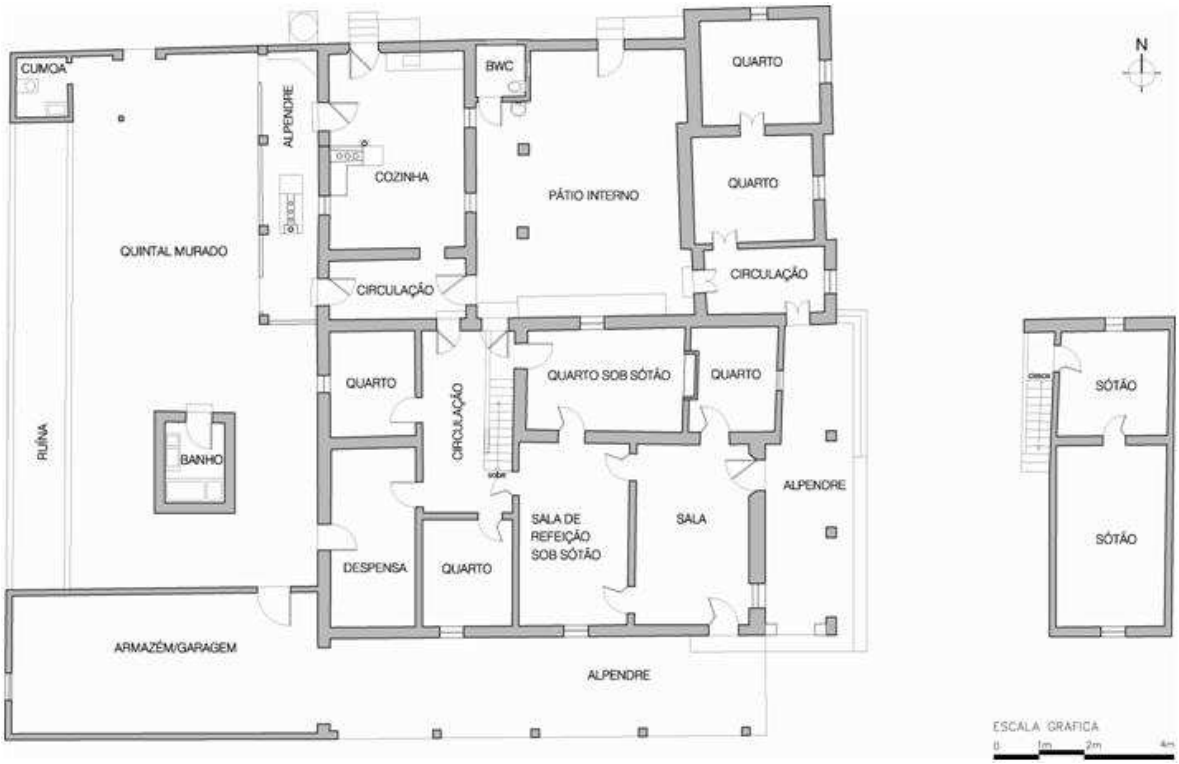
O capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, que sucedeu ao pai sua propriedade do Tororó, obteve uma data de sesmaria onde fundou uma fazenda chamada Currais Novos, que em seguida daria origem ao município de mesmo nome. Em 1808, o Capitão-mor Cipriano doou meia légua de terras para ereção de uma capela da senhora Santa'Anna (lavrado no Livro n° 5, folhas 69/70, 5 de janeiro).

Foto tirada por volta de 1950.
Acervo do atual proprietário Genibaldo Barros

Neste inventário de Laurentino Bezerra Galvão, há na partilha os bens deixados para Antônio Florêncio de Araújo Galvão. Pela partilha ele recebeu "*a metade de dois açudes e um cercado no sítio Catunda no valor de 200$000*". Nessas terras ele construiu a sua Fazenda Pau Leite.

CASA DA FAZENDA PAU FERRO

CASA, ENGENHO E CASA DE FARINHA DA FAZENDA CABACEIRA

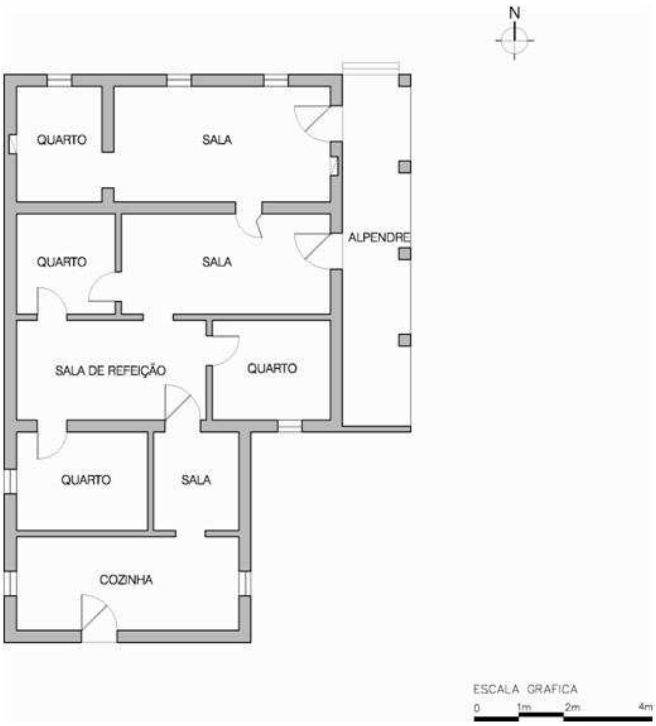


Pertenceu à filha de Cosme Pereira, proprietário da Umary, Maria de Moraes Severa, conhecida como Mariquinha do Bom Sucesso.

Verga da porta principal de entrada

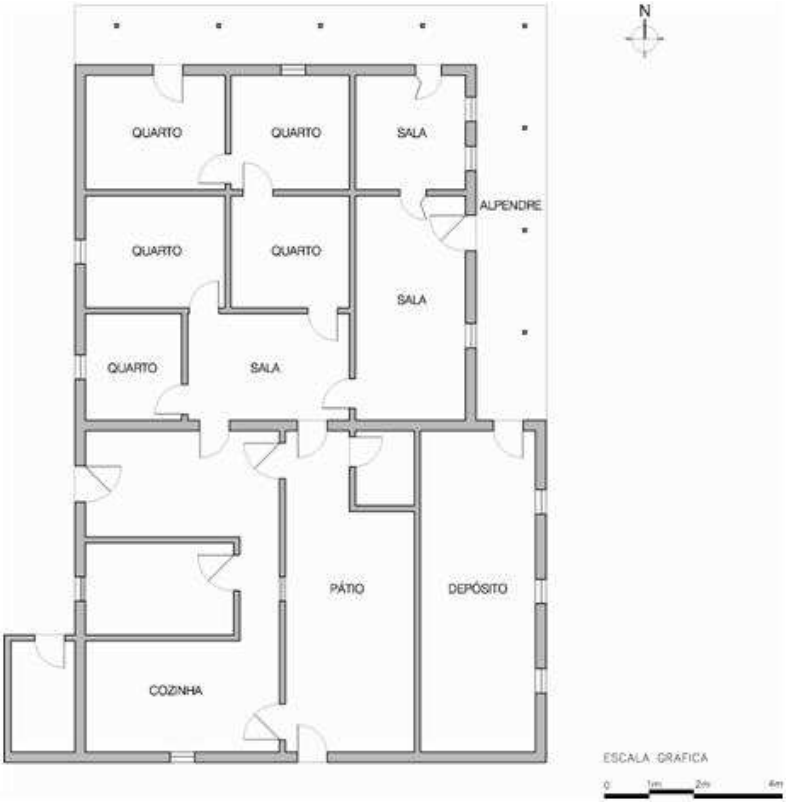
CASA DA FAZENDA GURUPÁ

Fundada por Belarmino Pereira da Nóbrega, filho de Gorgônio Paes de Bulhões, fundador da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios. Tem casa de farinha, mas bastante deteriorada.



Levantamento arquitetônico: Nathália Diniz e Alexandre Diniz

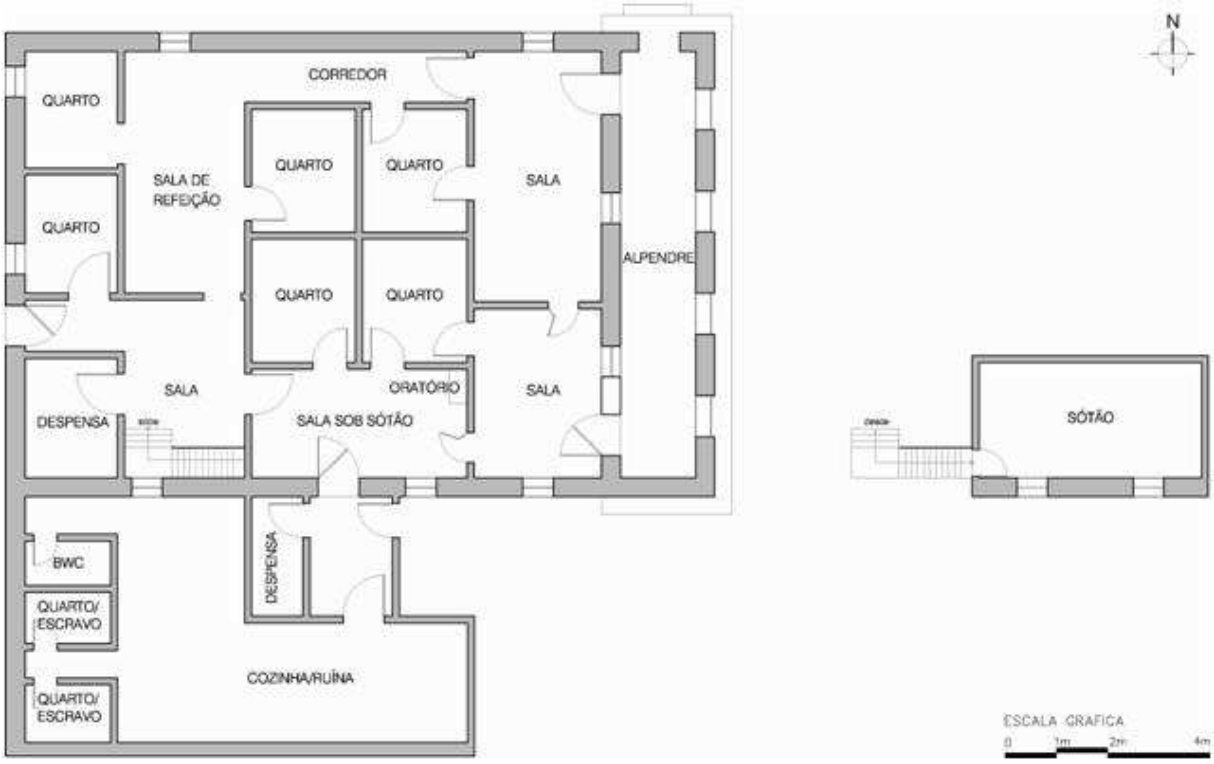
A Fazenda Quebra perna foi fundada por Remigio Gorgônio da Nóbrega, filho de Gorgônio Paes de Bulhões.



Levantamento arquitetônico: Nathália Diniz e Alexandre Diniz

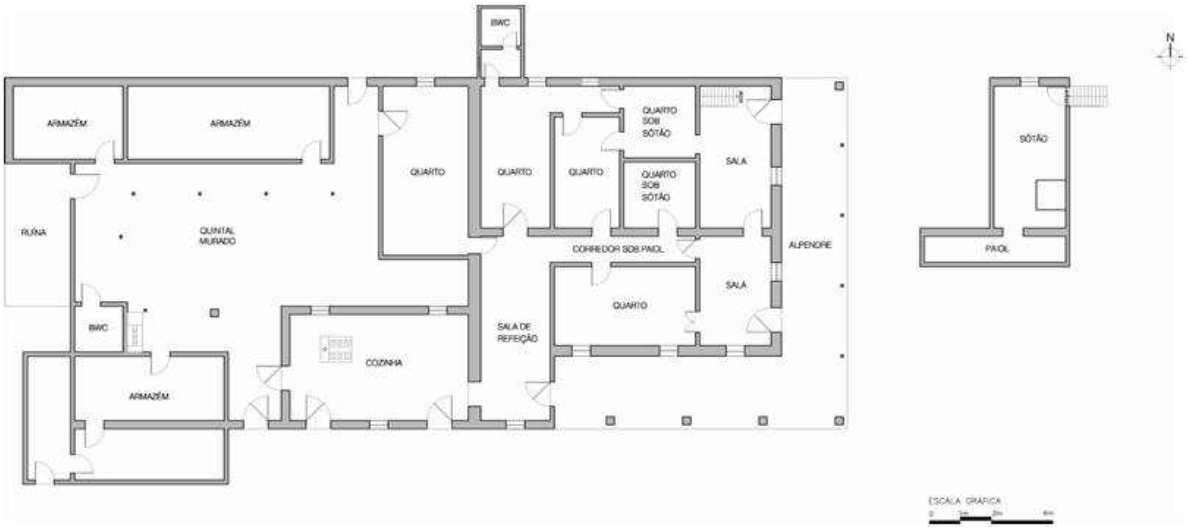
CASA DA FAZENDA TIMBAÚBA DOS GORGÔNIOS

Gorgônio Paes de Bulhões fundou a Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, em 1833. A casa começou a ser construída em 1856 e foi concluída em 1862, datas registradas na fachada. Em seu primeiro casamento, com Inácia Maria da Conceição, teve seu primeiro filho: Janúncio Salustiano da Nóbrega. Após a morte da primeira mulher, casou-se com a prima da esposa falecida, Mariana Umbelina da Nóbrega, com quem teve mais oito filhos: Francisco Pereira da Nóbrega, Justino Augusto da Nóbrega, Remígio, Venâncio, Belarmino, José Gorgônio da Nóbrega (Zuza), Gorgônio Paes de Bulhões da Nóbrega e Teodora. Estes construíram outras fazendas nas proximidades da do pai, entre elas estão a Fazenda Cabaceira, Fazenda Buriti, Fazenda Quebra Perna, Fazenda Gurupá e Fazenda Pedreira.



Levantamento arquitetônico: Nathália Diniz e Alexandre Diniz

A casa-sede está implantada num alto com curral à esquerda e engenho à direita. Pertenceu a filha de Cosme Pereira (Ana Mimosa).



Levantamento arquitetônico: Nathália Diniz e Alexandre Diniz

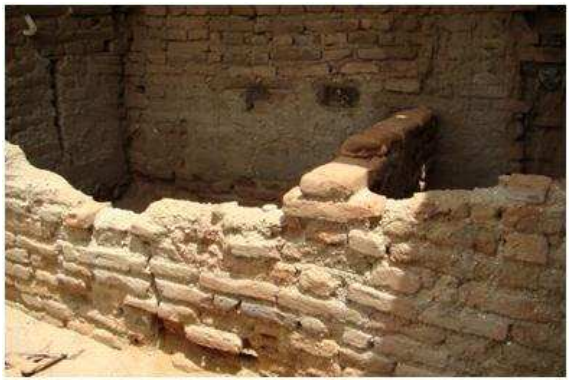
CASA DA FAZENDA ALMAS DE CIMA

uma das peças da cobertura do alpendre

Casa térrea com sótão, construída sobre alicerce de pedra, com paredes em tijolos. A cobertura é em estrutura de madeira, com corpo principal coberto em duas águas, com empena lateral. Na ocasião do inventário, estava sendo demolida para construção de outra casa em seu lugar. Havia um cômodo destinado ao descaroçamento do algodão.

Lugar de descaroçar o algodão e a antiga máquina de descaroçar

CASA DA FAZENDA COBRA DE BAIXO



Apesar de estar em ruína, ainda restou caritós e o paiol

A casa sede da fazenda Barra da Carnaúba é térrea. Antigamente tinha sótão, mas hoje só restam as aberturas das janelas e portas desse piso superior.

A cozinha, que foi construída posteriormente à contrução da casa, localiza-se na sua parte posterior com um puxado, com cobertura.

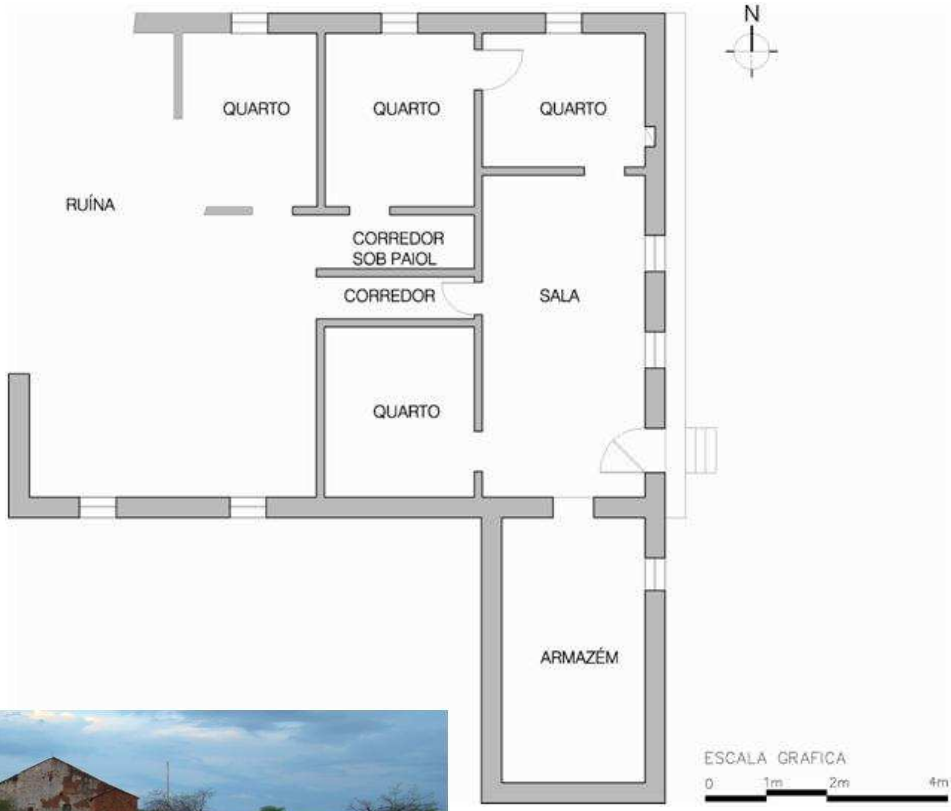
Antigamente a cozinha era um apêndice ao lado da casa (a atual moradora não soube precisar se era de taipa ou tijolos). Posteriormente foi construída de tijolos na parte traseira da casa, onde se encontra atualmente.

O fogão a lenha era no centro da cozinha, mas há 10 anos foi demolido. O fogão atual foi construído em 2007.

CASA DA FAZENDA ARROZ

A antiga casa sede da Fazenda Arroz é térrea e possuía sótão. Hoje só restam vestígios desse antigo compartimento. A fábrica de rapadura original era mais próxima à casa, mas o Sr. Manoel Paulino a demoliu e construiu o atual engenho mais afastado, mantendo-o o engenho à tração animal. Manoel Álvares de Faria era conhecido por Major Faria, um abastado fazendeiro dono da Fazenda Arroz. Era Major da Guarda Nacional, nomeado pelo imperador D. Pedro II; os botões da farda tinham gravado em alto relevo D. PEDRO II. O Major Faria vendeu a propriedade do Arroz por quatro contos de réis, com engenho montado, e comprou duas propriedades no estado do Ceará (Canoas e Bonito). Lá morreu em idade avançada.

Fala-se de botijas arrancadas na antiga casa da Fazenda Arroz. (LAMARTINE, 2003)



A casa da Fazenda Vapor é térrea e possuía sótão. Hoje há somente vestígio de uma verga desse antigo piso superior. Há indícios de janela no sótão, hoje tapada, bem como acréscimo de um quarto na parte frontal ao lado do alpendre. Nota-se também reforço no baldrame e acréscimo de um apêndice na lateral direita da casa. As peças da cobertura do alpendre são mais recentes que as do restante da edificação.

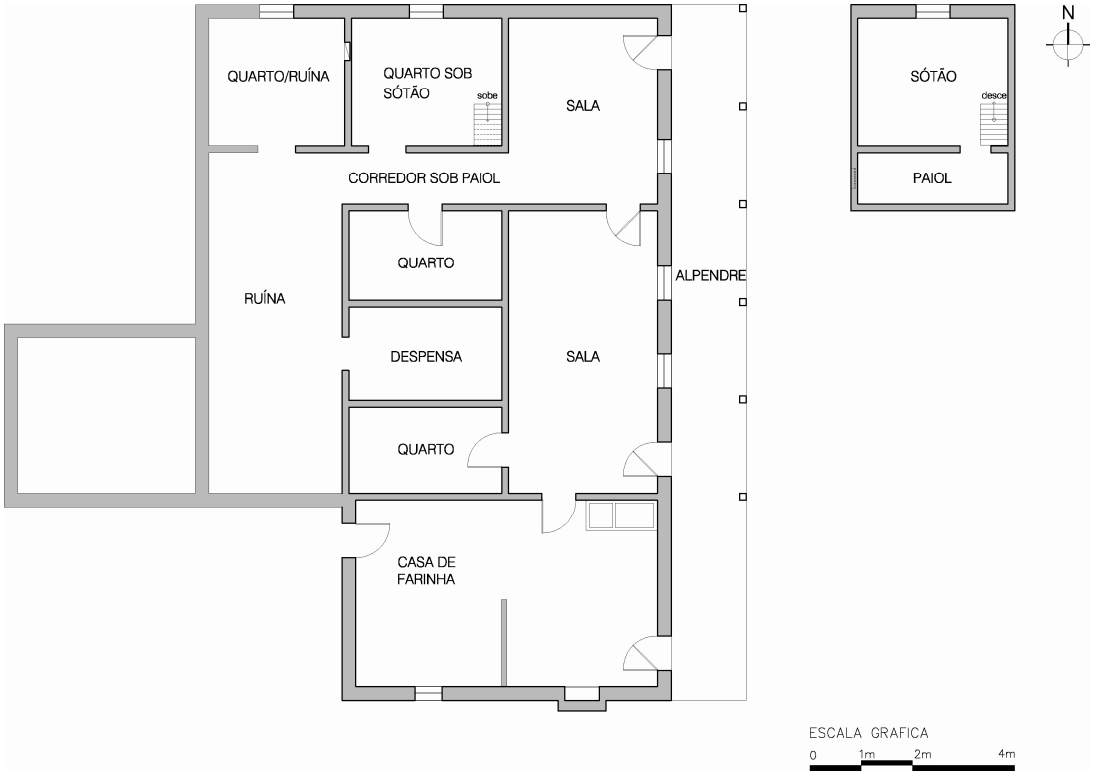
Júlio Batista de Araújo era filho de Salviano Batista de Araújo e Guilhermina Iria da Conceição, proprietários da Fazenda Tapuia, na localidade Timbaúba dos Batistas. Casou-se com Paulina, filha do Coronel Clementino Monteiro de Faria e Paulina Umbelina dos Passos Monteiro de Serra Negra. Júlio instalou em sua fazenda uma pequena usina de beneficiar algodão, na época movida à caldeira (vapor). Por conta disso, a fazenda herdou o nome Fazenda Vapor (LAMARTINE, 2003).

Detalhe do cachorro

CASA DA FAZENDA APAGA FOGO

A Fazenda Apaga Fogo já pertenceu a Antônio Pereira Cangalha. Ela se chamava Dinamarca, mas foi ao longo do tempo desmembrada em Fazenda Dinamarca e Fazenda Apaga Fogo.

Na antiga Fazenda Dinamarca nasciam dois mil e quinhentos bezerros por ano. Na seca de 1898, pastavam ali dez mil cabeças de gado. Era na época o fazendeiro mais rico do Seridó (LAMARTINE, 2003, p. 74-75)



Quarto sob sótão

corredor sob paiol; sala

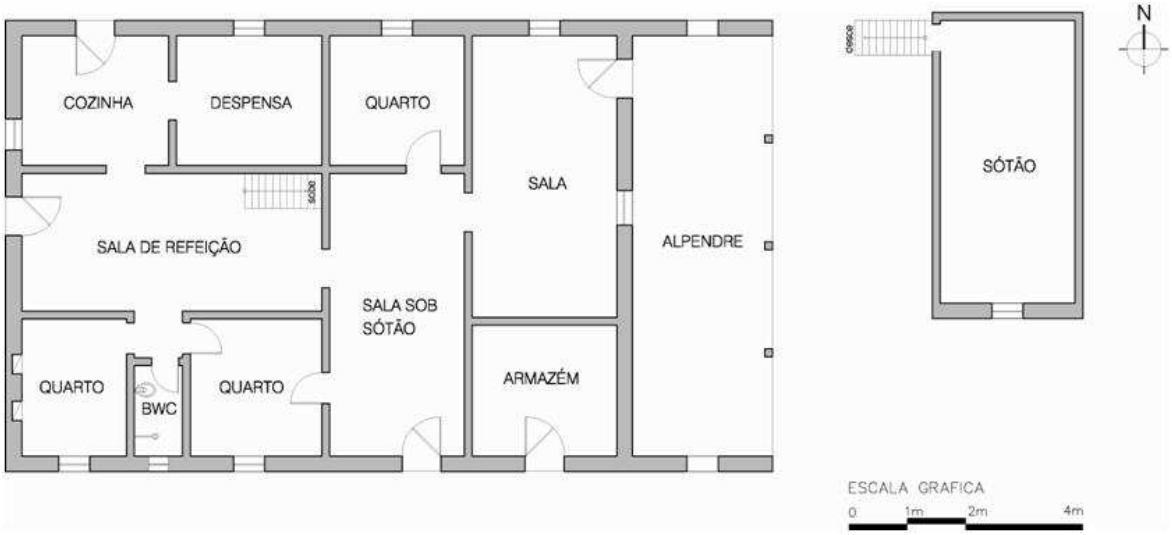
Oratório embutido na antiga casa de farinha

Esta casa data da primeira metade do século XIX. Aparentemente foi construída em duas etapas. Sendo a primeira correspondente à lateral direita da casa. Esta parte tem beiral de boca de telha.

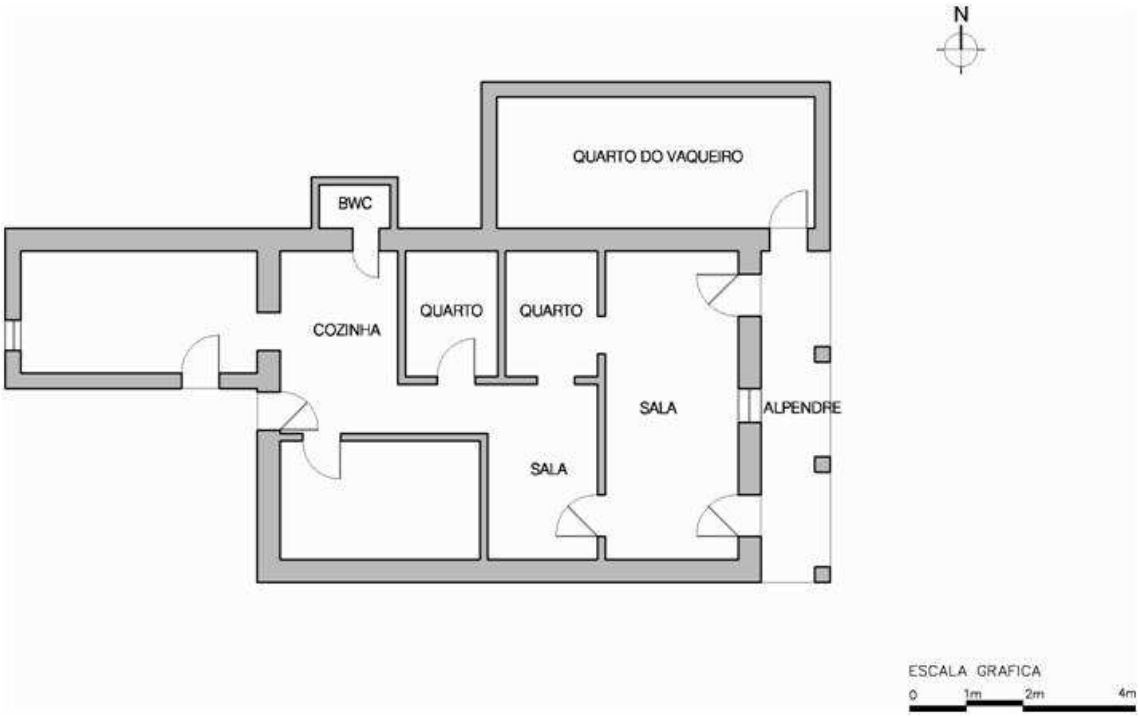
Antônio Pereira Cangalha
(LAMARTINE, 2003)

CASA DA FAZENDA CARNAUBINHA

O atual proprietário, Jocival José de Figueiredo, encontrou uma telha da casa com data de 1886.



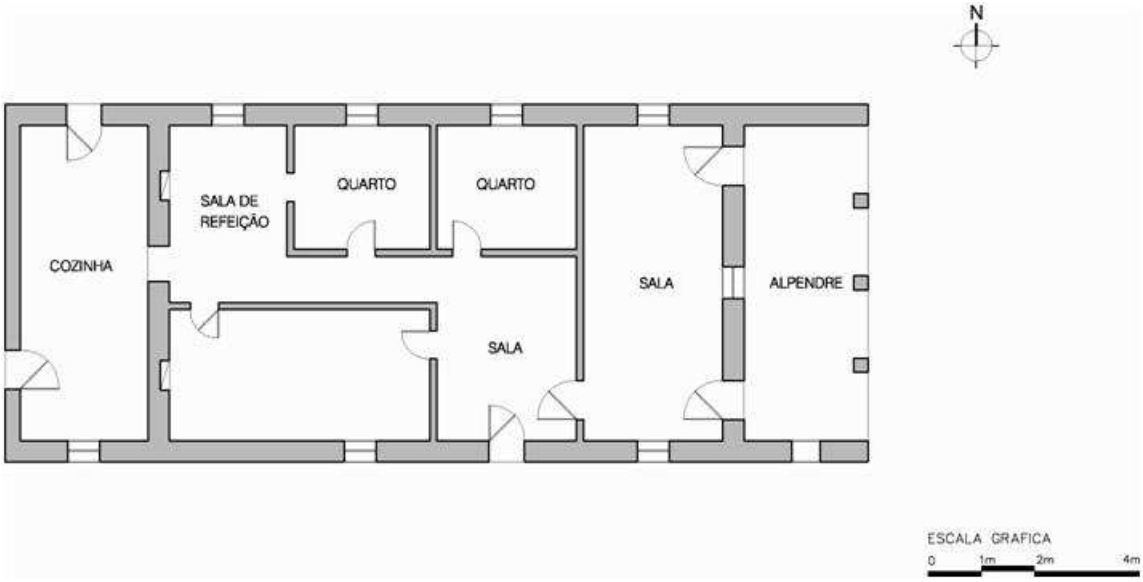
Em 1833, João Paulino de Medeiros construiu a casa. A fazenda tem casa de farinha, mas já em desuso e seus componentes estão quardados no quarto dos vaqueiros.



CASA DA FAZENDA SANTA TERESINHA

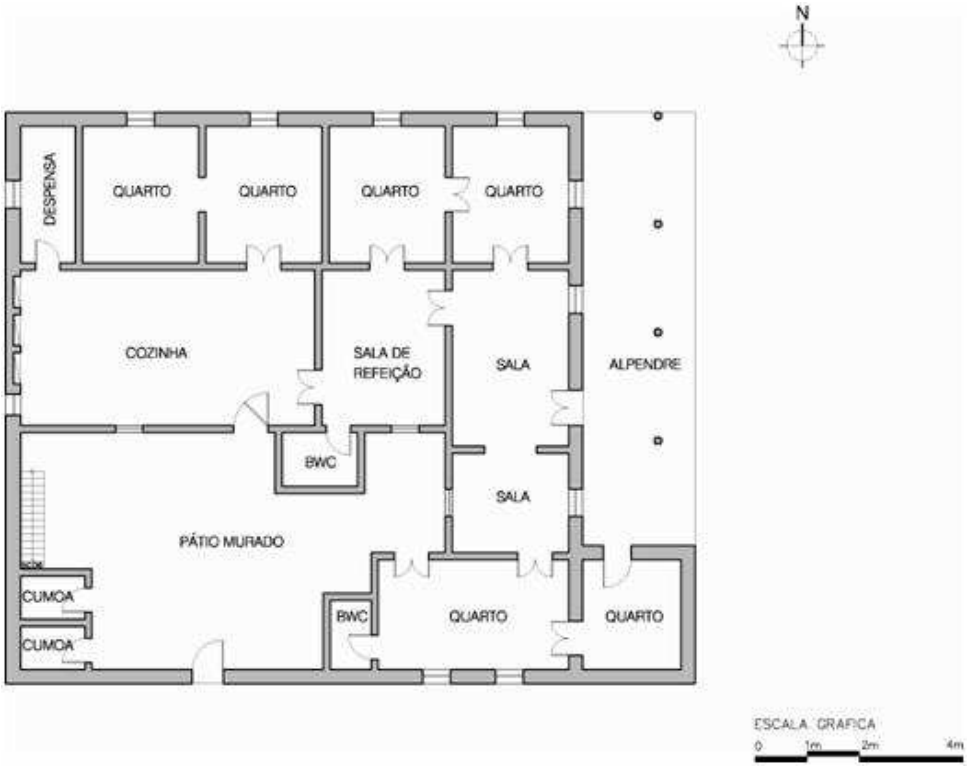
Casa de 1875, conforme mostra datação na fachada.

A cozinha é um anexo posterior ao corpo principal da casa.



Manuel Marcelino de Brito (nascido em 1852) construiu a casa para morar, após seu matrimônio com Maria Paulina de Brito.

A fazenda Boa Vista também tem um engenho, construção um pouco deteriorada, mas com seus componentes preservados.



CASA DA FAZENDA IPUEIRA

Em 1859 - José Evangelista de Medeiros (Tenente Cazuza), irmão de João Paulino de Medeiros (que construiu a Boa Vista), edificou a casa da Fazenda Ipueira.

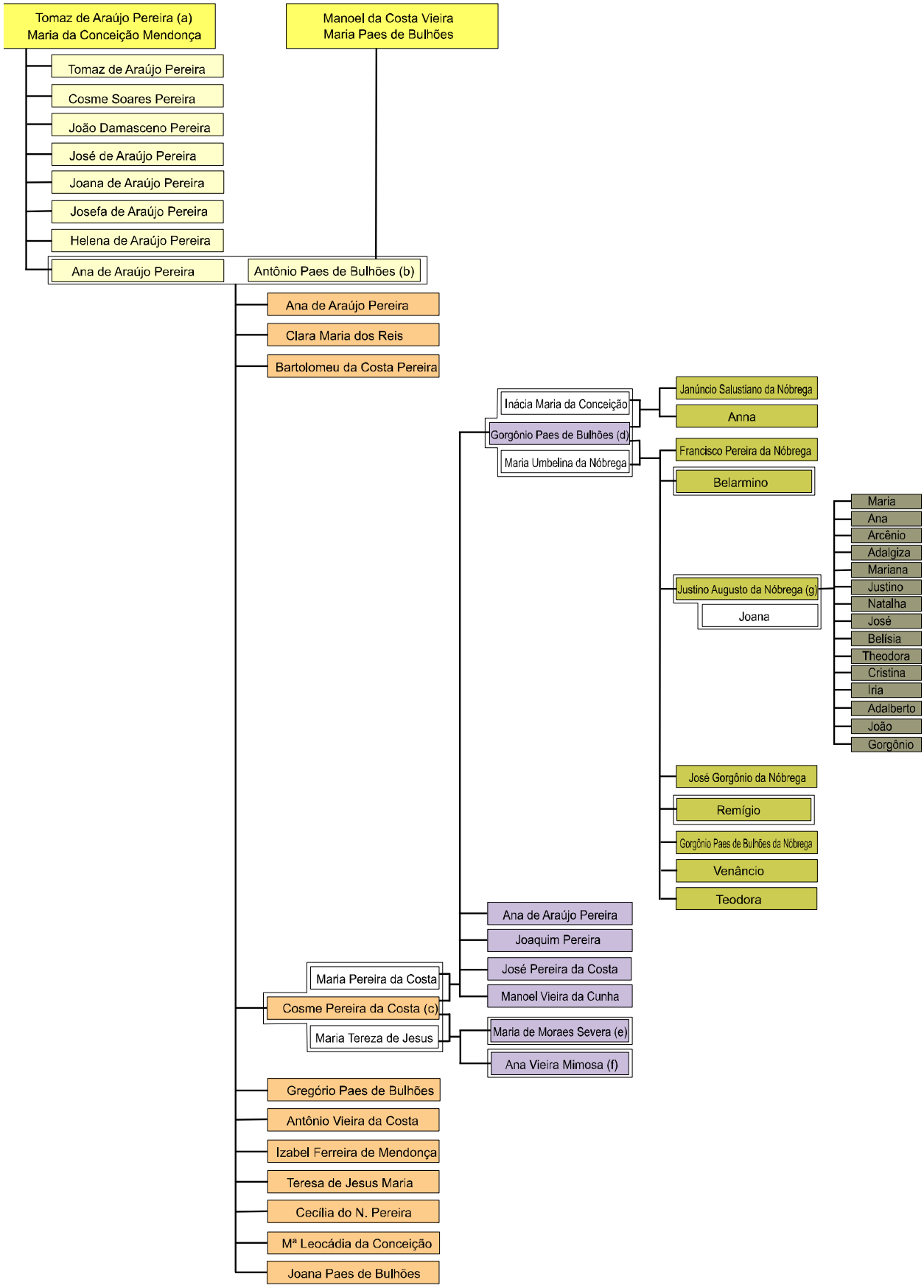
Ele construiu também a Fazenda Santa Teresinha para Francisco Severino de Medeiros (sobrinho da esposa dele) morar.

A casa passou depois para João Manuel de Medeiros (sobrinho da esposa), em seguida para João Alencar de Medeiros (filho de João Manuel de Medeiros)
Hoje pertence a seus herdeiros.

A casa tinha sótão, do qual hoje só restam vestígios.

5. Caso particular - apontamentos genealógicos da família Gorgônio Paes de Bulhões

Apresentamos a seguir alguns apontamentos genealógicos sobre uma família proprietária de muitas fazendas no Seridó[1]. Os casais, cujos nomes estão circundados, merecerão algumas considerações especiais.



(a) Tomaz de Araújo Pereira

Natural de Viana, no Minho, nasceu por volta de 1700, tendo chegado ao sertão do Seridó no decurso da terceira década do século XVIII. Segundo José Augusto (1980):

> "*entre as famílias que povoaram o Seridó, e aí se fixaram, a família Araújo, se não é a mais antiga, é das mais antigas, e certamente a que mais proliferou, sendo hoje a mais numerosa dentre quantas se encontram radicadas naquele trecho do território norte-rio-grandense. Não é exagero afirmar que raro será o seridoense que não tenha sangue de Araújo*".

Tomaz de Araújo Pereira era casado com Maria da Conceição de Mendonça, natural da freguesia da Paraíba, filha legítima do português Cosme Soares de Brito (ou Cosme Viegas de Mendonça), e de Madalena Castro. A respeito de Cosme Soares de Brito, o Desembargador Felipe Guerra escreveu: "*Era irmão de Elisardo Toscano de Brito, naturais de Lisboa. Quando estudantes mataram dois almotacés, por haverem multado sua mãe, viúva. Vieram, então, para o Brasil. Casou na Bahia com Madalena de Castro*".

A exemplo dos primeiros povoadores da região do Seridó, Tomaz de Araújo requereu sesmarias aos governos das Capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba. Câmara Cascudo faz referência a ter sido Tomaz de Araújo, em 1734, "o senhor da data - 592, na Ribeira do Seridó, fazendo pião nas lagoas da estrada que vai para Paraíba". Esse caminho, passando pelo Acari, serve há muito mais de duzentos anos".

Sesmarias concedidas a Tomaz de Araújo Pereira:

> "Nº 238, em 25 de maio de 1734
> THOMAZ DE ARAÚJO PEREIRA, não tendo commodo para crear seus gados, descobrio á custa de seu trabalho um riacho chamado Juazeiro que nasce por destraz da serra da Rajada, que desagôa para o rio da Cauhã e faz barra na ponta da varzea do Pico, em cujo riacho e suas bandas tem terras devolutas e nunca cultivadas; terrenos em que pede tres legoas de comprimento e uma de largura, pegando das testadas do sargento-mor Simão de Goes pelo rio acima, ficando o dito rio em meio da dita largura.
> Fez-se a concessão na forma requerida, no governo de Francisco Pedro de Mendonça Gusjão."
>
> "Nº 592, em 3 de janeiro de 1763
> THOMAZ DE ARAÚJO PEREIRA, diz que possue sitios de terras de crear gados em Quintoraré, chamados Cravatá e Serra do Cuité, os quaes houve por compra, e porque nas ilhargas dos ditos sitios há sobras quer o supplicante tres leguas de comprido e uma de largo, contestando pelo poente com o Picuhy e pelo nascente com o sitio Ucó.
> Foi feita a concessão, no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique"
>
> "Nº 593, em 9 de janeiro de 1763
> THOMAZ DE ARAÚJO PEREIRA diz que possue um sitio de terras de crear gados em Quintararé e chamado riacho do Mulungú e o olho d'agua do caraibeira, nas testadas do picuhy da parte do poente, cujo sitio de uma legua em quatro houve por compra ao capitão-mor Luiz Quaresma Dourado, e porque no riacho do dito olho d'agua-Carahybeira se aham sobras, pede o supplicante por data tres leguas de comprido e uma de larga, pegando das testadas de picuhy pelo poente buscando o olho d'agua das Onças, confrontando com os providos do Cornixaou.

> Foi feita a concessão, no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique"
> Segundo Câmara Cascudo, em "Governo do Rio Grande do Norte", Tomaz de Araújo foi nomeado Capitão-mor do Regimento de cavalaria de Ordenanças da Ribeira do seridó, por ato de Joaquim Félix de Lima, Capitão-mor do Rio Grande do Norte. Documento de 1766 cita o fato de tomaz ser Capitão. Foi Comandante da ribeira do seridó, em substituição a Cipriano Lopes Galvão (falecido em 1764), por ato do mesmo Capitão-mor Joaquim Félix de Lima. Nesse Comando, foi substituído pelo seu genro, Caetano Dantas Corrêa. Documento de 1770 atribui o posto de Coronel a Tomaz de Araújo.
>
> Enviuvando de Maria da Conceição de Mendonça, Tomaz de Araújo contraiu segundas núpcias, ao que informa a tradição familiar, com uma cigana "de rara beleza", cujo nome desconhecemos. (MEDEIROS, 1983, p. 112-113).

(b) Antônio Paes de Bulhões

No século XVIII, Manoel da Costa Vieira, antigo senhor de engenho em Ipojuca (ou Goiana – PE), foi assassinado por um vizinho de terras, tendo em seguida sua morte vingada por seu filho, Antônio Paes de Bulhões, cuja mãe era Maria Paes de Bulhões. Essa vingança está envolta de causos e lendas, como a de que Antônio mais quarenta homens dizimaram o engenho do adversário do pai, matando toda a família do inimigo. Por causa do acontecido, Antônio Paes de Bulhões fugiu para o Jaquaribe (CE) e depois foi para Coité (PB), mas ficando muito próximo da localidade onde cometeu o crime e receoso de ter que acertar as contas com a justiça, fundou a fazenda Remédio (atual Cruzeta). A casa teve que ser demolida, em 1921, para a abertura do açude Cruzeta.

Sendo Antônio Paes de Bulhões um forasteiro nos sertões do Seridó e ainda levando consigo a culpa de um crime, não seria tarefa fácil conseguir um bom casamento, já que estes eram comumente acertados entre os pais dos futuros noivos. Porém, Antônio Paes se engraçou com Josefa de Araújo Pereira, filha de Tomás de Araújo Pereira (um dos fundadores de Acari), que em nada se agradou do fato, arrumando então o casamento da sua filha com Caetano Dantas Correa. Mas, certo dia, Tomás Araújo Pereira mandou buscar um padre para realizar um missa em sua fazenda Picos de Baixo, e "não era fácil naqueles tempos remotos em que o sertão mal começava a povoar-se ouvir uma missa, e muito mais difícil tornava-se ajudá-la, se o padre não viesse com um acólito". Chegando o sacerdote na fazenda, verificou-se que dentre aquele numeroso número de fiéis, nenhum podia auxiliá-lo na celebração. Então, Antônio Paes de Bulhões apresenta-se ao padre, fazendo uma breve confissão e dizendo que estudou num seminário e sabia as respostas em latim e poderia ajudá-lo na liturgia. Acabada a missa, um amigo de Antônio Paes, sabendo que este tinha simpatia por outra filha de Tomás Araújo Pereira, Ana de Araújo, fez o pedido de casamento, e Tomás diante da situação não pôde negar. Assim, Antônio Paes de Bilhões recebeu Ana de Araújo Pereira como esposa. Esse casal teve onze filhos, sendo eles: Ana de Araújo Pereira, Clara Maria dos Reis, Bartolomeu da Costa Pereira, Cosme Pereira da Costa, Gregório Paes de Bulhões, Antônia Vieira da Costa, Cecília do Nascimento Pereira, Maria Leocádia da Conceição, Joana Paes de Bulhões, Isabel Ferreira de Mendonça e Teresa de Jesus Maria.

Desses filhos, destaca-se, nesta pesquisa, Cosme Pereira da Costa, que contraiu primeiro matrimônio com Maria Pereira da Costa, com quem teve cinco filhos: Gorgônio Paes de Bulhões, Ana de Araújo Pereira,

Joaquim Pereira Bolcont, José Pereira da Costa e Manoel Vieira da Cunha. E em segundo matrimônio com Maria Tereza de Jesus nasceram seus filhos: Maria de Morais Severa e Ana Vieira Mimosa.

No seu livro, "Homens de outrora", Manoel Dantas[2] conta um causo que teria se passado com Antônio Paes de Bulhões:

> "*Realizado o enlace matrimonial, Antônio Paes recebeu a esposa com as atenções e delicadeza compatíveis com a sua educação, e, espírito prático, entregou-lhe para governar a casa provida de tudo, dizendo-lhe:*
> *— Nesta casa só se come duas vezes ao dia; eu governo da porta do meio para fora e a senhora da porta do meio para dentro.*
> *Volvidos tempos na paz imperturbável de um casal bem acomodado, seguindo Antônio Paes com a invariabilidade de um dogma os preceitos que no seu modo de viver se traçara, quando a filharada punha notas estídulas e alegres de doce e santa felicidade na habitação de robustos sertanejos, veio o chefe da família a saber da esposa, obedecendo-lhe passivamente em tudo, excepcionava quanto à alimentação, e, em sua ausência, reunia-se com as criadas e filhas em abundante e substancial colação que perfazia o número de três que eram habituais em muitos casais sertanejos.*
> *Iria-se Antônio Paes e pede à esposa contas dessa grave infração da disciplina doméstica:*
> *D. Ana era mulher que sabia conciliar a obediência com a altivez e responde-lhe em tom de firme decisão:*
> *— Senhor Antônio Paes, quando nos casamos Vosmecê disse-me que governava da porta do meio para fora e eu da porta do meio para dentro. Em casa de meu pai todos os dias almoçava, jantava e ceava. Aqui faço o mesmo. Para isso foi que trouxe cem vacas de ponta dourada, 50 novilhotas e 50 garrotes. Vosmecê pode continuar a comer as vezes que quiser, que eu, meus filhos e minhas escravas havemos de almoçar, jantar e cear.*
> *— Tem razão senhora, capitulou Antônio Paes. E até que a morte separá-los, cada qual seguiu invariavelmente o seu sistema*"

"Genealogia arquitetônica"

Fazenda Umary
Cosme Pereira da Costa (c)

Fazenda Timbaúba
Gorgônio Paes de Bulhões (d)

Fazenda Bom Sucesso
Mª de Moraes Severa (e)

Fazenda Umary
Ana Vieira Mimosa (f)

Fazenda Cabaceira
Justino Augusto da Nóbrega (g)

Fazenda Pedreira
Janúncio Salustiano da Nóbrega

Fazenda Quebra Perna
Remígio Gorgônio da Nóbrega

Fazenda Gurupá
Belarmino Pereira da Nóbrega

(c) Cosme Pereira da Costa

Nascido em 1768, natural da freguesia de Mamanguape, Paraíba. faleceu aos 20 de dezembro de 1865, sepultando-se no corredor central da matriz do Caicó. Casou-se, a primeira vez, com Maria Pereira da Cunha, filha legítima de Luís Pereira Bolcont e de Antônia Maria de Jesus. O segundo matrimônio de Cosme Pereira ocorreu na freguesia de Icó, no Ceará - onde estava residindo a família da noiva - com Maria Teresa de Jesus, filha de João Morais Camelo e Antônia de Morais Severa. O casamento ocorreu no ano de 1828. Maria Teresa era natural da freguesia dos Patos, nasceu em 1791 e faleceu no dia 26 de abril de 1863.

Dados extraídos dos assentamentos da antiga freguesia do Seridó apontam Cosme residindo na fazenda Carnaúba, na mesma freguesia, em 1811. Em 1818 continuava ali residindo, pelo menos até o mês de abril. Em novembro desse ano, as referências dão-nos como residindo na Vila do Príncipe (Caicó).

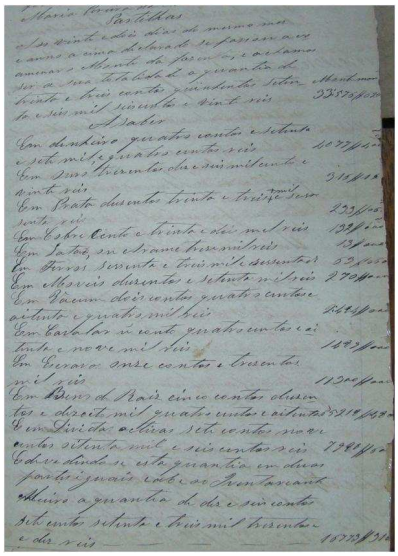
Em 1820 aparece morando na fazenda da Cobra, da referida freguesia. Por volta de 1821 adquiriu a fazenda Umary, através de permuta. Segundo as referências curiais, tais fazendas já existiam no ano de 1788 e a Umary pertencia, na época da permuta, ao segundo Domingos Alves dos Santos. Da antiga casa restam as ruínas mostradas abaixo, localizadas ainda nas terras da fazenda Umary.

Ruínas antiga casa do Umary

Em 1826, Cosme Pereira da Costa foi inventariante da sua primeira esposa Maria Pereira da Cunha, com quem teve cinco filhos.

Com a morte da sua segunda esposa, Cosme Pereira foi seu inventariante, em 1863. A ele coube metade de seus bens.

Partilhas



Aos vinte e dois dis do mesmo anno a cima declarado se passou a examinar o monte da fazenda, e a clamor ser a sua totalidade a quantia de trinta e três contos quinhentos sententa e seis mil seicentos e vinte réis 33:576$620

A saber

Dinheiro	4:077$400
Ouro	316$120
Preta	233$060
Cobre	132$000
Latão ou arame	13$000
ferros	63$060
móveis	270$0000
gado vacum	2:480$000
gado cavallar	1:489$00
Escravo	11:300$000
Bens de raiz	5:218$480
dívidas ativas	7:980$600

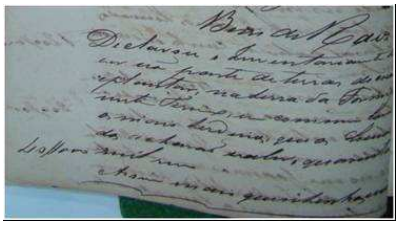
E dividindo esta quantia em duas partes iguais ao Iventariante Meieiro a quantia de dez e seis centos setecentos setenta e treis mil trezentos e dez reis 16:773$310

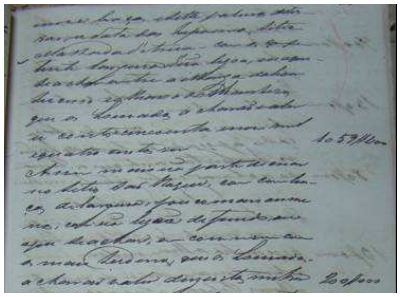
"*Aos 20 de dezembro de 1865 faleceu Cosme Pereira, do Umari; em 10 de abril do ano seguinte, na casa que lhe pertencera, naquele sítio, pelas 9 horas da manhã, ali comparecia o juiz municipal e dos órfãos substituto, em exército, o Professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito, sobrinho-neto do extinto. O escrivão de órfãos era o Sr. Inácio Gonçalves Vale, todos da Vila do Príncipe, província do Rio Grande do Norte.*

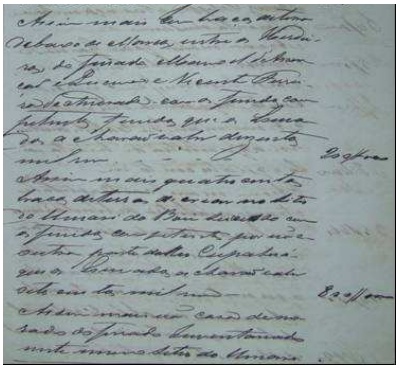
Francisco Antônio de Medeiros, capitão, genro de Cosme Pereira, foi o testamenteiro e inventariante do processo, servindo de louvados o capitão Cristóvão Vieira de Medeiros, Pedro Teixeira da Fonseca e Antônio Alves dos Santos

Foram vistos e avaliados: 63 bovinos, 17 cavalares, 200 caprinos e 236 ovinos. Os bens pertencentes a Cosme Pereira já haviam sofrido considerável redução, em conseqüência do inventário, procedido três anos antes, de dona Maria Teresa. No título de escravos, figuram 11 indivíduos." (MEDEIROS, 1983, p. 267).

Parte relativa aos bens de raiz do inventário de Cosme Pereira da Costa em 1866:







Bens de raiz

Uma parte de terras de criar e plantar, na serra da Formiga, neste termos, em comum com mais herdeiros	40$000
Quinhentas e vinte e nove braças e sete palmos de terras, na Data da Ipueira, sitio Malhada d'Areia - com a competente largura de uma légua, ou o que se achar, entra a ilharga do Bom Sucesso e o riacho do manhoso	1:059$400
Uma parte de criar, no sítio são Roque, com cem braças de largura, pouco mais ou menos, com uma légua de fundo, ou o que se achar, em comum com os herdeiros	200$000
Cem braças de terra, debaixo de marcos, entre os herdeiros do finado Manoel d'Ascencão e Lucena, e Vicente Ferreira de Andrade, com os fundos competentes	200$000
Quatrocentas braças de terras de criar no sitio do Umari do Bonsucesso, com os fundo competentes, por uma e outra parte do rio Cupauá	800$000
Uma casa de morada do finado inventariado, neste mesmo sitio do Umari, um tanto deteriorada*	900$000
Uma casinha de taipa, com currais, chiqueiros	150$000
Um cercado e um roçado, apegado em terras do herdeiro inventariante	80$000

Relação dos bens inventariados, pertencentes a Cosme Pereira da Costa (transcrito por Olavo Medeiros)

DINHEIRO

Declarou o Inventariante haver no monte da Fazenda inventariada, a quantia de	866$520

OURO

Um par de fivelas de sapatos, com doze oitavas e meia, cada oitava a quatro mil réis	50$000

PRATA

Quatro oitavas e meia de prata, cada uma a duzentos e quarenta réis	1$080
Um par de esporas de prata, com o peso de duzentas e setenta oitavas	11$040
Uma brida com ferragem, com o peso de duzentas e setenta oitavas	64$800
Um par de estribos, com o peso de trezentas e cinqüenta e cinco oitavas	85$200
Seis colheres usadas, com o peso de setenta e três oitavas	23$360
Um copo de prata, com o peso de oitenta e cinco oitavas	34$000

COBRE

Um tacho grande, em bom uso	25$000
Um tacho, um tanto amassado o fundo	11$000
Outro tacho, arremendado	4$000
Um tacho menor, arremendado	2$000
Um tacho pequenino	5$000
Uma bacia nova	8$000
Um copo de cobre	1$000
Uma candeia, em bom uso	$320

LATÃO

Um candeeiro	3$000
Um candeeiro	6$000
Uma bacia pequena, furada	1$300
Oito colheres de arame novas	1$280

FERRO

Duas alavancas, em bom uso	12$000
Uma picareta de ponta, usada	6$000
Uma picareta de gumes	8$000
Um alvião, usado	3$000
Uma foice, usada	2$000
Três olhos, usados, de foice	6$000
Um machado olho de cunha, usado	$100
Um machado olho redondo	2$000
Um olho de machado, quebrado	$100
Uma parnaíba de abrir carne	2$000
Uma grelha	2$000
Um par de cadeados grandes	$500
Uma serra braçal	8$000
Uma panela de ferro pequena	2$000
Dois pares de dobradiça de porta	1$000
Uma trepe	1$000
Um ferro de engomar de aço	$640
Cinco olhos de enxadas	1$000
Uma enxada velha	$640
Uma enxada, usada	1$000
Duas pás novas, de ferro	5$000
Duas pás, usadas	4$000
Uma, já velha	1$000
Uma serra de mão, com grade	2$000
Uma enxó velha	$500
Outra enxó, mais velha	$500
Dois escopros velhos	$640
Um serrote de arco, velho	$500
Dois sovelões, dois compassos e uma agulha, velhos	1$280
Um martelo e uma torquês, velhos	$800
Quatro barrumas, inclusive uma cravada	$500
Duas limas novas, pequenas	$640
Uma lima velha, grande	$200
Dois espetos velhos	$500
Um facão usado	1$000
Dois facões velhos	1$000
Um facão de ferreiro, largo	$320
Dois facões de ferreiro, muito velhos	$500
Duas foices, toradas	1$280
Um facãozinho fino	$500
Uma faca quebrada, ponta de parnaíba	$400
Uma azagaia velha	1$000
Uma tesoura grande	$200
Uma tesoura fina	1$000
Um braço de balança velho	2$000
Três navalhas velhas e uma pedra de afiar	4$000
Uma balança pequena, com marco de peso de quarta	2$500
Dez garfos e cinco facas velhas	1$500
Nove fivelinhas velhas	$360
Uma lanceta	$400
Três vazadores	$960
Um chocalho grande	1$000
Dois chocalhos médios	1$000
Três chocalhos muito velhos	$300
Sete colheres novas de ferro	$420
O ferro e sinal, com três marcas	20$000
O carimbo do monte, com duas marcas	16$000
Três letras da ribeira	2$100
Um giz	$400
Uma espingarda usada	6$000
Seis pratos de flandres	1$000
Cinco copos de flandres	1$000
Uma lata de tabaco Simoneti	$800
Uma lata de chumbo e munição e duas libras de pólvora	3$600
Duas latas altas	$400
Duas latas largas e baixas	$400
Duas latas pequenas	$320

MÓVEIS

Um copo grande de vidro	$500
Um cálice de vidro, pequeno	$200
Vinte e três garrafas vazias	1$380
Dois vidrozinhos	$120
Uma panela vidrada	$500
Dois garrafões de canada	2$000
Umas rosetas de pedra	1$000
Um oratório com quatro imagens	50$000
Uma caixa grande	40$000
Um caixão grande	40$000

Uma mesa de quatro gavetas	35$000
Uma caixa coberta, sem tranca	10$000
Um jogo de caixas de pregaria, ferragem da terra	35$000
Uma caixa velha, de pregos pretos	10$000
Uma fraqueira velha	2$000
Um caixãozinho de carregar anjo	1$000
Duas cadeiras velhas	6$000
Uma cadeira de enfermaria	5$000
Quatro tamboretes usados	8$000
Uma cama coberta de tábuas	6$000
Uma cama coberta de tábuas, velha, e pequena	3$000
Uma cama coberta de sola	10$000
Uma cama velha, coberta de couro	3$000
Um tear com a (...), velho	5$000
Um engenho velho, de mão, de descaroçar algodão	1$000
Dez cangalhas arreadas	20$000
Oito cangalhas inferiores	12$000
Uma gamela pequena	1$000
Um carretão velho	20$000
Uma mesa de um carro, velha	10$000
Uma banca de abrir carne	5$000
Um banco pequeno, de pau d'arco	1$000
Um banco velho enervado	$320
Duas tábuas de fazer queijo	2$000
Três cangas cambão, e duas inferiores	4$000
Dois cambões	1$000
Um pilão novo	4$000
Um pilão velho	2$000
Um jogo de malas de couro, novo	12$000
Um jogo de malas, em bom uso	6$000
Um jogo de malas pequenas, muito velhas	1$000
Uma mala grande, velha	2$000
Uma cesta de sola	$400
Três pares de surrões de sola, em bom uso	12$000
Doze pares de surrão de sola, usados	24$000
Quatro pares de surrãos, muito velhos	3$000
Um par de botas guarda-lama	2$000
Duas cordas grandes de laçar	2$000
Uma corda menos	$800
Cinco cabrestos de cordas novos	2$000
Dez cabrestos velhos	$400
Um cabresto de sola, com três argolas de latão	$240
Doze relhos	$480
Um par de borrachões velhos	1$000
Um couro de matalotagem	4$000
Dois couros de seca	2$000
Dezesseis couros miúdos	5$120
Quatro couros curtidos, em cabelo	1$280
Uma caixa de chifre, de botar tabaco	$200
Duas cuités de chifres	$640
Um pé de cálice de estanho e um prato de metal	$400
Dez cadernos de papel	$800
Cinco livros velhos	5$000
Uma bacia branca	1$280
Um bocado de louça de casa	4$140
Um pote grande	1$000
Dois potes menores	1$300
Três potes muito velhos	$500
Uma rede de franja, em bom uso	5$000
Uma rede de travessa, bordada	10$000
Duas redes de varandas, velhas e arremendadas	10$000
Dois lençóis de pano de algodãozinho, recortados	2$000
Uma toalha de mesa, grande	3$000
Um lençol de madapolão com babados	4$000
Dois lençóis velhos de cassa	1$000
Uma coberta de chita nova	3$000
Três toalhas de pano de linho	2$000
Uma toalha de madapolão nova	2$000
Uma de mesa, de algodãozinho trançado	$400
Três côvados e meio de algodão azul	1$700
Três toalhas velhas	2$000
Quatro alqueires de farinha de mandioca	112$000
Uma arroba e meia de algodão em caroço	4$500
Duas arrobas de açúcar branco	10$240
Dez rapaduras	2$000
Quatro sacos de couro velhos	2$000
Uma saca de milho	$640
Uma sela antiga	10$000
Uma sela bastarda velha	4$000
Um selote	2$000
Uma sela de campo, arreada	6$000
Um ginete velho	2$000

ESCRAVOS

Um escravo de nome José, com trinta e cinco anos, crioulo, com uma hérnia	600$000
Outro escravo crioulo, sadio, de nome Joaquim, com vinte e seis anos, crioulo	1:200$000
Outro escravo crioulo, de nome Isaias, com quinze anos de idade, sadio	1:200$000
Outro escravo crioulo, de nome João, com quatorze anos, digo, treze anos	1:200$000
Um escravinho crioulo, de um ano	200$000
Uma escrava crioula, de nome Joana, com vinte e dois anos, sadia, sem habilidade	1:200$000
Uma escrava mulata, com dezesseis anos, sadia, bonita figura	1:300$000
Uma escrava crioula, de nome Adriana, com trinta e oito anos, achacada de asma	600$000
Uma escravinha de nome Eliotéria, com dois anos de idade, crioula, sadia	400$000
Uma escravinha de nome Juliana, com um ano de idade	200$000

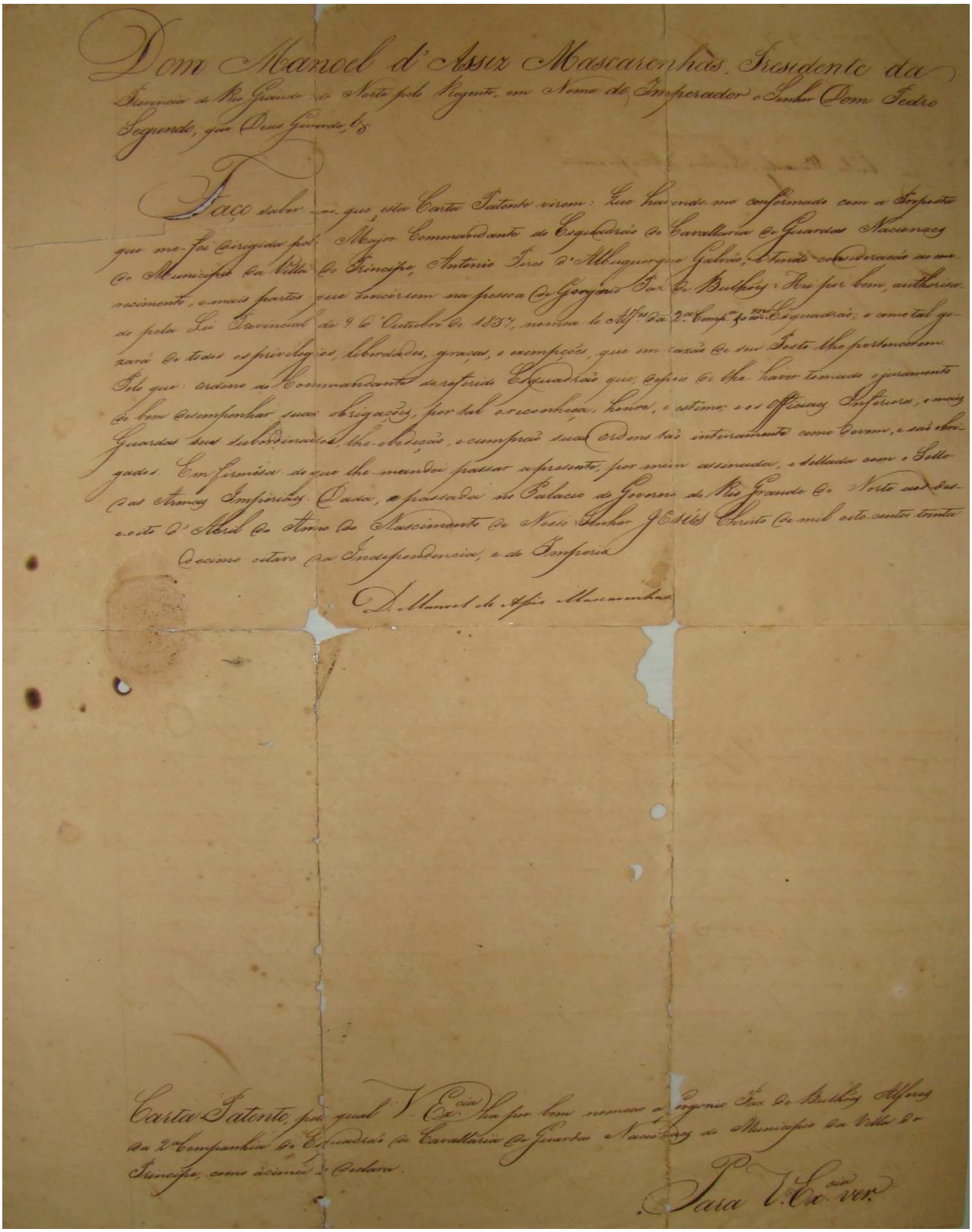
(d) Gorgônio Paes de Bulhões

Nascido em 1810, casou em 1833 com Inácia Maria da Conceição, filha legítima de João Alves da Nóbrega e de Joana Francisca de Oliveira. O casal residiu na Fazenda Timbaúba, próxima ao Umary, no rio Quipauá (atualmente denominado Barra Nova), onde construiu uma boa casa de morada.

Contraiu segundo matrimônio, por volta de 1840, com Mariana Umbelina da Nóbrega, filha de Francisco Álvares da Nóbrega.

Gorgônio Paes de Bulhões fundou a Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, possivelmente em 1833, ano do seu casamento. Inicialmente compunha-se de uma casa de taipa e curral. Somente anos depois é que se construiu a casa de alvenaria. Como indicam as datas na fachada principal da casa, ela deve ter sido iniciada em 1856 e terminada em 1862.

Gorgônio Paes de Bulhões foi nomeado Alferes da 2ª Companhia do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional em 1837.



Dom Manoel d'Assiz Mascarenhas, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte pelo Regente, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, que Deus Guarde, &c.

Faço saber aos que esta Carta Patente virem: Que havendo me consultado com a Proposta que me foi offerecida pelo Major Commandante do Esquadrão de Cavallaria da Guarda Nacional do Municipio da Villa do Principe, Antonio Paes d'Albuquerque Galvão, e tendo consideração ao merecimento, e mais partes que concorrem na pessoa de Gorgonio Paes de Bulhões: Hei por bem, authorisado pela Lei Provincial de 9 de Outubro de 1837, nomear o Alferes da 2ª Comp.ª do 2º Esquadrão; e como tal gozará de todos os privilegios, liberdades, graças, e isenções, que em razão de seu Posto lhe pertencerem. Pelo que ordeno ao Commandante do referido Esquadrão que, logo que lhe haver tomado juramento de bem desempenhar suas obrigações, por tal o reconheça, honre, e estime, e os Officiaes Inferiores, e mais Guardas seus subordinados lhe obedeção, e cumpraõ suas ordens tão inteiramente como devem, e são obrigados. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente, por mim assignada, e sellada com o Sello das Armas Imperiaes. Dada, e passada no Palacio do Governo do Rio Grande do Norte aos dezesete d'Abril do anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oito centos trinta e cinco, oitavo da Independencia, e do Imperio.

D. Manoel d'Assiz Mascarenhas

Carta Patente, pela qual V. Ex.cia Sua por bem nomear o Gorgonio Paes de Bulhões Alferes da 2ª Companhia do Esquadrão de Cavallaria da Guarda Nacional do Municipio da Villa do Principe, como acima se declara.

Para V. Ex.cia ver.

Gorgônio Paes de Bulhões era funcionário da província do Rio Grande do Norte, encarregado de arrecadar valores sobre o que era produzido na Vila do príncipe.

Importância recolhida por diversos exactores da fazenda provincial para caucionarem suas finanças	623$533
Importância que passou do caixa geral do exercício de 1882 - 1883 para o de Depósitos de diversas origens, proveniente de juros de Apólices que deixaram de ser pagos no devido tempo	256$000
Idem recolhida pelo capitão Francisco Sallustino da Silva, proveniente de passagens dadas do porto de Mossoró ao desta capital, à bordo de vapores da companhia de Pernambuco, à mulheres de praças da Companhia de Guarnição	36$000
Idem idem por Onofre José Soares, para caucionar os direitos de exportação do assucar que embarcou no porto de Touros para pernambuco e que não foram pagos na respectiva collectoria	693$000
Importância reclhida por Gorgônio Paes de Bulhões, da taxa da carne das freguesias do Príncipe e Acary e dos direitos de 5% sobre rapaduras do príncipe e Jardim, pertencentes ao exercício de 1884 - 1885	470$000
Idem, idem por diversos exactores da fazenda para ser aplicada a prestação de suas contas	3:600$000
TOTAL ARRECADADO	5:678$533

"*Gorgônio, viuvo, cincoenta anoos de idade, faleceu no primeiro de maio de mil oito centos cessenta e cinco, sepultado no Cemitério Público, aos dois do dito mês e anno, envolto em hábito branco, encomendado pelo vigário. E para constar mandei fazer êste assento, que assigno*"

O Vigrº Francisco de Brito Guerra

Após a morte de Gorgônio Paes de Bulhões a fazenda foi administrada por seu filho José Gosgônio da Nóbrega, que era casado com Ana Floripes de Medeiros Barros.

José Gorgônio da Nóbrega e Ana Floripes de Medeiros Barros
Fonte: Lamartine, 1984

Fazenda Timbaúba dos Gorgônio sem 1929, Pery Lamartine alerta para o touro Suiço que aparece em primeiro plano
Fonte: Lamartine, 1984

Foi construído um armazém para abrigar o descaroçador de algodão, chamado na região de “vapor”, que ficou em funcionamento até 1950.

Armazém e descaroçador de algodão da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios

(e) Maria de Moraes Severa

Nasceu em 1830, casou-se em 1841 com Pedro Alves de Oliveira Nóbrega, que nasceu em 1815, filho de João Alves da Nóbrega e Joana Francisca de Oliveira.

> “Maria, filha legitima de Cosme Pereira da Costa, natural da Freguesia de Mamangoápe, e de Maria Therêza de Jezús, natural da dos Patos, e moradores nesta do Siridó, nasceo à quatorze de Abril de mil oito centos e trinta, e foi baptizada com os Santos oleos na Fazenda Umarí desta mesma Freguezia á dezeséte de Maio do dito anno pelo Reverendo Joaquim Alvares da Costa, de minha licença: fórão padrinhos manoel Vieira da Cunha, solteiro, e Anna d’Araújo Pereira, cazada; de que para constar mandei fazer este assento, que assigno”
>
> O Vigrº Francisco de Brito Guerra

Dona Maria era conhecida como Mariquinha do Bom Sucesso e faleceu na sua casa de fazenda, em 1920.

(f) Ana Vieira Mimosa[3]

Nasceu em 1831, casou-se com Francisco Antônio de Medeiros, filho de João Damasceno Rocha e Maria Joaquina dos Prazeres, natural da freguesia dos Patos.

Francisco, que nasceu em 14 de agosto de 1822, casou-se com Ana Vieira Mimosa, na freguesia do Seridó, aos 8 de novembro de 1842, quando Ana Vieira contava com 11 anos e meio de idade. Faleceram, respectivamente, aos 15 de março de 1986 e 15 de outubro do mesmo ano; ela em conseqüência tardia de uma picada de cascavel. O casal morou no Umary, tendo construído a atual casa-sede residencial da fazenda.

Francisco Antônio foi figura de destaque nos meios políticos e sociais da região. Intendente de Caicó, em 1890, onde já havia sido vereador em 1873 e delegado de polícia em 1878, foi também Tenente-Coronel da Guarda Nacional, da qual chegou a ser comandante no Caicó.

Francisco Antônio de Medeiros - 1883
Foto: Acervo particular da Fazenda Umary

Casa da Fazenda Umary

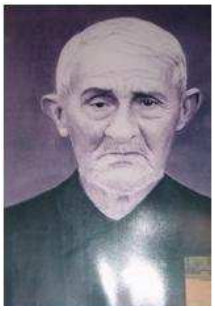
Filho de Francisco Antônio de Medeiros e Ana Vieira Mimosa, Antônio Cesino de Medeiros nasceu em 21 de novembro de 1858, na Fazenda Umary e faleceu em 1926 na mesma fazenda. Foi Coronel da Guarda Nacional. Era conhecido como Tonho do Umary.

Francisco Antônio Cesino de Medeiros
Foto: Acervo particular da Fazenda Umary

(g) Justino Augusto da Nóbrega

A Fazenda Cabaceira foi fundada por Justino Augusto da Nóbrega, que lá viveu em companhia de sua esposa Joana (Dona Janoca), com quem teve seus filhos: Maria (26.05.1879), Arcênio (21.08.1880), Mariana (21.07.1881), Natalha (11.07.1882), Belísia (30.09.1883), Cristina (07.12.1884), Adalberto (23.04.1886), Gorgônio (20.05.1887), Ana (17.08.1888), Adalgiza (26.04.1889), Justino (16.04.1891), José (26.10.1892), Theodora (09.03.1894), Iria (19.04.1895), João (31.07.1896).

A Cabaceira data de meados de 1870 e foi habitada pela família do proprietário, pelos agregados, assistentes e escravos negros. Ali eram desenvolvidas, além da criação bovina, atividades agrícolas de subsistência, como plantação de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar (nas terras às margens do açude), etc. A rapadura e a farinha, sempre presentes à mesa seridoense, eram também produzidas no engenho e na casa de farinha da fazenda, sendo destinadas ao consumo local.



Maria Augusta, Mariana, Adalberto Pereira da Nóbrega, Gorgônio e Ana Flórida
Fotos: Acervo particular da família autora

Rotina da Fazenda Cabaceira

Arsênio, que após morte de seu pai seguiu administrando a fazenda, manteve os costumes da Cabaceira do tempo do seu pai. Ou seja, o relógio era acertado pela saída do sol às 6h da manhã; dizia-se que o horário na fazenda era solar. A ordenha começava às 3h30min, aproximadamente, quando também era servido café preto (expressão para designar o café puro) aos tiradores de leite no curral. As 5h vinham deixar parte do leite em casa pra ser fervido e, em seguida, servido com café para os trabalhadores que iam para o roçado. Café, leite, cuscuz, coalhada, às vezes tapioca e bolo faziam parte do café-da-manhã. Era colocada na mesa a rapadura raspada e a farinha para quem ia comer coalhada. Começavam o serviço pouco antes das 6h. O almoço era servido às 10h: feijão macassar escorrido, temperado com coentro,cebolinha, manteiga e misturado com farinha, arroz da terra, feito com leite e temperado com nata (como é chamado o creme de leite),batata doce, carne de boi (variando: assada; feito paçoca de pilão; guisada; cortada miudinha com verduras); carne de carneiro, de porco ou galinha. As carnes eram de abates na fazenda. Quando abatiam um boi (média de um boi por mês), a carne era toda

Relógio que pertenceu à Fazenda Cabaceira
Fonte: Acervo particular de Stelita Nóbrega

Búzio usado por Arsênio
Fonte: Acervo particular de Stelita Nóbrega

desossada e preparada em mantas, salgadas e colocadas penduradas embaixo de uma latada para secar ao vento e sol, ficando uma pessoa tomando conta para evitar qualquer tipo de bicho se aproximando da carne. Depois de totalmente seca, completamente desidratada, após exposição por dois dias ou mais, era guardada na despensa e servia para o consumo durante quatro semanas aproximadamente. Para o almoço, os trabalhadores eram chamados pelo toque de um búzio, feito por Arsênio(o dono da casa).

O jantar era servido às 14h, sendo os trabalhadores chamados um pouco antes pelo toque do búzio. Era servido no jantar: feijoada feita do feijão macassar, arroz da terra temperado no leite, mungunzá, carne de boi cortada miúda com verdura e caldo, batata doce, farofa. Às 18h era servida a ceia: coalhada, leite, mungunzá, batata doce, sem faltar na mesa farinha, um prato com rapadura raspada e outro com rapadura cortada em pedaços. Na hora do almoço e do jantar sempre tinha rapadura em pedaços e farinha na mesa.

As mulheres não comiam na sala de refeições, só os homens. Arsênio, o dono da casa, sentava-se na cabeceira da mesa, com os trabalhadores em volta. Não existia comida diferente para o dono da casa. A comida era uma só.

As mulheres faziam refeições numa mesa na cozinha. Elas inclusive não participavam das conversas que aconteciam na sala da frente ou no alpendre, salvo se chegasse uma visita de um parente ou amigo importante, quando eram chamadas para tal ou, se do sexo feminino, era permitido que essa visita entrasse para o interior da casa. Após a ceia, todos se recolhiam para a dormida. Ninguém tinha direito de ficar conversando até tarde.

Uma escrava e Natalha, filha do fundador da fazenda Cabaceira, lavando a louça
Foto: Acervo particular da família autora

Cabia as mulheres comandarem os serviços domésticos. Tinham auxiliares negras, porém realizavam o mesmo trabalho das escravas. Fazia parte do mobiliário do século XIX da Fazenda Cabaceira, dois baús, pertencentes a Ana Flórida, filha de Justino Augusto da Nóbrega, que como os irmãos Natalha e Gorgônio, não se casou.

Baús que pertenceram a Ana Flórida
Fonte: Acervo particular de Izabel M M Diniz Macêdo

Casamento

Adalberto Pereira da Nóbrega casou-se com Izabel, filha de Zabulon Herói Jovem da Trindade e de Porphyria Augusta Bezerra da Trindade. Ela nasceu em 26.03.1882, era irmã-gêmea de José (conhecido por Zuzu). Sua mãe morreu em 1883 e o pai permitiu que eles fossem criados por seus padrinhos, em Jardim do Seridó. Izabel, por Antônio Ernesto da Costa Pereira e Procília Veneranda da Cunha Costa. E Zuzu pelo Cel. José Tomaz de Aquino Pereira e Rita Maria Pereira de Jezus.

Quando Izabel perdeu os pais adotivos, veio morar junto da "Tia Ritinha", como ela chamava a senhora Rita. Nessa época, Izabel já moça, morando no sobrado, era tida como "*moça de sobrado*", inacessível para alguns, como era vista pelos primos. Casou-se com José Jerônimo de Azevedo, ficando viúva aos 25(?) anos e sem filhos, pois tivera dois: Miltom e Themystocleciana que morreram novinhos, voltando, pois, para a companhia de dona Rita.

Passado algum tempo, Adalberto Pereira da Nóbrega começou a cortejá-la de longe, passando em frente ao sobrado. Veio, então, com seu pai, Justino, pedir a sua mão ao casal José Tomaz e Dona Ritinha. Por influência dos dois, ela concordou. Quando Dona Ritinha faleceu, já era viúva, e vovó foi sua herdeira.

Bellinha e amigas
Fonte: Acervo particular de Izabel M M Diniz

Adalberto trouxe no seu enxoval de casamento, um par de baús cobertos de sola e com as suas iniciais. Resta desse enxoval uma toalha de banho em cambraia de linho, bordada nas pontas, medindo 2,10m x 0,80m, sendo o bordado feito à mão com linha branca. Como Izabel achou a toalha muito bonita, guardou-a e usou cada vez que ia batizar um filho, colocando-a forrando os braços da madrinha de apresentar, que ficava segurando a criança durante a cerimônia.

Baú e toalha de seu enxoval Adalberto Pereira da Nóbrega com Izabel
Fonte: Acervo particular de Hylarina M M Diniz Silva e Izabel M N M Diniz

"*Vovó contava que era costume dos que tinham condições as compras em Recife. Iam a cavalo, levando burros arreados e com malas de couro para trazerem a mercadoria: especiarias, doces em compota, frutas cristalizadas, vinhos do Porto, bem como artigos de perfumaria e tecidos. Viajavam a cavalo, passando pelas fazendas com ponto de parada para descanso e em Campina Grande pegavam o trem para Recife. Essa era a história que vovó sempre relembrava, dizendo que não lhe faltavam coisas boas a que estivera acostumada, pois Ädalberto, apesar de ser um homem de sítio, gostava do que era bom*." (Lembranças de Izabel Maria Nóbrega Montenegro Diniz, neta de Adalberto Pereira da Nóbrega e Izabel)

Quando casaram foram morar na Cabaceira, somente anos depois construíram uma casa. Com essa ida para Cabaceira, Izabel, herdeira de muitos objetos de sua "Tia Ritinha", os levou para o seu novo lar.

Imagem de Cristo crucificado e oratório, fronha e álbum de madre-pérola que pertenceu a Dona Rita
Fonte: Acervo particular de Izabel M N M Diniz Macêdo

---

[1] A maioria das informações genealógicas foi extraída do livro MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: 1981, como também as citações dos livros de Assentamentos da Paróquia.

[2] apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: 1981. p. 127.

[3] MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: 1981

Considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa de ocupação das terras brasileiras pelo gado ocorreu ainda no primeiro século. Inicialmente, os animais eram criados no litoral juntamente com o cultivo da cana-de-açúcar. Mas, devido ao gado ser criado solto, as áreas de plantação ficavam vulneráveis, e essa incompatibilidade obrigou os rebanhos a se dirigirem para o interior. Foi a expansão da pecuária que alavancou a ocupação do sertão brasileiro, caracterizado por vegetação de caatinga e solo nada propício à atividade agrícola, e que, portanto, não suscitava, a priori, qualquer interesse de fixação do português recém-chegado em suas terras.

O sertão, com seu ambiente áspero e com disponibilidade reduzida de recursos, criou um homem, o sertanejo, que para sobreviver adaptou-se incrivelmente àquelas tão difíceis condições ambientais, marcadas pela intermitência de chuvas, perenidade dos rios e solo pouco fértil etc.

Desenvolveu-se, por força da pecuária, uma arquitetura austera e muito simplificada, mas que não diminui sua relevância como Patrimônio Cultural. Com exceção da Casa da Torre, não há vestígios de instalações construídas com a finalidade de sediar uma fazenda de criar no século XVII. Nesse mesmo século, a pecuária estava em franca expansão, porém esse entusiasmo não se expressou da mesma maneira na arquitetura. Os vestígios de construções dessa época são raros. Esse fato deve-se à fragilidade dos materiais e rusticidades das técnicas com que eram erguidas as edificações. Conforme documentação de inventários da época, as casas eram de taipa de mão e extremamente simples.

Já o século XIX nos legou um número significativo de casas de fazendas de criar. Tijolos de barro cozidos foram freqüentemente utilizados, o que garantiu maior durabilidade às edificações. Essas casas eram implantadas geralmente num alto, voltadas para leste, o que propiciou um melhor conforto térmico. Fato interessante que pôde ser notado através desse trabalho é que na medida em que vai se adentrando o sertão as casas tendem a sofrer uma maior simplificação.

> "*A arte do ciclo do gado é mais humilde, toda sua arquitetura se faz, pela falta da pedra de obragem apropriada, em simples alvenaria, na qual se executam uma ornamentação própria. Nem escultura, nem cinzeladuras, nem obra de talha, nem ouro, nem liós, nem mármore, nem azulejos. Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornamentos retilíneos, os efeitos decorativos*" (BARROSO, Gustavo, 1948 apud BOAVENTURA, 1959, p. 69).

> *"Como todos os primitivos, o sertanejo não tem o senso decorativo nem ama sensorialmente a natureza. Seu encanto é pelo trabalho realizado por suas mãos. Nisto reside seu manso orgulho de vencedor da terra. Só deparamos um sertanejo extasiado ante a natureza quando esta significa para ele a roçaria virente, a vazante florida, o milharal pendoando, o algodoal cheio de capulhos. A noção da beleza para ele á a utilidade, o rendimento imediato, pronto e apto a transformar-se em função"* (CASCUDO, 1984, p. 29).

***

> *A fazenda de gado fixou a população no interior de todo o Nordeste brasileiro. A criação nos campos indivisos, sôlta a gadaria nos plainos e tabuleiros sem fim, deu ao homem um sentimento de liberdade de ação, e a ausência de todo um sistema fiscalizador diretivo: feitôres, mestres apontadores do ciclo da cana-de-açúcar, o que era para o vaqueiro* ***um convite à iniciativa e às forças vivas da imaginação e da inventiva pessoal*** (CASCUDO, 1956. p. XI. grifo nosso)

Desenvolveu-se, no Seridó, uma Paisagem Cultural ligada à pecuária, uma sociedade pastoreia, que a partir das diversas relações dos que ali foram residir, com eles mesmos, com a ambiência e com os objetos da cultura material, alguns importados de outras zonas e posteriormente modificados e recriados de acordo com aquela realidade. Sem dúvida, o Seridó rural do século XIX produziu um patrimônio com elevada carga simbólica, que traduz e reflete os processos sociais ali vividos. Não há como tratar a arquitetura desse lugar como bem isolado, pois ela só se mostra coerentemente quando inserida em sua ambiência original.

> "*Envergonha constatar que o desmazelo do descaso está dando fim às raízes do nosso passado em troca do macaquear mazelas alheias. Quantos fazendeiros ainda conservam seus ferros avoegos queimados no couro-vivo das reses, nos mourões das portarias, no tabuado das portas, na tinta das sacarias, mesmo como lembrança ou peça decorativa, rebenques, estribos e esporas de prata dos tempos dos animais de sela ajaezadas? E sabiam que eles existiam por quase todos que tinham e estimavam um bom animal de sela, o transporte daqueles dias. [...] E toda essa tradição que está sendo arredada das lembranças e varrida das casas como uma nódoa. A obrigação de mantê-la viva não é por soberba descabida e sim por respeito ao tempo que se foi, pois é com cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo*" (LAMARTINE, 1984, 39-40)

Quando iniciei esta pesquisa, justifiquei-a pela ausência de incursões sobre o tema, mas, no decorrer de seu desenvolvimento, me deparei com remanescentes arquitetônicos, objetos e documentos valiosíssimos sobre o mesmo. Certo que pouco, no entanto, com muita qualidade e ainda pouco explorados. Ponho-me muito encabulada a lembrar da minha pretensão inicial, que era tentar preencher uma lacuna nos estudos sobre a arquitetura sertaneja. Realmente, há poucos estudos nessa direção, porém hoje posso afirmar que as lacunas não existem como eu pressupus, mas há, destarte, muito ainda a ser trabalhado. As pesquisas genealógicas de Olavo de Medeiros Filho, sobre as velhas famílias do Seridó, publicadas na década de 1980, são valiosíssimas para compreensão do quadro social seridoense. E todas as publicações de Oswaldo Lamartine de Faria, que são incontestavelmente os melhores escritos sobre o Seridó, reunindo todas as características desta Paisagem Cultural. A mim, só restou apresentar este breve apanhado, que foi iniciado e desenvolvido, valendo-me principalmente desses sertanejos da mais alta estirpe. Por fim, reunidos esses apontamentos, resta-nos o desafio de saber como proceder em relação a esse patrimônio, cheio de merecimento.

Oxalá os sertanejos continuem por mais séculos, perpetuando de sua força intrínseca à sua natureza, na luta constante contra as mazelas do tempo e também contra àqueles que teimam em desambientar o pouco que restou do patrimônio material do Seridó. E quanto ao Patrimônio Imaterial, resta o desejo que algo se faça para que ele igualmente se perpetue.

Referências bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOLÓGICOS BRASILEIROS

ABREU, José Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (a)

_____. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (b)

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Editora HUCITEC. 1995.

_____. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1975.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se rematam nesta conquista. In: **Cultura e Opulência do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1982. p. 199 - 203.

CARDIM, FERNÃO. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial (do descobrimento à expansão territorial). Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989. v. 1.

_____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: EDUSP, 1971.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **A grande aventura de Spix e Martius**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1972. Coleção Documentos, v. 5. (condensação de Viagem pelo Brasil por Mário Garcia de Paiva).

ARQUITETURA

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **Açúcar amargo**: a construção de engenhos na Bahia oitocentista (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

BAHIA, Secretaria da indústria e comércio. Coordenação de fomento ao turismo. **IPAC-BA - Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos e sítios do Recôncavo, parte I. 2 ed. Salvador: IPAC, 1982. v. 2.

_____. **IPAC-BA - Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos e sítios do Recôncavo, parte II. 2 ed. Salvador: IPAC, 1982. v. 3.

_____. **IPAC-BA - Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. 2. ed. Salvador: IPAC, 1997. v. 4.

_____. **IPAC-BA - Inventário de proteção do acervo cultural**: Nordeste Baiano, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano. Salvador: IPAC, 1999. v. 6.

MACEDO, Jozé Norberto. **Fazendas de gado no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da agricultura, 1952.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Engenho e arquitetura**: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990. 2v.

SILVA, Geraldo Gomes; PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SILVA, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-brasileira do Maranhão**. 2 ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

CICLO DO GADO

BARROSO, Gustavo. **Os criadores da civilização do couro**. Rio de Janeiro, 1956.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: UFBA, 1989.

GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966.

RIEDEL, Diaulas (org). **O sertão, o boi e a sêca**. São Paulo: Editôra Cultrix, 1959.

RUFFIER, Fernand. **Manual prático de criação de gado bovino no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Chácaras e Quintaes, 1924.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

NORDESTE, RIO GRANDE DO NORTE E SERIDÓ

AUGUSTO, José. **Famílias seridoenses**. Brasília: Editora do Senado, 1940.

_____. **Seridó**. Brasília, 1980.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil - geral e regional**: Nordeste. São Paulo: Editôra Cultrix, 1967. v. 2.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

_____. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de janeiro: Ministério da agricultura, 1956.

_____. **Viajando o Sertão**. 3 ed. Natal: Fundação José Augusto - CERN, 1984.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Formação das populações nordestinas**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

DUSSEN, Adriaen van der. **Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)**: suas condições econômicas e sociais. Tradução José Antonio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool, 1947.

FALAS e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte. 1835 a 1859. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série G. n. 8. abril,2001.

_____. 1860 a 1873. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série G. n. 5. abril,2001.

_____. 1874 a 1882. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série G. n. 6. abril,2001.

_____. 1883 a 1888. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série G. n. 5. abril,2001.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferros das Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Mossoró: 1984

_____. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX**: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

GODOFREDO FILHO. Os Ávilas e a conquista do Nordeste. In: **Arquitetura Civil III**: mobiliários e alfaias. São Paulo: FAUUSP/MEC/IPHAN, 1975. p. 51 - 67.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1942. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Série 5ª Brasiliana. vol 221.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto,1996.

LAMARTINE, Pery. **Timbaúba**: uma fazenda no século XIX. Natal: Nossa Editora, 1984.

LYRA, A. Tavares de. **Sinopse histórica da Capitania do Rio Grande do Norte (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Separata do II volume dos "Anais do IV Congresso de História Nacional".

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, O. de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília, 1981.

_____. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília, 1983.

_____. **Índios do Açu e do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado, 1984.

_____. **Cronologias Seridoenses**. Fundação Guimarães Doque, 2002.

_____. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **Estudos piauienses**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938. Série 5ª Brasiliana. vol 116.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Pretônio Portella, 1985.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. MEC. s/d.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002.

TRIGUEIRO, Edja B. F., *et al*. **Inventário de uma herança ameaçada**: um estudo de centros históricos do Seridó. Disponível em: <www.seol.com.br/bdc>. Acesso em: 14 mar. 2006.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

ANDRADE, Antônio Luís Dias de. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura - Fundação Pró Memória, 1987.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-IPHAN, 2005.

IPHAN. **Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

LEMOS, Carlos A. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense: São Paulo, 1981.

LOPES, Flávio, CORREA, Miguel Brito. **Património arquitectónico e arqueológico**: cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

MEIOS ELETRÔNICOS

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Bens Tombados do Estado do Maranhão**. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/site_dph/bensTombados.jsp>. Acesso em: 18 set. 2007.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). **Casa grande da fazenda Cachoeira do Taepe**. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio17_cachoeira.htm>. Acesso em 8 jan. 2007.

GOVERNO DA PARAÏBA. **IPHAEP**. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/iphaep/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=4> Acesso em 8 jan. 2008.

_____. **Fazenda Acauã**. Disponível em: <http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=2936&Itemid=68>. Acesso em 8 jan. 2007.

IPHAN. **Fazenda Acauã: casa, capela e sobrado (Souza PB)**. Disponível em: <http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1507>. Acesso em 8 jan. 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA – IPHAN. **Histórico, Legislação e Patrimônio Arquitetônico segundo Janjão**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415>. Acesso em 23 set. 2006.

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DA BAHIA. **Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural**. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/ipac.asp>. Acesso em 7 nov. 2007.

SECRETARIA DA CULTURA - GOVERNO DO CEARÁ. **Bens tombados pelo Estado do Ceará**. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/#>. Acesso em 18 set. 2007.

SPRITZE, Álvaro, EGITO, Andréa Alves et al. **Caracterização genética da raça bovina Crioulo Lageano por marcadores moleculares RAPD**. Pesquisa agropecuária brasileira. v. 38. n.10. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-204X2003001000004&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 jul. 2007.

E-MAILS

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). **Bens Tombados do Estado de Pernambuco** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <imp@fundarpe.pe.gov.br> em 18 set. 2007.

FUNDAC - COORDENAÇÃO DE REGISTRO E CONSERVAÇÃO. **Bens Tombados no Piauí**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <rannierciriaco@hotmail.com> em 26 out. 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (IPAC). **Bens tombados do Estado da Bahia**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <geraldomoniz@ipac.ba.gov.br> em 19 set. 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Bens tombados da Paraíba pelo IPHAEP.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <iphaep@gmail.com> em 7 jan. 2008.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Bens tombados do Estado de Alagoas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <info@cultura.al.gov.br> em 27 set. 2007.

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA SECRETARIA DA CULTURA DE SERGIPE. **Bens tombados do Estado de Sergipe** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <cultura@cultura.se.gov.br> em 19 set. 2007.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO. **Imagens de bens rurais civis tombados**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nathaliadiniz@ig.com.br> de <dph@cultura.ma.gov.br> em 24 out. 2007.

Leis e decretos

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

PERNAMBUCO. Lei nº 7.970, de 18 de novembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo estado.

ARQUIVO DA FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Relação dos monumentos tombados. Acesso em 24 out. 2007.

ARQUIVO NORONHA SANTOS

Documentos relacionados ao processo de tombamento 378-T-46 relativo ao Engenho Poço Comprido

Documentos relacionados ao processo de tombamento 391-T-39 relativo à Fazenda Acauã

Documentos relacionados ao processo de tombamento 128-T-38 relativo à casa da Torre de Garcia D'Ávila

Documentos relacionados ao processo de tombamento 1.038-T-80 relativo ao Engenho Poço Comprido

ARQUIVO DA FUNDAC

Aspectos históricos da Fazenda Serra Negra - Aroazes.

Documentos relacionados ao processo de tombamento 04/94 relativo à Fazenda Olho D'água dos Pires

Documentos relacionados à proposta de tombamento da Fazenda São Domingos.

Anexos

Fichas de inventário
Inventário das edificações rurais do Seridó (CD)

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: _____ Localização: _____

Proprietário mais antigo: _____

Proprietário atual: _____

Ano de construção (aprox.): _____ Área da fazenda (atual): _____ Área da fazenda (original): _____

Coordenadas GPS:

Situação, implantação do conjunto dos edifícios e atividades:

SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

CASA-SEDE DA FAZENDA

Estado de conservação	Estado de preservação	Uso	OBS:
☐ Bom	☐ Preservada	☐ Residência do proprietário	_____
☐ Regular	☐ Modificada	☐ Residência de morador	_____
☐ Precário	☐ Descaracterizada	☐ Desocupada	_____
☐ Ruína		☐ Outros	_____

MATERIAIS, TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS

Nº de pavimentos	Alicerce	Paredes	Revestimento	Piso	OBS:
☐ Térrea	☐ Pedra	☐ Tijolo	☐ sem reboco	☐ Tijoleira	_____
☐ Térrea com sótão	☐ Tijolo	☐ Taipa	☐ reboco e cal	☐ Ladrilho	_____
☐ 2 pavimentos	☐ Misto	☐ Pedra	☐ azulejo	☐ Cimento	_____
☐ Outros	☐ Outros	☐ Outros	☐ outros	☐ Tabuado	_____
				☐ Outros	

Cobertura:

Estrutura	Águas	Empena		OBS:
☐ Madeira	☐ 1 água	☐ Frontal	☐ Platibanda	_____
☐ Outros	☐ 2 águas	☐ Lateral	☐ Beiral	_____
	☐ 4 águas	☐ N/A		_____
	☐ Outros			_____
				_____
				_____

Esquadrias

Forros

Bens móveis

Reformas ou acréscimos

Dados históricos e/ou informações adicionais

FÁBRICA DE RAPADURA ☐ Há ☐ Não há **CASA DE FARINHA** ☐ Há ☐ Não há **CURRAL** ☐

Pesquisador(a) _____ Data ___ / ___ / ___

FÁBRICA DE RAPADURA/AÇÚCAR

Denominação:_____

Estado de conservação	Estado de preservação	Uso	OBS:
☐ Bom	☐ Preservada	☐ Residência do proprietário	_____
☐ Regular	☐ Modificada	☐ Residência de morador	_____
☐ Precário	☐ Descaracterizada	☐ Desocupada	_____
☐ Ruína		☐ Outros	_____

MATERIAIS, TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS:

Nº de pavimentos	Alicerce	Paredes	Revestimento	Piso	OBS:
☐ Térrea	☐ Pedra	☐ Tijolo	☐ sem reboco	☐ Tijoleira	_____
☐ Térrea com sótão	☐ Tijolo	☐ Taipa	☐ reboco e cal	☐ Ladrilho	_____
☐ 2 pavimentos	☐ Misto	☐ Pedra	☐ azulejo	☐ Cimento	_____
☐ Outros	☐ Outros	☐ Outros	☐ outros	☐ Tabuado	_____
				☐ Outros	

Cobertura:

Estrutura	Águas	Empena		OBS:
☐ Madeira	☐ 1 água	☐ Frontal	☐ Platibanda	_____
☐ Outros	☐ 2 águas	☐ Lateral	☐ Beiral	_____
	☐ 4 águas	☐ N/A		_____
	☐ Outros			_____

Esquadrias

Forros

Bens móveis

Reformas ou acréscimos

Dados históricos e/ou informações adicionais

Pesquisador(a) _____ Data ___ / ___ / ___

CASA DE FARINHA

Denominação:_____

Estado de conservação	Estado de preservação	Uso	OBS:
☐ Bom	☐ Preservada	☐ Residência do proprietário	_____
☐ Regular	☐ Modificada	☐ Residência de morador	_____
☐ Precário	☐ Descaracterizada	☐ Desocupada	_____
☐ Ruína		☐ Outros	_____

MATERIAIS, TÉCNICAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS:

Nº de pavimentos	Alicerce	Paredes	Revestimento	Piso	OBS:
☐ Térrea	☐ Pedra	☐ Tijolo	☐ sem reboco	☐ Tijoleira	_____
☐ Térrea com sótão	☐ Tijolo	☐ Taipa	☐ reboco e cal	☐ Ladrilho	_____
☐ 2 pavimentos	☐ Misto	☐ Pedra	☐ azulejo	☐ Cimento	_____
☐ Outros	☐ Outros	☐ Outros	☐ outros	☐ Tabuado	_____
				☐ Outros	

Cobertura:

Estrutura	Águas	Empena		OBS:
☐ Madeira	☐ 1 água	☐ Frontal	☐ Platibanda	_____
☐ Outros	☐ 2 águas	☐ Lateral	☐ Beiral	_____
	☐ 4 águas	☐ N/A		_____
	☐ Outros			_____
				_____
				_____

Esquadrias

Forros

Bens móveis

Reformas ou acréscimos

Dados históricos e/ou informações adicionais

Pesquisador(a) _____ Data ___ / ___ / ___

CROQUI